



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS**

ANAIS

**VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS
ESTRATÉGICOS:**

06 a 08 de novembro de 2007

VOLUME 1

Brasília
2008

ANAIS

**VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS
ESTRATÉGICOS:**

06 a 08 de novembro de 2007

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

José Alencar Gomes da Silva

Gabinete de Segurança Institucional

Gen. Jorge Armando Felix

Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais

José Alberto Cunha Couto



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS**

ANAIIS

**VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS
ESTRATÉGICOS:**

06 a 08 de novembro de 2007

VOLUME 1

Brasília
2008

Permitida a reprodução, sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Observação: Versão Atualizada e Normalizada em 30/09/2008

Tiragem: 150 exemplares

Impresso no Brasil

Edição: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais

Endereço para correspondência:

Praça dos Três Poderes

Palácio do Planalto, 4º andar, sala 130

Brasília-DF

CEP 70150-900

Telefone: (61) 3411-1374

Fax: (61) 3411-1297

E-mail: saei@planalto.gov.br

Criação, editoração eletrônica e impressão:

Gráfica da Agência Brasileira de Inteligência

A presente publicação expressa a opinião dos autores e não reflete, necessariamente, a posição do Gabinete de Segurança Institucional.

Organizadoras:

Carla Márcia Parisi Checchia

Giovana Dias da Costa

Paula Oliveira Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E74 Encontro Nacional de Estudos Estratégicos (7.: 2007 : Brasília, DF).
Anais: VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Brasília:
Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, 2008.

3 v.

v.1 ISBN 978-85-85142-22-3, v.2 ISBN 978-85-85142-23-0,

v.3 ISBN 978-85-85142-24-7.

1. Defesa Nacional. 2. Segurança Nacional. 3. Relações Internacionais. 4. Ciência e Tecnologia. 5. Educação – Brasil. 6. Saúde – Brasil. 7. Violência – Brasil. 8. Desenvolvimento Social – Brasil. 9. Organização Territorial – Brasil. I. Título. II. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional.

CDD – 355.02

SUMÁRIO

CERIMÔNIA DE ABERTURA.....	9
Mensagem do Senhor Presidente da República	12
Palavras do Ministro Jorge Armando Felix – GSI/PR	13
Palavras do Ministro Sérgio Machado Rezende – MCT	16
CONFERÊNCIA DE ABERTURA.....	21
A Complexidade do Pensamento Estratégico	
Embaixador Rubens Ricupero.....	25
Mediador: Antonio Jorge Ramalho da Rocha	
MESA 1.1 SEGURANÇA E DEFESA: RISCOS E AMEAÇAS	45
Terrorismo e Ameaças Transnacionais	
Márcio Scalercio	47
Medidas de Contraterrorismo	
Janér Tesch Alvarenga.....	55
O Papel do Poder Marítimo	
Antonio Ruy de Almeida Silva	61
Moderador: José Caixeta Ribeiro	
MESA 2.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O BRASIL NO MUNDO	79
Atuação do Brasil na OMC	
Andre Meloni Nassar	81
Internacionalização da Petrobras	
Claudio Castejon	89
O Poder Legislativo e as Relações Internacionais	
Joanisval Brito Gonçalves	99
Moderador: José Ricardo Botelho	

MESA 3.1 CIÊNCIA E TECNOLOGIA: TEMAS ATUAIS.....	117
Biossegurança: Organismos Transgênicos	
Edilson Paiva	119
Células-Tronco	
Lygia da Veiga Pereira	131
Nanotecnologia	
Celso Pinto Melo.....	141
Moderadora: Miriam Medeiros	
MESA 4.1 TEMAS SOCIAIS: EDUCAÇÃO.....	157
Conteúdo Educativo como Estratégia de Inclusão Social	
Débora Garcia	159
Educação e Desenvolvimento	
Regina Vinhaes Gracindo.....	169
Inclusão Digital	
Celso Rodrigues Fernandes Jr.....	177
Moderadora: Maria das Graças Rolim Bilich	
CONFERÊNCIA I	193
Plano de Desenvolvimento da Educação	
Ministro Fernando Haddad – MEC	196
Mediador: Antonio Jorge Ramalho da Rocha	
PAPERS	237
Globalização e Segurança Marítima	
Antonio Ruy de Almeida Silva	239
Poder Legislativo e Relações Internacionais	
Joanisval Brito Gonçalves	259
As Promessas Terapêuticas das Células-Tronco	
Lygia da Veiga Pereira	279



Cerimônia de Abertura

General Jorge Armando Felix
Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

Sérgio Machado Rezende
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Cerimônia de Abertura

Mestre-de-Cerimônias: Vamos dar início à Cerimônia de Abertura do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, cumpre com o compromisso assumido de realizar o VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Este evento tem se constituído no maior evento nacional sobre temas estratégicos relacionados à segurança e defesa nacional. Foi idealizado, em 1994, pela então Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, da Presidência da República. Até o momento, já ocorreram seis edições do encontro, cujo objetivo, a longo prazo, é consolidar o ambiente de diálogo e a produção de conhecimento e, a curto prazo, o de realizar um debate intenso sobre assuntos de interesse estratégico para o Brasil.

Dando início a esta cerimônia, temos a satisfação de convidar para compor a Mesa de Honra: o Senhor Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Felix; o Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Professor Sérgio Machado Rezende. Formada a Mesa, eu convido a todos para, de pé, acompanharmos a execução do Hino Nacional Brasileiro.

(Execução do Hino Nacional Brasileiro)

Queremos registrar e agradecer a presença do Senhor Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica e do Senhor General Alberto Cardoso, ex-Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Infelizmente, devido a outros compromissos em sua agenda, o Senhor Presidente da República não pôde comparecer a esta cerimônia, mas enviou uma mensagem que passo a ler agora:

*Mensagem do Senhor Presidente da República para a Sessão de
Abertura do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos.*

Brasília, novembro de 2007.

Tenho especial prazer em dar as boas-vindas aos participantes do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Trata-se do terceiro encontro, com esse objetivo, realizado no nosso governo, contando agora com um número recorde de participantes, mais de 1.500 e com uma diversidade cada vez mais ampla de temas. Na reunião que hoje se abre em Brasília, a agenda inclui os mais diversos assuntos nos campos da ciência e tecnologia, de relações internacionais, de temas sociais e de segurança e defesa. Nas salas e auditórios deste Centro de Convenções, estarão presentes as mais diversas concepções sobre o futuro, as mais diferentes expectativas e as mais distintas esperanças.

Estou certo, contudo, de que um ideal em comum une todos os pontos de vista e todas as correntes de pensamento aqui reunidas, com um profundo engajamento pessoal e profissional na consolidação de nossas conquistas democráticas, sociais e econômicas, na construção de um futuro ainda mais promissor para o Brasil.

Todos nós sabemos que uma nação se torna cada vez mais soberana quando conhece profundamente o seu passado, conduz com firmeza o seu presente e planeja, com segurança, o seu futuro. Tenho certeza de que os ecos dos trabalhos aqui desenvolvidos serão bem ouvidos em todos os setores da nação.

Desejo a todos um bom trabalho e uma profícua exploração do porvir.

*Luis Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil*

Tem a palavra, neste momento, o Senhor Ministro Jorge Armando Felix.

General Jorge Armando Felix – Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional:

Meu caro Sérgio Rezende, Ministro da Ciência e Tecnologia, companheiro de Mesa,
Meu caro Ministro Alberto Cardoso, meu antecessor, ex-Ministro do Gabinete de Segurança Institucional,
Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito,
Demais integrantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário,
Embaixadores e demais representantes do nosso Corpo Diplomático,
Meus estimados conferencistas e palestrantes,
Senhoras e senhores,

Que as minhas primeiras palavras sejam de boas-vindas a todos os presentes que hoje, em Brasília, responderam ao convite para participar do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, com o tema “Em Busca dos Futuros”. Permitam-me repetir as duas palavras chaves deste encontro – Busca e Futuros. Um ponto de partida é a noção de busca, ou seja, o porvir é algo que, em grande parte, é construído pelo homem. Não somos objetos em defesa do futuro, mas sim, os seus arquitetos. Aqui estamos reunidos, não apenas pelo apetite de conhecer o que nos aguarda, mas, sobretudo, para discutir como podemos dar direção e sentido aos tempos a serem herdados pelos nossos filhos e netos.

O segundo aspecto está contido na noção de “futuros”, no plural. Não mais cabe imaginar o tempo, como uma estrada reta, que se inicia como um *big-bang* cósmico e termina como alguma forma de apocalipse, fim dos tempos, ou mesmo, paraíso terreno. As trilhas do futuro são muitas e variadas.

O homem, ao longo do tempo, sempre tentou visualizar o futuro por meio da predição, dos adivinhos, pelas profecias dos feiticeiros, sacerdotes e profetas, pela especulação, pelas projeções e modelos econométricos e, em nossos dias, os especialistas em cenários, mas sempre com a mesma conclusão: o futuro é múltiplo e incerto.

Obviamente, como bem observou o Padre Antonio Vieira, no tão distante século XVII: “Nem todos os futuros são para desejar porque há muitos futuros para temer”. Na programação do VII Encontro foram colocados, em proporção equivalente, temas de desejar e temas de temer. Há, pois, na escolha individual das Conferências e Mesas Paralelas, alimento espiritual e intelectual para os mais diversos graus de pessimistas, otimistas e mesmo realistas.

O Gabinete de Segurança Institucional, como organizador do evento, não buscou impor uma única temática. O objetivo foi o de que todos possam sair deste encontro, mais ricos em futuros, individuais, nacionais e mesmo globais. Como seria de se esperar, não foi possível colocar nesta nossa matriz de palestras e mesas paralelas, todos os aspectos relevantes, todas as possíveis variáveis que darão nascimento ao futuro. Quatro blocos foram escolhidos como prioritários: Segurança e Defesa, Relações Internacionais, Ciência e Tecnologia e Temas Sociais. Seria fácil imaginar outras categorias, originadas no mundo da ciência e da racionalidade, para tornar mais completo o nosso telescópio em direção aos futuros.

Contudo, o futuro não é apenas filho da ciência; é produto da arte, da política e, até mesmo, da fé. No dizer de Fernando Pessoa “é preciso um realista para descobrir a realidade e é preciso um romântico para criá-la”. Talvez na preparação de um vindouro encontro, tenhamos que trazer poetas, líderes religiosos, visionários políticos e, talvez, até mesmo algum profeta. Como bem sabem todos, o amanhã sempre foi algo perigoso, inclusive, por ser tão instável. O porvir, como tudo de humano, sofre com a mudança da moda.

Tome-se, a título ilustrativo, o caminho percorrido pelos futuros no Brasil. De início, nos séculos XVI e XVII, como analisado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, o novo mundo português era entendido como Éden. A descoberta e a colonização europeia do Brasil estavam marcadas por uma visão paradisíaca. Não é, portanto, possível imaginar que o paraíso terrestre necessite do futuro. Adão e Eva, certamente, não precisavam de Previdência Social.

No final do século XVIII, numa terrível reviravolta da moda intelectual, descobrimos que éramos, tão somente, parte do atraso dos trópicos: a Europa era o centro do mundo e a América do Sul era uma periferia perdida. No caso brasileiro, em certos momentos, lhe são negadas, inclusive, as esperanças do futuro. No final do século XIX, por exemplo, relatórios ministeriais destacam que não foi possível haver progresso industrial significativo no ano que havia findado, em vista da má qualidade da nossa população. Os ventos da moda do futuro trazem, com Gilberto Freire, novidades. O cadinho racial passa a ser riqueza, algo que nos impulsionaria para um futuro melhor.

Também no início do século XX, quase como reação à maldição que nos impunha a visão europeia de mundo, passamos a acreditar que tínhamos direito a um cargo de grande potência no concerto das nações. Esse direito era tão vivo que, ao ser negado, chegou a motivar a nossa saída da Liga das Nações. Nos últimos anos, oscilamos entre a visão de um futuro de grandeza e desesperança. Certas autoridades chegaram a divulgar que deveríamos buscar ser, apenas, uma Bélgica de maior porte.

Em síntese, a história do futuro brasileiro passa por muitas mudanças de perspectiva. Atualmente, parece-me que caminhamos bem para uma “Idade de Ouro” no futuro, momento de glória, ainda por vir a acontecer. De certo modo, é a história bíblica ao contrário, um paraíso agora no futuro. Portanto, por ironia histórica, tivemos o paraíso no início da colonização e pretendemos voltar a tê-lo quando formos uma grande potência.

Além da cambiante moda desses futuros, observam-se alguns acessórios “*fashion*”, a serem considerados. Existe o acaso na construção do futuro? Existe o destino ou o que os portugueses, poeticamente, classificam de “fado”? Existe, como na História Norte-Americana, um destino manifesto? Existe ainda uma “Idade de Ouro” aguardando o futuro do país? É possível desenhar o futuro brasileiro sem incluir o destino dos países vizinhos? Essas indagações não foram propositalmente ignoradas; elas estão como pano de fundo de qualquer debate sobre o futuro; estarão criando, de certa forma, ruído ou estática, e por vezes, dificultarão os consensos mais óbvios.

Por isso, não esperamos, nem queremos unanimidade neste encontro; apenas, a boa busca dos horizontes diante de nós. Em outros termos, os estudos estratégicos deste VII Encontro se vocacionam para buscar futuros. Seja como for, o número recorde de inscritos – foram mais de 1.500 – mostra a esperança que nosso país ainda tem no seu futuro. Tal apetite para conhecê-lo só pode ser visto como algo saudável e promissor. Com toda a certeza, ao final dos trabalhos teremos, como consta em nossos objetivos, a consolidação dos trabalhos dos encontros anteriores, no que diz respeito a diálogo, troca e produção de conhecimentos entre analistas, as indicações para futuros programas de pós-graduação, abertura para intensificação do diálogo entre analistas e pesquisadores, de um lado, e políticos e técnicos responsáveis por desenhar e implementar políticas públicas, de outro, e tudo o mais que se pode esperar de uma reunião entre saberes e políticas.

Dessa forma, o VII Encontro pode contribuir, também, para ajudar a consolidar uma cultura brasileira voltada para pensar o país no longo prazo, com base em pensamento e planejamento estratégicos, que conciliem políticas de promoção de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, equidade social, segurança, preservação de recursos naturais e que busquem uma maior presença do Brasil no cenário mundial.

Já que temos aqui a presença de tantos representantes da área universitária, vou encerrar citando um conhecido educador, Piaget. Ele dizia que a inteligência humana tem duas capacidades: a de entender e a de inventar. Um país que apenas se preocupa em entender não passa de um mercado. Só pelo caminho da invenção é que chegaremos ao futuro, construindo um país justo e soberano.

Para todos, os votos de um bom trabalho e de muita invenção nos próximos dias, para construir juntos novos futuros. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias: Ouviremos agora o pronunciamento do Senhor Ministro Sérgio Machado Rezende.

Sérgio Machado Rezende – Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia: Muito bom dia a todos. Quero cumprimentar, especialmente,

o General Jorge Armando Felix, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e congratular-me pela organização deste VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Quero cumprir o Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito, o Embaixador Rubens Ricupero, nosso conferencista, e quero cumprimentar também todas as autoridades civis e militares aqui presentes e os participantes deste evento. Eu queria dizer que, para o Ministério da Ciência e Tecnologia é uma satisfação grande ver a ciência e tecnologia, com vários subtemas, sendo focadas como um dos quatro temas a serem discutidos neste VII Encontro.

Todos nós aqui sabemos o quanto a ciência e tecnologia são essenciais, já há algum tempo, mas principalmente, nos dias de hoje, para que cada país trace suas diretrizes de futuro e faça suas estratégias com soberania, com capacidade de decisão. O Brasil é um país que não em tradição nessa área. Nós começamos a formar nossos pesquisadores, mestres e doutores, há pouco mais de 40 anos. Portanto, somente nas últimas décadas, é que começamos a formar uma comunidade científica e tecnológica com certa densidade. Na verdade, o país é bem sucedido nesse empreendimento porque, em pouco mais de 40 anos, nós formamos uma comunidade que tem mais de 70.000 pesquisadores com Doutorado, com boas condições de trabalho em todo o país, produzindo resultados que, em alguns setores, são notáveis. Por exemplo, foi exatamente por conta do desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia que o Brasil tornou-se um grande produtor do agronegócio e é hoje um líder mundial nessa área. Também, por conta do domínio da tecnologia e da produção do conhecimento é que nós passamos a ser auto-suficientes na produção do petróleo e somos líderes na exploração de petróleo na plataforma continental, principalmente, em grandes profundidades. Um outro exemplo importante em que o Brasil passou a ter uma presença mundial é no setor aeronáutico. Nós sabemos que temos muitas deficiências. Por exemplo, as atividades de ciência, tecnologia e de inovação são muito restritas ao ambiente acadêmico. Nós temos poucas empresas que dominam o conhecimento da produção de seus produtos. Essa é uma das nossas fragilidades. Aliás, no setor aeronáutico, como em alguns outros setores, nós conhecemos perfeitamente as nossas limitações e sabemos que, nos últimos anos, nós tivemos dificuldades, através dessas empresas, de adquirir certos

componentes essenciais para a fabricação de equipamentos e de peças e ficamos na dependência de fornecedores estrangeiros, tendo que descobrir mecanismos de manter a produção.

Essas fragilidades são motivadas por diversas razões. Uma delas, como eu disse, é a nossa pequena tradição de trabalhar em ciência e tecnologia, principalmente, no setor empresarial. Mas, nós estamos fazendo grandes progressos nessa área. Nos últimos anos, a indústria brasileira despertou para a questão da inovação. Na década de 90, quando houve uma grande abertura de mercado no Brasil, havia um objetivo das empresas de aperfeiçoar os seus métodos de gestão e elas embarcaram em programas de produtividade e qualidade. Uma vez vencida essa etapa, as empresas perceberam que um grande desafio era exatamente o de internalizar os processos de inovação. A Confederação Nacional da Indústria, a maior entidade do setor empresarial, despertou para isso e, nos últimos dois anos, já realizou duas Conferências Nacionais de Inovação na Indústria. A Conferência Nacional de Inovação na Indústria foi realizada apenas há dois anos atrás. Já tivemos uma II Conferência, em 2007, portanto, a questão da inovação está na agenda do setor empresarial.

O governo tem respondido a isso, não apenas passivamente, mas de forma pró-ativa, através de várias medidas. Em 2005, foi aprovada a Lei da Inovação, que cria um mecanismo importante de apoiar as empresas inovadoras, que é a subvenção econômica para as empresas, instrumento pelo qual o governo, através de editais, seleciona empresas que apresentam projetos em temas e linhas escolhidos por vários setores do governo e, a partir daí, elas recebem recursos não-reembolsáveis para desenvolver linhas de pesquisa naquelas áreas e, eventualmente, apresentar resultados importantes.

No primeiro mandato do Governo do Presidente Lula, foram feitos alguns progressos. Um progresso importante foi que a política do Ministério da Ciência e Tecnologia passou a ter focos definidos, passou a ser bem mais abrangente do que era anteriormente e passou a contar com recursos financeiros bem mais significativos. Apenas para dar um exemplo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi o que permitiu, na década de 70, a implantação dos programas de

pós-graduação e a institucionalização da pesquisa no Brasil. No ano de 2002, o FNDCT teve de recursos efetivamente desembolsados, aproximadamente, 350 milhões de reais. Isso é muito pouco para um país com a dimensão e os desafios do Brasil. Esses recursos têm aumentado substancialmente e, em 2006, nós tivemos a liberação de 1,2 bilhões de reais. Este ano, nós já temos um orçamento liberado de 1,6 bilhões de reais e temos um Plano Plurianual que vai permitir ao FNDCT chegar, em 2010, com recursos de aproximadamente 3,0 bilhões de reais. Essa situação nos animou a propor ao governo a elaboração de um Plano Quadriannual de 2007-2010, para ciência, tecnologia e inovação, envolvendo todos os setores do Governo Federal. Esse plano foi discutido durante vários meses, dentro do governo, com sociedades científicas, com setores empresariais e foi apresentado, há um mês atrás, ao Conselho de Ciência e Tecnologia, que é presidido pelo Presidente da República, com a participação de inúmeros Ministros. No momento, o Plano está recebendo os ajustes finais que foram recomendados pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e será anunciado, muito brevemente, em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

Esse Plano 2007-2010 tem quatro prioridades:

- A expansão e consolidação do sistema nacional de ciência e tecnologia, incluindo a formação de recursos humanos para o setor e enfatizando as áreas de engenharia e setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional. Ele também contempla o aumento de aporte de recursos para fomento da pesquisa científica e tecnológica.
- A promoção da inovação tecnológica nas empresas. Essa é uma prioridade muito importante e mais desafiadora. Nessa linha, nós temos as seguintes iniciativas: o apoio financeiro para as empresas, como a subvenção econômica que eu mencionei; um sistema nacional para apoiar, tecnologicamente, a inovação nas empresas; o incentivo à criação e consolidação de novas empresas de base tecnológica.
- A pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas. São contempladas 13 áreas: (1) áreas portadoras do futuro, como a

biotecnologia e nanotecnologia, que fazem parte do elenco a ser discutido nesse seminário; (2) tecnologia da informação e comunicação; (3) insumos para a saúde; (4) biocombustíveis; (5) energia elétrica, hidrogênio e energia renovável; (6) petróleo, gás e carvão mineral; (7) agronegócio; (8) biodiversidade e os recursos naturais; (9) a Amazônia e o semi-árido; (10) meteorologia e mudanças climáticas; (11) Programa Espacial. Nós temos aqui presentes neste encontro, diversos membros da Agência Espacial Brasileira, incluindo o seu Presidente, Miguel Henze; (12) Programa Nuclear. Nós também temos aqui diversos representantes do setor nuclear e do Ministério da Ciência e Tecnologia, incluindo o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Professor Odair Dias; (13) Defesa Nacional e Segurança Pública.

Todos esses 13 temas são absolutamente estratégicos e muito importantes para que o país domine. Para isso, é preciso investir em ciência, tecnologia e inovação. Isso exige uma articulação muito grande entre os diversos setores do governo envolvidos, interação com as universidades, com centros de pesquisas, com empresas, enfim, isso exige uma grande articulação da sociedade. Um seminário como este vem muito bem a calhar porque, como eu disse, o nosso plano está em fase final de refinamento e, eventualmente, as conclusões que sejam obtidas neste seminário poderão ser incorporadas no Plano Quadrienal de Ciência e Tecnologia.

Eu gostaria, mais uma vez, de congratular o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República pela realização deste seminário e desejar a todos um bom trabalho nesses próximos dias. Bom dia. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias: Está encerrada, então, esta Cerimônia de Abertura. Faremos agora um breve intervalo e, dentro de 20 minutos, teremos a Conferência de Abertura do evento que será proferida pelo Senhor Embaixador Rubens Ricupero.



Conferência de Abertura

A Complexidade do Pensamento Estratégico

Embaixador Rubens Ricupero

A Complexidade do Pensamento Estratégico

Mestre-de-Cerimônias: Reiniciando os trabalhos, teremos a Conferência de Abertura, sobre o tema “A Complexidade do Pensamento Estratégico”, apresentada pelo Senhor Embaixador Rubens Ricupero, da Fundação Armando Alves Penteado, de São Paulo. O Professor Antonio Jorge Ramalho da Rocha, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, atuará como moderador e conduzirá o debate após a conferência. As perguntas podem ser encaminhadas, a qualquer momento, durante a apresentação e após a mesma, sempre por escrito, contendo o nome e entidade de quem faz a pergunta.

Após o intervalo do almoço, informamos que os trabalhos serão reiniciados nas atividades individuais de cada tema, com a seguinte distribuição: Os temas “Segurança e Defesa”, na Sala Brasil 3; “Relações Internacionais”, na Sala Porto Seguro; “Ciência e Tecnologia”, na Sala Santa Cruz 3; e “Temas Sociais”, nas salas Santa Cruz 1 e 2. As recepcionistas e o pessoal de apoio estão aptos a orientá-los sobre a localização de cada uma das salas. Com a palavra, o Professor Antonio Jorge Ramalho da Rocha.

Professor Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Bom dia a todos. As saudações oficiais de praxe já foram feitas às autoridades civis e militares, aos senhores professores, e eu só queria dar boas-vindas, com entusiasmo, aos alunos que estão aqui porque é deles que dependerá o futuro do nosso país. Antes de passar a palavra ao Professor Ricupero, porque além de Embaixador ele é Professor há muitos anos, cumpre dizer duas palavras. Uma é de reconhecimento e felicitação ao General Felix e ao Secretário Cunha Couto e sua equipe que, há meses, trabalham com muita perseverança e afinco para que

este evento seja possível. Se for possível singularizar alguém, eu tenho certeza que a equipe vai concordar comigo que a Paula Lima é quem está à frente de todo esse trabalho, sob a segura orientação do Secretário Cunha Couto. Eu queria felicitar também as três Escolas Militares, muito especialmente a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME que, por um estímulo do Ministério da Defesa, em seu centenário, decidiu restabelecer os Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos. Se existem instituições que tendem a pensar no longo prazo, aqui no Brasil, são as Forças Armadas. Não foi casualidade que tenha sido a ECEME a recuperar e restabelecer essa tradição dos Encontros Nacionais dos Estudos Estratégicos, que foi muito bem conduzido, no primeiro ano. Em seguida, pela Escola de Guerra Naval – EGN, sob o comando do Almirante Ruy, e já aqui estão os oficiais da Universidade da Força Aérea – UNIFA, preparando o encontro do ano que vem. Então, eu queria deixar esse registro porque eu acho que é importante que a sociedade conheça isso.

Tenho mais um aviso paroquial. As palestras que foram enviadas, os textos, estarão disponíveis na página do GSI, na internet. Todo o material será disponibilizado na internet. Então, passo à apresentação muito breve, de quem dispensa apresentações, o Embaixador Rubens Ricupero. Ele é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, da Turma Clóvis Beviláqua, de 1955 a 1959. Fez o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, entre 1955 e 1960. Recebeu o Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, por ser o primeiro colocado no exame de ingresso ao Instituto Rio Branco e foi primeiro colocado também na conclusão do curso. O último cargo do Embaixador Ricupero foi de Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, com dois mandatos sucessivos, de 1965 a 1999 e de 1999 a 2004. Também atuou como Subsecretário Geral da Organização das Nações Unidas no mesmo período. Foi Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, entre 1993 e 1994, e Ministro da Fazenda em 1994. Eu não posso deixar de comentar que eu vivo conspirando a favor do Embaixador Ricupero porque, durante esse período, eu era Chefe de Departamento da Universidade de Brasília e o Professor Ricupero se apresentou e disse: “Eu quero retomar as minhas aulas”. Ele retomou as aulas, uma vez por semana, até que foi nomeado Ministro da Fazenda. Naquela altura, eu disse: “Professor, o senhor vai querer continuar o curso?”. Ele disse:

“Claro! Eu assumi o compromisso com os meus alunos e vou até ao fim do semestre”. E o Murilo Portugal ficava esperando o Professor Ricupero acabar a sua aula para poder recolher as assinaturas nos documentos que iriam para o Diário Oficial no dia seguinte. Então, acho que é dever de ofício fazer esse depoimento do cuidado do Embaixador com seus alunos e do comportamento exemplar do Embaixador e Professor Rubens Ricupero. O currículo do Embaixador Ricupero é longo, mas os senhores estão aqui muito mais para ouvi-lo do que para ouvir sobre ele, então, vou passar, imediatamente, a palavra ao Professor Ricupero e ele terá em torno de 50 minutos para falar. Obrigado.

Embaixador Rubens Ricupero – FAAP/SP: Muito obrigado. Em particular, quero agradecer essa lembrança dos meus dias lá na Universidade de Brasília. Eu me orgulho muito de ter participado daquele núcleo inicial que criou o Curso de Relações Internacionais. Fui até substituído do Celso Amorim porque ele foi o primeiro professor de Teoria das Relações Internacionais. Eu herdei a disciplina dele e, no começo, até plagiava a apostila que ele tinha me deixado. Portanto, ele ainda me precedeu nessa função. Eu tive alguns dissabores porque, por vezes, quando eu era Ministro, as minhas aulas eram interrompidas por grevistas, que não tinham nada a ver com a universidade, nem com o Ministério da Fazenda, mas apareciam por lá.

Bom dia a todos. Inicialmente, eu queria muito agradecer ao General Felix e ao Gabinete da Presidência da República por essa distinção que me concede ao me convidar para falar na Abertura do VII ENEE. Queria agradecer também a presença de todos os que estão aqui, autoridades, militares, civis e, em particular, não posso deixar de mencionar, especificamente, alguns queridos colegas e amigos do Itamaraty que eu não revia à muito tempo e que me dão esse privilégio de estarem presentes aqui esta manhã.

O tema que eu proponho a versar deveria ter se chamado “O Desafio Estratégico da Complexidade”. Ele ficou com um nome um pouco diferente, mas mesmo com essa pequena diferença, a essência do que eu queria passar está contida nessa palavra “complexidade”. Isto é, a substância, a essência da estratégia, é a sua complexidade. No passado, muitos séculos atrás, dizia-se que a estratégia era a rainha das artes

porque era a mais difícil. Era mais difícil porque a estratégia lidava com os grandes espaços, com a longa duração no tempo e, obviamente, quando se lida com os grandes espaços e a longa duração, aumenta-se, de uma maneira enorme, as variáveis, os fatores que são difíceis de estimar e de prever. Por isso é que, muitas vezes, na história militar, chefes militares e exércitos, inventivos do ponto de vista tático, bem preparados, corajosos, acabaram derrotados por erros de estratégia. A estratégia é, e sempre foi, tanto em termos estritos de segurança, como em termos mais amplos, o mais difícil de todos os desafios.

Aqui, eu vou falar da estratégia, sobretudo, num sentido mais estrito. Não exclusivamente, mas eu vou falar não tanto num sentido amplíssimo, como é a agenda deste encontro, mas num sentido tradicional, como a segurança dos Estados, a segurança militar, a segurança do sistema internacional, embora também vou dizer alguma coisa sobre temas mais amplos. Como eu falo no início do encontro, achei que seria interessante tentar apresentar um panorama o mais abrangente possível, da geoestratégia mundial e da estratégia em relação ao Brasil.

Eu digo, com muita humildade, que eu vou apresentar uma visão estritamente pessoal e subjetiva, que é fruto de uma longa vida de preocupação com temas estratégicos, temas de segurança, fruto de reflexões e também de algumas leituras, mas não é propriamente uma intervenção acadêmica sobre as últimas doutrinas, sobre as últimas contribuições. É mais uma leitura pessoal que eu faço da situação estratégica, tanto do ponto de vista global, como do ponto de vista que afeta o Brasil.

A minha intenção é dividir essa exposição da seguinte forma: em relação à estratégia global, eu vou procurar mostrar que nós nos encontramos num momento particularmente difícil e delicado, em grande medida, devido aos erros graves estratégicos cometidos pela atual administração dos Estados Unidos da América. Eu creio que não é difícil indicar que as três grandes agendas da estratégia global são: (1) a agenda dos temas tradicionais, como o tema das armas, o equilíbrio do terror, o que restou um pouco da Guerra Fria; (2) a agenda das novas ameaças, do terrorismo, da proliferação de armas; (3) a agenda do aquecimento global. Em todas elas, infelizmente, nós temos que lamentar graves erros

estratégicos que foram cometidos pelo atual governo americano e que criaram uma situação difícil para o sistema internacional e vão criar uma situação difícil para o sucessor do atual Presidente dos Estados Unidos. Isso não é apenas uma opinião minha. Eu não faço isso por nenhuma atitude crítica em relação aos Estados Unidos, que é um país que eu admiro muito, no qual eu tenho a honra de ter sido Embaixador do Brasil, tenho o maior interesse pela história e tradições americanas, mas, ao dizer isso, eu também reflito a opinião de inúmeros pensadores americanos, eu diria até, da esmagadora maioria dos analistas americanos. Basta ler, por exemplo, o último livro do Professor Zbigniew Brzezinski, que foi Assessor de Segurança Nacional de Jimmy Carter, que talvez seja considerado hoje o mais eminente dos pensadores americanos em política internacional. O último livro dele é de uma extraordinária severidade em relação ao atual governo. Portanto, eu vou procurar mostrar em que situação nós nos encontramos na estratégia global, nessas três agendas e farei também algumas considerações sobre o papel emergente da China e da Ásia nesse panorama e da política norte-americana em relação à América Latina, neste momento.

Em seguida, vou procurar, de uma maneira rápida, focalizar a situação das perspectivas estratégicas brasileiras, também em relação a três grandes temas: (1) a nossa vulnerabilidade energética, o aumento da nossa dependência de energia em relação a países vizinhos, numa conjuntura em que essa dependência está ficando mais complicada; (2) o aquecimento global. Eu acho que nós somos um dos países fadados a serem mais afetados pelas mudanças climáticas; (3) os temas estratégicos de uma maneira mais ampla, sobretudo, colocando ênfase em dois temas de longo prazo: a mudança da situação demográfica no Brasil e as perspectivas que nós temos em matéria de fontes de energia, graças aos descobrimentos recentes, em termos de petróleo e de gás. É mais ou menos esse o panorama que eu vou procurar cobrir, de uma maneira sintética porque eu não posso me aprofundar em tema nenhuma, mas, quem sabe, isso possa servir de inspiração, depois, para perguntas e debate.

Começando pelo panorama global, eu diria que o próprio Presidente George W. Bush reconheceu essa grande transformação pela qual está passando o pensamento estratégico, o desafio estratégico, no discurso

que ele fez em West Point, no verão de 2002. É o famoso discurso do “eixo do mal” e dos “ataques peremptivos”. Nesse discurso, tem um parágrafo muito interessante em que George Bush diz o seguinte: “As doutrinas tradicionais da Guerra Fria, as doutrinas da contenção e da dissuasão, do “*deterrence*”, já hoje em dia perderam toda a efetividade, diante das ameaças que são representadas, quer pelas redes de terroristas anônimos, que podem, um dia ter acesso a armas de destruição de massa, quer devido a ditadores desequilibrados que podem chegar a desenvolver essas armas e colocá-las em mãos de terroristas”. Eu cito esta frase porque ela é fundamentalmente correta e coloca o dedo numa das grandes transformações estratégicas desses últimos anos.

Embora se possa dizer que a estratégia mundial passou por grandes evoluções no correr dos últimos 60 a 70 anos, há duas que sobressaem e que nos atingem muito de perto. Uma, há 60 anos atrás, foi a emergência das armas nucleares e, sobretudo, o estabelecimento do equilíbrio do terror, entre as duas super potências daquela época, que partilhavam aquele mundo bipolar, e também alguns outros países que tiveram acesso às armas nucleares. Os senhores sabem que bibliotecas inteiras foram escritas sobre as novas estratégias impostas pela lógica das armas nucleares. A celebridade do Professor Henry Kissinger, por exemplo, está em justamente ter sido um dos contribuintes a desenvolverem esse pensamento estratégico sobre as armas nucleares. A outra grande transformação, mais recente, é essa emergência de ameaças, não mais convencionais, por parte de Estados, mas de movimentos, de outros atores não-estatais, como é o caso do movimento terrorista Al Qaeda e outros movimentos desse tipo e o ataque que se desferiu contra os Estados Unidos, em 2001. Então, esses dois eventos, de certa forma, balizam a evolução do pensamento estratégico dos últimos 60 ou 70 anos.

Foi em função disso que se criou toda uma agenda e agora precisamos ter uma terceira, devido ao fenômeno da mudança climática, que é uma outra mudança não-convencional, que não é nem de Estados, nem de movimentos terroristas, mas que é, em grande parte, fruto da própria ação do homem. Então, eu diria que, é em função dessas três grandes linhas que eu gostaria de comentar um pouco a leitura que o atual governo americano fez desse desafio.

Primeiro, é uma agenda que podemos dizer que é a continuação da Guerra Fria. A Guerra Fria terminou com a desintegração da União Soviética. Num certo momento, os americanos ficaram perplexos. Há aquela famosa frase do grande estudioso soviético, Gyorg Batof, que era Presidente do Instituto de Estudos dos Estados Unidos. Ele disse aos americanos: “Nós vamos fazer uma coisa terrível a vocês. Nós vamos privar vocês de um inimigo”. Ou seja, a desintegração da União Soviética privava os Estados Unidos de um inimigo. Num primeiro momento, os Estados Unidos acharam que tinham encontrado um novo inimigo, que era a China. O próprio Governo Bush, nos primeiros meses, definia a China como um inimigo estratégico. Era o inimigo do futuro. Houve até o episódio do avião americano que foi aprisionado e desmontado pelos chineses. Essa linha não continuou porque o ataque de 2001, obviamente, mudou as prioridades por completo.

Essa agenda que veio da Guerra Fria dependia muito de dois fatores: a dissolução das alianças militares da Guerra Fria e a maneira de acomodar a herdeira da União Soviética, a Rússia, no novo sistema de poder que estava se criando. Os norte-americanos, que começaram bem, perderam um pouco o rumo nessas duas questões. Primeiro, em relação à OTAN, que acabou não sendo dissolvida. Ao contrário do Pacto de Varsóvia, foi mantida em vida, de uma maneira um pouco indefinida porque, em uma aliança, em geral, existe sempre contra um inimigo, contra uma ameaça mais ou menos presente, uma ameaça perceptível. Hoje, não se sabe bem qual é o inimigo da OTAN. É claro que suspeita-se que seja a Rússia ou a China. Mas, a OTAN mesmo não tem a coragem de dizer isso com todas as letras. Ela está lá para o que der e vier e, como ela se expandiu muito, hoje, ela acabou sendo utilizada como instrumento de uma política nova, que é a política de enfrentar o desafio terrorista no Oriente Médio. Hoje, essa política está servindo, em grande parte, para substituir os efetivos americanos no Afeganistão, mas, com dificuldades crescentes. Agora, ao manter essa aliança, dessa maneira indefinida, permanente, e, sobretudo, ao tomar a decisão imprudente, sem moderação, de empurrar a expansão dessa aliança, praticamente, dentro da antiga União Soviética, e quase às portas da Federação Russa, obviamente, os ocidentais passaram a criar uma área de risco muito grande. O problema é que os ocidentais estimularam o ingresso, na aliança atlântica, de todos aqueles países que tinham feito

parte da antiga esfera de influência do bloco soviético, mas, hoje em dia, estimulam a adesão até de antigos participantes da União Soviética, como os Estados Bálticos, que continuam a estimular idéias como a adesão da Ucrânia e outros países. É óbvio que, ao fazerem isso, por mais que se diga que a intenção não é criar uma ameaça aos russos, não há como evitar que os russos se sintam ameaçados na sua própria casa, na sua própria área. É uma situação de uso não moderado do poder e, provavelmente, desnecessário. Na verdade, está se criando uma situação concreta de ameaça e de insegurança que, provavelmente, não era justificável, em termos de dados concretos da situação.

Ao fazer isso e, agora, recentemente, com os anúncios desse escudo antimísseis, na Polônia e na República Tcheca, os Estados Unidos jogam mais sal na ferida. É claro que isso está motivando uma evolução no comportamento russo, que é perceptível, nos últimos 10 ou 12 meses. Embora a imprensa ocidental tenda a apresentar os russos como vilões, eu tenho mais indulgência. Não são uma ameaça principal hoje em dia, mas não precisava que esse fantasma fosse chamado do túmulo.

A segunda questão sobre a qual eu gostaria de falar é a agenda dessas ameaças novas. Os senhores sabem que os americanos definem, como ameaças novas, as ameaças que afetaram mais diretamente a segurança dos Estados Unidos e da Inglaterra. Quais são esses temas? Basicamente, são os temas que constituem a agenda internacional imposta pela potência de maior influência hoje em dia: (1) o terrorismo oriundo do fundamentalismo islâmico; (2) a proliferação de armas de destruição maciça, sobretudo, naquela área, mas também na Coréia do Norte e outras que possam surgir; (3) o conjunto de problemas do Oriente Médio, que nós podemos chamar de “cacho de problemas”, cujo núcleo ainda é o problema de 60 anos, entre Israel e os palestinos, mas, em torno do qual, cresceram outros problemas, com um grau maior ou menor de ligação com esse. Temos o problema do Iraque, do Afeganistão, do Irã, da Síria, do Líbano e uma série de outras questões, todas mais ou menos encadeadas, que têm muito a ver com o fornecimento de petróleo, com a segurança das rotas marítimas no Golfo Árabe ou Golfo Pérsico, enfim, há todo um conjunto de problemas em torno dessas questões.

Além disso, quase que consensualmente, no mundo inteiro, há uma tendência a achar um grande erro de leitura em termos de entendimento da complexidade estratégica. Quando os americanos sofreram o ataque de 11 de setembro de 2001, a primeira reação deles foi correta, no sentido de identificar o terrorismo como um problema de extraordinária complexidade, um problema de longo prazo, que teria que ser tratado e enfrentado, desde as suas causas mais profundas, até as suas ameaças mais imediatas, mas tudo de uma maneira harmoniosa. No primeiro momento, a reação deles contou com a solidariedade do mundo inteiro, como não podia deixar de ser, inclusive, a nossa, dos europeus e de todos os países do mundo que contribuíram, por exemplo, para que se procurasse evitar transferências financeiras a movimentos terroristas. Houve uma grande cooperação internacional e até a ONU participou. Quando se individualizou, claramente, o Afeganistão como santuário da Al Qaeda, a ONU votou a autorização da intervenção no Afeganistão porque o Afeganistão tinha, claramente, desafiado a lei internacional. Até esse momento, todos estavam de acordo. Mas, foi aí que alguma coisa deu errado porque a ameaça do terrorismo era uma ameaça que, em muitos aspectos, se assemelhava à ameaça representada pelo anarquismo, o niilismo internacional, no fim do século XIX e no começo do século XX, com os assassinatos e atentados daquela época. Houve também um momento em que a Europa entrou em pânico diante do anarquismo. Exagerou-se o grau de organização e de poder do anarquismo, mas, depois, se combateu o anarquismo como ele tinha que ser combatido, com armas de inteligência, com armas policiais, e o anarquismo praticamente se esvaiu. Depois da I Guerra Mundial, o anarquismo quase que desapareceu. Ele só foi aparecer um pouco na Guerra Civil Espanhola, mas, praticamente, foi uma ameaça que se esvaiu. Agora, o terrorismo é também uma ameaça desse tipo. Não pensem que, de forma alguma, eu esteja aqui subestimando o terrorismo. No ano passado, eu até dei uma palestra sobre isso e ressaltai que o Brasil precisa ter uma estratégia anti-terrorista, precisa ter uma política bem definida sobre isso porque é um problema muito complicado. Mas, é um problema que exige, não aqueles métodos convencionais dos exércitos, das Forças Aéreas e das Marinhas, mas, sobretudo, métodos de inteligência, de informação, de coordenação, métodos policiais de combate. O Rei da Arábia Saudita, agora, em visita à Grã-Bretanha,

acaba de dizer que o terrorismo é um problema que vai perdurar pelos próximos 20 ou 30 anos. É isso mesmo. É um problema de longo prazo.

Agora, o que acontece é que a atual administração americana, depois de dar sinais de que estava compreendendo isso, de repente, há aquele famoso discurso do “eixo do mal”, em que se passa do terrorismo e do movimento da Al Qaeda e outros, para as três grandes encarnações do mal, que seriam – o Iraque, o Irã e a Coréia do Norte – já misturando uma série de conceitos, como o problema da proliferação de Estados que tinham um envolvimento, em grau muito diverso, com movimentos terroristas. É verdade que, até certo ponto, todos esses três países jogaram com o terrorismo. É verdade que alguns deles apoiaram, sobretudo, movimentos terroristas como o Hisbollah, o Hamas e outros, no caso da Palestina. Mas, não é verdade que eles estivessem atrás do movimento terrorista mundial. Então, a partir do momento em que se passa a ter a invasão do Iraque, como fulcro da ação, obviamente, se dinamita aquele consenso que existia antes. Isso ocorre no seio do próprio grupo ocidental. Até os países que eram tradicionalmente aliados militares dos Estados Unidos tiveram muita dificuldade em aceitar essa idéia. Hoje em dia, os poucos que ainda se mantêm fiéis, fazem isso mais por uma questão de lealdade política, com dificuldades crescentes. Todos se lembram como a Espanha teve que retirar as tropas do Iraque, como a Itália teve que retirar as tropas do Iraque, como, agora, a Grã-Bretanha, que era a aliada dos aliados, está praticamente retirando suas tropas, só tendo unidades no aeroporto, praticamente, na boca do avião. Agora, o Japão, que foi um dos últimos fiéis, também anuncia que vai sair porque era uma fidelidade contra as opiniões públicas, contra o que todo mundo está vendo que era um erro estratégico. Então, nós estamos vendo que, nessa agenda, infelizmente, os erros têm sido muito graves.

Eu não posso falar em minúcias disso, mas quero lembrar que, por exemplo, numa outra dessas ameaças novas, que é a da não proliferação, é interessante notar como a política em relação à Coréia do Norte foi muito diferente da política em relação ao Iraque. Embora a Coréia do Norte esteja muito mais adiantada do que jamais Saddam Hussein esteve, em termos de posse de uma arma atômica, a Coréia do Norte foi tratada com muito cuidado e a abordagem foi uma abordagem mista, de ameaça de força, mas com uma grande coalizão diplomática, na qual se

conseguiu trazer a Federação Russa, a China, o Japão e a Coréia do Sul. Aparentemente, isso está dando resultados. Agora, esse tipo de método não foi utilizado com o Iraque e não está sendo utilizado com o Irã. Em relação ao Irã, nós temos uma grande interrogação. Parece impensável que o atual governo americano, com as dificuldades que está vivendo, ainda contemple seriamente um ataque aéreo ao Irã, com o apoio de forças aeronavais e não propriamente uma invasão terrestre. Parece mentira, mas eu confesso que eu não apostaria nem uma cerveja que isso não vá ocorrer porque os sinais são muito inquietantes. Os sinais são muito preocupantes, principalmente, quando o preço do petróleo está se aproximando de US\$ 100.00/barril. Portanto, nesse caso, nós também temos uma situação complicada. E não preciso falar da terceira agenda, que é a agenda da mudança climática, em que os Estados Unidos, praticamente, emascularam o Protocolo de Quioto e impediram que se tomassem medidas, em tempo, para combater esse enorme perigo da mudança climática. Isso até me leva a falar sobre a minha tristeza em ver que, hoje, o país que, sem nenhuma dúvida, é o que tem maior dose de poder no mundo, não é um sistema unipolar, mas não há dúvida que os Estados Unidos, em todos os tabuleiros, são o único país que se constitui num ator de primeira grandeza, desde as armas estratégicas até o domínio da cultura e é uma pena que esse país, que tem um potencial tão grande, utilize esse poder de uma forma mais negativa. Os Estados Unidos fazem um pouco o que o Chico Mendes fazia na época em que os seringueiros faziam os empates nos seringais. Para evitar que se destruísse a mata, os seringueiros iam para lá e empatavam. Os americanos também empatam o jogo. Eles não permitem o Protocolo de Quioto, não permitem o Tratado Penal Internacional, não permitem o Tratado de Proibição de Minas Antipessoais e, em tudo em que atinja interesses diretos, eles melam o jogo e tornam difícil um consenso efetivo. Mas, não são capazes de produzir um consenso pró-ativo porque eles perderam a legitimidade, até naqueles ideais que eles encarnavam, como direitos humanos, liberdade etc., que ainda são a grandeza da herança americana e da imensa maioria dos cidadãos americanos. Mas, depois de Guantánamo, dos episódios das prisões e de tudo o que aconteceu, evidentemente, eles perderam a legitimidade. Não tendo a legitimidade, eles não têm capacidade de liderança porque a liderança não é imposta. Não é a liderança de Stalin, durante a Guerra Fria, na época da Cortina de Ferro. A liderança tem que ser alguma coisa na base da legitimidade e

isso, infelizmente, eles perderam e não há ninguém, no horizonte, para herdar esse tipo de bandeira.

Eu vou também fazer uma pequena menção ao papel da China. Eu acho que, nesse panorama, a China está se comportando com muita inteligência e com muita prudência. Quando a China Popular assumiu o posto permanente no Conselho de Segurança, no início dos anos 70, temia-se que a China, recém egressa da revolução cultural, fosse colocar o sistema mundial de cabeça para baixo. Não foi nada disso que se viu. A China foi de uma grande prudência, como tem sido até hoje. Entrou para a OMC outra vez. Os chineses vêem os seus interesses imediatos e estão esperando que chegue o seu tempo. Eles estão, pacientemente, construindo a base do seu poder, em grande parte, graças ao mercado americano e ao mercado ocidental. Mas, estão fazendo isso de uma maneira gradual, sábia, inteligente, moderada. Para nós, isso tem uma grande vantagem porque a China, sobretudo, e através dela, a Ásia, está representando uma espécie de ressurreição das commodities. Para os países que dependem de commodities, que é o caso do Brasil, da América Latina, da África e da imensa maioria de países em desenvolvimento, os Estados Unidos nunca foi um grande mercado de commodities, não só porque ele é um grande produtor de commodities, mas porque, naquilo que ele importa, já chegou a um ponto de saturação. Isso não acontece com a China. A China tem um apetite insaciável por commodities de todo o tipo – petróleo, soja, minério de ferro etc. – e mudou a sorte desses países todos.

É isso que permite que haja uma situação como a que eu descrevi no meu último artigo da Folha de S. Paulo. Eu escrevi um artigo intitulado: “Quem precisa dos Estados Unidos?”. Antigamente, quando havia uma eleição nos Estados Unidos, no Brasil, todo mundo discutia quem ia ser o Presidente dos Estados Unidos porque parecia que o nosso destino ia depender disso. Hoje, ninguém liga para isso porque nós sabemos que, qualquer que seja o Presidente dos Estados Unidos, isso não vai fazer muita diferença para nós, nem para bem, nem para mal, porque a política deles é aquela política do Presidente Nixon, da negligência benevolente. Então, para nós, isso não faz muita diferença porque nós exportamos horrores através da China. Nós estamos tendo esse êxito através das commodities, assim como estão fazendo os outros países latino-

americanos, os africanos etc. Isso permitiu que se criasse uma espécie de alternativa para o papel que os americanos tinham no sistema internacional.

Nessa parte do global, eu vou terminar com uma reflexão muito rápida que eu também mencionei no meu último artigo. Hoje em dia, a política americana para a América Latina se resume em três pontos: acordos de livre comércio, combate ao narcotráfico e combate aos imigrantes clandestinos. A visão deles da América Latina é essa. Tirando o livre comércio, em que ainda se pode discutir e em que há certo benefício, as outras duas questões – narcotráfico e imigrantes – são estreitamente definidas, do ponto de vista dos interesses americanos. Portanto, muitas vezes, são negativas para os países da América Latina. Esse é o panorama que eu vejo hoje, em pinceladas muito rápidas. Eu não pretendo, de forma nenhuma, ter esgotado, nem ter dito que esta é a única visão possível, nem que ela seja a melhor. É apenas uma visão pessoal, entre outras.

Agora, como é que eu vejo o Brasil nesse contexto? No caso do Brasil, nós temos uma primeira agenda de grande vulnerabilidade, que é a dependência energética. Essa dependência energética em relação a outros países, de certa forma, se acentuou por uma política, que eu não renego, porque eu fui um dos partidários mais entusiastas e até executantes dessa política, no tempo em que eu estava no Itamaraty. É a política de celebrar acordos com países vizinhos. Por exemplo, acordo de energia elétrica com o Paraguai, no caso de Itaipu; o gás da Bolívia; outras iniciativas com o Equador, com a Venezuela, Peru, Colômbia etc. Eu não renego isso e acho que, naquele momento, foram idéias muito válidas. Acontece que, como toda a aposta, isso envolve riscos. Nós apostamos na idéia de que a integração energética ia ser o carro-chefe da integração latino-americana porque ela é que daria substância ao intercâmbio porque, de um lado, havia um país, como o Brasil, pobre em combustíveis fósseis, importador de energia. Do outro lado, estavam os vizinhos, que eram exportadores de energia e, com isso, poderíamos integrar o coração do continente com gasodutos, com linhas de interconexão elétrica etc. Isso fazia sentido, mas desde que fosse um projeto real, de parceiros, de sócios. Num momento em que o Brasil passa a ser tratado como uma ExxonMobil, ou como a Chevron, ou como

a British Petroleum, isso perde o sentido. Infelizmente, é isso que está acontecendo. Devido a mudanças nesses países, que são mudanças até legítimas, porque eu não tenho a menor dúvida que, nesses países, nós estamos assistindo à ascensão de um novo ator, que são as massas indígenas, massas camponesas, massas mestiças, que foram marginalizadas. Essa é uma mudança histórica, mas, obviamente, quando um novo ator social chega e emerge na vida política, o primeiro efeito é desestabilizador porque esse ator novo é contra o *status quo*. Infelizmente, nós somos parte do *status quo*. O Brasil é parte do *status quo* herdado do passado. Isso cria tensões. Nós vimos que, no caso do gás, já há candidatos no Paraguai falando de Itaipu e em outros lugares. Então, sem dúvida nenhuma, essa agenda energética brasileira vai exigir uma enorme capacidade nas próximas semanas e meses. Eu não estou insinuando, com isso, que o Presidente ou o nosso Ministro não estejam certos em buscar um entendimento com a Bolívia ou com a Venezuela. Pelo contrário, eu acho que eles fazem muito bem em procurar, de toda a maneira, aparar as arestas, resolver os problemas e encontrar bases. Mas é preciso estar consciente que a situação atual não é mais a situação que nós tivemos no passado. Nós não temos mais a segurança jurídica que tínhamos nos anos 70 porque nós assistimos tratados sendo rasgados. No caso da Bolívia, por exemplo, o tratado foi rasgado. Não eram apenas contratos, eram tratados de Estado a Estado e foram rasgados. Por razões de conveniência diplomática, nós escolhemos continuar as conversações. Eu não contesto isso, só faço votos para que o Presidente e o Ministro tenham êxito em reconstruir essa relação, em novas bases, mas o risco está aí. Nós já tivemos problemas nessa área e vamos ter que pensar muito até que ponto nós podemos planejar o futuro energético do Brasil, aumentando o grau de dependência em relação aos vizinhos. Se fizermos isso, nós temos que colocar essa questão, como parte do pensamento estratégico. E se não der certo? E se amanhã o Brasil estiver pendurado nesse fornecimento energético e acontecer o pior e a energia nos for cortada? Qual será a nossa resposta? Isso eu deixo para vocês que vão discutir esses dilemas estratégicos porque eles existem.

Eu passo agora à agenda da mudança climática. Eu vi aqui, com muita alegria, que o Ministro de Ciência e Tecnologia disse que um dos oito setores prioritários é o da Amazônia e Mudança Climática. De fato, nessa

área, nós temos uma situação delicada. Há uma evidência científica, que está em todos os trabalhos do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática - IPCC e dos grandes laboratórios de meteorologia: os países que vão ser mais duramente afetados pela mudança climática são os países quentes, porque vão ficar mais quentes, mais secos e vão ter problemas muito graves de perda de vegetação. Nós já temos projeções muito complicadas, não para 100 ou 200 anos, mas para daqui a 10, 15 ou 20 anos. Nós vamos ter situações muito complicadas no Brasil que vão afetar milhões de pessoas, como a subida do nível do mar, deslocamento de populações, problemas de alimentos, mudança de regime das chuvas no centro-sul, até mesmo, a nossa decantada competitividade agrícola pode estar ameaçada porque a umidade vem, em grande parte, da Amazônia. Nós vamos ter problemas sérios e, infelizmente, estamos muito retardatários em nos prepararmos para isso. Recentemente, o Fórum Brasileiro de Mudança Climática, que é presidido pelo Professor Pinguelli Rosa, há alguns meses atrás, sugeriu que o Governo Brasileiro criasse um sistema de monitoramento, de estudo sobre mudança climática no Brasil, que até hoje não existe, e que nós elaborássemos um plano para enfrentar a mudança climática, com as questões de adaptação à mudança climática. Eu não sei em que pé se encontra isso, mas mesmo que ele tenha sido aprovado, ele já vem tarde porque isso deveria estar funcionando, não a partir do atual governo, mas em governos passados. É alguma coisa sobre a qual vários governos têm responsabilidade sucessiva. Eu aconselho a que se debruce este encontro sobre esse problema porque vai nos atingir e vai ter conseqüências que vão afetar milhões e milhões de pessoas. Por exemplo, se for verdade o que vai acontecer nas previsões do semi-árido, no Nordeste, nós vamos ter um problema humano de dimensões extraordinárias, como talvez nunca tenhamos enfrentado antes em nossa história. É preciso que a gente se prepare para isso.

A terceira agenda é a agenda de lidar com a complexidade. Como fruto de muitos anos de vida trabalhando com o desenvolvimento, sobretudo, nesses últimos 10 anos na UNCTAD, que é uma espécie de *think-tank* das Nações Unidas sobre desenvolvimento, fui chegando à conclusão que o desenvolvimento, ao contrário do que se pensa, não é um processo substancialmente econômico ou majoritariamente econômico. Ele é um processo totalizante, um processo pelo qual uma sociedade aprende a

lidar com a complexidade; aprende a lidar com desafios cada vez mais complexos. Quando nós dizemos que os suíços, ou os suecos, são mais desenvolvidos do que nós, não queremos dizer apenas que eles são mais ricos, mas queremos dizer que eles administram, melhor do que nós, as prisões, as escolas primárias, os parques nacionais, os museus, enfim, tudo o mais. O desenvolvimento é uma totalidade, é saber administrar uma sociedade humana complexa.

O Brasil é uma sociedade humana cada vez mais complexa e está se aproximando dos 200 milhões de habitantes, com um grau de heterogeneidade extraordinário. É um país que entrou no século XX com 17 milhões de habitantes. É verdade que, naquela época, o censo foi mal feito e devia ser um pouco mais, mas, teoricamente, o Brasil entrou no século XX com 17 milhões e saiu do século XX com 170 milhões de habitantes, ou seja, dez vezes mais. É um país que, praticamente, mudou de substância em relação ao que era no passado. Esse país tem uma complexidade crescente e nós não acompanhamos muito bem essa complexidade. Fenômenos como o apagão de energia, há alguns anos atrás, agora, pode ser que se repita; fenômenos como esse do transporte aéreo; fenômenos como essa paralisação de São Paulo, por efeito de um grupo de criminosos dentro de prisões; ou os problemas da criminalidade dos morros, que impõe sua lei em determinados territórios; esses fenômenos, no fundo, são um reflexo da nossa dificuldade em lidar com a complexidade porque nós temos ilhas de excelência. Nós sabemos que nós temos algumas ilhas muito boas, mas elas estão perdidas num pântano, perdidas num oceano em que os graus de eficiência são muito duvidosos. Quando eu fui Ministro do Meio Ambiente, naquele período, eu adquiri uma invencível dúvida, um ceticismo muito grande sobre a possibilidade de o Brasil impor leis contra as queimadas porque eu vi que a nossa capacidade de fiscalizar e de controlar o território amazônico é próxima de zero. Nós podemos ter até os satélites que localizam focos, mas não temos gasolina para o automóvel do IBAMA chegar até o lugar do foco e, quando se impõe a multa, o sujeito não paga, vai para justiça, onde o processo fica anos e ele continua retirando mogno das reservas indígenas. A nossa capacidade de atuar sobre a realidade ainda é muito precária. Nós estamos melhorando. Eu tenho certeza que, hoje em dia, é melhor do que na época em que eu fui Ministro, mas ainda está muito distante do ideal.

Esse é o grande desafio que nós temos. Como é que nós vamos lidar com a complexidade. Só há duas maneiras: melhorando as instituições e melhorando a educação porque o que faz um país capaz de lidar com a complexidade são duas instituições, com uma educação de excelência, que nos vai permitir manter a qualidade dessas instituições. Por que é que os Estados nunca mais repetiram o grande “*crack*” da Bolsa de 1929? Porque o Federal Reserve aprendeu e não corta totalmente o crédito, como ele fez em 1929. O Federal Reserve tem gente de primeiríssima ordem que saem das melhores universidades do mundo. Então, os americanos hoje impedem que volte a crise de 1929. O ser humano aprende com a experiência. Às vezes, eu gosto de mencionar um paradoxo de Chesterton, mas que não é verdadeiro. Chesterton dizia: “A história só nos ensina que a história não nos ensina nada”. Ou seja, nós estamos sempre condenados a repetir os velhos erros. Isso não é verdade. Nós tivemos duas Guerras Mundiais e não tivemos a terceira. Entre a primeira e a segunda, se passaram 20 anos. Agora, nós já estamos há 62 anos do fim da II Guerra Mundial e, mal ou bem, alguma coisa nós aprendemos. Nós aprendemos com as lições, mas esse aprendizado tem que ser encarnado nas instituições através de uma educação de qualidade.

Eu quero terminar aqui com uma manifestação de fé no futuro do Brasil porque eu já estou no fim do meu percurso, já tenho muita idade, sei que já não tenho muitos anos pela frente, mas nesse declínio da minha existência, vejo que o Brasil não só está sabendo enfrentar alguns desafios, como tem bons trunfos para enfrentá-los no futuro. A Revolução Francesa introduziu a heterogeneidade porque o critério de legitimidade passa a ser o povo e não mais o princípio dinástico; é a república e não a monarquia. A Revolução Russa, que faz 90 anos amanhã, em 07 de novembro de 2007, introduziu outra dose de heterogeneidade. Mas, com o fim do comunismo, esse sistema voltou a ser muito homogêneo. No mundo inteiro, ele caminhou de novo para uma convergência. Na América Latina, nós caminhamos para uma divergência. Isto é, nós estamos com unidades que estão, cada vez mais, com opções diferentes das outras e, talvez, até um certo ponto, incompatíveis. Por exemplo, o critério da legitimidade. Obviamente, o critério da nossa Constituição não é o da nova Constituição da Venezuela. Eu não quero aqui fazer

nenhuma crítica ao vizinho país, que eu estimo muito. Eu gosto muito da Venezuela, da sua vida cultural, mas não há dúvida que o critério que eles estão adotando nessa reforma não é bem o nosso, assim como, não é o de outros países do nosso continente. A organização bolivariana que está se tentando criar, ainda é um pouco nebulosa, mas não é a mesma que a nossa. Sem entrar em detalhes, eu creio que nós não gostaremos de ter essas mesmas mudanças aqui no Brasil. Também não queremos ter as mudanças que estão ocorrendo na Bolívia, ou no Equador. Nós estamos fazendo aqui as nossas mudanças de uma outra forma, com um processo de outro estilo, embora, isso não signifique que será necessariamente melhor, mas é o nosso processo. Então, o que eu quero dizer com isso é que há uma tendência crescente para um continente que, apesar de falar muito de integração, está indo, cada vez mais, para lugares díspares. Nós podemos dizer, a grosso modo, que o norte do continente, o México, a América Central e a zona das Antilhas e do Caribe, estão cada vez mais integrados no espaço norte-americano. Já fizeram isso do ponto de vista econômico, pelos Tratados de Livre Comércio e estão fazendo isso, na prática, porque, como se dizia antigamente, as pessoas voltaram com os pés, como se dizia na Alemanha Oriental, que fugiam, voltavam com os pés. Então, as pessoas que estão indo para os Estados Unidos, apesar das barreiras, dos muros, das deportações são, afinal, 11 ou 12 milhões de hispanos que estão lá. Então, essa gene está se integrando aos Estados Unidos e, se os Estados Unidos tivessem uma política mais generosa, eu acho que isso seria ainda mais acelerado. Mas, não há dúvida que todos esses países do norte olham para a integração com os Estados Unidos, em comércio, em imigração, mandam os filhos estudar lá etc. Isso é verdade, em larga medida, no norte da América do Sul. É o caso do Peru e da Colômbia, que já assinaram acordos. O Equador só não assinou o acordo porque os americanos suspenderam as negociações e, depois, com o novo governo, vai ser difícil. O Chile também assinou. Só que, há outros países que escolheram um caminho próprio. Nós mesmos escolhemos um caminho que eu acho correto. Eu defendo a opção brasileira e sempre defendi. Eu acho que o Brasil não teria muitas condições de negociar um bom Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos porque a nossa situação é diferente. Primeiro, porque os americanos têm muito medo da agricultura brasileira. Não é a mesma atitude que eles têm em relação aos outros. Eles têm medo de nós e eu posso dizer isso porque eu fui Embaixador lá.

Uma vez, eu tentei trocar suco de laranja por cerveja americana e eles me disseram que a Florida Citrus Association não quer nem ouvir falar disso. Era na época do Governo Collor e eles me disseram para sugerir que nós abríamos o mercado brasileiro para a cerveja americana se eles abrissem o mercado do suco de laranja para nós. Eles não quiseram nem falar no assunto. A Bancada da Flórida é formada por 25 deputados e eles só estão lá para impedir que se faça qualquer concessão ao Brasil. Quer dizer, o Brasil poderia fazer um acordo, mas seria um acordo pequeno. Acho que é possível fazer alguma coisa e espero que o nosso Embaixador, que é um brilhante colega nosso, Antonio Patriota, que conhece isso tão bem como qualquer outro, e que tem uma vastíssima experiência em assuntos comerciais, encontre o caminho. Mas, é difícil porque o problema não é ideologia, mas são problemas concretos, problemas de estrutura de exportação. Então, nós optamos pelo caminho mais autônomo, com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai, mas essa é uma tentativa muito difícil. Nós tentamos usar o Mercosul como ponto de partida, para ampliá-lo na América do Sul e não conseguimos porque, hoje, já boa parte da América do Sul escolheu um outro caminho.

Além dessa divergência que há sobre comércio, está havendo agora essa divergência em relação ao aparecimento de um novo ator político, que são as massas da periferia. Nós estamos vivendo na América do Sul, e no México também, um fenômeno que a Europa viveu em 1830 a 1860, só que, no caso da Europa, era resultado da industrialização e da urbanização, quando se criaram grandes cinturões nas capitais européia. Foi a época das revoluções, em 1830, 1848, ou seja, a época em que os revolucionários erguiam barricadas no Fauburg Saint Antoine, em Paris, porque, naquela época, essa gente nova que estava aparecendo não tinha direito de voto. Não havia sufrágio universal. Na Europa, o sufrágio universal só veio a ser conquistado no fim do século XIX e, em alguns países, só no século XX. Então, o único caminho era a revolução. Mas era a ascensão de um novo ator que surgia. Eram aquelas massas da industrialização e da urbanização. Aqui, nós estamos tendo uma agravante. Essas massas são mais fruto da urbanização do que da industrialização porque, tirando alguns países, na maioria dos outros, não houve industrialização. Por exemplo, os 700.000 bolivianos que vivem em El Alto, no subúrbio de La Paz, praticamente, vivem todos de biscate, de vender coisas nas ruas, fazendo pequenos concertos. Aquelas enormes

periferias de Lima e de todas essas grandes cidades de Caracas. Essas periferias existem no Brasil também, só que aqui esse processo foi atenuado porque aqui houve mais indústria, a indústria não desapareceu tanto e esse processo foi atenuado. Essa gente está querendo ter voz. Então, vocês têm que pensar que muito pouca gente se dá conta que nós tínhamos sufrágio universal, mas não contava. Era aquela história do passado “ganha, mas não leva”. Quando um desses movimentos ganhava, não levava, nem na Argentina, nem aqui. Enquanto durou a Guerra Fria, esses atores não tinham esperança de chegar ao poder. Se chegassem, seria de uma maneira muito limitada. Com o fim da Guerra Fria, o sufrágio universal passou a existir na América Latina, mas de uma maneira total, livre, porque já não há mais intervenção militar na política, já não há mais o perigo de que esses movimentos vão levar a uma Cuba. Então, pela primeira vez, eles estão ganhando e levando. Eu acho que isso está acontecendo em toda a parte, inclusive, aqui. Eu acho que a chegada do PT ao poder é a forma mais branda desse fenômeno. Em alguns lugares, esse fenômeno está adotando uma postura muito mais radical do que aqui. Por exemplo, a encarnação desse fenômeno na Venezuela é muito mais complicada do que no Brasil, pelas circunstâncias do país, dos líderes envolvidos, enfim, uma série de circunstâncias.

Agora, a minha conclusão é simplesmente que não é um ambiente propício para nós formarmos a União Latino-Americana, como os Europeus fizeram com a União Européia. A União Européia está avançando porque os europeus estão na mesma sintonia. Vocês sabem que qualquer país que quiser aderir à União Européia tem que fazer uma dieta de emagrecimento. Se você é búlgaro ou romeno e quer entrar para a União Européia, tem que passar por anos e anos de perder peso, cortar o bigode, se tornar civilizado, aceitar direitos humanos, mudar tudo e só passa depois de muito esforço. Só então, a União Européia diz: “Está bem. Pode entrar”. Aqui, nós estamos numa fase de crescentes divergências. Então, eu confesso que sou muito cético sobre a possibilidade de ter qualquer esquema, como o Mercosul, em que nós tenhamos gente querendo ir para um lado e outros que vão querer ir para o outro. É como uma história famosa que se conta da Guerra Civil Espanhola. Vocês sabem que a Guerra Civil Espanhola ocorreu no fim daquele período em que a República Espanhola tinha caído na anarquia.

A República Espanhola tinha governos que iam desde os monarquistas até os anarquistas. No mesmo gabinete, tinha gente de todas as tendências. Conta-se que, quando se construiu o primeiro trem rápido entre Barcelona e Madri, um catalão de Barcelona, muito rico, que nunca tinha viajado de trem, e que desconfiava do progresso, se deixou convencer que essa era uma coisa que ele devia experimentar ainda em sua vida. Ele tomou o trem e ficou maravilhado com aquele conforto. Esse trem parava numa estação no meio do caminho, em que havia uma pausa para almoço. Ele foi almoçar, gastou tempo demais e, quando voltou, tinha um trem que ia de Madri para Barcelona, no sentido oposto. Ele não se deu conta e entrou no trem errado. Ele começou a conversar com uma pessoa que estava sentada a seu lado e disse: “Que maravilha! O progresso”. Durante 15 minutos, ele cantou em prosa e verso as maravilhas do progresso e do trem. Depois, ele perguntou: “Para onde é que o senhor vai?” E o outro passageiro respondeu: “Eu estou indo para Barcelona”. E ele disse: “O senhor está vendo a maravilha do progresso! O senhor está indo para Barcelona, eu estou indo para Madri e estamos ambos no mesmo trem”. É um pouco isso. Precisamos saber qual é o trem que nós vamos tomar. Integração exige um grau mínimo de partilha de critérios de legitimidade, de organização, de aspirações. Se não houver isso, é difícil que vá haver um casamento muito durável. Muito obrigado.

Professor Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Antes da pausa para o almoço, eu queria entregar ao Embaixador um Certificado do Evento, assinado pelo Secretário Cunha Couto e pelo General Felix, pela sua presença e agradecer a todos os que estão aqui até agora, com fome fisiológica, mas com uma fome ainda maior de saber. Retomaremos às duas horas. Muito obrigado a todos.

Mestre-de-Cerimônias: Eu queria informar que, ao retornarem, às 14h00min, os senhores já devem se dirigir diretamente para as salas onde serão realizadas as Mesas Paralelas. Obrigado. Bom almoço a todos.



MESA 1.1 SEGURANÇA E DEFESA: RISCOS E AMEAÇAS

Terrorismo e Ameaças Transnacionais

Márcio Scalercio
Pontifícia Universidade Católica/RJ e Universidade Cândido Mendes

Medidas de Contraterrorismo

Janér Tesch Alvarenga
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República/
Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais

O Papel do Poder Marítimo

Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva
Escola Superior de Guerra

Terrorismo e Ameaças Transnacionais

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Senhoras e senhores, boa tarde. Iniciaremos agora os trabalhos relativos à Mesa I do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, sobre “Riscos e Ameaças”. Para tanto, convidamos os seguintes palestrantes a ocuparem seus lugares à Mesa: Senhor Márcio Scalercio, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade Cândido Mendes; o Senhor Janér Tesch Alvarenga, da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o Senhor Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva, colaborador permanente da Escola Superior de Guerra.

Os trabalhos serão conduzidos da seguinte forma: os palestrantes terão 20 minutos para fazerem suas apresentações, que serão realizadas de forma seqüencial. À continuação, haverá um tempo de 30 minutos destinado ao debate. Os interessados em participar do debate deverão formular suas perguntas por escrito, informando o seu nome, instituição que representam e a qual palestrante a pergunta é destinada.

Convidamos o Senhor Márcio Scalercio para conferir sua palestra, intitulada “Terrorismo e Ameaças Transnacionais”.

Márcio Scalercio – Pontifícia Universidade Católica/RJ e Universidade Cândido Mendes: Boa tarde a todos. Eu fico feliz de estar participando deste VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos e feliz também porque eu participei do VI ENEE e isso significa que há grande possibilidade de eu participar do VIII ENEE. Fiquei muito contente também, não só com o discurso do General Felix, mas também com a palestra do Ministro Rubens Ricupero que foi realmente extraordinária.

Aliás, eu vou me remeter a algumas coisas que o Ministro mencionou na sua palestra. Então, vamos ouvir isso pela segunda vez, mas, talvez, num enfoque menos diplomático e mais nervoso, o que pode implicar algum tipo de debate ou controvérsia. Mas, para um Encontro de Estudos Estratégicos, nada mais salutar do que o debate ou controvérsia.

Sobre o tema que me foi pedido que falasse, eu levantei alguns elementos para reflexão. Primeiro, traçando um cenário sobre terrorismo e ameaças transnacionais, o início do século XXI foi palco do fortalecimento da presença de organizações radicais, dotadas de capacidade de ação planetária e vamos ver como isso envolve o Brasil, de uma maneira ou de outra. Então, vamos ver as ameaças diretas ou indiretas ao Brasil, por parte dessa situação.

De acordo com isso, eu considero como ponto central da nossa questão, o que o Brasil precisa e o que as demais nações organizadas e civilizadas, conjunto do qual o Brasil faz parte, podem exigir do Brasil. Então, é o que o Brasil precisa e o que pode ser exigido dele. A minha primeira preocupação é a capacidade do Estado Brasileiro exercer um controle eficaz sobre o que se passa em seu território. Eu diria que esse é o primeiro grande problema nesse contexto. A capacidade de o Estado Brasileiro exercer controle eficaz sobre aquilo que se passa em seu território.

Em segundo lugar, vou abordar as formas de enfrentamento e que tipo de cooperação internacional o Brasil pode prestar em relação a esse cenário. Mais do que isso, qual é o papel do Brasil e quais são as formas de cooperação convenientes para o país. Pode haver formas de cooperação que sejam inconvenientes. Há determinados convites que podem fazer para o Brasil e o Brasil, educadamente, não aceitará, por exemplo. Essa é uma outra questão. Junto com essa questão, nem sempre a vontade de fazer é o bastante. O Brasil, especialmente, na área de segurança, num ponto de vista mais amplo, padece de uma série de precariedade de meios.

Finalmente, a questão do terrorismo, ameaças, convenções e o sistema internacional. Essa é a minha segunda preocupação. Sob o pretexto de enfrentar, de modo implacável, as organizações radicais terroristas,

alguns governos têm, sistematicamente, ignorado e violado convenções consagradas e as leis internacionais. Eu defendo a idéia de que isso não interessa ao Brasil. Na bibliografia sobre esse assunto, e sobre o que se passa no mundo hoje, há alguns acadêmicos falando que nós estamos vivendo uma “era da insegurança internacional”. Parafrazeando o Eric Hobsbawn, “A Era do Capital”, “A Era das Revoluções”, “A Era da Insegurança”. Além da “Era da Insegurança”, nós também podemos estar passando por uma situação de uma “Era sem Lei Internacional”, que não interessa ao Brasil e a outros países como o Brasil.

O que é que eu estou querendo dizer com isso? Não considero que o Brasil esteja no topo da lista, e nem perto do 10º lugar da lista de organizações radicais terroristas, do tipo da Al Qaeda ou de redes aparentadas a ela. Eu não acredito nisso. Porém, apesar de não estarmos no topo da lista, vivemos no mesmo mundo e, sendo o Brasil um Estado Soberano, o Brasil tem obrigações como tal. A questão é que obrigações são essas e o que é que nós devemos fazer. A questão do que nós podemos fazer não é mais suficiente porque o fato de sermos um Estado Soberano implica uma série de obrigações, sendo que, a maior delas é a capacidade que o Estado tem de proteger a sua população e de fazer aplicar a lei em todas as dimensões do território nacional. Nós temos uma série de precariedades no sentido de fazer isso de um modo adequado.

O que são esses grupos terroristas? Em 2000, após os atentados de 11 de setembro, o Presidente dos Estados Unidos disse que o país está em guerra com o terror. Inclusive, eles não atacaram apenas Nova Iorque e Washington, mas, depois, atacaram Madri, Londres, áreas na África, Meca, a Indonésia, matando turistas australianos e indonésios e nenhum desses ataques é mais ou menos importante do que os outros. O que é uma guerra contra o terror? O que é uma guerra contra uma rede como a Al Qaeda? Na verdade, o Presidente Bush deve ter tido inúmeros assessores que montaram aquele discurso com ele e devem ter explicado o que é uma guerra contra o terror. Ou será que o terror e grupos como a Al Qaeda são muito mais adequadamente enfrentados e neutralizados por meio de ações com operação policial e inteligência, como falou o Embaixador Ricupero? Que guerra é essa? Tem gente que fala que isso é uma espécie de guerra que está predominando no mundo

Pós-Guerra Fria. É um tipo de guerra irregular, é uma modalidade de guerra irregular. Tem gente que chama isso de “guerra assimétrica”, por causa da assimetria dos contendores, dos métodos de ação e dos objetivos.

De qualquer modo, independente do tipo de guerra, isso produziu uma vasta literatura e produziu políticas de Estado. Cito o cientista político norte-americano, Francis Fukuyama, que é por muitos conhecido devido à sua tese, terrivelmente mal interpretada, de “O Fim da História”. As frases de efeitos deviam ser evitadas, tais como, “a sorte foi lançada”, “vim, vi e venci”. A frase “o fim da História” também deveria ser evitada. O Francis Fukuyama, que frequentemente presta assessoria ao governo americano, especialmente, nos governos conservadores, lançou um texto que foi, inclusive, publicado no Brasil sobre a existência de Estados fracassados ou falidos. São aqueles Estados em que as instituições públicas não funcionam, em que os elementos básicos de manutenção da lei e da ordem não acontecem e cujos governos não têm controle sobre o seu território. Então, são fracassados por causa disso. Qual é o problema? Para os americanos, durante muito tempo, não era nenhum, muito menos para os ingleses e nem mesmo para os belgas. Eles não queriam saber o que se passava na sua malha, ou o que acontecia no Haiti, ou quando era a data da independência do Afeganistão. Essa questão passou a ter um peso maior por causa dos ataques projetados nos territórios do Primeiro Mundo. Como esses Estados fracassados não têm condições de impor o controle do poder público no seu território, podem apresentar situação de santuário à ação desses grupos radicais, ou podem ter seus territórios usados como trampolim, como área de passagem de produtos e situações ilegais para outros países. Então, os Estados fracassados passaram a fazer parte do elenco de preocupações dos governos desses países. É uma preocupação diferente dos anos 90. Nos anos 90, as intervenções que aconteceram, por exemplo, no Kosovo ou na África, foram intervenções no sentido de procurar deter governos que estavam fazendo uso do poder do Estado para maltratar facções da sua própria população. Era o que estava acontecendo entre a Sérvia e o Kosovo, na Serra Leoa e ainda está acontecendo no Sudão. Então, são Estados fracassados no sentido mais amplo porque são Estados que não cumprem o seu papel em relação a toda a sua população, não importa qual seja a facção, no sentido de garantia da paz, distribuindo justiça. Em

minha opinião, o Estado que não consegue fazer isso – garantir a paz e distribuir justiça – só serve para cobrar impostos e atrapalhar a vida dos outros.

Qual é o papel do Brasil e que tipo de contribuição adequada o Brasil pode dar no enfrentamento desse problema? Primeiro, o Estado Brasileiro tem que ter clareza do que se passa no seu território. Essa é a contribuição que o Brasil vai dar, ou seja, tomar conta do seu território, monitorar suas fronteiras, tomar conta das suas águas territoriais, do seu espaço aéreo e impedir que situações difíceis, que já se manifestam no território brasileiro hoje piorem. Eu não estou falando apenas de fronteiras, mas de situações que acontecem em grandes cidades brasileiras, em lugares onde o Poder Público já não controla o território. O território é controlado por quadrilhas e isso é muito grave porque nós admitimos que cidadãos brasileiros, nossos compatriotas, vivam sob a tutela de bandidos. Isso é extremamente desagradável e desconfortável. Não é bom.

Uma outra questão sobre esse problema do território é que o Brasil sofre, cada vez mais, uma série de insinuações, quanto ao fato de o Governo Brasileiro não cumprir a sua responsabilidade nacional de tomar conta dos seus recursos naturais, das suas áreas florestais e dos seus mananciais de água. O Brasil faz isso mal. O Brasil é criticado por isso. O Movimento Ambientalista teve sua origem em meados dos anos 70 e, desde o início, se constituiu como militância política. Então, o Movimento Ambientalista é iminentemente politizado. Ao longo do tempo, a consciência ambiental cresceu no mundo inteiro, inclusive, no Brasil, mas, mais ainda nos países do Primeiro Mundo, fazendo com que acadêmicos, autoridades governamentais, a opinião pública e até mesmo setores empresariais passassem a considerar esse problema como um problema de peso na sua lista. Isso significa que, daqui para frente, haverá um aumento cada vez maior da pressão, em relação ao Brasil, no que diz respeito ao modo como ele lida com esses assuntos. Não adianta alguém levantar, cantar o Hino Nacional e logo após dizer que não passam de estrangeiros intrometidos que estão falando sobre aquilo que não lhes diz respeito porque não é assim que se enfrenta esse tipo de coisa. Nós devemos enfrentar esse tipo de coisa com políticas adequadas, com competência, levando a sério os problemas de segurança que são

fundamentais para proteger nosso povo. Então, esse é um tipo de situação que nada tem a ver com o problema da Al Qaeda, dos terroristas, daqueles caras que, de maneira estereotipada, nós vemos com turbantes e barba cumprida. Isso não tem nada a ver com isso, mas tem a ver com a capacidade que nós temos de tomar conta do nosso território e de fazermos a nossa obrigação. Isso nada tem a ver com a questão do que é que o estrangeiro vai pensar de nós. Não há nada mais subdesenvolvido do que essa preocupação sobre o que vai se falar do Brasil por aí fora. A questão é como a comunidade brasileira, através do Estado, cumpre o seu papel de não deixar as suas obrigações para amanhã, nem para depois da feira, nem para depois da chuva.

O problema da discussão de estudos estratégicos no Brasil é que as pessoas, de um modo geral, pensam em estratégia como uma coisa de médio e longo prazo. O problema no Brasil é que as coisas de curto prazo são tão graves, tão numerosas, que nós temos uma dificuldade danada de pensar como que é que vai ser no médio e longo prazo. Então, isso que eu estou falando agora não é a projeção de um problema que vai começar a se agravar. Eu me lembro, logo depois do 11 de setembro, de artigos de jornais estrangeiros questionando a capacidade de o Governo Brasileiro ter autoridade e saber o que se passa na região da Tríplice Fronteira. Eu me lembro disso. Eu não estou vendo uma conspiração de gringos tentando usurpar a soberania nacional brasileira. Eu estou vendo um questionamento que muitos cidadãos brasileiros têm, sobre até que ponto o Estado Brasileiro realmente tem condições de monitorar o que se passa no nosso território. Eu tenho dúvidas sobre isso e estruturei a minha questão nesse aspecto.

Então, eu centrei a minha questão nesse problema de como o Brasil enfrenta as ameaças transnacionais. O Brasil enfrenta essas ameaças transnacionais tomando conta de si mesmo. Isso significa assumir determinadas questões que, às vezes, podem parecer antipáticas e até dolorosas. Por exemplo, no setor de segurança, é imperiosa a aplicação de tecnologia avançada nessa área e ter pessoal adequadamente preparado para lidar com isso. O aperfeiçoamento tecnológico é uma realidade incontornável. Isso custa muito dinheiro, mas é uma realidade incontornável. Até parece que eu estou falando alguma novidade. Numa discussão sobre a adequação das Forças Armadas Brasileiras, se

afirmava: “As Forças Armadas Brasileiras são totalmente adequadas. O único problema que elas têm é problema orçamentário”. Será isso?

O terceiro ponto é a adequação das polícias brasileiras, em todos os níveis: “As polícias brasileiras são ótimas. Elas não têm problema nenhum. Elas cumprem seu papel de modo notavelmente competente. Não há o que se falar sobre isso”. Ou há? Nós estamos falando de um mundo em que o processo de segurança se tornou multidimensional. Você pode ser agredido pela internet, conforme aconteceu num dos Estados Bálticos, ainda há pouco tempo. Suspeita-se que o Governo Russo está por trás do ataque. Você pode ser agredido se um vizinho seu lhe negar acesso a determinados bens que são fundamentais para você. Você pode ser vítima de ataques terroristas contra a sua população civil, se nós dermos o azar de o modo de ação da Al Qaeda entrar na moda. Num mundo em que a grande super potência, não só tem atuado no sentido de enfraquecer as entidades multilaterais, fundamentalmente, a ONU, que os Estados Unidos atuam buscando exclusivamente o seu interesse. Essa é uma situação que eu também acho que não interessa ao Brasil.

Era basicamente isso que eu queria dizer. Obrigado pela atenção de todos.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Desde já, agradecemos a participação do Professor Márcio Scalercio e relembro que aqueles que desejarem fazer perguntas podem fazê-lo por escrito e, ao final, no debate, elas serão passadas aos palestrantes. Obrigado.

Medidas de Contraterrorismo

José Caixeta Ribeiro – Moderador: De imediato, passo a palavra ao Senhor Janér Tesch Alvarenga, para proferir sua palestra sobre o tema “Medidas de Contraterrorismo”.

Janér Tesch Alvarenga – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República/Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais: Boa tarde a todos. Inicialmente, queria cumprimentar os meus colegas de Mesa, o Professor Márcio Scalercio, o Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida e o Coronel José Caixeta. Eu queria aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Secretário da SAEI pelo convite que me foi formulado e parabenizar a equipe que vem trabalhando, diuturnamente, para que este evento se transforme num sucesso, diante das expectativas que temos e que foram desenhadas pelo Ministro e nas palavras do Presidente Lula.

Ao falar de contramedidas, eu vou tentar dar uma vertente um pouco mais pragmática sobre essa questão. Quando a gente fala de contramedidas, logo pensamos num conjunto de possibilidades de emprego, cujas ações venham fazer frente a uma questão A, B ou C. Na realidade, essas contramedidas, como nós vamos verificar nesses vinte minutos de que dispomos para conversar sobre o assunto, têm duas naturezas: (1) do ponto de vista tático, quando a gente olha essas contramedidas de dentro das instituições, cujas competências permitem a sua aplicação; (2) do ponto de vista estratégico, quando o Estado que lança mão dessas instituições para que, num concerto, executem uma atividade em proveito de segurança ou de defesa, tenham condições de potencializar e maximizar os seus resultados.

O grande desafio dessa questão de contramedidas é observar algumas premissas que estão orbitando em torno desse assunto. Em primeiro lugar, a questão do terrorismo, como já foi dito, no Brasil, não é a primeira questão da sua agenda internacional. A agenda internacional do Brasil ainda pauta, como primeira questão, como preocupação nacional, a manifestação do crime organizado transnacional e todos os seus ilícitos, como forma de manifestação. Contudo, o histórico das últimas décadas mostra que, algumas organizações de caráter iminente terroristas nasceram criminosamente organizadas; algumas se valeram da fragilidade e da pouca articulação entre os Estados para lançar mão de suas atividades e fazer frente e postular objetivos que são defraudados em forma de bandeira.

Como o Estado percebe todo esse contexto, a ponto de poder coordenar esse conjunto de ações que nós passamos a tratar agora como contramedidas? No histórico brasileiro, nós conseguimos enxergar, muito claramente, que todas as ações voltadas para contramedidas foram adotadas institucionalmente, em proveito de um objetivo institucional, cuja plena capacitação permitiu transferi-la para um momento seguinte que nós chamamos aqui de combate a um ilícito transnacional da monta do terrorismo. Ao longo do tempo, nós vemos que, pelas atividades de inteligência que foram desenvolvidas nos estados, eles se prepararam e se adequaram para fazerem um trabalho preventivo. A Polícia Federal, as Polícias Estaduais e as Forças Armadas, dentro da sua estreita competência, adquiriram capacitação e construíram um nicho capaz de oferecer ao Estado condições para fazer frente a qualquer eventualidade, caso ela venha a ocorrer no território nacional.

Mas, não é só isso. Em 2004, a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo, constituiu um Grupo Técnico para que ele pudesse identificar as iniciativas que poderiam ser adotadas, a partir dessas instituições, coordenadas pelo Governo Federal, tomando por base os compromissos internacionais assumidos na prevenção e combate ao terrorismo. Ao final do trabalho, esse Grupo Técnico percebeu que as instituições que são dotadas de mecanismos pragmáticos, quer seja no sistema de prevenção, no sistema de combate ou repressão, ou no sistema de defesa, ao longo dos anos, foram adquirindo uma capacitação que podem oferecer no momento de uma

possível ocorrência. Hoje, o Estado tem uma dúvida quanto a esses planos de contingência possuírem a interface necessária para a execução e manifestação das suas práticas e atribuições. Caso venha a ocorrer um evento, como o que ocorreu na Argentina, na Associação Mutual Israelita e no próprio atentado à Embaixada de Israel em Buenos Aires, naquele momento histórico, a Argentina, em momento nenhum, ocupava a primeira posição da lista ou até a 10º posição da lista. Na realidade, essa manifestação que houve na Argentina, já ocorreu em outros territórios, como na África, por exemplo, onde Embaixadas explodiram como uma forma de retaliação às políticas mais agressivas, desenvolvidas pelos Estados Unidos. De qualquer forma, hoje, a escolha de um país para a manifestação dessa prática guarda uma certa relação, mas não uma relação prioritária, com a sua política desenvolvida ou com o seu poder econômico estabelecido. Na realidade, é um jogo de oportunidades, onde quem joga esse xadrez procura descobrir quais são as vulnerabilidades oferecidas por um determinado Estado, ou porque ele tem um sistema legislativo fraco, porque as instituições que atuam sistematicamente apresentam uma série de deficiências. Na aplicação dessas manifestações, esses atores observam o contexto onde eles vão promover uma determinada atividade. Caso venha a ocorrer uma manifestação terrorista no território brasileiro, o que a gente tem que ter em mente é que não se improvisam esquadras. Então, o Estado tem que estar consciente da capacidade de mobilização dos recursos e do emprego desses recursos em proveito de um primeiro momento que nós chamamos de resposta, e também no momento seguinte, ou quase concomitante, executado por órgãos de inteligência e policiais, no sentido de tentar identificar os atores que culminaram com a realização daquele evento.

Há outra forma de essas contramedidas se manifestarem, que não é necessariamente pelo lado policial, da investigação ou de mecanismos de identificação de atores. Há uma série de listas internacionais com nomes de pessoas e instituições que, na realidade, o Brasil não adota porque nosso país se associa a esse cenário internacional no sentido de verificar algumas possibilidades. Primeiro, em termos de contramedidas, o Brasil tem atuado fortemente no sistema preventivo, com o emprego de atividades e operações de inteligência. Quanto maior for o investimento nesse sistema, menor será a probabilidade da incerteza do amanhã

porque, dentro dele, há um fluxo de informações que permeia toda a comunidade e há uma cooperação internacional estabelecida no sentido de identificar movimentações suspeitas de pessoas e de caráter financeiro. Especificamente sobre essa questão das movimentações financeiras, a comunidade internacional instituiu o Grupo de Ação Financeira Internacional – GAFI, do qual o Brasil é membro, no sentido de identificar as transferências, tanto na vertente de lavagem de dinheiro, como na vertente de financiamento de terrorismo, para oferecer a esses Estados um mecanismo de prevenção a mais. É lógico que os Estados empreenderam uma série de atividades no sentido de evitar que esses fluxos passem pelos seus respectivos Estados e diminuir a possibilidade da ocorrência.

Recentemente, foi feito um Grupo de Estudos, dentro da Presidência da República, que, tendo em vista a detecção de fragilidades de coordenação sistêmica dessas instituições nacionais, propôs, à mesma Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a criação de um mecanismo que pudesse estabelecer a sinergia necessária, o conhecimento necessário do potencial e da ausência de capacitação que pudesse permitir o pleno emprego. Então, há um ano e meio ou dois anos atrás, surgiu uma proposta de se ter, dentro da Presidência da República, aquilo que se chamou, num primeiro momento, para efeitos de ajustes técnicos-políticos, “autoridade nacional de prevenção e combate ao terrorismo”. Na realidade, essa figura da autoridade nacional sistematizaria um trabalho com os integrantes das instituições que hoje têm a competência técnico-operacional para executar atividades dentro do sistema de prevenção, de resposta e de combate por repressão, de forma que todas essas atividades tivessem um caráter complementar, de maneira que o potencial identificado pelas atividades de inteligência fosse transferido para o potencial de resposta das diversas instituições e que isso viesse a alimentar uma possibilidade complementar a um plano de contingência, mobilizado pela defesa civil. Na realidade, quando a gente estabelece parâmetros de atuação dessa ação estratégica, a gente tem que estabelecer uma modelagem que seja adequada à nossa realidade, até mesmo porque, os modelos internacionais mais agressivos de combate ao terrorismo, onde se postulam atividades em outros territórios, não se adequam ao perfil institucional brasileiro. Ao mesmo tempo, a gente não pode representar o elo mais fraco dessa corrente, nesse

espírito de cooperação internacional. Então, diante dos compromissos que o Brasil assumiu internacionalmente, diante da realidade nacional e da agenda internacional proposta, o que se espera, e o que se propõe dessa modelagem estratégica é que ela atue mais sistematicamente nos quatro segmentos: (1) da prevenção, e vou destacar a inteligência, com o seu fluxo de informação e intercâmbio, principalmente, das boas práticas; (2) a capacitação institucional, que é reconhecer, dentro daquele cenário nacional, onde estão os nichos de capacitação e quais as propostas complementares que podem se adequar àquele espírito de complementar os objetivos institucionais; (3) a cooperação internacional, que vem se ampliando no decorrer dos anos, quer seja a partir do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa, do Ministério Civil, o próprio Sistema Brasileiro de Inteligência. Todos esses segmentos de Estado têm uma vertente voltada para esta cooperação, internacionalmente, no sentido de estabelecer mecanismos, cada vez mais coesos e mais pragmáticos, quando se refere ao emprego de medidas de combate ao terrorismo; (4) a adequação legislativa que, na realidade, foi proposta em 2006, no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção, quando se estabeleceu um Grupo Multidisciplinar, envolvendo órgãos da administração federal, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, Sistema Financeiro, onde esse colegiado propôs, como meta, que houvesse a apresentação de um anteprojeto de lei que aperfeiçoasse a tipificação do terrorismo e o seu financiamento, uma vez que, o Brasil ainda emprega a Lei de Segurança Nacional, para resposta aos questionamentos feitos pelo Conselho de Contraterrorismo, do Conselho de Segurança Nacional. Só que a Lei de Segurança Nacional estabeleceu, ao longo dos anos, um mecanismo pouco consistente para a manutenção de uma ação concreta que o Estado Brasileiro assumiu quando internalizou as 12 Convenções que tratam sobre terrorismo. Então, hoje existe um questionamento internacional sobre como o Estado vai adequar o seu processo legislativo e criar uma possibilidade sistêmica de estabelecer procedimentos exequíveis e complementares àqueles que vêm sendo praticados no cenário internacional. Então, na realidade, nós não estamos importando um modelo internacional. Na realidade, o Estado está pensando em agregar o valor de alguma prática à sua realidade nacional, considerando os mecanismos hoje existentes. No histórico, essas práticas são perfeitamente perceptíveis. O que se precisa, na realidade, é estabelecer

um mecanismo que venha a dar sinergia e possibilite a identificação daqueles vazios de competência. Isso talvez traduza aquele sentimento de que “esquadras não se improvisam” porque, quando isso for manifestado em território brasileiro, a única coisa que não pode acontecer é uma desarticulação. Recentemente, eu ouvi do então Comandante da Brigada de Operações Especiais, quando ele fez uma apresentação numa audiência pública na Câmara dos Deputados, onde ele se referiu à coordenação das atividades de contraterrorismo que foram estabelecidas na Cúpula América do Sul - Países Árabes e fez um comentário dizendo que, se isso tivesse ocorrido na prática, o sistema de coordenação estabelecido, provavelmente, entraria em conflito com algumas competências diante dos responsáveis por realizar determinadas tarefas. É esta possibilidade que o Estado manifesta quando ele se apresenta diante do Conselho de Governo e diz: “A figura de uma autoridade nacional poderia minimizar a possibilidade desse conflito, quando de uma execução técnico-operacional. Ela pode identificar e fornecer instrumentos para a elaboração de uma política nacional de prevenção e combate ao terrorismo e, essencialmente, pode fornecer elementos que venham a estabelecer exercícios sistemáticos entre essas organizações, no mesmo modelo como acontece hoje no Sistema de Proteção ao Programa de Guerra Brasileiro”. Então, na realidade, é potencializar essas tarefas, capacitando o Estado a cumprir e se apresentar diante da cena internacional, de acordo com os compromissos assumidos. Por outro lado, é dotar essas instituições que integram esses subsistemas, de forma a maximizar os seus objetivos e expandir as suas fronteiras, cujo caráter complementar trará, significativamente, benefícios às ações no que se refere à aplicação dessas contramedidas. Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição para o debate.

José Caixeta Ribeiro - Moderador: Desde já, agradecemos a participação do Senhor Janér Tesch Alvarenga e, antes de dar a palavra ao Senhor Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida e Silva, relembro que aqueles que desejarem formular suas perguntas podem fazê-lo e as nossas recepcionistas as recolherão para a fase do debate.

O Papel do Poder Marítimo

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Dando prosseguimento, passo a palavra ao Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva, que abordará o tema “O Papel do Poder Marítimo”.

Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva – Escola Superior de Guerra: Inicialmente, eu quero agradecer ao Gabinete de Segurança Institucional e à Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais pelo convite. É um prazer estar aqui nesse VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos e, especialmente, poder dividir a Mesa com o Professor Márcio, o Professor Janér e com o Coronel Caixeta que faz aqui o papel de “carrasco do tempo”, exigindo que nós tenhamos que seguir esse tempo que foi estabelecido.

O tema da minha apresentação é a globalização e a segurança marítima. Nessa apresentação, eu vou tratar da globalização e poder marítimo, vou mostrar as tensões relacionadas com o ambiente marítimo, o papel do poder naval nessa segurança marítima e alguma coisa sobre feitura do poder naval.

A primeira coisa que eu gostaria de ressaltar é que cerca de 90% do comércio internacional, quando medido por peso e volume, é realizado por mar. São 50.000 navios e 4.000 portos, ou seja, hoje o sistema globalizado do comércio tem um subsistema marítimo internacional, que é extremamente importante. Sem esse sistema marítimo internacional, o sistema internacional globalizado de comércio não teria um futuro muito grande. A segunda parte é que, além desse subsistema ter esse importante papel na globalização do comércio mundial, ele também começa a ter uma importância muito grande como fonte de energia. Ou seja, o petróleo no mar, até 2010, será equivalente à produção da Arábia Saudita, cerca de 09 a 10 milhões de barris/dia. Então, a primeira

conclusão que nós chegamos em relação ao poder marítimo e globalização é que a globalização e o poder marítimo estão fortemente interligados, seja como sistema, seja como processo. Nós vamos mostrar aqui algumas figuras dos enormes navios que transportam todas essas riquezas entre os países. Aqui temos uma imagem que mostra, num período de 24 horas, as transmissões de rádio das embarcações no mundo. As que estão em terra são em vias navegáveis e podemos ver como é denso o tráfego dessas embarcações por todo o mundo.

Agora, vamos ver as principais tensões que podem afetar a segurança marítima. Eu dividi essas tensões em três: (1) tensões clássicas; (2) tensões incrementadas pelo processo da globalização; (3) tensões neo-tradicionais. No caso das tensões clássicas, como o sistema internacional continua sendo de países independentes, como já foi mostrado aqui, e não existe um governo mundial para resolver as pendências entre as nações, vai continuar esse sistema anárquico internacional porque cada país é soberano e pode fazer “aquilo que lhe prowenha”. Então, a disputa pelo poder e segurança vai continuar e o mar continuará sendo palco também dessas disputas.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar está completando 25 anos agora em dezembro. As fronteiras marítimas estão sendo estabelecidas há somente 25 anos. Então, existem inúmeras disputas pelas fronteiras marítimas, que já estão trazendo tensões no ambiente marítimo. Também existem tensões geradas pela contestação dos direitos dos países dentro das suas águas jurisdicionais, ou seja, os países acham que têm determinado direito, com base na Lei do Mar, mas outros países acham que aqueles direitos não são assim como eles pensam. Por exemplo, em relação ao direito de realizar manobras militares na Zona Econômica Exclusiva, a lei brasileira é de 1993 e, no Art. 9º diz que a utilização por outros Estados, na Zona Econômica Exclusiva, de exercícios de manobras militares, em particular, as que impliquem em uso de armas ou explosivos, somente poderá ocorrer com o consentimento do Governo Brasileiro. Os Estados Unidos não aceitam isso, então, esse é outro tipo de tensão que nós podemos ter.

Em relação às tensões incrementadas pela globalização, nós temos: a disputa por recursos do mar, como as disputas relacionadas à pesca, a

poluição marinha e as bandeiras de conveniência, que são aqueles navios em que o proprietário é de um país, mas o navio navega com a bandeira de outro país. Isso também é uma fonte de poluição e, como é difícil se ter o controle de quem são os donos desses navios, isso gera também problemas de transporte ilegal de pessoas e material. Nesses retângulos amarelos, são áreas em que pode haver conflitos relacionados com a pesca e aqui, temos a questão da poluição marinha.

E agora, vamos ver as tensões neo-tradicionais. Eu preferi adotar esse termo “neo-tradicionais” do que “as novas ameaças” porque, na verdade, elas não são novas. Sempre existiram. São elas: a pirataria, o tráfico ilegal de armas, drogas, pessoas e materiais e o terrorismo. No caso da pirataria e atos de roubo no mar, nós vemos principalmente na Ásia e na África e alguns casos na América Central e na América do Sul. Há a questão da imigração ilegal, que é o pesadelo dos países desenvolvidos. Aqui nós vemos um navio de guerra parando um navio mercante e encontrando drogas e aqui as embarcações muito rápidas que transportam drogas.

O Professor falou das questões ilegais e da falta da lei no ambiente internacional. Aqui temos um navio norte-coreano que foi interceptado por um helicóptero da Marinha Espanhola para ver se ele estava transportando armas. Na verdade, pela lei, o navio não pode ser parado em alto mar porque ele tem liberdade de navegação, a não ser pelo Estado da bandeira à qual ele pertence. Mas, por conta do problema do terrorismo e do transporte ilegal de armamento, ou de material para uso em armas químicas, nucleares e biológicas, os países começam a infringir a Lei do Mar nesse aspecto.

Agora, vamos passar ao tema do terrorismo, que é o mais comentado. Embora tenha toda essa questão do terrorismo, na verdade, houve poucos casos de terrorismo no mar. Na verdade, os terroristas têm usado o mar como meio de transporte de material. Por quê? Primeiro, porque há uma dificuldade logística para atuar no mar. É necessário um certo tipo de embarcação, se for mais longe, já tem que ter um certo conhecimento técnico do tipo de embarcação e a abordagem não é tão fácil. Segundo, porque o terrorista não está preocupado com o alvo que ele atacou. No caso do World Trade Center, a preocupação não eram aquelas 2.000 ou

3.000 pessoas que foram mortas, mas sim a platéia que assiste aquele evento. Poderia ser uma pessoa só, mas o que o terrorismo busca é o impacto psicológico, é o medo que ele transmite e que a mídia transmite para toda a população. No mar, é muito difícil que isso aconteça pela dificuldade de se ter esse impacto psicológico longe da vista da população. No entanto, eu acredito que haja uma maior probabilidade nas proximidades de portos, nos estreitos, no Canal de Suez ou no Canal do Panamá e nas áreas de exploração de petróleo, talvez pelo impacto econômico porque essas áreas, normalmente, são muito pouco guarnecidas. Aqui, eu poderia incluir também os portos porque isso pode acontecer, principalmente, nos grandes portos. Esses mega portos são mais importantes, logisticamente falando, e esse sistema como um todo poderia sofrer economicamente.

Falando em segurança e ameaças, temos que falar no poder naval. Tradicionalmente, as Marinhas, no mundo, sempre atuaram em três campos: na lei e ordem no mar; no apoio à política externa e na defesa nacional. Depois da queda do Muro de Berlim, do período Pós-Guerra Fria e dos ataques terroristas de 11 de setembro, a mudança no cenário internacional tem levado a uma maior preocupação com a lei e a ordem no mar. Isso não é nada de novo. O Almirante Nelson, que é um herói da Marinha Inglesa, já reclamava do tédio que eram as estações que ele tinha que fazer no Mar do Norte contra a pesca ilegal nas águas britânicas. Então, não tem nada de novo na atuação da Marinha nessa questão da lei e ordem no mar. Só que, agora, isso tomou uma maior importância, depois do período Pós-Guerra Fria e dos ataques de 11 de setembro.

Isso tem sido muito implementado e discutido, principalmente, pela estratégia norte-americana. Depois de 11 de setembro, como já foi dito aqui, os Estados Unidos passaram a ter uma atitude muito forte na guerra contra o terror e a própria Marinha Americana sentiu que havia dificuldade na defesa desse sistema marítimo que é muito grande. A Marinha Americana já teve 600 navios e hoje está com cerca de 280 navios. Tem uma dificuldade muito grande de manter todo esse sistema funcionando, então, havia necessidade da cooperação internacional, com pressão nos organismos internacionais e na Organização Marítima Internacional, com o Código de Proteção de Navios e Instalações

Portuárias com que o Brasil está tendo um grande trabalho. Nós estamos sofrendo aqui toda essa pressão. Além disso, foram estabelecidas iniciativas de caráter global e regional. Por outro lado, começou a haver uma pressão para que os países adotassem maiores medidas de segurança nas águas jurisdicionais, com a preservação da liberdade de navegação, que as potências marítimas não querem perder. Lançaram a idéia dos “mil navios”. Esse é o Almirante Newman, ex-Chefe de Operações Navais e ele disse que juntando os países reunidos no mundo, que têm interesse, seriam necessários mil navios para defender esse sistema marítimo internacional.

Essa defesa e essa pressão da Marinha Norte-Americana e do Governo Americano para uma maior presença dos países costeiros, em relação às suas águas jurisdicionais, eu acredito que trará um problema para a própria Marinha Americana. A necessidade de segurança da maior potência naval poderá influenciar as decisões dos Estados costeiros, como o Brasil, por exemplo, para que a Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental sejam mais controladas pelos Estados costeiros. Isso vai contribuir para o sentimento nacional de posse desses espaços marítimos porque poderá afetar a liberdade de navegação e a mobilidade das potências navais. Ou seja, de certa forma, os americanos estabeleceram essa pressão e, no futuro, pode ser que o Brasil e outros países considerem que aquelas águas jurisdicionais são posse nossa e que, portanto, eles não podem navegar nelas e fazer o que querem. Então, o dilema da Marinha Americana é como incrementar a participação dos países na segurança marítima, garantindo a liberdade de navegação e a mobilidade naval.

Como último tópico, vamos falar do futuro do poder naval. Os elementos que influenciam o poder naval de qualquer nação seriam: o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento tecnológico, a cultura política e social, ou seja, não só a vontade política, mas também a cultura do povo em relação ao mar, e a dependência em relação ao comércio marítimo, à Marinha Mercante, construção naval, indústria de peças e exportação de minerais.

O poder naval está em expansão no mundo. Em 1900, havia navios de 22 Marinhas. Em 2004, existem 164 Marinhas. Então, com a globalização, a importância do mar como fonte de riqueza faz com que os países necessitem ter um meio para atuar na defesa das suas águas jurisdicionais. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar continua a ser implementada e já é uma referência legal. Então, existe um marco legal para a atuação dos países no mar. O processo de determinação das fronteiras marítimas, como eu disse, incrementa a importância das Marinhas também.

As águas jurisdicionais, a Zona Econômica Exclusiva e a própria Plataforma Continental passarão a ter uma maior importância como fonte de riqueza e como via de comunicação. Deverá aumentar o sentimento nacional de posse desses espaços e a consequente demanda pelo controle dessas águas jurisdicionais. As Marinhas serão pressionadas a ter uma maior presença e a desempenhar mais tarefas nas águas jurisdicionais.

Então, no mundo inteiro, as Marinhas estão com um dilema. Elas gostariam de ser grandes marinhas, como a Marinha Americana, de não fazer esse trabalho de “Guarda Costeira”, relacionado com a lei e a ordem no mar, terrorismo, pirataria, transporte ilegal, mas, no entanto, estão com um grande dilema porque não sabem se ampliam o espectro de emprego ou se mantêm apenas o foco na tarefa clássica, que seria a guerra. Estão enfrentando o dilema entre tomarem conta apenas das águas azuis, ou seja, Marinha Oceânica ou se tomam conta também das águas jurisdicionais. É o uso dual com os próprios meios que a Marinha tem para fazer esse trabalho, ou vai para uma especialização. A Marinha enfrenta o dilema se vai participar efetivamente da coordenação do espaço marítimo ou não. Se não fizer isso, será que perde visibilidade e importância?

Então, o dilema das Marinhas é o seguinte: Não aceitar tarefas relacionadas com o cumprimento das leis e regulamentos do mar pode significar uma perda de importância no cenário mundial em tempos de paz. Por outro lado, dar muita importância a essa atividade, em detrimento da atividade-fim, pode significar a transformação da Marinha em “Guarda Costeira”, o que nenhuma Marinha gostaria que ocorresse.

Como conclusão, o mar vai permanecer como crucial elemento na economia mundial. A globalização garante que o mar continuará a ser uma imensa via de comunicação entre os países e uma importante fonte de riqueza. Poder marítimo e globalização estão interligados. Cresce a globalização e cresce o poder marítimo. Se o poder marítimo cresce, ajuda a globalização.

O desenvolvimento tecnológico vai permitir que o mar seja cada vez mais explorado, quer como fonte de energia ou como fonte de outras riquezas, associado com os interesses econômicos dos países nas suas águas jurisdicionais. Essa é uma forma de fazer a população pensar naquele sentimento de posse, quer dizer, refletir que aquilo é uma coisa nossa. Na verdade, os países mais avançados acham que são águas internacionais, exceto o mar territorial, onde o país tem alguns direitos. Nós estamos invertendo esse processo dizendo que não é assim; que aquilo é posse nossa.

A guerra continuará sendo a mais importante atividade de uma Força Naval. Nós temos hoje terrorismo que vai e vem. Já houve grandes fases de terrorismo, de esquerda, de direita. Eu acho que isso vai diminuir no futuro, mas, enquanto o sistema internacional continuar sendo um governo mundial, nós teremos fontes de tensões e teremos guerras. Em tempo de paz, as Marinhas serão pressionadas a participar de outras tarefas nas águas jurisdicionadas. Caso elas não ocupem esse espaço, outras instituições o farão e as Marinhas poderão perder relevância nacional em tempo de paz. A forma como isso será enfrentado dependerá de cada país com suas peculiaridades.

Eu quero ressaltar que o mar continuará a ter um papel fundamental no desenvolvimento da humanidade, mas também continuará sendo palco de tensões e de conflitos. As Marinhas continuarão a ser um instrumento imprescindível dos Estados, na segurança de suas águas jurisdicionais e na defesa dos seus interesses humanos. Muito obrigado.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Desde já agradecemos a participação do Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva. Para que possamos cumprir o nosso cronograma e participar do *coffee break* e da próxima atividade, passaremos imediatamente à fase do debate.

Debate

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Já há perguntas aqui para três palestrantes e eu vou procurar fazer de forma seqüencial em que foram apresentadas as palestras. Se alguém mais quiser fazer perguntas pode entregar às nossas recepcionistas.

A primeira pergunta é destinada ao Professor Márcio Scalercio. A pergunta é do Dr. Fernando de Alcântara, que é advogado: “*O senhor visualiza uma ameaça ao Brasil no uso do conceito de estado fracassado, face ao vazio estatal na Amazônia?*”.

Márcio Scalercio – Pontifícia Universidade Católica/RJ e Universidade Cândido Mendes: No texto que eu fiz para essa Mesa, eu digo que o Brasil não está na mesma situação que os Estados que eu sugeri. A solução dos problemas relativos à Amazônia só depende de nós, só depende da nossa capacidade e da nossa competência de cumprirmos o nosso papel e o nosso trabalho. Então, eu não vejo o Brasil nesse nível de degradação. Por que pensar na Amazônia como uma hipótese de Estado fracassado e não pensar no Rio de Janeiro, minha cidade, onde existem lugares onde o poder do Estado não vigora, onde a autoridade pública não vigora? Eu não penso que essa seja uma situação radical ainda. Eu sou até otimista em relação ao porvir.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: A próxima pergunta é destinada ao Dr. Janér Alvarenga: “*Quanto à capacitação profissional dos agentes de inteligência, principalmente nos Estados, quais são as novidades nessa área? Tem alguma proposta da ABIN nesse sentido?*”. A pergunta é do Sr. Romeu Almeida, da PM do Amazonas.

Janér Tesch Alvarenga – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República/Secretaria de Acompanhamento e Estudos

Institucionais: Quanto à questão da capacitação dos Agentes de Inteligência, no que se refere à Agência Brasileira de Inteligência, os convênios e intercâmbios com as congêneres internacionais têm permitido a troca de experiências com um sucesso que eu poderia destacar. A Escola de Inteligência tem uma grade curricular onde ela costuma inserir programas voltados para instituições que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência ou por solicitação de organizações dos Estados. Eu posso responder pela capacitação de agentes que hoje exercem sua atividade no âmbito da ABIN, mas quanto àqueles que estão nos Estados, fora da ABIN, tenho conhecimento que a Escola de Inteligência oferece alguns conteúdos curriculares que têm por objetivo essa capacitação. Acredito que talvez com o contato com a Escola de Inteligência, você possa se ter uma resposta mais específica quanto a isso.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: A próxima pergunta é de Messias Luiz, aluno de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. A pergunta é dirigida ao Contra-Almirante Antonio Ruy: *“Como tem sido materializada a atuação da Marinha do Brasil na preservação da soberania nacional na Região Amazônica?”*.

Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva – Escola Superior de Guerra: A Marinha está na Amazônia há muito tempo. Uma das preocupações da Marinha é a questão da Região Amazônica. A Marinha, recentemente, promoveu a Distrito Naval o Distrito que ela tinha em Manaus. Existem dois Distritos Navais hoje: um sediado em Belém e um sediado em Manaus. A Marinha tem aumentado a sua quantidade de homens na área da Amazônia e tem contribuído sempre com as operações ribeirinhas, junto com o Exército. Várias operações combinadas têm sido realizadas, com a participação da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Pensando estrategicamente, no caso de uma intervenção estrangeira se ela não usasse os países limítrofes como base, ela teria que vir por mar. Daí, a Marinha tem toda uma concepção estratégica de fechar a boca do Amazonas para dificultar essa possibilidade. Eu não compartilho essa idéia de que nós estamos quase perdendo a Amazônia. Eu não tenho essa visão. Eu sei que muitos têm essa visão, mas eu não concordo. Eu

acredito que, na medida em que o Exército, a Aeronáutica e próprio Estado têm aumentado a sua presença numa área que era muito pouco povoada, isso mostra o nosso interesse e a nossa preocupação pela área. Assim foi o nosso caminhar para oeste que General Golbery Couto e Silva tanto defendia. Nós estamos continuando a povoar esse grande país, que é o Brasil, e acho que precisamos ter uma grande preocupação com essa área, mas não concordo que haja algum risco iminente. Outro dia, eu estava lendo que existem mais de 80 ou 90 ONGs estrangeiras que trabalham na Amazônia. O número era mais ou menos esse. Não são ONGs brasileiras, mas estrangeiras. Então, é claro que é necessário que nós tomemos cuidado, mas eu não tenha essa visão de que a Amazônia está em risco iminente.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: A próxima pergunta dirigida ao Professor Márcio: *“O senhor afirmou que a possibilidade de uma ação terrorista em território brasileiro por um grupo como a Al Qaeda, Hesbolah, etc., é pouco provável. Porém, temos visto comunidades árabes que se fixam no país manterem seus costumes e até mesmo sua língua, criando verdadeiras comunidades isoladas, diferentemente de grupos que se fixaram há 40 ou 50 anos. Isso não poderá, no futuro, trazer uma ameaça servindo de refúgio para esses grupos?”*. A pergunta é do Coronel Walter Ribeiro, do Estado Maior do Exército.

Márcio Scalercio – Pontifícia Universidade Católica/RJ e Universidade Cândido Mendes: Obrigado, Coronel. Isso poderá acontecer ou não. O Brasil é um país americano, e, como um país americano, está na história da nossa comunidade nacional receber pessoas de diferentes culturas do mundo inteiro, desde que nós existimos. Esse problema já veio à baila em duas situações. Primeiro, no questionamento sobre a capacidade brasileira de tomar conta da região da Tríplice Fronteira porque muitas pessoas originárias do Oriente Médio vivem lá. E veio à baila também, quando o Governo Brasileiro, de maneira correta, montou uma operação para resgatar cidadãos brasileiros que estavam ameaçados de serem bombardeados na última guerra do Líbano. O Governo Brasileiro agiu corretamente, agiu como deveria, em minha opinião.

A pergunta do coronel vai de encontro àquilo que eu estava afirmando: os problemas não são os cidadãos de religião muçumana que mantêm a sua fé e seus hábitos. Esse não é o problema. O problema é não saber o que se passa no território e a possibilidade que cidadãos resolvam se organizar para cometer crimes aqui dentro ou fora do país. Temos que ter cuidado com esse tipo de negócio porque, hoje, há um estereótipo contra os muçumanos que eu considero bastante grave. O próprio termo “fundamentalismo islâmico” é impróprio porque esse termo “fundamentalismo” foi cunhado em relação aos movimentos de aumento da religião evangélica nos Estados Unidos no século XIX e foi transferido para o fenômeno do islamismo. Transferências de conceitos para assuntos e culturas diferentes, freqüentemente, podem criar um tipo de problema ou outro. Nós temos muitos cidadãos muçumanos no Brasil e esse número vai aumentar porque o Brasil tem aceitado refugiados originários da Palestina. Se eu não me engano, há duas semanas atrás, chegaram famílias da região da Palestina. O que as autoridades brasileiras têm que fazer é tomar conta do país. Agora, que o país deve continuar aceitando essas pessoas, esses refugiados como nação americana que é, eu não tenha a menor dúvida que não tem que ter mudança nenhuma nisso. Essas são as minhas colocações acerca disso.

Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva – Escola Superior de Guerra: Só para complementar eu li um artigo agora que justamente diz que um dos grandes problemas que os países têm, como no caso da França, ou dos Estados Unidos, é quando eles começam a discriminar as populações de imigrantes que têm. Na verdade, o ideal é que o Brasil seja um grande Saara. No Rio de Janeiro, por exemplo, nós encontramos palestinos, judeus, libaneses, todos vivendo em harmonia.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: A próxima pergunta é dirigida ao senhor Janér Tesch Alvarenga: *“Como é possível afirmar que o combate aos ilícitos transnacionais é prioridade na agenda brasileira, se não temos as fronteiras protegidas e ações criminosas dentro do país mantidas pelo tráfico de ilícitos? Como contornar essa situação?”.*

Janér Tesch Alvarenga – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República/Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais: Na realidade, a gente tem uma fronteira imensa de difícil

fiscalização e controle, mas isso não é privilégio nosso. Outros recursos de fronteira em outros países são igualmente vulneráveis, talvez considerando a área geográfica numa proporção até menor. Isso não significa que o combate aos ilícitos não seja prioritário. A questão é como contornar a situação. Na verdade, é necessário aumentar o efetivo da Polícia Federal para que ela venha a fazer o aumento dos postos na fronteira, o que vem ocorrendo, de certa forma, já por meios das Secretarias de Segurança Pública com as Divisões de Operações de Fronteira. É claro que isso ainda é insuficiente porque a questão de drogas e armas nesse franco intercâmbio que acontece entre países produtores e países que são de trânsito, e que chegam ao Brasil e aos grandes centros, isso não desqualifica a questão do assunto ser prioridade na agenda. As instituições que militam nesse campo reconhecem a dificuldade de se estabelecer uma adequada fiscalização e controle, principalmente, em fronteiras que, em várias áreas geográficas, são completamente inóspitas. Então, o que se tem é uma ação complementar entre a União e os Estados, no sentido de cobrir os vazios. Paralelamente, estamos desenvolvendo um franco trabalho de inteligência no sentido de identificar as variações das possíveis rotas do ingresso dessas drogas, ou dessas armas. Agora, que há dificuldade e que o número das pessoas qualificadas para fazer a fiscalização é insuficiente, isso sem dúvida nenhuma.

Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva – Escola Superior de Guerra: Eu queria só fazer um adendo. Nós falamos das fronteiras, muitos dizem que as fronteiras brasileiras são permeáveis, mas os Estados Unidos são a maior potência em todos os sentidos, e também entram drogas nos Estados Unidos. Como é que entram terroristas nos Estados Unidos? Então, nós temos que colocar isso na verdadeira dimensão. Às vezes sai nos jornais críticas sobre nossa atuação nas fronteiras. É claro que nós temos que ter mais presença nas fronteiras, mais presença no mar e necessitamos de mais meios em todos os órgãos para que possamos fazer isso. Mas, como é que as drogas entram nos Estados Unidos?

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Na seqüência, temos uma pergunta dirigida ao Contra-Almirante Ruy: *“O Brasil recentemente teve aprovado pela Comissão de Limites da Plataforma Continental o seu pedido de*

plataforma continental com 300 milhas náuticas. Quais são os principais obstáculos de fiscalização de todos os espaços da Amazônia Azul e como superá-los?”. A pergunta é de Gilberto Antônio dos Santos, da Universidade Católica de Brasília.

Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva – Escola Superior de Guerra: Aqui tem duas perguntas. A outra se refere também à questão do pleito do Brasil junto à ONU para reconhecimento dos adicionais da plataforma continental, que um país pode pedir. Parece-me que o Brasil vai ganhar alguma coisa do que ele pediu. Esse pleito é analisado por uma Comissão Técnica, mas é lógico que a questão é técnica e também política. É técnica no sentido de saber até onde vai a nossa plataforma continental e se pega a Ilha da Trindade, por exemplo, ou se ela para no meio. Enfim, são questões técnicas. Mas, existe também a questão política porque me parece que o Brasil é o 2º ou 3º país que apresentou essa solicitação. Primeiro foi a Rússia e depois o Brasil. A Rússia não resolveu a questão. Na medida em que esses critérios técnicos forem sendo estabelecidos, eles vão servir de jurisprudência para os próximos países. O Brasil, por sorte, não tem problemas com seus vizinhos. Graças a Deus, nós temos a África lá longe. Mas, para outros países haverá problemas sim. Então, na decisão técnica, vai haver problema político porque, se por acaso aceitarem para o Brasil, vão ter que aceitar também para uma outra região onde a situação é parecida e isso poderá causar algum problema. Essa é uma questão que deve ser considerada.

A outra pergunta é sobre os principais obstáculos à fiscalização de todos os espaços da Amazônia Azul e como superá-los. Logicamente, os principais obstáculos são os recursos. Como eu disse aqui, nem mesmo a Marinha Americana, a mais poderosa do mundo, consegue vigiar todas as suas fronteiras. Como todos os dias passam tantos mexicanos para lá? Então, imaginem o que acontece nas fronteiras como as do Brasil. Mas, nós precisamos sim de mais meios para as Forças Armadas e para as outras instituições do Estado que também trabalham nessas fronteiras.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Muito obrigado Almirante. A próxima pergunta é destinada ao Professor Márcio Scalercio: *“Há rumores de navios de bandeira francesa que estariam retirando água doce do Rio Solimões nas proximidades do Município de Parintins, no*

Amazonas. Essa empresa poderia acarretar em ameaça transnacional?
A pergunta é de Romeu Almeida, da Polícia Militar do Amazonas.

Márcio Scalercio – Pontifícia Universidade Católica/RJ e Universidade Cândido Mendes: Se tem uma empresa francesa roubando coisas aqui no Brasil, isso é crime. Nesse caso dos franceses eles voltaram, então, porque quando eu fazia o primário e comecei a estudar a História do Brasil, eu me lembro que, logo depois da descoberta, os navios franceses vinham aqui para surrupiarem Pau Brasil, penas de papagaio, alguns índios para desfilarem lá em Paris etc. Então, os franceses retomaram seus maus hábitos. Isso é simples. Se há alguém que está carregando coisas do país e não tem permissão legal para o fazer, isso é crime. Eu creio que é isso. Não tem outra resposta para essa questão.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Muito obrigado. A próxima pergunta é do Coronel Neto: *“A necessidade de estruturar organismos voltados especificamente para combate ao terrorismo no país encontra resistências no seio da comunidade acadêmica nacional. Essa situação decorre do temor de que organismos assim estruturados, tanto no campo operacional quanto no campo das ações de inteligência, venham a ser utilizados, no futuro, no combate a organizações sociais de luta pela terra. Qual é a opinião dos senhores painelistas sobre essas assertivas?”*. Eu não sei quem gostaria de responder primeiro.

Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva – Escola Superior de Guerra: A pergunta é interessante e, realmente, essa é uma preocupação no cenário internacional. Nós vimos que os Estados Unidos têm uma lista de organizações que são consideradas terroristas e que outros países não consideram porque continua em vigor ainda o direito dos povos de se revoltarem contra uma colonização ou uma ocupação. Às vezes, o terrorista é considerado terrorista e depois ele vira herói. Nós temos vários exemplos na história, de pessoas que perpetraram atos terroristas e depois na independência passaram a ser heróis nacionais, como é o caso de Nelson Mandela, etc. Então, essa é uma questão extremamente difícil, no sentido de se distinguir quem é terrorista do lutador pela liberdade. Então, existe uma preocupação de que essa questão de transformar o terrorismo num comunismo possa afetar ações

sociais em que países, ou determinados grupos, estão tentando reverter situações. Um grupo que estaria lutando por uma questão social passa a ser considerado terrorista e, por uma questão de segurança nacional, vai ser enfrentado com um novo tipo de instrumento que não seria necessário. Mas, eu não acredito que no Brasil a comunidade acadêmica seja contra se lutar contra o terrorismo que possa ameaçar as estruturas de um governo democrático e de uma sociedade democrática como o Brasil.

Márcio Scalercio – Pontifícia Universidade Católica/RJ e Universidade Cândido Mendes: É difícil imaginar que a comunidade acadêmica, enquanto comunidade é contra ou a favor. Não é que eu não ache que tenha que haver um enfrentamento em relação ao problema do terrorismo. Eu acho que tem, mas eu acho que tem que haver dentro da lei porque eu estou muito preocupado com o mundo sem lei. Eu estou preocupado com Guantânamo; eu estou preocupado com uma situação em que estados organizados praticam assassinatos seletivos; eu estou preocupado com o problema da degradação da condição de suspeito à condição de criminoso porque muitas dessas pessoas que são presas são presas como suspeitas, “comem o pão que o diabo amassou” na cadeia, são sujeitas a uma série de vexames e depois são soltas porque não se comprovou nada contra elas. Eu sou daqueles da comunidade acadêmica que acham que temos que ter sistemas de enfrentamento desse problema. A metade dela não vai achar isso, mas temos que agir dentro da lei. O Brasil é uma jovem democracia. O Brasil começou a construir a sua democracia contemporânea desde a Constituição de 1988. O Brasil agora não é pior do que há 30 anos atrás. Eu não acho isso. Eu acho que o nosso país tem obtido conquistas interessantes e conquistas importantes, mas ainda precisa de muitas coisas. Exatamente por ser uma democracia jovem, e precisamente porque nós não temos nada a ensinar ainda a ninguém nesse aspecto, é que nós devemos insistir, como comunidade nacional, em defender o cumprimento da lei, aqui e fora do país. Temos que nos preparar para isso. O Professor Janér já fez uma bela intervenção sobre isso e temos que respeitar.

Janér Tesch Alvarenga – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República/Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais: Eu queria só complementar. Recentemente, participei de

um intercâmbio de idéias com a área acadêmica exatamente sobre esse ponto. Até que ponto a estruturação de uma ação de combate ao terrorismo não vai macular as legítimas bandeiras dos movimentos sociais? Esse era o ponto central da discussão e vou concordar com o professor de que, no meio acadêmico, é difícil a gente compreender quem fala a favor e quem fala contra, se a gente observar os argumentos postulados.

Primeiro, eu acho que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. A questão internacional não trata de atores; ela trata de práticas. As práticas foram acordadas e ratificadas pelos Estados de uma maneira simplesmente transparente. Quando o Brasil ratificou um conjunto de resoluções que ditavam que determinadas práticas eram transcritas como terroristas, é lógico que explodir uma bomba será uma prática terrorista se ela ameaçar ao Estado, às instituições vigentes, coagir o Estado a fazer ou deixar de fazer. A gente não está falando de uma explosão de bomba cuja natureza da atividade é puramente criminosa como uma prática comum. Quando a CREDEN propôs ao Grupo Técnico o estabelecimento dessa percepção de quais seriam as diferenças e quando a ENCLA trouxe o assunto de volta, em 2006, quando propôs a um grupo multidisciplinar, a elaboração de uma proposta de um anteprojeto que aperfeiçoasse a tipificação do terrorismo, essa foi uma discussão que levou, aproximadamente, sete meses. Então, ninguém olhou para os movimentos sociais e suas bandeiras legítimas e disse: “Agora, nós vamos criar uma legislação no sentido de coagir ou inibir a prática dessa manifestação”. Nós não estamos falando de um arcabouço legal ou de uma estrutura de coordenação nacional voltada para esse tipo de ator. Como grupo técnico de trabalho – e eu estou me incluindo porque eu participei de algumas dessas discussões – não estamos rotulando os movimentos sociais como grupos que levam a efeito práticas terroristas. A questão é que, na definição dos tipos penais, na construção desse instrumento jurídico, não se olha para o autor. É como um pai educando seu filho. O pai diz: “Roubar é crime. Matar é crime. Quem rouba ou mata está sujeito a esse tipo de penalidade”. Só que, ainda assim, alguns filhos roubam e matam, independente dos ensinamentos do pai ou da mãe. Então, o que se propõe é que o Estado traga uma proposta que seja amplamente discutida no Congresso Nacional, para que possamos ter maturidade sobre esse assunto. Se nós vamos tipificar

as práticas com base naquilo que nós acordamos internacionalmente, respeitando os direitos individuais e as garantias individuais que estão asseguradas constitucionalmente – eu acho que assim deve ser – de alguma forma, nós temos que dizer para a sociedade que determinadas práticas são típicas de práticas terroristas. Alguns colegas que vêm estudando esse caso manifestam uma opinião bastante interessante. No Brasil, está se começando a criar um híbrido de opiniões e de percepções, o que está levando alguns a terem vínculos com essas percepções e outros a terem vínculo com a realidade. Se uma organização, seja ela qual for, empregar meios violentos contra a sociedade e contra o Estado, para alcançar determinado objetivo, cujas práticas empregadas são consagradas como práticas terroristas, mesmo que este grupo tenha nascido num berço considerado “crime organizado”, esse instrumento estará mapeando as atividades legítimas dos movimentos sociais, no sentido de coibir essas práticas? Por outro lado, há um grupo de discussão que acha que tem que haver uma definição daquilo que vêm a ser essas práticas, observando a realidade nacional, de forma que o Estado possa orientar a sociedade e dizer: “É isso e não aquilo”. Então, o instrumento jurídico que foi proposto na estratégia nacional, em momento nenhum tinha por objetivo inibir qualquer possibilidade de manifestação de qualquer movimento social, quando reivindicando uma bandeira. Isso vem sendo discutido em alguns grupos. Eu acho que a percepção e a atenção sobre esse ponto é válida, é importante e nós não podemos fugir desse debate. Nós não podemos tratá-la de uma forma à parte porque quando ocorrer algum tipo de evento, como ocorreu aqui em Brasília, com a invasão do Congresso, a mídia estampou na primeira página que isso era terrorismo. Só que, muita gente que hoje discute favoravelmente a uma proposta de um debate aberto não se manifestou contrariamente. Então, antes que a gente tenha uma comoção nacional, um evento que leve o Congresso a se mobilizar a, talvez, fazer uma proposição em função do pleito nacional, o que o Estado está propondo é que, a partir de uma proposta que nasceu num grupo multidisciplinar – e nós reconhecemos que o projeto ainda é imperfeito porque carece de algum debate e discussão – mas já é um início de uma discussão franca e aberta, onde nós vamos ter a academia, integrantes dos movimentos sociais, representantes que vão apresentar propostas e soluções que vão aperfeiçoá-la. Mas o Estado precisa cobrir esse vazio de interpretação, dirimindo algumas arestas e deixando claro quais são as ações que são

reconhecidas como práticas terroristas, independente de qual seja o autor, pessoa física, jurídica, ONG etc. Então, eu acho que a pergunta é muito pertinente, é oportuna, é atual e está no debate. Esse debate ocorreu dentro da UnB, em Brasília, onde eu tive a oportunidade de ouvir acadêmicos que falaram francamente contra e também tive a oportunidade de ouvir colegas que disseram que esse debate não pode ficar de fora da agenda. Eu concordo que o debate não pode ficar de fora da agenda, mas a gente também não pode se omitir a simplesmente não discuti-lo porque esta é uma questão que vai contribuir para o amadurecimento de toda a apresentação do Brasil, diante do seu cenário nacional e quando ele tiver que apresentar respostas ao cenário internacional. Esta é a parte do amadurecimento que é necessário para que a gente possa construir uma etapa num patamar acima do que hoje nós temos e vivemos.

José Caixeta Ribeiro – Moderador: Muito obrigado. Nós ainda temos aqui oito perguntas que, infelizmente, devido à nossa programação, não poderão ser respondidas aqui pelos palestrantes, mas serão repassadas a eles e as pessoas que as fizeram poderão receber suas respostas posteriormente. Encerrando essa Primeira Rodada de Mesas Paralelas, agradecemos, especialmente, aos nossos palestrantes e a todos que, com sua presença, abrilhantaram essa Primeira Rodada de Palestras. Para materializar nossa gratidão, passamos às mãos de nossos colaboradores o Certificado de Participação e solicitamos a todos uma salva de palmas. Muito obrigado.



MESA 2.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O BRASIL NO MUNDO

Atuação do Brasil na OMC

Andre Meloni Nassar
Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais - ICONE

Internacionalização da Petrobras

Claudio Castejon
Petrobras

O Poder Legislativo e as Relações Internacionais

Joanisval Brito Gonçalves
Senado Federal

Atuação do Brasil na OMC

José Ricardo Botelho – Moderador: Em continuidade aos nossos trabalhos, convidamos para compor a Mesa II, cujo tema é “Relações Internacionais: O Brasil no Mundo”: Andre Meloni Nassar, Diretor Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais; o Senhor Claudio Castejon, Gerente-Executivo da Área Internacional da Petrobras; e o Senhor Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal e Professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do UNICEUB.

Os trabalhos serão conduzidos da seguinte forma: os palestrantes terão 20 minutos para fazer suas apresentações, que serão realizadas de forma seqüencial. Em continuação, haverá um tempo de 30 minutos destinado ao debate. Os interessados em participar deverão formular suas perguntas por escrito, informando nome, instituição que representam e a qual palestrante a pergunta se destina.

Em seguida, convidamos o Senhor André Meloni Nassar para proferir sua palestra, intitulada “A Atuação do Brasil na OMC”.

Andre Meloni Nassar – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais: Boa tarde a todos. Eu queria agradecer pelo convite. É um prazer estar aqui. Acho que estamos vivendo um momento importante da Rodada de Doha, então, é um momento oportuno para a gente discutir a OMC, a despeito do fato de que não tem saído muitas notícias nos jornais, então, para o público, em geral, ficar informado é um pouco mais complicado. Até para nós, que estamos enfronhados no assunto, às vezes, nós temos algumas dúvidas sobre tudo que está acontecendo, então, eu acho importante a gente discutir esse tema.

A minha apresentação está com um foco maior na Rodada de Doha, mas eu vou falar um pouco de coisas anteriores que dizem respeito à OMC. O Brasil vive esse conflito de qual caminho você segue, ou seja, se você segue o caminho do multilateralismo ou se segue o caminho do regionalismo ou do bilateralismo. Na verdade, é um conflito bom. Essa é uma discussão que está presente. Ela passou por altos e baixos, mas acho que está voltando com muita força. Depois de muito se discutir esse assunto, foi ficando claro que são coisas que não competem entre si. Na verdade, você deve seguir os dois caminhos. Quando se está falando de comércio e de negociações internacionais, com o foco principal na criação de comércio e no que os economistas chamam de desvio de comércio, ou seja, você faz um acordo com alguém para que esse país comece a comprar de você o mesmo produto que ele comprava de outro. Assim, você gera um desvio de comércio e cria demanda. Na medida em que você reduziu as tarifas, o efeito econômico disso é que você tende a reduzir os preços para os consumidores e eles passam a comprar mais, ou comprar um produto melhor, se você tem um fornecedor que oferta um produto de melhor qualidade do que o seu.

Então, essa é uma discussão muito importante, mas eu vejo que, aqui no Brasil, ela está um pouco em hibernação. Em alguns países da América Latina, essa é uma discussão muito forte. Os países estão no meio daquele processo em que você está negociando na OMC e, ao mesmo tempo, você está fazendo acordos bilaterais e está sempre trabalhando nessas duas frentes. São frentes que se complementam em algumas coisas, mas não se complementam em outras.

Aqui no Brasil, esse debate ainda está dormindo. Isso não é uma crítica, mas eu acho importante a gente ter isso claro na cabeça porque, basicamente, o caminho pelo qual nós optamos, como país, tirando o Mercosul, que é um acordo regional muito importante e que faz todo o sentido do ponto de vista geográfico, da proximidade, questão cultural e econômica. Na verdade, não se debate aqui se o Mercosul é bom ou ruim. Tirando isso, todo o esforço que foi feito aqui no Brasil, em termos de negociações internacionais, sobretudo por parte do Governo Brasileiro, foi dedicado às negociações da Rodada de Doha. O Brasil ficou muito tempo sem fazer reflexões sobre a sua real capacidade de fazer acordos fora do ambiente multilateral. Será que nós somos um país que tem

condições de fazer um acordo com uma União Européia, ou com os Estados Unidos? Para não ficar apenas entre os países grandes, porque, muitas vezes, você tem um componente ideológico que atrapalha um pouco essa discussão, será que o Brasil está em condições de fazer um acordo com a Índia, com a África do Sul ou com o México? Essas são questões que ainda não estão respondidas aqui no Brasil, sobretudo, porque, se você for montar uma hierarquia entre em que tipo de acordo você mais abre a sua economia e em que tipo de acordo você menos abre a sua economia, certamente, nos acordos multilaterais, é onde você menos abre a sua economia e no caso dos acordos regionais e bilaterais é onde você mais abre a sua economia. Então, é relativamente fácil de entender por que nós seguimos o caminho, sobretudo, dos acordos multilaterais, do ponto de vista econômico porque talvez o Brasil ainda não esteja pronto para fazer aberturas importantes na sua economia. Essa é uma coisa que eu acho que nós já tínhamos que ter superado há muito tempo porque, quando a ALCA foi lançada, em 1999, as negociações do Acordo com a União Européia começaram logo depois. Então, nós já estamos há quase 10 anos que essas negociações mais ambiciosas foram lançadas e a ALCA, definitivamente, está fora da agenda de todo mundo e o Acordo com a União Européia está bastante difícil de ser retomado, a despeito dos esforços que foram feitos até outubro de 2004, quando nós quase fechamos esse acordo. Então, eu acho que isso são coisas importantes. Agora, quando eu falo isso, a gente não pode tirar a importância da OMC. Para uma economia como a brasileira, a OMC é fundamental. Tem gente que fala que, na Comissão Européia, você tem um especialista para cada dois ou três artigos do Acordo do GATT, tal é a importância que a União Européia devota à OMC e tamanho o uso que a União Européia fez da OMC na sua história, desde que você teve o GATT. Eles utilizaram demais a OMC. A nossa experiência é que o Brasil também é um usuário muito importante das regras multilaterais de comércio. Eu acho que é muito importante a gente ter isso na cabeça. É só mesmo na OMC que você consegue disciplinar os chamados “subsídios agrícolas”, por exemplo, que são muito utilizados pelos americanos. Só na OMC é que você consegue ter um acordo sobre subsídios e medidas compensatórias, que é um acordo que foi muito importante para o Brasil, no caso do algodão e do açúcar. Eu estou falando dos setores que eu conheço um pouco mais, mas a OMC foi muito importante para a indústria aeronáutica e para diversas outras

indústrias e setores daqui do Brasil. Então, não existe essa possibilidade de se dizer: “Não me interessa a OMC. Eu vou colocar todo o meu investimento nos acordos bilaterais, em relação às negociações internacionais”. Isso faz sentido, provavelmente, para um país pequeno, ou para um país com uma economia menos complexa que a brasileira. Então, no nosso caso, a gente não tem como abrir mão da OMC.

Se não tem como abrir mão da OMC, nós temos que entender o que é a OMC. Eu entendo a OMC como duas coisas. Uma é o conjunto de regras que disciplinam o comércio internacional. Então, a OMC tem regras para disciplinar bens não-agrícolas, bens agrícolas, subsídios, propriedade intelectual, investimentos, serviços e todos os outros assuntos relacionados ao comércio internacional. Agora, a OMC não é só isso. Ela está assentada em dois pilares principais. O segundo pilar fundamental da OMC é a questão da solução de controvérsias. Ultimamente, eu tenho chamado de “arbitragem”, mas os advogados têm me criticado porque dizem que esse não é o termo correto para ser usado. A OMC diz se um país está cumprindo ou não aquela regra que foi definida. Isso é muito importante. O fato de a OMC já ter essas regras montadas, não significa que as regras que foram acordadas no passado têm que ficar paradas. Essas regras têm que evoluir de alguma forma porque, assim como qualquer estrutura judiciária, ela tem sua jurisprudência.

Eu vou dar um exemplo típico para vocês. O Brasil ganhou o painel do algodão. O que significou isso? Do ponto de vista jurídico, foi uma vitória inédita e do ponto de vista econômico também foi uma vitória porque nós conseguimos comprovar, economicamente, que os subsídios americanos distorciam o mercado internacional de algodão. Agora, tem uma discussão importante porque o algodão é um produto agrícola, então, ele deveria ser tratado no escopo do Acordo Agrícola. O Brasil ganhou o Painel do Algodão no âmbito do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias, ou seja, aquele acordo que diz respeito a todos os subsídios que não os agrícolas, lembrando que a agricultura é tratada de forma separada. Uma conclusão central do acordo é que os americanos têm que eliminar todos os efeitos distorsivos dos subsídios no mercado internacional. Essa é uma conclusão do Painel do Algodão. Então, o Painel do Algodão deu ganho de causa ao Brasil. O Brasil argumentou que os subsídios americanos distorciam o mercado, então, o Painel do

Algodão deu ganho aos brasileiros. Agora, daí para transformar isso numa reforma na política agrícola americana tem uma distância enorme. Na verdade, já se passaram três anos e nada aconteceu nesse item específico.

Como é que você cria um indicador em que chega para o americano e fala: “Até aqui, você pode dar o subsídio. A partir daqui, você não pode mais porque está distorcendo o mercado”. Não tem como fazer isso na OMC hoje. Então, você ganha um painel, mas você não tem um indicador numérico ou uma regra de procedimentos que obrigue o país a seguir para comprovar que ele parou de distorcer. Para isso, nós precisamos da evolução do Acordo de Subsídios e do Acordo Agrícola. Esses acordos vão evoluir em cima da jurisprudência que nós já temos lá. Então, toda a nossa briga no Acordo Agrícola na Rodada de Doha é incluir essas coisas que estão faltando no caso do algodão. Isso é muito importante. Então, a forma como as rodadas evoluem é uma questão fundamental para a OMC porque, sem elas, você vai desenvolvendo toda a jurisprudência no órgão de solução de controvérsias, mas não vai promovendo evoluções nos acordos para incorporar essas coisas que estão sendo discutidas ali. O Brasil tem um papel muito importante nisso. A diplomacia brasileira, o governo brasileiro como um todo e o setor privado também têm um papel muito importante. O Brasil sempre foi muito pró-ativo nessa discussão de como é que as regras da OMC têm que evoluir.

Agora, vou falar um pouco sobre a Rodada de Doha. Esse é um resumo da Rodada de Doha, que é sempre interessante a gente ter. O primeiro argumento que eu tenho usado é que a Rodada de Doha envelheceu. A Rodada começou em 2001 e, até hoje, continua discutindo os mesmos temas porque os países membros criam um mandato para negociar uma rodada e incluem o que vai ser negociado e o que não vai. Essa é a regra básica da rodada. Uma vez que você definiu aquele mandato, enquanto você não chega a um acordo, aquilo é o que está em jogo. Especificamente nas discussões sobre agricultura, o Acordo Agrícola hoje é velho porque o mercado agrícola mudou tanto, de 2001 a 2007, e tão rapidamente, e a Rodada de Doha não acabou, que nós não conseguimos incorporar esses novos elementos na Rodada de Doha.

Só para mostrar graficamente para vocês, esse é um quadro especificamente sobre agricultura e é só para vocês terem uma noção de como uma rodada que demora muito acaba envelhecendo na sua trajetória até ser concluída. O fato de ela envelhecer não significa que os temas que ela está tratando não são importantes. Eles são importantes, agora, ela não trata um conjunto de outros temas. Isso são os 10 itens que afetam o comércio agrícola mundial hoje. É um resumo de tudo o que afeta o comércio agrícola, que pode ser usado como barreira ou como restrição no comércio de alimentos, fibras e biocombustíveis. Os cinco primeiros itens e a metade do sexto¹ item são tratados por algum tipo de acordo na OMC, ou o Acordo Agrícola, ou o Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias, ou o Acordo Sanitário e Fitossanitários. Em relação a tudo o que está da metade do sexto item em diante², não há acordo. Ou seja, os países ainda podem legislar por conta própria. Não tem como você contestar, num fórum multilateral, se aquela regra ou aquela restrição que aquele país impôs é legal, é amparada em algum tipo de regra ou não. É por isso que é fundamental que a OMC evolua. Para um país como o Brasil é muito importante que a gente tenha várias regras definidas em algum tipo de fórum multilateral. Se nós fôssemos os americanos, ou os europeus, provavelmente, isso não seria tão importante. Mas, para nós, definitivamente, isso é muito importante. Por exemplo, esse recente Acordo da OCDE em relação à questão aeronáutica e definição da questão dos créditos e apoio às exportações, a INFRAERO começou a entrar no segmento de aviões maiores e a EMBRAER começou a ver que o Acordo da OCDE não espelhava os seus interesses porque ele tinha sido feito com base na experiência da BOEING e do Air Bus. Então, esse é um acordo de âmbito multilateral que é muito importante para a indústria aeronáutica brasileira.

¹ a) tarifas (picos, escaladas, tarifas específicas, etc); b) quotas tarifárias, antidumping, salvaguardas especiais; c) subsídios e créditos à exportação, ajuda alimentar, firmas estatais de comércio; d) subsídios domésticos; e) barreiras sanitárias (salmonella, dioxina, hormônios, BSE, febre aftosa, gripe aviária, newcastle, peste suína, regionalização, etc); f) barreiras técnicas: processos e métodos de produção, etiquetas, embalagens.

² a) rastreabilidade, bem estar animal, identificação de Organismos Vivos Modificados (Protocolo de Cartagena); b) padrões privados (EurepGap, British Retail Consortium, etc); c) restrições ambientais: resíduos, desflorestamento, OGMs, etc; d) padrões sociais e de trabalho: trabalho informal; e) multifuncionalidade.

Então, se a Europa começar a usar um padrão privado para classificar um produto, que é o EurepGap, ela passa a dizer o seguinte: “Para você vender esse produto para mim, você precisa ter o EurepGap”, que é a certificação. Imaginem que eu sou um produtor de frutas do Brasil e sou obrigado a conseguir a Certificação EurepGap para poder vender fruta para um supermercado europeu. Só que, quando você olha o conjunto de critérios que fazem parte do EurepGap, você verifica que um pedaço disso não é científico, é o princípio da precaução. Como eles não sabem se correm algum risco, ou não, eles colocam que não pode. Para nós, era muito melhor termos um acordo multilateral que dissesse o que pode e o que não pode. Por mais que, num acordo multilateral, você seja obrigado a abrir mão dos seus interesses, parte deles você deve ganhar, pelo menos, dentro de um conceito de que as coisas se equilibram com a parcimônia.

Agora, o que é que a Rodada de Doha está tratando? Daqueles quatro itens lá em cima³. Nós estamos falando de um comércio agrícola que é afetado por 10 itens, sendo que os itens mais modernos é da metade do Item 06 em diante⁴, ou seja, tudo o que é novo, tudo o que a gente não sabe lidar, muitas coisas que nós estamos recebendo de fora para dentro e que você não tem dentro da OMC. Nós ainda estamos brigando por aqueles quatro primeiros itens. São itens fundamentais para nós, mas não são suficientes, quando a gente olha numa perspectiva um pouco mais ampla, do conjunto de restrições que afetam o comércio de bens no mundo. A OMC nasceu, justamente, para regular o comércio de bens no mundo.

Quem lê sobre a OMC e sobre a Rodada de Doha vê que o nome é “Rodada de Desenvolvimento de Doha”. Eu duvido que alguém aqui seja contrário ao conceito de desenvolvimento. Todo mundo aqui considera que desenvolvimento é muito importante. Agora, o conceito de desenvolvimento da Rodada de Doha está expondo que você tem dois grupos de países em desenvolvimento que entendem desenvolvimento

³ a) tarifas (picos, escaladas, tarifas específicas, etc); b) quotas tarifárias, antidumping, salvaguardas especiais; c) subsídios e créditos à exportação, ajuda alimentar, firmas estatais de comércio; d) subsídios domésticos.

⁴ a) rastreabilidade, bem estar animal, identificação de Organismos Vivos Modificados (Protocolo de Cartagena); b) padrões privados (EurepGap, British Retail Consortium, etc); c) restrições ambientais: resíduos, desflorestamento, OGMs, etc; d) padrões sociais e de trabalho: trabalho informal; e) multifuncionalidade.

de forma diferente. Você tem um grupo de países em desenvolvimento que entende que liberalização é muito importante para promover desenvolvimento. Ou seja, reduzir tarifas e abrir mercados é fundamental para você fazer com que as economias cresçam e se desenvolvam, sobretudo, porque, especificamente, na área agrícola, os países competitivos hoje são os países em desenvolvimento. Portanto, abrir o mercado dos países desenvolvidos é muito importante. Agora, você também tem um grupo grande de países em desenvolvimento que têm um conceito diferente de desenvolvimento e que consideram que comércio, não necessariamente, é bom para o desenvolvimento. Se o comércio não é necessariamente bom para o desenvolvimento, é melhor não ter comércio nenhum. Ou seja, não existe meio termo nisso. Isso se traduziu de forma muito clara nas negociações agrícolas, sobretudo, porque países em desenvolvimento, que são muito populosos, como a China e a Índia têm um conceito de desenvolvimento que é muito diferente de um país como o Chile, como a Argentina e o Paraguai, e deveria ser do Brasil também. O ICONE tem certa briga com o governo brasileiro em relação a isso. Nós achamos que deveríamos estar mais do lado do Chile e da Argentina, dos países agrícolas exportadores, do que fazendo meio de campo com os países agrícolas importadores.

Eu acho que isso é muito importante porque o Acordo Agrícola vai trazer dois novos itens que são novidades, que é o que nós chamamos de produtos especiais. Ou seja, se aquele produto está relacionado a questões como segurança alimentar, sobrevivência dos meios de subsistência no campo e desenvolvimento rural, você não precisa reduzir as tarifas. Basicamente, essa é a regra dos produtos especiais. É uma regra que é difícil a gente ser contra porque nós entendemos que todo país que tem segurança alimentar, que tem pequenos produtores precisa de um certo nível de proteção. Isso é verdade, agora, para nós, Brasil, é muito arriscado criar esse tipo de exceção num acordo multilateral porque, quando você cria essa exceção, isso vira regra e, conseqüentemente, vira objeto de disputa, vira objeto de contenciosos e você não consegue fazer aquela regra evoluir, no sentido que a gente acha que ela tem que evoluir, que é a liberalização paulatina dos mercados. Obrigado.

José Ricardo Botelho – Moderador: Nós agradecemos ao Senhor Andre Nassar, pela palestra e, em seguida, eu gostaria de convidar o Senhor Claudio Castejon para proferir sua palestra sobre o tema “Internacionalização da Petrobras”.

Internacionalização da Petrobras

Claudio Castejon – Petrobras: Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui com vocês e a gente agradece à Comissão Organizadora, pelo convite, e espero passar algumas informações que sejam úteis para vocês.

A minha apresentação está dividida em três blocos. Eu vou comentar, rapidamente, o que representa a atuação internacional da Petrobras hoje, onde que nós estamos e o que estamos fazendo. Depois, vou comentar a respeito do Plano de Investimentos para a atuação internacional e, finalmente, vou discutir um pouco da experiência que nós temos com algumas lições que foram aprendidas.

Isso aqui é um aviso padrão. Sempre que nós fazemos palestras fora do ambiente da companhia, nós temos que colocar um aviso que os números que aparecem na apresentação são projeções. Isso é por conta de a Petrobras ter ações em Bolsa de Valores etc.

Este mapa mostra onde a Petrobras está hoje. São 25 países, além do Brasil. São cerca de 7.000 empregados no exterior, 270 expatriados, dos quais cerca de 200 são brasileiros que estão espalhados por todos esses países. Na América do Sul, nós só não estamos nas Guianas e no Chile, onde temos apenas um escritório de representação, mas não atividade operacional. Na América do Norte, nós estamos no México e Estados Unidos; na África, estamos principalmente na costa oeste, na Nigéria, Angola e Senegal; na parte norte da África, estamos na Líbia; na costa leste, estamos na Tanzânia e Moçambique; estamos também na Turquia, no Mar Negro; no Irã, Paquistão, Índia e China. No caso de Cingapura é um escritório de venda de derivados de petróleo, principalmente, sendo que, no Japão, é um escritório misto, de venda de petróleo e busca de

oportunidades de negócios. Nós temos também um escritório no Reino Unido para venda de derivados de petróleo e compra de alguns e busca de oportunidades de negócios.

O que é que nós fazemos lá fora? Essencialmente, na maior parte das atividades, é tudo o que nós fazemos aqui no Brasil. Inclusive, tem algumas coisas que nós não fazemos aqui. Por exemplo, no caso da Argentina, nós temos até participação numa usina hidrelétrica que, na verdade, veio com a aquisição da Pérez Companc. Ela tinha essa participação na usina e acabou ficando. Mas, essencialmente, as atividades estão voltadas para exploração e produção. Em quase todos esses países, nós estamos buscando reservas de gás e de óleo, sendo que, no Paraguai e Uruguai, nós trabalhamos só na atividade de distribuição. No caso do Paraguai, trabalhamos com postos de gasolina e, no caso do Uruguai, distribuição de gás e postos de gasolina. Na Argentina, é uma atividade mais completa, desde a exploração de petróleo e gás, a parte de refino, de estações de serviço, a parte petroquímica e até energia elétrica. Isso era para dar uma visão geral para vocês de onde que nós estamos.

É interessante mostrar o que é que motivou a Petrobras a ir lá para fora. A primeira atividade de internacionalização da companhia aconteceu em 1972, quando foi criada uma subsidiária para operar lá fora, que foi a BRASPETRO. O grande *drive* dessa internacionalização foi garantir suprimento de petróleo para o Brasil, lembrando que, naquela época, nós produzíamos 1/6 do nosso consumo de petróleo. Então, a questão era buscar petróleo fora do Brasil porque estava difícil encontrar aqui dentro. No final da década de 70, a situação se modificou, quando nós fizemos a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, então, perdeu sentido ir para fora do Brasil buscar petróleo, mas esse foi o primeiro movimento.

Uma segunda fase aconteceu no final da década de 90, que tem como pano de fundo, a questão da quebra de monopólio. Nós que tínhamos 100% do mercado, a tendência era haver alguma perda do mercado. Só que, nós não sabíamos dimensionar qual seria o tamanho dessa perda, mas, seguramente, alguma perda iria acontecer. Nós tínhamos competidores aqui disputando os mesmos blocos que nós disputávamos. Além disso, naquele momento, nós tínhamos uma carteira muito grande

de projetos, exatamente na Bacia de Campos, precisando de investimentos pesados para serem desenvolvidos e a Petrobras não tinha recursos financeiros para isso. Em 1998, o preço do petróleo chegou a US\$ 9.00 no mercado internacional. Metade das atividades da Petrobras em relação à produção de petróleo eram antieconômicas. Na época, a gente discutia o que deveríamos fazer com a Bahia, Sergipe e Alagoas e com as operações na Amazônia e no Espírito Santo porque as atividades eram antieconômicas a esse preço de US\$9.00/barril, no mercado internacional. Os grandes projetos estavam na Bacia de Campos e a Petrobras não tinha os recursos necessários.

Então, a decisão foi ter ativos no exterior, abrir o capital da empresa, de maneira a ter acesso a capital mais barato. Isso foi feito. Foram traçadas metas de termos ativos fora do Brasil porque, do ponto de vista do investidor estrangeiro, uma companhia que tem um portfólio diversificado, que tem ativos em vários países e que gera recursos em moeda forte, é uma companhia mais segura, mais estável e tende a dar uma garantia de retorno para o investidor. Então, com esse objetivo, a Petrobras iniciou sua internacionalização com bastante agressividade para ter acesso a capital. Efetivamente, isso foi conseguido e a companhia começou a fazer investimentos pesados na Bacia de Campos.

A terceira fase foi em 2003 e, na verdade, teve início com a recuperação dos preços do petróleo. Em 2002, 2003 e 2004, os preços do petróleo começaram a subir e, com isso, o caixa da companhia se tornou bastante robusto e essa questão de a Petrobras ter ativos fora do Brasil para ter acesso a capital mais barato deixou de ter importância porque a empresa passou a ter ativos valiosíssimos por conta do preço da matéria-prima. O grande mote agora passa a ser o crescimento. Hoje, a gente considera atuar fora do Brasil como uma grande oportunidade de crescimento.

As reservas da Petrobras, em 31 de dezembro de 2006, eram de 15 bilhões de barris de óleo equivalente. Aquele “boe” significa que a gente transforma volume de gás em volume equivalente de petróleo e junta. Então, a reserva da Petrobras é de 15 bilhões de barris de óleo equivalente. As reservas da área internacional representavam cerca de 8.5%.

Aqui, nós temos a produção. A produção média diária da Petrobras de óleo e gás, no ano passado, foi de 2,3 milhões de barris de óleo equivalente, sendo que a área internacional foi responsável por 240.000 barris de óleo equivalente, o que corresponde a 11%, mais ou menos.

Aqui é só para vocês terem uma idéia de onde estão essas produções. No ano passado, a maior produção veio da Argentina, cerca de 106.000 barris de óleo equivalente/dia; da Bolívia, cerca de 57.000 barris de óleo equivalente/dia. Aliás, é essencialmente gás, mas está transformado para barris de óleo equivalente. Além disso, no ano passado, nós tínhamos produção ainda na Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Angola e Estados Unidos. Na verdade, já há algumas mudanças nesses percentuais. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, já estamos na fase de 15.000 barris de óleo equivalente/dia e, no primeiro trimestre do ano que vem, nós vamos começar a produzir na Nigéria, cerca de 35.000 barris de óleo equivalente/dia.

Em relação ao refino, o indicador é a capacidade de processamento de petróleo. A capacidade total da Petrobras é de 1.9 milhões de barris de óleo equivalente/dia e, fora do Brasil, atingimos cerca de 130.000 barris de capacidade de refino. Aqui, nós temos a distribuição que são postos de serviço Petrobras. Hoje, nós temos cerca de 8.000 postos de gasolina fora do Brasil com a marca BR, concentrados na Argentina, Uruguai, Paraguai e Colômbia. A participação na área internacional, ou seja, o volume que você coloca no mercado é de 11%.

Em termos de receita líquida, ou seja, o faturamento bruto menos os encargos sobre as vendas. No faturamento da Petrobras, de cerca de 160 bilhões de reais, nós temos cerca de 9%.

Aqui são outros números e vou mostrar alguns mais significativos, como a questão de investimentos. O investimento que foi feito no ano passado foi equivalente a 3.3 bilhões de dólares. Esse foi o investimento fora do Brasil, no ano passado. Este ano, nós devemos atingir 3.7 bilhões de dólares. Em relação ao retorno sobre o capital, que é aquele ROCE, ele mede quanto você tem de lucro em função do capital empregado, ou seja, o quanto de dinheiro que você investiu. O nosso retorno na atuação internacional está na faixa de 4% a 4.5% e é baixo porque a nossa

atividade fora do Brasil ainda é, essencialmente, de investimentos bastante pesados e que devem dar retorno no futuro. Nós aplicamos em exploração e esse é um investimento que não dá receita imediata. O ciclo de um projeto em águas profundas, entre começar a explorar e você ter o primeiro óleo é algo em torno de sete a oito anos, no mínimo. Aqui nós temos os indicadores de custo, ou seja, quanto custa extrair um barril de óleo equivalente, quanto custa produzir, incluindo a parte de impostos e quanto custa refinar esse produto. Os números são bastante confortáveis, no nível internacional. São mais baixos do que os do Brasil porque a produção lá fora é essencialmente de campos terrestres, é uma produção mais barata.

Finalmente, colocamos indicadores de saúde, meio ambiente e segurança. O indicador escolhido foi a taxa de acidentes. É um nível bastante bom, em nível das grandes empresas de petróleo do mundo e a projeção para este ano, que é de 0.57%, inclusive, é inferior à média da Petrobras.

A Petrobras estabeleceu, como visão para 2020, estar entre as cinco maiores empresas integradas de energia no mundo e ser uma das preferidas, ou a preferida, de seus públicos de interesse. Esse conceito de público de interesse é tremendamente desafiador. Onde nós estamos hoje? Isso depende do critério, mas pelo critério das empresas listadas em Bolsa, nós ocupamos o 9º lugar; pelo critério de uma revista anual, que considera todas as empresas baseadas na capacidade de refino e de produção de petróleo e de reservas, logicamente, preponderam a Saudi Aramco e a PDVSA, e nós somos a 13ª. De qualquer modo, vocês imaginem qual é o desafio que temos que enfrentar ainda para estarmos entre as cinco maiores.

Este quadro resume as intenções estratégicas segundo o segmento de negócios da companhia. Aqui temos o plano de investimentos. Esse aqui é o da Petrobras como um todo. Para os próximos cinco anos, 2008-2012, serão investidos um total de 112 bilhões de dólares, no Brasil e exterior. O investimento internacional é de 13% desse total, ou seja aproximadamente 15 bilhões de dólares nesse período.

Aqui nós temos onde a área internacional vai aplicar esses 15 bilhões de dólares. Nós vamos investir 70% em exploração de petróleo e gás. É nisso que nós estamos colocando a maior parte dos recursos e, depois, na parte de refino. Aqui nós temos as metas para 2015 e elas vão um pouco além do plano de negócios. Lembrem que eu coloquei uma produção de 243.000 barris no ano passado, como média diária. Para 2015, nós queremos atingir 700.000 barris, ou seja, duas vezes e meia a produção atual. A capacidade de refino hoje está em 130.000 barris, mais ou menos, e nós devemos atingir 350.000 barris/dia de capacidade de refino. Então, teremos uma presença ainda maior em nível internacional. Aqui temos os países que devem receber a maior parte desses investimentos. Hoje, nesse plano de negócios, os países que recebem 1/3 dos 15 bilhões são: os Estados Unidos, a região do Golfo do México e a refinaria que nós temos nos Estados Unidos. Em segundo lugar, estão reservados 2.6 bilhões para novos negócios, que são oportunidades que nós estamos buscando, em campos, blocos e capacidade de refino. Lá fora, nós não construímos refinarias novas. Nós compramos refinarias e atualizamos para processarem nosso petróleo. Em terceiro lugar, seria a Argentina. Em quarto lugar, aparece a Nigéria, onde nós temos dois campos gigantes com uma atividade exploratória bastante significativa. Finalmente, vem Angola, onde nós somos operadores de três blocos e devemos consumir bem mais recursos, principalmente, em caso de descobertas.

Aqui temos algumas considerações que eu gostaria de compartilhar com vocês. Primeiro, é cada vez mais importante, num processo de internacionalização, a gente ter uma estratégia bem definida do que nós queremos fazer lá fora, quais são os nossos alvos, quais são as metas e onde nós queremos chegar. Se eu tiver bem definido, onde eu quero e como eu vou fazer para chegar lá, já fica facilitado. Nós já tivemos uma experiência no passado em que nós olhávamos tudo o que aparecia, colocávamos algum recurso e os resultados não foram bons. Então, nós temos que focar nossas ações. Nós temos três áreas foco: América do Sul, África, Golfo do México e setor americano.

Em relação a crescimento orgânico e aquisições, na verdade, as duas coisas estão sendo feitas. O crescimento orgânico significa começar do zero. Eu vou adquirir um bloco, vou fazer linha sísmica, vou fazer

interpretação geológica, vou furar um poço exploratório, torcer para descobrir petróleo e, se descobrir, vou desenvolver o campo e vou produzir. Ou então, partimos para a aquisição. No caso da atividade de exploração e produção, nós estamos usando o crescimento orgânico porque o acesso a blocos de produção é muito caro. Com o barril de petróleo a quase US\$ 90.00 é inviável comprar produção, comprar reservas. No caso das refinarias, nós estamos partindo para a aquisição porque nós temos receita imediata.

Em relação a riscos políticos e regulatórios, isso é inerente à atividade. Não dá para fugir. Nós temos algumas complicações e vamos ter outras. Quanto mais alto o preço do petróleo estiver, tanto mais provável de termos perturbações nos ambientes políticos e regulatórios, principalmente, porque as grandes oportunidades estão em países mais complicados. Então, nós temos que aprender a antecipar melhor e atuar de maneira a contornar as dificuldades para a companhia.

Quanto à atenção aos públicos de interesse, na verdade, a sustentabilidade da companhia, mesmo aqui dentro do país hospedeiro já é complicada porque há vários interesses envolvidos. Então, vocês podem imaginar como é num país estrangeiro, operando uma *commodity* estratégica de alto preço, alto valor no mercado. Nós temos que manobrar a imprensa todo o tempo, as ONGs, a população em geral, agências reguladoras, os próprios governos, enfim, nós temos que lidar com todos esses atores e eles têm que participar do espectro de relacionamento normal e rotineiro que a companhia tem que cuidar o tempo todo, sem contar os empregados e acionistas.

Talvez o item mais complicado que nós temos hoje sejam os recursos humanos. O grande estrangulamento que nós temos em todo o processo é o problema de recursos humanos qualificados. A internacionalização é um processo difícil, complicado, de baixa rentabilidade e você precisa ter foco e resultado, senão, é muito fácil se perder. Eu comentei que nós temos cerca de 200 brasileiros lá fora e tem várias experiências mal sucedidas. Quando você coloca uma pessoa lá fora, você também põe a família dessa pessoa. Então, isso não é tão simples porque não é só o empregado que tem que se adaptar e produzir um bom trabalho, mas a sua família também tem que se adaptar ao novo ambiente e tudo mais.

Quanto mais complicados são os países em que estamos, tanto maior o choque cultural a ser enfrentado. Por exemplo, nós ainda não temos ninguém no Paquistão, que está na crista da onda em perturbações políticas etc. Mas, é bem provável que, no ano que vem, nós tenhamos que colocar pessoal lá.

Além disso, temos que ter uma governança bem estruturada. Do ponto de vista mais interno, a companhia tem que estar preparada para operar em vários países, segundo um padrão único. Grande parte do nosso esforço hoje é no sentido de desenvolver essa questão de governança, no sentido de trabalhar em vários países segundo um padrão único, um modo de operar bastante parecido, e você sempre tem que fazer adaptações locais.

Aqui nós temos algumas oportunidades que nós vislumbramos. A internacionalização da Petrobras oferece um cem número de oportunidades e não é só para a companhia. É normal grandes corporações levarem boa parte de seus fornecedores de bens e serviços, inclusive, para a gente ter um trabalho específico. Isso está restrito ainda à América do Sul, mas nós temos liderado missões de fornecedores brasileiros, chamando a indústria local e apresentando nossos fornecedores, ou seja, abrindo oportunidades para que as vendas aumentem. Até porque, isso interessa à companhia. Eu conheço os fornecedores brasileiros, tenho bons contatos com eles e tenho todo o interesse que eles aumentem sua escala de produção e melhorem os seus processos de produção. Muitas vezes, oferecer o mercado externo é uma boa alternativa para isso.

Finalmente, num conceito mais geral, a presença brasileira no mundo é importantíssima para o país. Você tem que melhorar a competitividade de todo mundo que está lá fora. Você tem que ficar competitivo porque o mundo não é brincadeira e a gente tem que aprender a jogar segundo as regras do mundo. É importante o país ganhar influência. A "Marca Brasil" tem que ser divulgada. Na medida em que mais empresas brasileiras estejam lá fora, mais o Brasil tem valor como marca e é nesse sentido que nós estamos trabalhando. Obrigado.

José Ricardo Botelho – Moderador: Nós agradecemos a participação do Sr. Claudio Castejon, da Petrobras e, dando continuidade aos trabalhos, teremos a apresentação do Sr. Joanisval Brito Gonçalves, que abordará o tema “O Poder Legislativo e as Relações Internacionais”.

O Poder Legislativo e as Relações Internacionais

Joanisval Brito Gonçalves – Senado Federal: Boa tarde a todos. Antes de mais nada, eu queria registrar que é uma grande satisfação estar nesse VII Encontro de Estudos Estratégicos porque eu sou meio nostálgico e estava lembrando do I Encontro de Estudos Estratégicos que nós tivemos há uns 15 anos, no auditório da SAE, e nós conseguimos encher aquele auditório. É interessante observar que apenas em um dos painéis, nós já temos um número significativo de pessoas. Eu imagino que os outros devam estar na mesma situação, então, esse processo é muito enriquecedor e interessante ver gente aqui de todas as idades, discutindo relações internacionais. Isso é cada vez mais importante. Um país que queira se mostrar como protagonista no cenário internacional não pode deixar de ter diuturnamente, pessoas discutindo temas da agenda internacional e discutindo relações internacionais, efetivamente.

Diante da proposta desse painel – Brasil no Mundo – nós ouvimos as exposições sobre a Petrobras, sobre a OMC e a minha tarefa é falar um pouco do Poder Legislativo, do Parlamento. Qual a importância do Poder Legislativo para as Relações Internacionais? Como é que isso funciona no âmbito do Poder Legislativo? Nós trazemos aqui algumas considerações. Não falo em nome do Congresso, do Senado, mas trago um pequeno perfil de qual é a importância do Poder Legislativo nas relações internacionais e como isso funciona no Congresso Nacional.

Para a gente falar do Poder Legislativo e Relações Internacionais no Brasil, nós precisamos falar de algumas normas, de regulamentação. Quando eu falo do Brasil, a primeira grande norma, o primeiro grande regulamento que trata de relações internacionais é a própria Constituição de 88, apesar de eu preferir a Constituição de 1824. Nós, monarquistas, ainda somos muito saudosos da Constituição de 1824. Mas, a Constituição de 88 é interessante também e fixa marcos normativos da

gestão de política externa e estabelece limites à política externa, em razão da expressa referência de proibições, nessa Constituição, ela formula estímulos voltados para o direcionamento da política externa, em razão de determinados objetivos. Isso está no texto constitucional. Na Constituição de 88 é possível identificar normas para as relações internacionais do Brasil, princípios para a conduta do Estado e de seus agentes, referências a salvaguarda de direitos humanos etc. Tudo isso está no texto constitucional.

Então, se me perguntasse hoje por onde eu começaria para entender marcos normativos sobre relações internacionais no Brasil, eu diria: “Abra a Constituição de 88 e leia o Art. 4º, para começar”. É sobre isso que nós vamos falar um pouco aqui. Nós vamos falar das competências dos entes federados, ou seja, quem fala em nome do Brasil quando nós temos a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, que estão no meio desse sistema e querem participar também, querem fazer relações internacionais. O Art. 21 da Constituição de 88 diz o seguinte: “Compete à União manter relações com os Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais”. Nesse sentido, é importante registrar que estados, municípios e o Distrito Federal podem até celebrar acordos internacionais. Entretanto, esses acordos só serão válidos se tiverem o aval do Senado, da União, do Estado Brasileiro, efetivamente. Inclusive, eu acho interessante o aumento da participação de estados e municípios em relações internacionais. Acredito que os estados e municípios de maior porte deveriam ter Secretarias de Relações Internacionais, não para fazer política externa, mas para permitir a esses estados e municípios se mostrarem ao mundo e trazerem, por exemplo, investimentos e atrair a atenção do mundo para si. Eu acho que é fundamental que, cada vez mais, estados e grandes municípios tenham uma Secretaria de Relações Internacionais. Lembramos que, na hora de celebrar os acordos, para que o Estado Brasileiro efetivamente se comprometa ou seja responsabilizado por esses acordos, é fundamental o aval da esfera federal.

Agora, se a União representa o Brasil na sociedade internacional, quem é competente para falar em nome da União? Em outras palavras, a quem compete celebrar as relações exteriores? Antigamente, quando se celebravam relações exteriores, quem falava em nome do Estado era o

monarca, era o soberano. Hoje, quem fala é a esfera do Executivo. Eu tenho o Chefe de Estado, ou, em alguns casos, o Chefe de Governo, mas é o Executivo que trata efetivamente das relações internacionais. Isso também está previsto na Constituição, no Artigo 84, que diz que compete privativamente ao Presidente da República manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. Aqui, nós temos um ponto interessante porque o poder competente é o Executivo, mas o Poder Legislativo e o Poder Judiciário também têm a sua participação. Nós vamos especificar melhor essa participação do Poder Legislativo e, no caso do Poder Judiciário, essa participação se dá, sobretudo, no que diz respeito ao controle judicial dos atos do Executivo. Então, O Poder Legislativo e Judiciário acabam participando também. Isso garante a harmonia entre os poderes.

Como é que o Poder Legislativo participa das relações internacionais? Eu vou deixar o suspense e vou voltar à Constituição de 88 para falar do Artigo 4º e lembrar que estão lá os princípios norteadores das relações internacionais no Brasil. Quais são esses princípios? Vou citá-los:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Esses são os princípios norteadores das relações internacionais do Brasil. Como é que o Poder Legislativo atua? Qual é a importância do Poder Legislativo em relações internacionais? O Poder Legislativo é fundamental a partir do momento que é o Poder Legislativo que autoriza

e aprova os tratados e acordos internacionais ou quaisquer atos que acarretem encargos para o Brasil. O Poder Legislativo é importante a partir do momento em que é o Poder Legislativo, na figura do Senado, que aprova os nomes de Chefe de Missão Permanente no exterior, aprova os nossos Embaixadores. O Poder Legislativo é importante como ente fiscalizador dos atos do Executivo. A competência fiscalizadora é fundamental. Numa democracia em que o Poder Legislativo não fiscaliza ou não participa, nós temos uma ameaça a essa democracia. Há regimes políticos em que é muito difícil fiscalizar o Executivo, sobretudo, se eu tiver 100% de uma Assembléia de Parlamentares vinculados ao governo. Em outros regimes, isso fica um pouco mais complicado, mas a fiscalização é importante. Além disso, como é que o Legislativo participa nas relações internacionais do Brasil? Discutindo. O Parlamento é o grande foro onde se discutem grandes questões de política interna e, naturalmente, de política internacional do Brasil. Fazendo isso, o Poder Legislativo cumpre as suas funções.

O Artigo 49 da Constituição de 88 diz o seguinte:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Em qualquer acordo que o Brasil celebre, antes de o país começar a se obrigar por esses acordos, eu preciso da chancela e do aval do Poder Legislativo. Eu vou já fazer um breve panorama de como isso funciona, como é essa tramitação.

O Artigo 52 também estabelece a competência privativa do Senado para aprovar os Embaixadores e também tem um outro aspecto interessante da participação do Senado, particularmente, uma vez que, tem a competência para autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. As operações de natureza financeira desses entes federados têm que ser autorizadas pelo Senado para angariar recursos lá fora. Para que esses recursos venham, efetivamente, eu preciso do aval do Senado. Por que é que o Senado participaria disso? Há uma lógica peculiar. O Senado

representa a Federação. Os entes federados estão ali representados. É natural que um ente federado, um Estado ou um Município que venha a se comprometer financeiramente no plano externo tenha o aval dos demais porque o Brasil é uma Federação. Se o Brasil fosse um Estado Unitário, eu não precisaria me preocupar com isso, mas a lógica é que a Federação traga a sua chancela para esse ato de um dos entes federados. Então, o Senado atua dessa maneira.

O Poder Legislativo também atua por meio das suas comissões. É interessante assinalar que tanto a Câmara como o Senado têm Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com competências próprias, voltadas para as relações internacionais do Brasil que envolvem desde a discussão de temas à aprovação desses acordos e questionamentos de autoridades sobre as relações internacionais do Brasil. Eu não vou apresentar aqui quais são as competências dessas Comissões, mas gostaria de ressaltar que nós temos uma comissão muito importante na Câmara e no Senado: a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Antigamente, essa comissão era dividida em duas – a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Defesa Nacional – mas hoje está tudo junto porque o aspecto diplomático e o aspecto militar são dois alicerces dessa política externa. Eu sou muito crítico nesses aspectos e tenho dificuldade de perceber um país que tente se projetar se valendo, simplesmente, do braço diplomático, sem um respaldo militar. Eu costumo dizer para os meus alunos que são dois alicerces e, em tempos de paz, eu tenho que ter o diplomata preponderando, mas eu tenho que ter o militar na retaguarda. Em tempos de guerra, é o contrário. Eu preciso do militar à frente, mas também preciso do respaldo do diplomata para negociar a paz. Então, quando eu vejo a situação do nosso Orçamento de Defesa, eu começo a me preocupar; quando eu vejo o sucateamento das Forças Armadas no Brasil e a falta completa de atenção a esses aspectos, eu começo a me preocupar; mas isso é para discussões futuras, posteriores.

Tem uma terceira comissão no Congresso Nacional, que existia até meados deste ano, que era a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. A partir da criação do Parlamento do Mercosul, essa Comissão foi substituída pela Representação Brasileira

no Parlamento do Mercosul. Essa representação também tem suas competências específicas no âmbito desse processo legislativo do bloco.

Como é que funciona a competência fiscalizadora do Congresso Nacional? Ela existe e é importante. Nós temos dois instrumentos interessantes, nesse caso. Nós temos o Requerimento de Informações. Qualquer Parlamentar pode requerer informações a respeito de atos, condutas e situações de interesse nacional ao Executivo. Então, é muito comum encontrarmos requerimento de Parlamentares sobre, por exemplo, como tem sido a atuação do Brasil diante da conduta de determinado Estado. Na questão da Bolívia, no ano passado, o Congresso produziu vários requerimentos de informações para que fossem esclarecidos alguns aspectos sobre política externa brasileira, algumas condutas do Executivo no que diz respeito à política externa brasileira. Então, o Requerimento de Informação é importante.

Um outro aspecto da competência fiscalizadora é a possibilidade de se convocar autoridades do Executivo. Nesse caso, são convocados Ministros ou Secretários da Presidência da República, que têm status de Ministro, para virem perante o Congresso Nacional prestar esclarecimentos aos parlamentares sobre um determinado assunto. A convocação não é uma prática muito comum porque o que se costuma fazer são convites. É menos traumático. Os convites são muito comuns e nós temos visto, por exemplo, com uma certa constância, o Ministro das Relações Exteriores indo ao Parlamento, à Câmara ou ao Senado, ou Comissões dessas Casas, apresentar aspectos de política externa brasileira. Em geral, nós temos uma audiência pública onde fazemos um debate e os representantes do povo são interados a respeito das questões de política externa. Isso é importante porque, dessa forma, nós chamamos atenção para os temas.

Isso acontece, por exemplo, com outras pastas. O Ministro da Defesa, por exemplo, desde que assumiu, já foi várias vezes ao Congresso falar, seja em Comissões Permanentes ou em Comissões Parlamentares de Inquérito, que é uma outra forma de fiscalização. O Congresso tem essas prerrogativas, essas competências e tem essa possibilidade de fiscalizar o Executivo.

Como é que funciona o processo de aprovação dos acordos? Vou dar apenas uma visão geral. Em relação à tramitação, a primeira fase é simples. Assinado o acordo, ele é remetido ao Congresso Nacional, via mensagem do Poder Executivo. Então, o Poder Executivo apresenta esse acordo ao Congresso, expõe os motivos da importância da aprovação daquele acordo e ele começa a tramitar pela Câmara dos Deputados, onde são designadas as Comissões que vão tratar desses acordos, que vão avaliar esses acordos. Pode ser a Comissão de Relações Exteriores, mas, digamos que seja um acordo vinculado à área de infra-estrutura, nesse caso, é preciso passar pela Comissão de Infra-Estrutura da Câmara dos Deputados. Pode ser um acordo na área econômica, que exija um parecer da Comissão de Assuntos Econômicos. Então, esse acordo passa por várias Comissões e, em cada uma delas, ele é avaliado por um Relator, que apresenta o seu parecer à Comissão e esse parecer é aprovado ou rejeitado. Sendo aprovado, depois de tramitar pelas Comissões, ele vai a plenário. No Plenário da Câmara, ele é votado. Após aprovado no Plenário da Câmara, ele vai ao Senado Federal e a tramitação é semelhante. Após a tramitação no Senado Federal, sendo aprovado, eu tenho um Decreto Legislativo que vai autorizar o Poder Executivo a ratificar aquele acordo quando ele bem entender. Esse é um poder discricionário do Poder Executivo. O Executivo é que sabe quando deve, quando é mais oportuno ratificar aquele acordo. A função do Parlamento é dizer se pode ou não pode. E só isso. Mas, volto a lembrar que, se não passar pelo Parlamento, esse acordo não pode ser ratificado.

A questão dos direitos humanos foi ressaltada a partir da Emenda Constitucional 45/2004, que inseriu no Artigo 5º da Constituição um texto específico sobre direitos humanos. Isso gerou uma confusão danada em termos de direitos humanos, mas eu não vou falar disso aqui.

Em relação à nomeação dos Embaixadores, o procedimento é semelhante. O Presidente da República escolhe o nome do pleno potenciário, envia esse nome ao Senado, por mensagem, e o Senado, em sessão secreta, avalia esse nome e aprova ou rejeita o nome do Embaixador, também em sessão secreta. É claro que esse Embaixador vai ao Senado e, em sessão secreta também, ele é sabatinado. Por que só ao Senado? Porque é a Federação que está aprovando. O Embaixador é o representante do Brasil e não apenas representante do

Presidente da República ou do Poder Executivo. Portanto, é importante ter essa chancela do Senado Federal, representando a Federação.

Para concluir, o Legislativo vai servir como um grande foro. Se nós não pudermos ter um Legislativo onde esses temas da agenda internacional e questões de relações internacionais são objeto de constante discussão e debate, nós temos uma ameaça à democracia. O Parlamento precisa estar presente discutindo essas grandes questões de relações internacionais.

Era basicamente isso. Muito obrigado a todos.

José Ricardo Botelho – Moderador: Nós agradecemos a palestra do Professor Joanisval e daremos início ao nosso debate.

Debate

José Ricardo Botelho – Moderador: Eu vou fazer algumas perguntas que nós temos aqui para os três palestrantes. Como nós temos um tempo reduzido de 30 minutos, aquelas perguntas que não forem respondidas aqui, nós encaminharemos aos palestrantes.

A primeira pergunta que eu tenho aqui é do Coronel Artur, do Gabinete do Comando do Exército. A pergunta é para o Dr. Claudio, da Petrobras: *“A mídia nacional divulgou a intenção de investimento do Governo Brasileiro na Bolívia, com o fim de regularizar o fornecimento de gás no mercado interno. Na conjuntura atual e após a recente experiência da Petrobras naquele país, é vantajoso investir na Bolívia?”*.

Claudio Castejon – Petrobras: Essa é a pergunta mais fácil. Eu não posso comentar muito a respeito da questão da Bolívia. Eu acho que vocês sabem que, hoje, o Presidente da Petrobras está em La Paz, justamente, conversando com o Governo Boliviano. O que a gente pode dizer é que os campos de petróleo e gás se esgotam naturalmente. É uma reserva finita que você tem lá. Quando você fura o primeiro poço e sai o primeiro metro cúbico de óleo ou de gás, a pressão interna do reservatório começa a cair e a produção também vai caindo. Então, é natural que, com o tempo, você tenha que fazer novos investimentos, até para a manutenção da produção que você tem. Então, o que se discute hoje em relação à Bolívia é a manutenção da produção e a possibilidade de novos investimentos. Infelizmente, não posso avançar mais na resposta, até porque, não tenho informação mais atualizada a respeito disso.

José Ricardo Botelho – Moderador: A próxima pergunta é para o palestrante Andre Nassar: *“Os subsídios agrícolas são medidas protecionistas. Sendo assim, é direito querer exigir que os Estados*

Unidos da América deixem de aplicá-los? É totalmente compreensível que os Estados Unidos da América queiram evidenciar seus interesses particulares nas relações comerciais que mantêm com os outros países. Todas as partes buscam esse ganho dos interesses particulares. Não é uma política exclusiva americana”.

Andre Meloni Nassar – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais: Eu acho que todos os países, obviamente, buscam seus interesses. Não faz sentido nenhum você imaginar que os países têm posições altruístas nas negociações. Eu acho que o importante não é se o americano dá subsídio ou não, mas sim o tipo de subsídio que ele dá. Eu acho que isso é que é relevante para a gente discutir. Uma coisa é você dar um subsídio para o seu produtor porque ele não tem condição de sobreviver. Vamos imaginar alguma coisa desse tipo. Outra coisa é você dar um subsídio para o produtor para dar maior capacidade de competição no mercado internacional. Essa é que é a grande diferença da OMC. No fundo, você subsidiar qualquer setor, desde que isso não afete o ambiente de mercado internacional, não tem problema. Todo mundo pode fazer isso. O problema é quando você começa a subsidiar, de tal forma que, você começa a afetar os outros países que poderiam estar vendendo para você ou que competem com você em outros mercados. Nesse caso, eu acho que faz sentido você ter um acordo multilateral e dizer para os americanos que eles podem dar subsídios, mas que há um limite para isso. Esse limite vai valer para os americanos, para os europeus, para o Brasil, para todo mundo. Essa é a grande diferença. Então, quando a gente está olhando se afeta ou não o mercado internacional é que faz diferença você falar que aquele subsídio americano não é legal.

José Ricardo Botelho – Moderador: A próxima pergunta é para o Professor Joanisval. A pergunta é da Bruna Duarte, do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB: *“Qual a opinião do palestrante sobre a criação de uma Procuradoria Internacional para a defesa dos interesses brasileiros no exterior? Concorda com a competência de tal Procuradoria no âmbito da CGU?”.*

Joanisval Brito Gonçalves – Senado Federal: É ao Ministério das Relações Exteriores que compete, precipuamente, defender os interesses

do Governo Brasileiro no exterior. Não obstante, nos vários segmentos da Administração Pública Federal, nós temos setores de relações exteriores e setores voltados às relações internacionais. Eu acho isso válido. No âmbito da Procuradoria, isso também é interessante, a partir do momento em que eu tenho mais um subsídio à atuação brasileira no exterior. Nós não temos diplomatas suficientes no sentido de que a atuação em política externa ultrapassa simplesmente os aspectos diplomáticos. Então, é importante nós termos outros segmentos do Estado Brasileiro, atuando em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. A experiência que a gente tem na última década é de uma intensificação de profissionais de relações internacionais atuando em outros Ministérios e colaborando com os diplomatas, com o Itamaraty, inclusive, em foros internacionais. Eu cito a carreira de Analista de Comércio Exterior e tenho vários colegas de relações internacionais que hoje atuam nessa área. Então, eu acredito que uma Procuradoria Internacional seja interessante para trazer mais um reforço de especialistas na área jurídica. Precisamos alocar pessoas que conheçam a área de relações internacionais e, tanto a Procuradoria como a AGU têm profissionais competentíssimos para isso. Eu acho que, no final das contas, isso é muito positivo. Nós deixamos de ter aquela percepção errônea de que relações internacionais e política externa são um nicho do Itamaraty. Não é assim.

José Ricardo Botelho – Moderador: A próxima pergunta é para o Dr. Claudio Castejon: *“Como funcionam as relações com os investidores externos? Após a parceria junto à BMW/Williams houve uma mudança significativa no volume de negócios que aumentem a probabilidade de perspectiva para 2015? Seriam concretas?”*. A pergunta é do Daniel, do UNICEUB.

Claudio Castejon – Petrobras: O relacionamento com investidores é constante porque, na verdade, os investidores têm dinheiro aplicado e estão todos os dias olhando a variação dos preços das ações. Isso tem um lado muito positivo para a Petrobras porque nós somos cobrados, todo o tempo, pelo foco, eficiência e eficácia das operações. Trimestralmente, o resultado da companhia é apresentado para os investidores brasileiros e estrangeiros. Então, são feitas reuniões presenciais e via videoconferência, em que esses resultados são discutidos. Eu diria que é uma pressão em cima da companhia por ela ser

eficiente. Os planos de negócios são discutidos dentro da companhia, são checados com o acionista controlador e depois são divulgados no mercado. Essa é uma outra atividade bastante estressante porque você começa por São Paulo, vai a Nova Iorque e a Londres, que são as grandes capitais da parte do Petróleo, divulgando os resultados junto aos investidores. É assim que é feito o relacionamento com os investidores. Além do relacionamento através do site e perguntas que eles fazem diretamente, tem esse outro tipo de relacionamento presencial.

A questão da BMW Williams é, principalmente, uma questão de imagem da companhia. Nós queremos associar a Petrobras, combustíveis e tecnologia. A Fórmula 1 é um ambiente de alta tecnologia. Então, essa é a associação que nós buscamos e queremos passar isso para o consumidor. Logicamente, a maior parte dos países que assistem a Fórmula 1 não tem presença da Petrobras, mas as pessoas estão se acostumando com o nome e isso tem um retorno. A medição desse retorno em relação ao investimento é que eu não sei precisar. Eu não tenho esse número. Eu posso até verificar porque, muito provavelmente, o pessoal de patrocínio de marcas terá, pelo menos, uma estimativa disso, mas eu não tenho esse número aqui.

José Ricardo Botelho – Moderador: A próxima pergunta é dirigida ao Dr. Andre: *“Em sua opinião, quais são as chances reais da Rodada Doha ter um desfecho favorável até ao final do ano, conforme afirmou o Ministro Celso Amorim ontem nos jornais?”*.

Andre Meloni Nassar – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais: O Ministro Celso Amorim tem por obrigação ser otimista porque, se der errado, ele vai ter que explicar para a sociedade e isso vai dar um pouco de trabalho. Para o Congresso, ele vai ter que explicar o acordo que vai ser ratificado. Eu acho que ele está certo porque tem chances de isso acontecer. Ele não está só sendo otimista porque isso virou uma questão de honra. Os países pararam tudo para tentar fechar a Rodada de Doha, então, ou eles conseguem realmente fechar a Rodada de Doha, ou então, ela sai da agenda definitivamente. Alguns países são mais perdedores e outros são menos perdedores. Por exemplo, um país como a Índia é menos perdedor com o não fechamento; países como os Estados Unidos e a própria União

Européia são menos perdedores do que o Brasil. Aliás, agora, eu já não sei por que tem essa questão das nossas tarifas industriais, então, tem gente que acha que a Rodada de Doha vai fazer a economia brasileira perder, mas, enfim, eu acho que tem chance de se fechar um acordo em determinados pontos. A partir daí, você passa para os próximos pontos porque a coisa vai ser construída assim e, certamente, vai se prolongar ao longo do ano que vem. Mas, pelo menos, em relação a um conjunto de pontos centrais, que são aqueles que estão emperrando a negociação há muito tempo, acredito que temos chance de desenhar algum tipo de acordo até ao final do ano, mesmo que esse acordo não tenha grande significado. Ele terá significado por ser um acordo, mas não por promover ganho de comércio.

José Ricardo Botelho – Moderador: A próxima pergunta é para o Professor Joanisval. A pergunta é do Comandante Antonio Castro Sobrinho, da Escola de Guerra Naval: *“A atuação de grandes empresas, no comércio internacional, nas últimas décadas, assumiu importância decisiva nas relações internacionais entre estados, a ponto de motivar e limitar acordos internacionais. A liberdade desses novos atores, “as empresas” para atuarem no mercado internacional, varia de Estado para Estado e conforme o tipo de produto ou serviço negociado. Como é regulamentada a relação empresa/Estado no Brasil?”.*

Joanisval Brito Gonçalves – Senado Federal: Obrigado pela pergunta, Comandante. Isso foge um pouco da minha alçada, mas nós temos uma legislação específica, como por exemplo, a Legislação das Sociedades Anônimas e isso passa por leis produzidas ou aprovadas no Poder Legislativo. Essa pergunta é importante porque ela chama a atenção para o fato de que, no sistema internacional, hoje, cada vez mais, nós temos atores distintos dos Estados; atores que operam com suas próprias regras e não adianta querer pensar em regras estatais para atores que não vão seguir essas regras – e eu não estou falando de regulamentação no âmbito interno, mas estou falando até de regimes internacionais – mas que são atores importantes e até influenciam o processo legislativo. É claro que seria ilusório acreditar que grandes corporações não afetam o processo legislativo e a produção de leis em qualquer Estado e em qualquer democracia.

Eu lembro de uma outra categoria de ator internacional, para o qual, no caso brasileiro, não existe qualquer regulamentação, e que carece, efetivamente de muita regulamentação hoje. Eu estou falando de organizações não-governamentais. Essa é uma nova categoria de atores para a qual nós não estamos atentos, ou não vemos uma grande preocupação. ONGs são importantes? São. Agora, eu tenho ONGs de vários tipos, com todo o tipo de interesse e de objetivo. Essa pergunta me chamou a atenção para isso. Enquanto as empresas estão, de certa maneira, sob o controle do Estado e sob o controle do Legislativo e de fiscalização também, as ONGs atuam de maneira indiscriminada e, efetivamente, sem controle. Eu acho que está chegando a hora de pensarmos em regulamentar a situação dessas ONGs, sobretudo, quando vemos regiões do país onde o Estado não se faz presente e essas organizações se mostram de maneira muito clara. Ou então, pior ainda, onde essas organizações, algumas vezes, atuam com financiamento do Estado contra interesses das sociedades que ali se encontram, mas isso é tema para outra discussão.

José Ricardo Botelho – Moderador: A próxima pergunta também é do Comandante Sobrinho, da Escola de Guerra Naval, para o Sr. Claudio Castejon: *“Existe algum planejamento para expandir os investimentos da Petrobras no exterior, mais especificamente, na China e no Continente Africano? Como Vossa Senhoria avalia a possibilidade de a Petrobras vir a explorar o campo de serviços para capacitar parceiros internacionais na produção de biocombustíveis?”*.

Claudio Castejon – Petrobras: Nós temos intenção de fazer isso por segmento, exploração e produção. Nós temos buscado essa possibilidade no Mar Cáspio, que é uma fronteira ainda relativamente virgem, que até tem bastante exploração, mas nós achamos que ainda temos muita oportunidade lá. Então, vamos buscar uma aproximação com aqueles países em torno do Mar Cáspio. O Sudeste Asiático ainda é uma área pouco explorada e, nesse caso, incluiríamos a China também. Então, nós temos interesse no *off shore* da China. Recentemente, nós participamos de um *bid*, mas não fomos bem sucedidos. Vamos atuar também no norte da África. Principalmente, na Líbia e Egito existem campos maduros que usam tecnologia bastante ultrapassada e nós acreditamos que, se tivermos acesso a isso, vamos incrementar muito a

produção. As reservas de óleo que ainda restam são bastante significativas. A Líbia tem 60 bilhões de barris de reserva. Para vocês terem uma idéia, o Brasil tem 15 bilhões.

Em relação ao refino, nós estamos procurando refinarias para processar o petróleo brasileiro, principalmente, na Ásia, Pacífico, Estados Unidos e Europa. São mercados mais estáveis e menos sujeitos a problemas de adulteração de combustíveis, em que você tem margens melhores. Em relação às reservas de gás, nós estamos priorizando as áreas do norte da África e costa leste da África.

A questão de serviços para nós é complicada porque toda a companhia grande tem pouca agilidade. Então, nós não temos pensado em vender serviços. Existe uma demanda imensa por biocombustíveis, até porque, o próprio Presidente Lula, em todos os países que visita, faz uma grande apologia ao biodiesel e etanol. Existem muitas perspectivas. Os biocombustíveis não vão substituir o petróleo num horizonte próximo. Todo mundo tem bastante pé no chão em relação a isso. Agora, que essa é uma oportunidade imensa para países como o Brasil, como a África, e América Central, não tenham a menor dúvida. Nós já temos alguns Memorandos de Entendimento, que são acordos que nós firmamos iniciando estudos e verificando a possibilidade de instalação de plantas etc. A Petrobras já vendeu álcool para a Nigéria e a Venezuela e tem uma empresa no Japão que está estudando o mercado japonês para poder colocar álcool brasileiro lá dentro. O problema é que, no mercado japonês, quando se fala que o mercado do álcool corresponde a 5% do mercado de gasolina, isso significa um tanque imenso de álcool, muito mais do que o consumo brasileiro. Então, nós precisamos ter uma estrutura de produção e um sistema de escoamento desse álcool que seja mais confiável. A reboque disso, aparece o Acordo da Petrobras com a Mitsui, que ainda não está fechado, mas que deve continuar nessa linha de construção de polidutos para escoamento do álcool e, eventualmente, até na produção de álcool.

Em relação ao biodiesel, o Brasil não é o país mais avançado. A Alemanha, por exemplo, está bem na frente do Brasil, mas eu diria que nós temos condições, que talvez sejam inigualáveis no mundo, para produzirmos biocombustíveis. O nosso Centro de Pesquisa está

investindo pesado em biocombustíveis, inclusive, apostando muito na produção de álcool a partir de celulose. Inclusive, nós já temos, produção em laboratório e que eu diria que está quase em nível comercial. Existem muito boas perspectivas, embora, quando nós falamos em substituir 10%, a nível mundial, isso significa um volume muito grande.

José Ricardo Botelho – Moderador: A próxima pergunta é para o palestrante Andre: *“Um acordo de livre comércio entre o Mercosul, a Índia e a África do Sul seria benéfico para o Brasil? Se sim, quais seriam os maiores benefícios para o Brasil e para os outros países do Mercosul?”*. A pergunta é do Francisco Venâncio, aluno do 2º semestre de Relações Internacionais da UnB.

Andre Meloni Nassar – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais: Eu tenho uma leve desconfiança que o Francisco acha que não, mas eu acho que sim. Primeiro, África do Sul e Índia não são os países mais ativos nessa questão de acordos. O México deve ter 10 acordos, o Chile deve ter um monte também, ou seja, são países ativos na execução de acordos bilaterais de comércio. A Índia, assim como o Brasil e a África do Sul são países que estão começando a firmar esses acordos e são países bastante estratégicos do ponto de vista do comércio sul-sul, então, isso faz sentido. O problema é que tipo de acordo você quer fazer. Se você quiser fazer um acordo com a Índia e com a África do Sul para abrir totalmente o mercado, talvez você vá encontrar indústrias indianas que vão competir com as nossas indústrias, mas, como regra geral, eu acho que faz todo o sentido fazer um acordo, inclusive, envolvendo a área de serviços e outras áreas onde os indianos também são competitivos e talvez a gente consiga aprender um pouco com eles.

José Ricardo Botelho – Moderador: Agora, uma pergunta para o Sr. Joanisval: *“Sabemos que as unidades subnacionais, Estados e Municípios, possuem autonomia de atuação, porém, não possuem soberania. No cenário global de emergência das unidades subnacionais, como equilibrar a autonomia e a soberania?”*. A pergunta é do Diego Magalhães.

Joanisval Brito Gonçalves – Senado Federal: Essa é uma pergunta interessante. Antes, porém, eu gostaria de voltar a dois pontos da questão anterior. Como bom monarquista, eu tenho um carinho especial pela Marinha do Brasil, então, me lembrei de dois pontos relacionados à questão anterior.

Eu costumo dizer que, hoje, mais do que nunca, é bom ter em mente que as empresas multinacionais e transnacionais, como queiram chamá-las, não têm mais bandeira. Ou seja, elas atuam internacionalmente, atuam no sistema defendendo seus interesses próprios, os interesses de seus acionistas. Então, é bom ter isso em mente. O segundo ponto é que elas têm suas regras e eu tenho muito receio de uma excessiva regulamentação com relação a essas empresas. Eu devo fiscalizar, devo estar atento para isso, mas tenho muito receio de regimes normativos que estabeleçam muitas amarras. Exatamente porque eu vejo que elas não têm bandeiras, eu sou favorável a atrair o máximo possível de capital produtivo, externo ou interno. Nós precisamos atrair essas empresas, mas, para isso, precisamos de segurança jurídica e de planejamento. O Senador Cristóvam Buarque diz que é um candidato de uma nota só, que é a questão da educação. Eu costumo fazer meu discurso baseado em três notas: o Brasil precisa de cultura de defesa, de cultura de inteligência e de cultura de planejamento. O problema é que, no Brasil, nós não planejamos há muito tempo. Nós temos dificuldade para planejar e acho que precisamos disso.

Ainda sobre as empresas multinacionais ou transnacionais, eu sempre lembro de uma frase de Roberto Campos, que dizia o seguinte: “Se empresas multinacionais fossem tão nocivas assim para o país, São Paulo seria o estado mais atrasado do Brasil e o Piauí seria o estado mais desenvolvido”. Queria só registrar que minhas origens são piauienses. Então, deixo isso para reflexão.

É interessante essa questão da autonomia e da soberania. Como conciliar isso? É possível sim. Dentro da perspectiva de que a política externa vai ser feita pelo Estado, mas relações internacionais podem ser feitas pelos entes federados. Por exemplo, uma pauta de uma Secretaria Estadual de Relações Internacionais envolve, desde o tratamento interno, analisando-se os potenciais daquele Estado, até a capacidade de ir para

fora buscar investimentos, atrair a atenção do mundo. O mundo é um grande palco, um mercado interessantíssimo, uma fonte de possibilidades incríveis e nós temos que aprender a lidar com isso. Nós precisamos saber lidar com isso, tanto na esfera federal, quanto na esfera estadual e municipal. Eu acho que todo mundo sairá lucrando.

José Ricardo Botelho – Moderador: Tendo em vista o avanço da hora, vamos encerrar o debate, mas gostaria de dizer que as perguntas serão digitalizadas e encaminhadas aos palestrantes e todas serão respondidas. Agora, vamos entregar um Certificado de Participação aos nossos palestrantes e agradecer a todos pela presença e participação. Muito obrigado a todos.



MESA 3.1 CIÊNCIA E TECNOLOGIA: TEMAS ATUAIS

Biossegurança: Organismos Transgênicos

Edilson Paiva
Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo da EMBRAPA

Células-Tronco

Lygia da Veiga Pereira
Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociência/
Universidade de São Paulo

Nanotecnologia

Celso Pinto Melo
Departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco

Biossegurança: Organismos Transgênicos

Miriam Medeiros – Moderadora: Vamos dar início agora aos trabalhos relacionados ao tema “Ciência e Tecnologia: Temas Atuais”. Vou convidar os nossos palestrantes para comporem a Mesa: o Sr. Edilson Paiva, Pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo, da EMBRAPA; a Professora Lygia da Veiga Pereira, do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociência da USP; e o Professor Celso Pinto Melo, do Departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco.

Os trabalhos serão conduzidos da seguinte forma: cada palestrante terá 20 minutos para proferir sua palestra. Após as três palestras, em seqüência, nós abriremos 30 minutos para perguntas. Nós gostaríamos de receber as perguntas por escrito, com nome, entidade que representam, o nome do palestrante a quem a pergunta está sendo feita e, de preferência, o e-mail de vocês, caso algum dos palestrantes queira enviar mais detalhes posteriormente.

Agora, dando início aos trabalhos, convidamos o Sr. Edilson Paiva para proferir sua palestra cujo tema é “Biossegurança: Organismos Transgênicos”.

Edilson Paiva – Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo da EMBRAPA: Boa tarde. Para mim é um prazer poder estar aqui para discutir esse assunto com os senhores, nessa tarde.

Antes de entrar no tema de organismos transgênicos e na legislação da biossegurança aqui no Brasil, e como é que ela tem funcionado, eu gostaria de dizer que já existe quase um consenso que nós estamos entrando na era da Biologia. O século passado foi o século da Física, em

que desenvolvemos celulares, computadores, viagens espaciais e entendemos a nossa posição no universo. Nós estamos considerando o nosso século XXI como sendo o “Século da Biologia” porque, dentro da espécie humana, somos a primeira geração que conseguiu decifrar o código genético e também aprendemos a manipulá-lo. Isso tem várias implicações porque, com esse conhecimento, nós podemos criar formas de vida que, normalmente, não apareceriam através da evolução natural. Então, literalmente, nós podemos “brincar de Deus”, com todas as implicações que isso vai ter em todos os setores da atividade humana, daqui para frente.

Para nós que estamos envolvidos e acompanhando esses incríveis avanços da Biologia, é com sentimento de surpresa que nós vemos algumas reações, em muitos países, principalmente no Brasil, a favor e contra esse novo conhecimento. Aqueles que são contra esse conhecimento, argumentam que esse é um conhecimento que vai trazer grandes riscos nutricionais, grandes riscos ambientais, com concentração de poder na mão de poucos, em detrimento da liberdade individual, do livre comércio etc. Aqueles que são a favor desse conhecimento, o enxergam como um conhecimento que vai nos proporcionar ter uma vida mais longa e saudável, produzir alimentos de maneira mais sustentável na superfície do Planeta Terra e, inclusive, vai nos permitir recuperar impactos negativos que nós já causamos no meio ambiente do nosso planeta.

Infelizmente, a discussão sobre os benefícios e riscos desse novo conhecimento já tem mais de 10 anos e, até hoje, nós temos uma verdadeira guerra onde predomina a retórica, a desinformação e o desconhecimento. O que está acontecendo, pela importância desse novo conhecimento, nada mais é do que uma briga pelo poder. São grupos do mundo inteiro, cada qual tentando, de uma maneira ou de outra, decidir quem, quando, aonde e de que maneira esse conhecimento vai ser utilizado e apropriado. Como eu disse, ele vai ter um impacto grande em todos os setores da atividade humana no Planeta Terra.

Antes de entrar na essência desse novo conhecimento, nós temos que ter algumas informações. Esse gráfico mostra o crescimento da população na face do Planeta Terra. Até 1800, mais ou menos, nosso

planeta tinha o mesmo número de pessoas e, com o avanço do conhecimento, nós começamos um crescimento exponencial. Hoje, a nossa espécie é uma verdadeira praga na superfície do Planeta Terra e nós estamos vendo isso na agenda da pressão que nós estamos causando no nosso planeta. Nós fomos a única espécie que sobreviveu e se multiplicou aqui e é capaz de causar uma extinção em massa, ou mesmo extinção do planeta, via uma guerra atômica, uma guerra biológica, ou da maneira que nós estamos fazendo, pressionando o nosso meio ambiente.

Com esse crescimento populacional, nós atingimos cerca de 06 bilhões de pessoas, há uns dois anos atrás, e, se cada mulher continuar tendo 2.7 filhos por casal, que é a média no mundo hoje, vamos dobrar a população do nosso planeta em apenas 50 anos. Isso, em termos cronológicos, é um piscar de olhos. No Brasil, nós não sentimos muito isso porque somos um país grande, com uma população relativamente pequena, mas, se você for visitar a China, por exemplo, você não consegue ficar longe do *homo sapiens*, em lugar nenhum em que você estiver.

Esse crescimento exponencial da população do Planeta Terra só foi possível devido ao avanço do conhecimento, em termos de medicina, de ações sanitárias e o nosso conhecimento da “Revolução Verde”, que nos possibilitou produzir alimento, na medida em que nós iniciamos esse crescimento exponencial.

Nas décadas de 40 e 50, já havia previsões que nós não íamos conseguir alimentar as pessoas no Planeta Terra. Através da “Revolução Verde”, quando nós começamos a utilizar plantas melhoradas, equipamentos, adubos e defensivos agrícolas, nós conseguimos produzir alimento de maneira exponencial, seguindo o crescimento da população. Então, hoje, não faltam alimentos na face do Planeta Terra. Há problemas econômicos, políticos, mas não falta alimento. O consumo per capita disponível de alimento para cada habitante no Planeta Terra é estável. Em outras palavras, o Brasil, por exemplo, não tem reserva de milho nem para seis meses. Qualquer problema ecológico ou ambiental gera um saque nos supermercados. Nós vimos isso no país mais poderoso do mundo, nos Estados Unidos, em New Orleans, quando ocorreu aquele

tufão, ou ciclone. Em questão de dias, houve saques nos supermercados do país mais poderoso do mundo. Isso é uma realidade. Nem os países avançados, como os Estados Unidos, têm reserva de alimentos para mais de um ano. Tudo o que é produzido hoje, é consumido.

Aqui é para vocês terem uma idéia da demanda de alimentos no mundo e a produção de soja no mundo serve de exemplo. Os Estados Unidos é o maior produtor de soja no mundo, com uma produção de cerca de 80 milhões de toneladas. Em segundo lugar, vem o Brasil, depois a Argentina e a China. O que está acontecendo com o conhecimento da Revolução Verde? Nós atingimos um patamar. Utilizando a tecnologia de melhoramento vegetal, uso de defensivos agrícolas etc., nós atingimos um determinado patamar e cada vez é mais difícil ter ganhos de produtividade. Então, para nós suprimos a demanda de população extra, que pode ser de 03 a 06 bilhões de pessoas, nós temos, urgentemente, de usar algum tipo de tecnologia, ou nós não vamos conseguir alimentar essas pessoas.

Nos anos 50, no início da Revolução Verde, no Brasil, 85% das pessoas moravam nas fazendas e 15% na cidade. Hoje, cada mulher, velho e criança que estão na roça, têm que produzir comida para eles e para mais quatro pessoas que moram na cidade. Infelizmente, não dá para fazer isso matando lagarta com a unha ou utilizando enxada. Temos que usar conhecimento.

Aqui temos uma visão rápida das plantas transgênicas no mundo. Com esse conhecimento que o homem tem da genética, hoje, nós somos capazes de, no laboratório, transferir genes de uma espécie para outra sem o cruzamento sexual. Eu posso pegar a informação genética de um ser humano, colocar numa bactéria e vice-versa. Todos nós somos oriundos do mesmo indivíduo unicelular, há bilhões de anos atrás e o código genético é universal.

As lavouras transgênicas do mundo, em 2006, ocuparam cerca de 100 milhões de hectares no mundo. Foi um crescimento de 60 vezes em 10 anos. Nunca na história da agricultura mundial, uma tecnologia foi adotada de maneira tão rápida. Um ponto importante é mostrar que esses 100 milhões de hectares são cultivados por cerca de 10 milhões de

agricultores no mundo e o mais interessante é que 90% desses agricultores são pequenos agricultores da China e da Índia que cultivam algodão transgênico para resistência a insetos.

O mercado global dessas culturas transgênicas é cerca de 7 bilhões de dólares e representa cerca de 15% do mercado de defensivos agrícolas e 16% do mercado de sementes. É muito dinheiro envolvido e, nesse processo, vale de tudo para se apropriar desse conhecimento e ter domínio dele. Vale, inclusive, desinformar, mentir e assustar a população.

A análise dos últimos 10 anos do uso dessa tecnologia de transgênicos do mundo mostrou que nós tivemos uma redução de cerca de 224.000 toneladas de princípios ativos de defensivos agrícolas que deixaram de ser jogados no meio ambiente do Planeta Terra, em apenas 10 anos. A utilização dessa tecnologia, no mundo, causou uma redução de 15% do impacto ambiental em relação às culturas convencionais, desmentindo tudo o que os grupos contrários pregam contra essa tecnologia.

Esse é o crescimento dessa tecnologia dos transgênicos ao longo dos últimos 10 anos. Como eu disse, nunca na história da agricultura mundial uma tecnologia foi adotada de maneira tão rápida. Eu vou mostrar por que isso aconteceu.

Aqui temos uma posição dos transgênicos no mundo, quem planta transgênicos e onde planta. Os Estados Unidos é o país onde 54 milhões de plantas transgênicas são cultivadas, sendo que 85% da soja americana é transgênica e ela permeia a cadeia alimentar dos americanos há mais de 10 anos. Até hoje, não existe nenhum caso cientificamente comprovado de qualquer problema nutricional ou ambiental. Eles podem; nós não. A Argentina vem em segundo lugar e o Brasil, até o ano de 2002, era oficialmente considerado um país livre de transgênicos. Depois, como num passe de mágica, nós passamos a ser o terceiro maior produtor de transgênicos do mundo. Isso aconteceu da noite para o dia. Eu vou explicar a razão disso. Em quarto lugar vem o Canadá e depois a China. A China vai plantar qualquer transgênico que cair na mão deles, mesmo que tenha algum risco.

Foi feito um estudo, durante 10 anos, sobre transgênicos. No caso do Brasil, o estudo que nós temos há mais tempo é sobre a soja resistente a herbicida, desde 1998. Ela começou a ser plantada, ilegalmente, em 1998 e só em 2003 foi legalizada. Nós já temos alguns estudos e obtivemos alguns resultados. O uso da tecnologia no evento de soja resistente a herbicida dá uma economia de 60 dólares/ha. Em 2005, isso nos deu um ganho extra de 538 milhões de dólares, sendo que o ganho acumulado, nos oito anos em que esse tipo de soja está sendo cultivada, passa de um bilhão de dólares. Houve um aumento de produtividade de, mais ou menos, 5%. Ela não aumenta muito a produtividade, mas dá uma coisa incrível ao agricultor, que é a flexibilidade nos tratos culturais ou no manejo da cultura. Além disso, diminui o risco para o agricultor e aumenta o seu lucro. Em relação ao coeficiente de impacto ambiental, no Brasil, ela causou uma diminuição do impacto ambiental de cerca de 14%, em relação à soja convencional. Resumindo, só com esse evento transgênico, deixaram de se jogar no meio ambiente brasileiro, aproximadamente 5.1 milhões de quilos de princípio ativo de herbicidas. Os herbicidas são considerados produtos não muito impactantes no meio ambiente e, quando nós considerarmos a tecnologia das plantas resistentes a inseto, isso realmente vai fazer uma tremenda diferença no mundo.

Aqui é um exemplo de um milho transgênico para resistência a insetos. Ele é perfeito, não tem nenhuma folha danificada. Já no caso do milho convencional, se vocês olharem com cuidado, as lagartas praticamente detonaram esse milho. A solução para essas plantas convencionais é a aplicação de inseticidas. Só para o milho, nós temos 104 princípios ativos liberados no Brasil para aplicação no milho. Quando você joga o inseticida, mata a lagarta, mata a abelha, contamina o solo, o homem etc. Com essa tecnologia dos transgênicos, o que é que o homem fez? Ele foi lá numa bactéria que tem o gene e que produz uma toxina que é específica de lagartas, colocou isso no DNA de uma célula de milho, fez essa célula de milho virar uma planta. Na hora em que a mariposa coloca os ovos na folha do milho, as lagartas eclodem, começam a raspar a folha e elas param de comer, ou morrem, e você não tem que jogar nenhum inseticida nessa planta. Para vocês terem uma idéia, no caso do milho, essas lagartas chegam a causar um prejuízo de até 35% numa lavoura de milho. No centro-oeste brasileiro hoje, nós já fazemos 10 pulverizações de inseticidas numa cultura convencional de milho.

Esse gene de resistência a insetos, não só combate as lagartas da folha, como as lagartas da espiga e a broca do colmo. Aqui nós temos um exemplo do milho resistente ao herbicida. Os herbicidas são produtos que nós usamos para matar plantas. Se você tem uma cultura de milho e o mato vem, se você jogar herbicida e o milho já tiver germinado, você mata o mato, mas também mata o milho. Com o mesmo exemplo da resistência a insetos, o homem foi numa bactéria, pegou o gene resistente ao herbicida e colocou numa célula de milho. Se nós tivermos numa situação em que você tem o milho já grande com mato, você joga o herbicida e ele mata o mato e larga as plantas de milho. Não existe agricultor na face da terra que não vá querer utilizar essa tecnologia.

De posse dessa informação, qual é a situação da implementação da regulamentação das leis de biossegurança no Brasil? A nossa primeira Lei de Biossegurança data de 1995. É uma lei mais rígida do que as leis de outros países. Já em 1996 foi criada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, composta de especialistas na área e representantes de outros setores da sociedade. A CTNBio funcionou normalmente, de 1996 até 1998, quando, analisando o pedido de liberação de soja transgênica para resistência ao herbicida, a CTNBio aprovou essa liberação. Quando dessa aprovação, os grupos contrários a essa tecnologia influenciaram os juízes e nós tivemos uma moratória de mais de seis anos em que não se podia utilizar a cultura transgênica e a CTNBio foi impedida, por força de lei, inclusive, de fazer análises e liberações comerciais no Brasil. Como resultado disso, a soja entrou ilegalmente, via Argentina, e quando nós nos demos conta, já tínhamos mais de 03 milhões de hectares sendo cultivados no Brasil. Houve uma época em que havia questionamentos no sentido de nós queimarmos 10 milhões de toneladas de soja devido à soja ilegal. Esse conflito de competências, porque a CTNBio decidia uma coisa e o CONAMA, MAPA, ANVISA, IBAMA etc., queriam que fosse aplicada a sua legislação própria e foi um verdadeiro caminho para o inferno. Em seis anos, não se conseguiu nada, desestruturamos a cadeia de produção de sementes de soja no Brasil e já era para nós termos ultrapassado os americanos em produção e produtividade de soja, mas não nos deixaram utilizar essa nova tecnologia racionalmente. Antes de 2005, para tentar eliminar esse conflito de competência, foi aprovada a nova Lei de Biossegurança, agora, dando total autonomia à CTNBio para ter a palavra final com respeito aos

transgênicos. Essa nova Lei 11.105, inovou, criou o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS. A CTNBio passou a ter autonomia para decidir tudo sobre transgênicos, desde pesquisa, liberações planejadas e liberações comerciais. Caso a CTNBio decida negar uma liberação comercial, ponto final. Caso a CTNBio aprove uma liberação comercial, ela tem que passar pelo CNBS, que é composto por 11 Ministros. Quando nós pensamos que toda essa polêmica sobre as decisões da CTNBio já havia acabado, todas as reuniões da CTNBio começaram a ser monitoradas por um representante do Ministério Público Federal. A Procuradora do Ministério Público Federal está presente em todas as reuniões, apesar de ser leiga em Biologia, e visivelmente já tomou posições contrárias à tecnologia. Em abril de 2007, nós tivemos uma ordem judicial de que tínhamos que abrir as portas da Reunião Técnica para o público em geral. Ultimamente, em outubro deste ano, depois de dois anos de análise de projetos que já estavam na pauta há mais de oito anos, sendo que a CTNBio já havia aprovado a liberação de três milhos transgênicos, novamente, o Ministério Público pediu uma moratória e tivemos uma decisão judicial impedindo, novamente, a CTNBio de analisar projetos de liberação comercial de transgênicos.

Esse é um exemplo do tipo de público que nós recebemos quando tivemos que abrir as portas das reuniões técnicas da CTNBio. Estão presentes mulheres, crianças chorando e brincando, meninos em idade escolar e a Procuradora do Ministério Público, que parece concordar com tudo isso.

Eu coloquei aqui essa figura que apareceu na Revista Agronegócio, com o título “Triunfo da Ignorância”. É de conhecimento dos senhores que, como nós temos a Lei de Biossegurança, empresas multinacionais vêm para o Brasil tentar desenvolver tecnologias tropicais para fazer essas culturas no nosso país. Uma das unidades de uma dessas multinacionais foi invadida, há uns dois anos atrás, no Paraná, os invasores destruíram tudo dentro da unidade de pesquisa, só foram retirados um mês depois, por decisão judicial. Na reportagem, vocês podem ver os jovens com as mãos cheias de milho. A reportagem dizia o seguinte: “Nós fizemos essa invasão porque somos contra transgênicos e vamos transformar essa unidade numa unidade de melhoramento de milho crioulo”. É aquele milho que era plantado nos anos 50. Eu fico indignado com uma situação

como essa porque o Brasil perde duas vezes. Por quê? Quando essas firmas vêm para o Brasil, elas contratam jovens brasileiros que têm o privilégio de ser treinados e pagos, muitas vezes, com dinheiro público. Quando essas unidades são invadidas, eles perdem o emprego e os melhores vão embora. Além disso, o Brasil perde duas vezes porque jovens que não tiveram esse privilégio são enganados. Quando eles estão dizendo que vão fazer melhoramento do milho crioulo, alguém esqueceu de dizer para eles que começamos a fazer isso há 50 anos atrás. O Brasil tem o melhor melhoramento de milho tropical do mundo. Nós temos hoje 275 cultivares de milho à disposição do agricultor brasileiro. Vamos começar a fazer tudo de novo? Portanto, essa é uma ambigüidade grande e o país perde duas vezes.

Nós podemos tirar três conclusões sobre tudo isso que discutimos aqui:

1. As plantas transgênicas não podem ser vistas como plantas *'Frankenstein'*, das multinacionais ou das direitas. Ironicamente, a não adoção destas tecnologias, a curto e médio prazo, irá afetar primeiro os mais pobres e em segundo lugar o meio ambiente. Isso foi provado quando nós tivemos que importar milho para a avicultura no nordeste. Quando nós fomos procurar milho no mercado internacional, só tinha milho transgênico. Como não deixaram importar milho transgênico, os pintinhos morreram na granja e os pobres do nordeste que estavam começando a acostumar a comer uma carne de frango no domingo, não puderam comer mais.
2. Os conflitos de competência e as ações do Ministério Público Federal, do Judiciário e dos próprios políticos já resultaram em atraso tecnológico grande. Essa tecnologia, para nós que trabalhamos com ela, praticamente dobra a cada seis meses o conhecimento na área. Uma moratória de seis anos significa, pelo menos, 10 anos de atraso. Nós perdemos a competitividade nessa área para a China, Índia e a própria Argentina. Os prejuízos econômicos são grandes porque estão impedindo o agricultor brasileiro de utilizar uma tecnologia mais racional, mais lógica e mais segura e estamos realmente perdendo a competitividade do agronegócio brasileiro. A única tecnologia genuinamente brasileira é a comida que nós comemos. Todo o resto é importado. Da pasta de dente ao carro, nós temos tecnologia importada, mas a comida que os senhores comem é brasileira. Se

nós trouxermos um pé de milho americano e plantarmos aqui, ele derrete, literalmente. A maior mentira no Brasil tem mais de 500 anos, quando Pero Vaz de Caminha escreveu que tudo o que se planta aqui dá. Isso é uma balela, uma mentira. Fazer agricultura nos trópicos é extremamente difícil. Os solos são pobres, nós não temos agentes sanitários do frio, se a praga não está no milho, está na planta do lado. Ao longo dos anos, nós conseguimos desenvolver essa tecnologia que é a produção de alimentos em condições tropicais. Agora, estão nos impedindo de continuar a ter supremacia nessa área. Como eu disse para os senhores, a China vai plantar qualquer tipo de transgênicos e deve ser o primeiro país a lançar o arroz transgênico que vai ser utilizado diretamente na alimentação humana.

3. É urgente e necessário que órgãos governamentais utilizem colaboradores e assessores que tenham isenção ideológica e experiência técnico-científica na Área de Biotecnologia. Não é possível que tenhamos, numa Comissão Técnica, pessoas leigas que não entendem nada de genética. Então, nós temos que criar instituições no Brasil e acreditar nessas instituições. Se foi criada a CTNBio, nós temos que acreditar nos brasileiros que estão lá. Nós temos brasileiros sérios e competentes, igual a qualquer outra parte do mundo.

Há consenso que nós estamos semeando uma nova Revolução Verde, baseada na engenharia genética. Foi publicado um artigo recente na Revista Scientific American, mostrando que essa tecnologia realmente tem capacidade de melhorar a vida dos pobres nos países em desenvolvimento, diminuir o custo dos alimentos. Não vai ser uma panacéia para resolver tudo, mas é mais uma tecnologia que tem que ser incorporada às já existentes. Para que isso aconteça em países como o Brasil e em países em desenvolvimento, nós temos realmente que mudar as nossas instituições. Assim como a tecnologia do DNA Recombinante está sendo desenvolvida por multinacionais, e não como na Revolução Verde, que foi desenvolvida nas instituições públicas e disponibilizada a custo zero, essa tecnologia vem amarrada a patentes, a proteções intelectuais etc. Os países que forem utilizar essa tecnologia vão ter que implementar leis de biossegurança, fazer análise de risco e ter

transgênicos adaptados às condições econômicas e ambientais de cada país. Obrigado

Miriam Medeiros – Moderadora: Nós agradecemos, de antemão, ao Professor Edilson Paiva pela sua apresentação. Realmente, esse é um tema apaixonante e é muito bom ver um pesquisador apaixonado pelo que faz. Com certeza, essa reunião de pesquisadores é que dá a projeção que a EMBRAPA tem e, realmente, a EMBRAPA é um orgulho nacional. Agora, nós chamamos a Dra. Lygia da Veiga Pereira, para proferir a próxima palestra, cujo tema será “Células-Tronco”.

Células-Tronco

Lygia da Veiga Pereira – Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociência/Universidade de São Paulo:

Assumindo que nem todo mundo é um especialista em células-tronco, eu vou tentar explicar os diferentes tipos de células-tronco, as vantagens e desvantagens de cada um deles e os desafios e oportunidades que nós temos nessa área.

Para a gente contextualizar, quando a gente fala de células-tronco, nós estamos pensando num problema de saúde e que, ao longo da nossa vida, seja por um processo natural de envelhecimento, ou por alguma doença, vários órgãos e tecidos vão se degenerando, vão perdendo a sua função. Então, existe uma demanda para fontes de tecidos e órgãos para transplante. Alguns desses órgãos e tecidos, a gente nem sabe transplantar, mas existe uma necessidade de desenvolvimento de estratégias de regeneração desses tecidos e órgãos. Hoje em dia, isso é atendido por doadores e, nos Estados Unidos, esses vão atender de 5% a 10% dessa demanda. Então, vocês podem imaginar que 90% das pessoas não conseguem fazer esse transplante. Há várias alternativas a doadores, entre as quais, surge a engenharia de tecidos, onde a gente pretende, no laboratório, gerar tecidos que, quando transplantados, vão regenerar aquele órgão em sofrimento. Para termos uma idéia do impacto da medicina regenerativa com base em células-tronco. Nos Estados Unidos, morrem, por ano, 700.000 pessoas de doença cardíaca, a um custo de US\$ 238,6 bilhões. Então, vocês vêem que há também um impacto econômico muito grande.

A gente divide as células-tronco, e essa divisão é muito importante, em duas categorias: células-tronco “adultas” e células-tronco embrionárias. Eu coloquei “adultas”, entre aspas, porque eu vou chamar de adultas qualquer coisa que seja derivado de um indivíduo que já nasceu. Então,

as células-tronco que têm o sangue do cordão umbilical de um recém-nascido estão nessa categoria de células-tronco adultas. Nós fazemos transplante de células-tronco desde a década de 1950 e as células-tronco que nós conhecemos há mais tempo são as células-tronco que estão na medula óssea. Então, no interior dos grandes ossos, nós temos células que, quando recebem um estímulo externo, vão dar origem a todos os tipos de células presentes no nosso sangue. Essa é uma definição de uma célula-tronco. É uma célula que tem uma capacidade de se reproduzir em células idênticas a ela mesma e, quando recebe um estímulo externo, dá origem a células diferentes. No caso do sangue, são as células do nosso sistema imunológico, as que transportam oxigênio e assim por diante. Na medula óssea, nós também temos um outro tipo de célula-tronco que são as células-tronco mesenquimais. Então, até há pouco tempo atrás, a gente achava que as células da medula óssea só eram capazes de dar origem a sangue. Após quase 10 anos de estudo, hoje em dia, nós temos evidências experimentais de que talvez essas células tenham uma plasticidade muito maior e sejam capazes de dar origem a outros tipos de células no nosso organismo. Daí, a justificativa de uma série de testes químicos, já em seres humanos, utilizando essas células-tronco da medula óssea porque nós já transplantamos essas células em casos de doenças do sangue e nós sabemos que elas são seguras e, daí, a justificativa para se experimentar o transplante dessas células para tratamento de várias outras doenças.

Aqui eu coloquei uma lista de alguns exemplos de estudos que são apresentados neste site do Governo Americano que mostra testes clínicos em andamento. Se eu colocar célula-tronco como tipo de tratamento, eu consigo identificar mais de 600 estudos, em andamento, em seres humanos. Se eu colocar estudos para tratamento de doença cardíaca em fase três de testes clínicos, que é a fase mais avançada, sendo que o próximo passo seria a disponibilização desse tratamento para a população, nós já encontramos oito estudos avançados no uso da célula-tronco para tratamento de doença cardíaca. No Brasil, nós temos em andamento um estudo clínico em 1.200 pacientes, financiado pelo Ministério da Saúde, para a gente ver se esse tipo de tratamento para doenças do coração é eficaz. Nós já temos indicação de que esse tratamento é seguro e agora precisamos saber se ele é eficaz. O mesmo acontece com estudos para tratamento de diabetes, doenças do fígado,

entre outras. No caso de algumas doenças, ainda não temos testes clínicos. Para vocês não acharem que estamos testando o tratamento com células-tronco em tudo, no caso de Doença de Parkinson, não tem nenhum estudo usando células-tronco em seres humanos, no momento.

Aqui eu coloquei um mapa mostrando como está o Brasil em relação a isso. Nós temos um número muito grande de estudos clínicos utilizando células-tronco adultas. Tem um grupo muito forte na FIOCRUZ da Bahia, que está estudando Doenças de Chagas e Hepatite; há vários grupos estudando doenças cardíacas e regeneração neural; há um grupo forte, em Ribeirão Preto, estudando o uso de células-tronco adultas para doenças auto-imunes, especialmente diabetes, e eles têm tido muito sucesso. Então, no Brasil, nós temos certa desproporção de estudos clínicos, se a gente for comparar com a pesquisa básica, mas, enfim, nós estamos desenvolvendo vários testes e ensaios clínicos com células-tronco no nosso país.

Mas, a verdade é que nós não sabemos ainda muito bem se essas células-tronco adultas, de fato, são capazes de se transformar nesses tecidos todos. Na verdade, a medula óssea ainda é uma caixa preta, todos esse estudos injetam células-tronco da medula óssea, que é uma população heterogênea de células e nós ainda não sabemos se essas células estão exercendo algum efeito terapêutico e, se estiver, não sabemos por qual mecanismo, ou seja, nós não sabemos se essas células de fato se transformam nesses tecidos todos, se elas secretam fatores que promovem uma auto-regeneração. Então, nós ainda estamos numa fase muito empírica desse tipo de estudo. Isso não invalida o tipo de estudo, mas eu só quero chamar a atenção para a necessidade de a gente compreender os mecanismos que estão por trás disso.

Aqui nós temos o surgimento de novas fontes de células-tronco adultas. A mais consolidada é o sangue do cordão umbilical de recém nascidos. No recém nascido, aquelas células-tronco que estão na medula óssea, no interior dos grandes ossos, ainda estão no sangue circulante, saindo do fígado, a caminho do interior dos grandes ossos. Quando a criança nasce, aquele sangue que fica no cordão e na placenta é rico em células-tronco equivalentes às células da medula óssea. Quando nos demos conta disso, no final dos anos 80, criou-se uma alternativa. Quando uma pessoa

precisa de um transplante de medula óssea, ela pode usar ou a medula óssea de um adulto ou o sangue do cordão umbilical de algum recém-nascido.

Isso fez com que, em 1957, a gente tenha o primeiro relato de um transplante de medula óssea com sucesso, sendo que o primeiro no Brasil foi em 1979. Em 1988 tivemos o primeiro transplante bem sucedido de células-tronco do sangue do cordão umbilical e, em 1993, foi criado o primeiro Banco Público de Sangue do Cordão Umbilical, nos Estados Unidos. Então, hoje, você tem, não só, registro de doadores de medula óssea, para uma pessoa que precise de um transplante de medula óssea, mas também tem bancos que têm amostras de sangue de cordão umbilical que podem ser utilizados, se você não achar um doador de medula. Tem um gráfico aqui mostrando que é exponencial o número de transplantes de sangue de cordão umbilical em vez de medula óssea, desde a década de 90.

Em 2001, foi inaugurado o primeiro Banco Público de Sangue de Cordão no Brasil, no INCA, no Rio de Janeiro. Já foram feitos alguns transplantes utilizando amostras desse Banco do INCA. Em 2004, foi criada a Rede Brasil Cord, que é uma iniciativa para a criação de uma Rede de Bancos Públicos de Sangue de Cordão Umbilical no Brasil.

Já que nós estamos falando de assuntos estratégicos, uma coisa preocupante são as metas dessa Rede Brasil Cord. Se você entrar no site do INCA, você vai ver que a capacidade desse Banco do INCA é de 10.000 unidades. O Hospital Albert Einstein, em São Paulo, também faz parte dessa Rede Brasil Cord. Diz o site que, com 20 mil unidades de células de cordão umbilical, o país atenderá a toda a diversidade genética da população brasileira, pois, ao contrário da medula óssea, as células-tronco obtidas do sangue de cordão umbilical podem ser transplantadas sem que haja uma completa semelhança entre o paciente e o doador. Se a gente for se valer de dados internacionais, o Japão, por exemplo, que tem uma população geneticamente muito mais homogênea do que a nossa tem um Banco Público com mais de 20.000 amostras e os Estados Unidos têm mais de 60.000 amostras hoje e têm uma meta de 150.000 amostras. Então, eu acho que essa é uma meta que deve ser revista e

mais discutida porque a gente quer de fato atender à diversidade genética e esse arco-íris étnico que compõe a população brasileira.

Aqui nós temos uma série de novas fontes e o importante é a gente saber que todas elas estão em desenvolvimento. Nada disso tem nenhuma comprovação de uso clínico, então, a gente tem que tomar muito cuidado com o sensacionalismo em torno das novas fontes de células-tronco que são descobertas. Nós precisamos ainda de muita pesquisa para que possamos transformar isso em terapia.

O outro grupo de células-tronco são as células-tronco embrionárias. Como o nome sugere, elas são derivadas de um embrião humano e, nesse estágio do desenvolvimento do ser humano, essas células ainda não decidiram no que é que elas vão se transformar, se elas vão virar osso, sangue etc., até dar origem a um indivíduo complexo como o ser humano, com os seus mais de 200 tipos de tecido diferentes. Então, essas células-tronco embrionárias têm a capacidade de se transformar em qualquer tecido do indivíduo adulto. Se a gente colocar essas células em cultura no laboratório, retirando-as do embrião, nós somos capazes de induzir a formação de vários tecidos no laboratório. Durante mais de 20 anos de pesquisas com essas células, principalmente, em camundongos, nós já determinamos quais são coquetéis de fatores que induzem à formação de células do sistema nervoso, da pele, músculo e assim por diante. Mas, quando essas células produzidas no laboratório a partir das células embrionárias são transferidas para modelos animais de diferentes doenças – e aqui podemos incluir a Doença de Parkinson também – elas têm um efeito terapêutico nesses modelos animais. Daí, todo o entusiasmo da comunidade científica em se trabalhar com essas células-tronco embrionárias porque, em modelos animais, elas têm um efeito terapêutico numa série de doenças para as quais nós ainda não temos muito tratamento eficiente. Só em 1998 foram geradas as primeiras células-tronco embrionárias humanas. Elas são derivadas de um embrião humano. Esse aqui é um embrião produzido por fertilização *in vitro* e nesses estudos foram utilizados embriões que sobram de ciclos de fertilização *in vitro*. Quando um casal vai fazer fertilização *in vitro* não se tem controle sobre o número de embriões que pode ser criado. Com alguma frequência, esses embriões sobram e o casal pode doar para pesquisas nos Estados Unidos e é desses embriões que são retiradas as

células embrionárias humanas. Desde então, vêm se desenvolvendo protocolos e métodos para dirigir a diferenciação dessas células no laboratório. Nós só fomos capazes de produzir células equivalentes à medula óssea, neurônios, músculos cardíacos, pâncreas e, novamente, quando transplantados em modelos animais, são capazes de aliviar as doenças nesses modelos animais.

Quantos testes clínicos nós temos, em andamento, com essas células-tronco embrionárias. Se acessarmos aquele site novamente, vocês vão ver que só vamos achar dois estudos de células-tronco embrionárias e nenhum desses dois estudos está tratando nenhuma doença. Eles só estão pedindo doadores de embriões para poderem estabelecer novas células-tronco embrionárias. Hoje, nós não estamos tratando nenhum paciente, de nenhuma doença, com essas células-tronco embrionárias. Por quê? Há uma série de questões importantes em relação a essas células que nos precisamos resolver antes de dar esse passo enorme, de passar do camundongo para o ser humano. Há questões de segurança, ou seja, se é vantagem poder transformar essas células em qualquer coisa. Por outro lado, isso pode representar um risco se a gente quiser que, no paciente, essa célula vire um neurônio e não qualquer outra coisa e dê origem a um tumor. Nós também temos uma questão de compatibilidade entre a célula e o paciente, que também precisa ser resolvida, e tem toda uma questão de ética e legislação em relação ao uso do embrião humano para pesquisa. Então, nós ainda precisamos fazer a pesquisa para transformar esse potencial terapêutico das células embrionárias, em seres humanos, em realidade.

Aqui, eu coloquei o site dessa empresa que anunciou que vai começar, ainda este ano, o primeiro teste clínico com células-tronco embrionárias humanas, em pacientes com trauma de medula espinhal. Em camundongos, essas células fazem os animais recuperarem os movimentos, não perfeitamente, mas, significativamente. Então, essa empresa está dizendo que vai começar os primeiros testes clínicos com células embrionárias em seres humanos. Mas, vamos esperar para ver.

Uma coisa importante, e que é um tema extremamente atual, é a polêmica em torno das células tronco embrionárias. A grande polêmica é se esse embrião de onde a gente retira essas células é um ser humano,

ou é somente um aglomerado de células. Essa é uma polêmica que está sendo travada no mundo inteiro e cada país vem legislando em torno disso, de acordo com o seu histórico cultural e social. No Brasil, em 2005, na mesma Lei de Biossegurança, foi aprovado o uso de embriões produzidos por fertilização in vitro, para fins reprodutivos, que estejam congelados há mais de três anos, para esse tipo de pesquisa. Então, um casal que fez fertilização in vitro e sobraram embriões, se esses embriões estiverem congelados há mais de três anos, que é um tempo para eles pensarem se querem mesmo fazer essa doação ou não, podem fazer essa doação e a gente pode usar esses embriões para pesquisa no Brasil.

Recentemente, foi criada uma ação de inconstitucionalidade contra esse artigo da Lei de Biossegurança e isso vai ser votado, provavelmente, ainda este ano, no Supremo Tribunal Federal. Essa ADIN nº. 3510 se baseia em duas coisas: primeiro, que a vida humana acontece na e, a partir da, fecundação. Segundo, esse artigo viola a nossa Constituição porque o Artigo 5º garante “a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”. O segundo ponto em que se baseia essa ADIN é que a pesquisa com células-tronco adultas é objetiva e, certamente, mais promissora do que a pesquisa com células-tronco embrionárias. A comunidade científica brasileira, em peso, repudia esse tipo de argumentação. Isso não é verdade. Nenhum cientista sério pode dizer isso. Não há nenhuma justificativa científica para não se fazerem pesquisas com células-tronco embrionárias.

O que nós temos que discutir é se a vida humana acontece na e, a partir, da fecundação e essa inviolabilidade da vida. O argumento que o STF vai ter que julgar não é o mérito científico, ou não, das células-tronco embrionárias. O que o STF vai ter que julgar é que direitos nós vamos dar àquela forma de vida. É claro que esse embrião é uma forma de vida humana. Se eu não acho que ele tem todos os direitos e deveres de um ser humano, como qualquer um de nós aqui, eu também não acho que ele é um simples conglomerado de células. É uma forma de vida humana, da mesma forma que é esse feto, esse recém-nascido e esse senhor. Na nossa legislação, porém, nós consideramos algumas formas de vida humana violável. Por exemplo, quando um indivíduo tem morte cerebral, nós consideramos que nós podemos abrir esse indivíduo e dispor dos órgãos dele para transplante. Isso é uma decisão arbitrária. Em alguns

países, como no Japão, você precisa que o coração pare de bater e todos os órgãos vitais parem de funcionar para a gente considerar essa pessoa morta. Nós decidimos aceitar a morte cerebral como um conceito de morte porque nos interessa a doação de órgãos. Esse feto, por exemplo, é uma forma de vida inviolável porque o aborto é proibido no Brasil. Porém, se esse feto for resultado de um estupro ou se representar um risco de vida para a mãe, ele passa a ser uma forma de vida violável porque nós permitimos, nesses casos, a interrupção da gravidez e o aborto.

O que nós precisamos decidir agora é o que, nesse período do desenvolvimento da vida humana, que direitos e que deveres nós vamos dar a essas formas de vida humana e, em que condições, nós vamos considerar essas formas de vida humana invioláveis. E mais, ao decidir isso, nós temos que prestar atenção nas conseqüências. Se a gente der direito de vida a esse embrião, iguais aos que qualquer um de nós tem, nós vamos ter conseqüências sérias na área de reprodução humana e na área legal. Nós temos milhares de embriões congelados e que podem passar a ter direito a herança, por exemplo. Então, essa é uma questão muito complexa, mas é bom que fique claro que é isso que nós estamos discutindo e é isso que tem que ser julgado. A competência das células embrionárias, e se elas são melhores do que as células adultas não é uma questão para o judiciário decidir. Essa é uma questão para os cientistas pesquisarem.

Resumindo, dentro da área de células-tronco, nós temos uma série de desafios, seja nas células-tronco embrionárias, ou nas células-tronco adultas. O maior desafio que nós temos no país é o incentivo à pesquisa. Esse incentivo à pesquisa se traduz numa série de formas e o financiamento é fundamental. Também é muito importante a parceria com a academia e com a indústria. Essa é uma coisa que vem sendo, de fato, incentivada. Na questão da importação, nós cientistas brigamos com o nosso empregador, que é o governo, porque ele dificulta o nosso trabalho com as restrições de importação do material porque 90% do que nós usamos é importado. Nós precisamos do CONEP, de legislação, de metas definidas e precisamos ter vontade política para o desenvolvimento das pesquisas no Brasil. É difícil a gente encontrar uma vantagem competitiva para as pesquisas na área de células-tronco no Brasil, então,

é importante que, pelo menos, a gente elimine as desvantagens competitivas que nós temos em termos de limitação de financiamento e burocracias que impedem o desenvolvimento da ciência, principalmente, na academia. Era isso que eu queria colocar. Depois, a gente discute mais. Obrigada.

Miriam Medeiros – Moderadora: Obrigada. Agradecemos a palestra da Dra. Lygia e agora passamos ao nosso último tema, com a palestra do Professor Celso Pinto Melo, da Universidade Federal de Pernambuco e cujo tema é “Nanotecnologia”.

Nanotecnologia

Celso Pinto Melo – Departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco: Boa tarde. Eu gostaria de começar, agradecendo à equipe do Gabinete de Segurança Institucional pela oportunidade de discutir nanotecnologia. Eu vou partir da hipótese de que nem todo mundo aqui é familiarizado com o conceito de nanotecnologia, de maneira que eu vou fazer uma breve revisão histórica e comentar um pouco a situação atual no mundo, no Brasil e, se o tempo me permitir, discutir algumas oportunidades para a área de nanotecnologia.

Basicamente, a nanotecnologia aparece como um desafio. A nanotecnologia disruptiva significa que, após o seu estabelecimento, o mundo será diferente do que era antes. Ela é comparável ao que foi a revolução industrial, têxtil, a introdução das ferrovias, o automóvel, a revolução da informática e, aparentemente, vamos entrar agora, no começo do século XXI na revolução da nanotecnologia. Isso significa que, quando essa tecnologia se tornar dominante, o mundo será diferente do que é hoje, ao final desse século.

Por que houve tanto interesse, nos últimos anos, em relação à nanotecnologia? O Governo Clinton fez um estudo sobre a área de nanotecnologia e a conclusão foi que, por volta de 2025, o mercado de produtos derivados da nanotecnologia atingiria a cifra de um trilhão de dólares. Isso é um valor que faz as pessoas pararem para pensar. O Governo Americano foi o primeiro a estabelecer um programa estratégico, que tem sido mantido pelo Governo Bush, que é a construção da plataforma para pesquisa científica e pesquisa tecnológica em nanotecnologia.

O que é nanotecnologia? Na verdade, a nanotecnologia é um limite na dimensão do muito pequeno. Portanto, nanotecnologia não é física, não é

biologia, não é química, não é engenharia. Ela é tudo isso porque, na nanotecnologia, significa que eu estou no limite das coisas muito pequenas, das coisas com dimensão submicrométrica. Todos nós conhecemos a revolução da microeletrônica. No caso da nanoeletrônica, nós estamos no limite de moléculas que estão começando a funcionar e a desempenhar um papel importante, seja em Biologia, Química ou Física. Portanto, nós temos uma transição entre a microeletrônica conhecida hoje e a nanotecnologia. Obviamente, isso significa que a nanotecnologia já existia antes que o nome começasse a ser reconhecido. Muita gente, em Física, em Química e em Biologia fazia o que hoje se chama de nanotecnologia, só que, naquela época, não se chamava assim. Agora, essa convergência define a nanotecnologia. Como eu mostrei, o mercado de nanotecnologia está crescendo exponencialmente e o mercado estimado para o próximo ano é da ordem de 29 bilhões de dólares.

Como é que tudo começou? Historicamente, a certidão de batismo da nanotecnologia corresponde ao discurso feito por um físico famoso, Richard Feynman, que recebeu o Prêmio Nobel e já faleceu há alguns anos atrás. Em 1960, ele chamou a atenção de que “existe muito espaço lá embaixo”, ou seja, há muita ciência a ser feita no limite do muito pequeno. Felizmente, ele estava à frente do seu tempo. Com recursos próprios, ele ofereceu um prêmio a quem construísse o primeiro motor micrométrico. Era o limite do que se pensava. O micrômetro é um milionésimo do metro ($1/1.000.000$ m), o nanômetro é um milésimo do micrômetro ($1/1.000.000.000$ m), portanto, nós estamos no limite funcional entre moléculas e átomos. Isso significa que nós temos uma fronteira ainda desconhecida. Aqui, nós temos os detalhes das dimensões das coisas microscópicas, das coisas micrométricas e nós estamos falando das coisas nanométricas.

O desafio de Feynman foi vencido por um engenheiro que, pacientemente, usando um microscópio e uma pinça, ele construiu um motor que funcionava. Durante muito tempo, foi considerado folclórico porque não era ainda a revolução que Feynman sonhava. Por quê? Porque faltavam os instrumentos para lidar com o muito pequeno. Esse limite avança no sentido do avanço do conhecimento, tanto tecnológico, da engenharia, quanto dos próprios conceitos. Agora, com o limite nanométrico, a luz começa a ficar com o comprimento de onda

comparável com os objetos. Isso significa que os limites da mecânica quântica começam a dominar. Muitos conceitos usados em física, ou em química, têm que ser adaptados a essa nova situação porque a ciência muda as características. Eu estou no limite do tão pequeno e comportamentos que não são importantes no mundo micrométrico, agora, passam a ser dominantes no mundo nanométrico. Portanto, teve que ser desenvolvida toda uma nova linguagem nesses últimos 40 anos.

Isso não quer dizer que nano seja uma coisa nova. Todas as catedrais medievais têm os seus vidros coloridos, os vitrais. O que os artesãos medievais faziam era nanotecnologia, só que eles não sabiam que estavam fazendo nanotecnologia. Eles trabalhavam com suspensões de ouro e prata que têm cores. Essas cores aparecem, exatamente, porque as partículas têm dimensões nanométricas. Isso nós sabemos hoje. Naquela época, eles tinham receitas empíricas que usavam. Portanto, a nanotecnologia é tão velha quanto o desenvolvimento tecnológico do vidro, sendo que a cor depende do tamanho da partícula. Hoje, isso é bem entendido. Nós temos a mecânica quântica à nossa disposição e sabemos por que quando eu vario a dimensão do ouro, a cor também varia. Isso tem a ver com as propriedades quânticas da interação da luz com o agregado metálico correspondente.

Recentemente, em 2006, foi estudada a tintura usada no cabelo de múmias e se descobriu que aquela tinta preta, característica da civilização egípcia, na verdade, era um preparado nanotecnológico de sulfeto de chumbo. O cabelo da múmia, examinado no microscópio eletrônico, mostra que a tecnologia foi descoberta empiricamente. É claro que isso era um conhecimento empírico e hoje é que nós temos condições de explicar a razão disso.

Finalmente, Feynman propôs uma visão que não se concretizou. Quando é que ela pôde ser concretizada? Na década de 80, quando Heinrich Rohrer e Gerd Binnig, cientistas do Laboratório de Pesquisa da IBM, em Zurique, Suíça, receberam o Prêmio Nobel de Física de 1986 por seu trabalho no desenvolvimento do microscópio de varredura por tunelamento. Esse microscópio significou que, agora, a nanotecnologia era viável. Por quê? Porque diferentemente do engenheiro que com um microscópio e uma pinça construiu o motor micrométrico, agora, nós

temos um instrumento para manipular as dimensões nanoscópicas. Foi por isso que a revolução da nanotecnologia entrou na sua segunda fase, com a descoberta desse microscópio. Como é que funciona? Ele tem uma ponta metálica que corre sobre a superfície do material a ser analisado. Há uma propriedade quântica que, mesmo que não exista contato físico, o elétron pode “tunelar”, em outras palavras, ele atravessa uma região classicamente proibida. Ou seja, há uma passagem de uma corrente onde ela não deveria passar classicamente. Mantendo essa corrente numa altura constante, variando com um controle muito preciso, ele consegue mapear a superfície e consegue ver e manipular objetos de dimensão nanoscópica. O que se mede é a corrente elétrica fluindo entre a “ponta de prova” e a superfície.

Aqui está o exemplo de um aparelho baseado no mesmo princípio que faz o desenho. Agora, é o inverso. É uma ponta que tem uma tinta e escreve sobre uma superfície com resolução nanoscópica. É a chamada “litografia por via úmida”, que é uma técnica de grande promessa para o futuro. Aqui está o discurso de Feynman escrito em dimensão nanométrica, usando aquela ponta que eu acabei de mostrar. Ou seja, o ciclo fechou e o que era o sonho visionário de Feynman se tornou realidade, já durante os anos 90.

Agora, variando o tamanho das partículas, eu vario as propriedades de absorção e de emissão de luz. Portanto, eu tenho aquilo que nós chamamos de “tantos pontos quânticos”. São “pontos” porque são tão pequenos que aparecem sem dimensão e são “quânticos” por conta dessa propriedade de confinamento da luz.

Nós temos duas teorias principais em relação à nanotecnologia: a teoria de Drexler e de Smalley. O “bottom up”, teoria de Smalley, que é a corrente à qual eu me filio, diz que nós temos que aprender com a natureza, especialmente com a Biologia, para construir as propriedades funcionais, debaixo para cima. O defensor da teoria “top down”, Eric Drexler, Professor do MIT, imagina que, por exemplo, para resolver o problema de deposição de placas em artérias, o médico injeta uma pequena máquina que sai como um pequeno trator, escavando e refinando as placas das artérias. Quem é da minha geração talvez lembre do filme “Viagem Fantástica” que nos dava uma visão desse tipo. Na

verdade, eu diria que a maioria dos cientistas hoje não se filia à corrente do Drexler, mas sim à corrente do Smalley, que recebeu o Prêmio Nobel e que, infelizmente, faleceu há três anos atrás. Esse debate entre os dois é que marcou o divisor de águas. Em minha opinião, ficou claro que a visão “bottom up” de Smalley é a mais promissora para o limite muito pequeno. Eu vou dar alguns exemplos da teoria “bottom up”.

Um desses exemplos, definido por George Whitesides, é a idéia de fazer a chamada “litografia por via úmida” e usar exemplos da natureza. Aqui estão alguns exemplos em que ele usa corantes, de maneira que, usando as propriedades de viscosidade e tensão superficial de líquidos, que são totalmente diferentes, quando eles estão em fluidos macroscópicos, em canais macroscópicos ou em canais nanoscópicos. As propriedades mudam. Daí, a idéia de que uma máquina como a do Drexler não vai funcionar nesse limite.

Aqui nós temos exemplos de uso dessas propriedades de luz para estudar sistemas biológicos. São exemplos extremamente promissores. Eu os selecionei porque acho que pode acontecer uma grande revolução na nanobiomedicina, usando essas sondas biológicas que, na verdade, são detecção de DNA com aquelas partículas luminosas, a partir de ouro, metais e assim por diante.

Agora, vou entrar na segunda fase, que tem mais a ver com o caso brasileiro. Aqui está o orçamento crescente, de diferentes países, ao longo dos últimos anos, mostrando que países como, a União Européia, Estados Unidos e Japão têm programas estratégicos e têm percebido que eles não podem ficar fora da revolução nanotecnológica. Ao longo da última década, o financiamento público da nanotecnologia tem experimentado um crescimento exponencial em todo o mundo. Aqui está o orçamento, por exemplo, do programa americano. O que chama a atenção é que não é um programa de uma determinada agência. É um programa governamental, portanto, é um programa de Estado. Dentro de uma visão estratégica, os Estados Unidos perceberam que têm que permanecer líderes em diferentes áreas. Portanto, o programa é coordenado pela National Science Foundation – NSF, mas envolve recursos de diferentes departamentos e diferentes Ministérios.

A idéia é que, estando essa revolução ainda no começo, os países que correrem atrás têm chances de competir. Daqui a 30 anos, já será tarde demais porque a tecnologia estará em outro patamar e a barreira de entrada será muito grande. O Brasil foi um dos primeiros países a montar um programa desse tipo. O CNPq montou as primeiras redes em 2001. Hoje em dia, já temos 13 redes e, do ponto de vista científico, os recursos são muito pequenos, mas nos permitiram, pelo menos, articular as competências em todo o país. Aqui nós temos um mapa na Revista Business Week, em 2002, mostrando que o Brasil e a Austrália eram os dois únicos países do Hemisfério Sul a terem programas de nanotecnologia. A Revista Nature-Nanotechnology, que é uma das principais revistas da área, em 2006, tem um artigo em que se faz a seguinte pergunta: “Quem está vencendo a corrida da nanotecnologia?”. Infelizmente, o Brasil aparece em 29º lugar, em termos de financiamento público da nanotecnologia. Ou seja, nós não conseguimos ainda transformar um programa de nanotecnologia em um programa estratégico comparável e compatível, seja com a dimensão da nossa economia no mundo, seja com a dimensão da nossa produção científica no mundo. O programa brasileiro ainda é modesto.

O que é que nos falta? Definir nanotecnologia e nanociência como programas estratégicos. É preciso que haja um consenso da comunidade na definição de áreas estratégicas. Felizmente, esse mito entre ciência pura e ciência aplicada deixou de ser um paradigma no Brasil e a imensa maioria da comunidade científica brasileira está percebendo a importância das aplicações práticas do conhecimento científico.

Um exemplo de que o primeiro mundo não brinca com isso é o fato de que ninguém duvida da qualidade acadêmica de uma instituição chamada MIT. Há três anos atrás, o MIT reuniu cientistas da área de química, física e materiais e criou o “Instituto Nanotecnologia do Soldado”. É o uso da nanotecnologia, no Governo Bush, para o esforço prioritário de desenvolvimento de tecnologia associada com o esforço de guerra. Há algumas áreas que eles consideram importantes, como a questão da biodeteção para evitarem incidentes como no caso do Anthrax etc. Técnicas desse tipo estão passíveis de serem atingidas com o uso da nanotecnologia.

No caso da tecnologia de sensores, no Japão, por exemplo, ainda usam animais como sensores de gases. É óbvio que a nanotecnologia pode dar sensores muito mais eficientes e sem o desperdício de vida dos animais. O que importa é que, nesses países, há um esforço concertado do Governo Federal, dos governos estaduais e do setor privado. No Brasil, nós ainda não aprendemos a trazer o setor privado, com raras e honrosas exceções, para ser um parceiro importante. Era importante que a nanotecnologia fosse definida como uma área prioritária. Aqui está um documento recente sobre a nanotecnologia e o mundo em desenvolvimento, mostrando que, em diversas áreas, e não para o esforço de guerra necessariamente, mas principalmente, no processamento de alimentos, uso de drogas, kits diagnósticos para monitoramento de saúde, armazenamento de energia, energia solar, fotovoltaica etc., são áreas promissoras para países em desenvolvimento. A ONU fez uma correlação do seu *benchmarking* para o novo milênio, mostrando que há 10 áreas prioritárias para o desenvolvimento da nanotecnologia.

Aqui nós temos exemplos de onde nós poderíamos usar nanotecnologia. Um dos exemplos emblemáticos é que o Brasil não tem, por exemplo, nenhum programa de energia fotovoltaica. Países como a Inglaterra e a Alemanha têm programas de energia fotovoltaica e são, obviamente, países menos tropicais, quando comparados com o Brasil. Na área de energia fotovoltaica, por exemplo, existe a possibilidade concreta de que células solares orgânicas, incorporadas com nanotecnologia, transformem a energia solar numa energia competitiva. E isso não é uma questão de primeiro mundo. Por exemplo, 20% da população da Índia não tem acesso à energia elétrica ainda. Recentemente, já em 2007, a Índia definiu um programa prioritário de uso de nanotecnologia para construção de células fotovoltaicas de baixo custo. Portanto, é uma tecnologia que está ao alcance de países em diferentes estágios de desenvolvimento.

Só para encerrar, pode-se pensar que, quando você tem uma revolução tecnológica, isso é coisa para os países líderes. Os outros não vão ser afetados porque eles têm *commodities*. Recentemente, eu vi um exemplo que eu acho que é importante lembrar. Um dos grandes desenvolvimentos da ascensão da Alemanha, no século XIX, para a

dominância econômica foi a revolução da indústria química alemã. De repente, a indústria química alemã se tornou a mais importante do mundo, com a produção dos corantes sintéticos. Isso afetou, não apenas a sua competição com a Grã-Bretanha, mas afetou, de maneira irreversível, a produção de corantes naturais. Regiões da Turquia, do Peru e da Índia, que durante décadas ou séculos, viveram da exportação de corantes naturais, uma *commodity* que encontrava mercado cativo, tiveram esses mercados desaparecidos em 30 ou 50 anos. Por quê? Porque a revolução tecnológica tornou aquela *commodity* absolutamente dispensável. Portanto, já que nós estamos discutindo aqui a questão estratégica, é absolutamente essencial que o Brasil defina se, de fato, a nanotecnologia representa esse desafio de oportunidades que os outros países do mundo parecem ter identificado. Se isso for identificado como uma necessidade, é absolutamente essencial ter um programa estratégico, que tenha continuidade e que seja um programa de Estado e não simplesmente oscile ao sabor de diferentes políticas governamentais. Obrigado.

Debate

Miriam Medeiros – Moderadora: Realmente, é uma pena, mas nosso tempo é reduzido. Houve até manifestações da platéia para que o Professor pudesse continuar falando, mas, infelizmente, foi realmente uma pincelada só para atiçar a nossa curiosidade. A gente vê que ciência e tecnologia estão muito mais próximas do nosso dia a dia do que eu imaginava quando entrei nesta sala. Então, eu acho que esta foi uma Mesa muito interessante e muita rica.

Nós recebemos uma pergunta por escrito para a Professora Lygia. Eu vou solicitar que ela responda à pergunta. Como nós temos ainda um pouco mais de tempo, se a platéia quiser fazer alguma outra pergunta se utilizando do microfone, isso será possível.

Lygia da Veiga Pereira – Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociência/Universidade de São Paulo: A pergunta é sobre o uso de células-tronco para o tratamento de doenças auto-imunes, como o Lupus Eritematoso. Na USP de Ribeirão Preto, o Professor Júlio Voltarelli está estudando a possibilidade de uso de células-tronco para várias doenças auto-imunes e o Lupus Eritematoso está entre elas. Então, eu sugiro ao André Silva que ele procure entrar em contato com o grupo do Professor Júlio Voltarelli, da USP de Ribeirão Preto, porque eles já estão desenvolvendo testes clínicos de células-tronco para essa doença também.

Miriam Medeiros – Moderadora: Essa pergunta foi do André Silva da Escola Técnica Regional de Recife. Agora, nós recebemos uma pergunta para o Dr. Paiva. A pergunta é do Irineu Capeletti, do Ministério de Minas e Energia: *“As campanhas contra os transgênicos, seguramente, não são movimentos tais como o MST. Quem são os responsáveis por elas? Quem realmente está por trás disso?”*.

Temos ainda uma outra pergunta: “*Tendo como base a apologia feita pelo palestrante sobre a transgenia, por que empresas relutam em assumir, espontaneamente, a rotulagem de produtos transgênicos?*”.

Edilson Paiva – Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo da EMBRAPA: Com relação aos grupos contrários, eles têm sido bastante agressivos, desde o início da Lei de Biossegurança e se caracterizam, não por fazer, ajudar ou contribuir. Eles concentram todos os seus esforços em bloquear, em assustar, em desinformar e têm como premissa exigir risco zero e segurança absoluta. Como isso é impossível na vida biológica, a situação fica muito difícil. Essa não é uma característica só de países como o Brasil, que pode ser considerado um país em desenvolvimento, mas também acontece em países com alto nível de informação, como a Inglaterra. O que nós analisamos nessa polêmica toda é que, realmente, o avanço do conhecimento é tão grande que, mesmo quando nós vamos a locais de elite, como as universidades, cursos de pós-graduação etc., se nós fizermos um teste para perguntar como é que é feita essa engenharia genética, como é o fluxo dessa informação genética, muita gente não vai saber. Então, nós estamos trabalhando na fronteira do conhecimento, numa velocidade incrível e há uma grande defasagem entre os que conhecem aquilo e os que não conhecem. Então, a maioria desses grupos tem uma conotação ideológica muito forte. As pessoas que são contra utilizam movimentos e pessoas que não têm nem idéia de por que estão participando desses movimentos.

Por exemplo, na Unidade de Pesquisa da EMBRAPA, em Sete Lagoas, um dia nós fomos surpreendidos porque havia um movimento dos “Sem Terra” na porta da empresa. Eu logo pensei que eles estavam querendo terra. Não. Eles queriam saber onde estavam os plantios de transgênicos e experimentos com transgênicos dentro da Unidade da EMBRAPA. Então, tem alguma coisa muito errada porque, a meu ver, essas pessoas são utilizadas como massa de manobra. Os senhores viram que, nas reuniões da CTNBio, muitas vezes, são colocados até mendigos lá dentro. Então, alguém está realmente querendo atrapalhar. Eles desconsideram evidências científicas, desconsideram histórico seguro de uso de mais de 10 anos e, como nós vimos nas fotos, as duas primeiras mortes

relacionadas com transgênicos aconteceram no Brasil, recentemente. E não foram diretamente pelo uso dos transgênicos, mas foram pessoas que brigaram, um do grupo contrário e outro do grupo a favor e foram mortes a tiro.

Eu tento entender o que está por trás disso, mas é muito difícil. Nós costumamos dizer que é uma briga de elefantes e nós somos a grama, nós ficamos embaixo. Por exemplo, alguém já viu o Greenpeace fazer movimento nos Estados Unidos contra o pessoal dos transgênicos? Duvido. Agora aqui, pode. Então, são coisas que nós vamos ter que avaliar. Muitas vezes, os próprios brasileiros que participam disso estão sendo utilizados como massa de manobra. Em relação aos interesses, eu apelo para a inteligência dos senhores.

Em relação à pergunta sobre os rótulos, nesse processo de implementação da Lei de Biossegurança, nós passamos a Lei de Rotulagem. Por essa lei, qualquer produto derivado de culturas transgênicas que tem mais de 1% na sua composição, proveniente do organismo transgênico, tem que ser rotulado. Isso é uma lei e tem que ser obedecida. Se alguém não obedecer, tem que ser punido na forma da lei. Agora, se vocês me perguntarem se eu sou a favor da rotulagem, pessoalmente, eu não sou porque, no caso dos transgênicos, nós estamos vendo apenas a ponta do iceberg. Nós falamos em dois eventos de transgênicos, mas a possibilidade de transgênicos é praticamente infinita. Então, se é para se fazer uma rotulagem, vamos fazer o inverso. Ou seja, vamos rotular os não-transgênicos porque eles vão ser uma exceção.

Miriam Medeiros – Moderadora: Nós ainda temos tempo para mais alguma pergunta e se alguém quiser fazê-la ao microfone, por favor. O Dr. Odair vai fazer uma pergunta.

Odair Gonçalves – Comissão Nacional de Energia Nuclear: Você apelou para a nossa inteligência, mas a minha inteligência não consegue entender a questão dos transgênicos. Na área nuclear, por exemplo, nós sabemos que há interesses econômicos envolvidos que são muito fortes, especificamente, em relação ao Greenpeace. No caso dos transgênicos, o único argumento que não se pode negar é a questão das experiências

de longo prazo e do efeito de longo prazo no equilíbrio ecológico. É isso que eles alegam. Eu concordo com você, mas gostaria de saber se há alguma pista de quais são os interesses por trás disso.

Edilson Paiva – Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo da EMBRAPA: Eu vou fazer uma especulação, não tenho provas, mas os interesses são realmente econômicos. Existe toda uma polêmica contra as plantas transgênicas. Alguém já ouvir falar alguma coisa contra um medicamento transgênico? Se tiver algum diabético aqui, ele deve estar tomando uma insulina transgênica. O meu raciocínio é o seguinte: como eu disse para os senhores, a única vantagem que nós temos mesmo em relação ao resto do mundo é a agricultura nas condições tropicais. Nós somos o único país que pode ter uma expansão física, uma expansão em produtividade e podemos realmente nos transformar no “celeiro do mundo”. Se nós já tivéssemos adotado a soja transgênica resistente a herbicida em 1998 e tivéssemos estruturado toda uma cadeia de produção e certificação de sementes, com certeza, já teríamos ultrapassado os americanos. Nós fazemos agricultura nas condições tropicais, nossos agricultores não têm nenhuma logística, nenhuma infraestrutura. O gringo tem a rodovia que chega na porta da fazenda, tem acesso aos bancos, ao conhecimento, a cooperativas, comercialização etc. No nosso caso, nas condições tropicais, com conhecimento nosso, nós conseguimos produzir comidas em produtividade e custo semelhantes aos outros países do mundo.

O primeiro transgênico que apareceu foi um transgênico desenvolvido para uma multinacional e que é resistente a um produto químico. É o caso da soja resistente ao glifosato. De repente, nós temos uma multinacional que lança uma tecnologia maravilhosa e todo mundo corre para aquilo. De repente, se vocês forem ver os gráficos de utilização de herbicidas, nós temos dezenas de princípios ativos de herbicidas que eram produzidos na Europa e pararam de ser utilizados. Então, alguém lá do outro lado do mundo é pego de calças na mão e tem que reestruturar todo o processo até conseguir competir. Daí, ele fomenta a desinformação. A Europa era contra a utilização de transgênicos, mas, recentemente, já autorizou o uso do milho transgênico, depois que uma empresa suíça desenvolveu o milho transgênico. Agora, eles concordam.

Nós somos um país onde a agricultura é um dos pilares da nossa economia e é realmente um grande desserviço que estão causando ao agricultor brasileiro e ao povo brasileiro. Quem está por trás disso são esses grupos de interesse.

Outro dia, me pediram para fazer uma palestra na PUC. Eu entrei numa sala com mais de 500 estudantes, o Greenpeace apareceu lá e eu pensei: “Eu vou apanhar aqui hoje”. Eu fui chamado até de nazista. Mas eu fiz uma proposta para eles. Eu passei todas as informações, disse que os Estados Unidos são o maior produtor de soja transgênica do mundo, que a soja transgênica já permeia a cadeia alimentar deles por mais de 10 anos e eu propus aos brasileiros que estavam representando o Greenpeace, que eu ia financiá-los para eles fazerem a mesma coisa que fazem aqui, lá nos Estados Unidos. Eu dei até o lugar para eles fazerem a manifestação deles, lá em Nova Iorque, perto de onde caíram as duas torres. Eu disse que gostaria que eles fizessem uma panfletagem lá dizendo aos cidadãos americanos que o Governo Americano os está envenenando com soja transgênica. Eu garanto que eles vão presos como terroristas, em Guantânamo, no dia seguinte. Mas, aqui, eles podem fazer o que bem querem. São grandes jogos de interesse e, na verdade, a gente não sabe o que está acontecendo.

Miriam Medeiros – Moderadora: Mais alguma pergunta?

Capitão-de-Mar-e-Guerra Álvaro Rodrigues Fernandes – Escola da Guerra Naval: A minha pergunta é direcionada à Professora Lygia. Os jornais divulgaram bastante toda essa polêmica da pesquisa com células-tronco embrionárias, mas, do ponto de vista prático, o que é que está dando mais resultado? É a célula-tronco embrionária ou a célula-tronco adulta?

Lygia da Veiga Pereira – Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociência/Universidade de São Paulo: Para responder a essa pergunta, eu vou ter que contextualizar. A gente conhece a célula-tronco adulta da medula óssea desde a década de 1950 e trabalhamos há apenas 20 anos com a célula-tronco embrionária. Então, em modelos animais, no camundongo, a célula-tronco embrionária tem um efeito terapêutico melhor e maior do que a célula-tronco adulta. No

caso dos seres humanos, por que estamos trabalhando apenas com a célula-tronco adulta? Porque nós conhecemos essa célula há muito mais tempo, sabemos trabalhar com ela e temos segurança em trabalhar com ela. Nós já fizemos transplante de medula óssea em milhares de pessoas e nós sabemos que, no mínimo, não faz mal. Por isso é que nós temos tantos testes clínicos em seres humanos com as células adultas e não temos nada com as células embrionárias. As células embrionárias são uma descoberta muito mais recente; em modelo animal, ela é melhor do que a célula-tronco adulta, mas a gente ainda precisa de adaptações e uma série de experimentos para ter segurança para passá-la do camundongo para o ser humano. É por isso a nossa insistência de poder trabalhar com todos os tipos de célula-tronco. Nós não podemos nos dar ao luxo de dizer que isso não vai funcionar. A célula-tronco embrionária, mesmo antes de se tornar um agente terapêutico, vem nos ensinando muito sobre a biologia básica humana. Nessa célula, a gente vem estudando o desenvolvimento embrionário do ser humano porque não temos outra forma de estudar isso. Ela reproduz, no laboratório, alguns passos importantes do desenvolvimento embrionário humano. Então, em termos de pesquisa básica, daquela ciência pura, nós não temos um substituto para a célula-tronco embrionária. Nisso, ela é, de fato, absoluta. Como agente terapêutico, até hoje a gente não sabe qual célula-tronco vai ser melhor. O que nós insistimos é que nós temos que pesquisar todas.

Participante não identificada: A minha pergunta é para o Professor Celso. Como o senhor falou, a nanotecnologia tem várias áreas e várias possibilidades. Eu queria saber, dentro da nanotecnologia, quais são as áreas mais promissoras no Brasil.

Celso Pinto Melo – Departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco: No mundo já existem diversas empresas que estão produzindo produtos associados à nanotecnologia. Uma delas, que é bastante promissora aqui no Brasil, e começa a caminhar, é a indústria têxtil. É possível incorporar nanopartículas de prata, por exemplo, que têm efeito bactericida em têxteis. Isso faz com que, por exemplo, a palmilha do tênis passe a não ter odor. Quem tem filhos adolescentes vai adorar ter esse produto em casa. Algumas roupas íntimas já são vendidas com essas características. O algodão pode ser tratado para ter

nanoestruturas. Isso aumenta a resistência mecânica do algodão. Um outro exemplo é a asa da borboleta. Várias borboletas têm cores belíssimas e iridescente. A iridiscência de vários tipos de borboletas não é associada a nenhum corante. É o que a gente chama de cor estrutural. A cor é devido à nanoestrutura que reflete a luz. Isso não está associado a nenhum corante, mas à maneira como a luz bate e reflete. É possível incorporar cor estrutural, por exemplo, no algodão e fazer com que, independente do que a EMBRAPA já faz, que é o algodão colorido naturalmente, o tratamento pode dar a cor pela nanoestrutura imposta à fibra de algodão. Eu estou citando esse exemplo porque a indústria têxtil do Brasil começa a se movimentar nessa direção. De maneira concreta, se você me perguntar onde é que eu acho que vai acontecer a primeira grande ruptura, vai ser na área de saúde. Vários grupos brasileiros têm resultados importantes de uso de sensores fluorescentes, ou sensores de corantes, associados com marcadores de DNA. Então, é possível que dentro em breve, nós tenhamos, por exemplo, kits diagnósticos que possam ser usados para as doenças da pobreza, ou doenças esquecidas, que são aquelas doenças onde as multinacionais não investem grande volume de recursos porque, ou têm poucos pacientes, ou têm muitos pacientes, mas que são pacientes pobres, o que para eles significa a mesma coisa. Imagino que no caso do Governo Brasileiro houvesse interesse pelo desenvolvimento de kits desse tipo. Eu acredito que essa é uma área que, no caso do Brasil, muito em breve, nós vamos ter grandes novidades a esse respeito.

No Brasil, começa-se a importar uma agenda, que não é nossa, para se discutir os riscos da nanotecnologia. Ou seja, existem grupos de interesse se movimentando para proibir o desenvolvimento da nanotecnologia no Brasil, antes que ela chegue aqui e se estabeleça. De maneira que essa preocupação é mais geral. É claro que, numa sociedade democrática, a gente tem que incorporar visões distintas, mas também precisamos ter cuidado com que agendas nós importamos como prioritárias.

Miriam Medeiros – Moderadora: Esse é mais um argumento para que a população brasileira como um todo reflita sobre essas questões para tomar algumas decisões no futuro. Infelizmente, em função do horário, nós vamos encerrar essa Mesa I sobre ciência e tecnologia. Eu acho que

todos nós pudemos ver a qualidade das informações que nós recebemos hoje. Então, eu gostaria de agradecer aos nossos palestrantes e também à platéia pelas perguntas. Espero que esse seja o início de alguns questionamentos e reflexões que nós vamos levar daqui. Muito obrigada.



MESA 4.1 TEMAS SOCIAIS: EDUCAÇÃO

Conteúdo Educativo como Estratégia de Inclusão Social

Débora Garcia
Canal Futura

Educação e Desenvolvimento

Regina Vinhaes Gracindo
Universidade de Brasília

Inclusão Digital

Celso Rodrigues Fernandes Jr.
Comitê para a Democratização da Informática

Conteúdo Educativo como Estratégia de Inclusão Social

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: Boa tarde. Iniciaremos agora os trabalhos relativos à Mesa 4.1, sobre Educação, do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Para tanto, convidamos os seguintes palestrantes a ocuparem seus lugares à Mesa: a Senhora Débora Garcia, Supervisora de Conteúdo e Projetos do Canal Futura; a Senhora Regina Vinhaes Gracindo, Professora do Departamento de Educação da Universidade de Brasília; e o Senhor Celso Rodrigues Fernandes Jr., Diretor de Estratégia e Desenvolvimento Institucional do Comitê para a Democratização da Informática.

Os trabalhos serão conduzidos da seguinte forma: os palestrantes terão 20 minutos para suas apresentações, que serão realizadas de forma seqüencial. Na continuação, haverá um tempo de 30 minutos destinados ao debate. Os interessados em participar do debate deverão formular suas perguntas por escrito, informando nome, entidade que representam, o nome do palestrante a quem a pergunta está dirigida e entregá-las às recepcionistas.

Convidamos a Senhora Débora Garcia para proferir sua palestra, intitulada “Conteúdo Educativo como Estratégia de Inclusão Social”.

Débora Garcia – Canal Futura: Boa tarde. É um prazer e uma honra muito grande estar participando deste VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos e o Canal Futura figurar como um dos parceiros apoiadores. É muito enriquecedor poder trocar idéias com uma platéia. Pelo que nós

temos visto nos outros debates e conferências, eu acho que este vai ser um encontro bem interessante.

Em primeiro lugar, eu vou contar para vocês porque nós resolvemos falar de inclusão social e juntar essa discussão com a formulação de políticas para canais de TV e porque eu vou falar da experiência do Canal Futura, ou seja, o que o Canal Futura tem a ver com isso tudo. Na verdade, eu diria que o Canal Futura é um ponto de vista nessa discussão. Nós não somos teóricos do assunto, não propomos políticas públicas, somos um Canal de TV que propõe conteúdos, que está no ar há 10 anos e que tem algumas histórias para compartilhar com vocês.

Para começar a discussão, eu acho que, inicialmente, deveríamos falar um pouco do paradigma que está colocado. Nas sociedades contemporâneas, a discussão do acesso à informação aos meios de comunicação é uma discussão que está posta, que precisa ser revisitada e fazer parte do debate. O Canal Futura tem um modelo muito singular, muito *sui generis* de formulação e de existência. O Canal Futura existe há 10 anos, é fruto da Fundação Roberto Marinho, é um canal de TV privado, com recursos da iniciativa privada. Todo o orçamento do Canal Futura vem da iniciativa privada. Nós temos um modelo de parceria que também é bastante singular e que dá sentido para todas as nossas ações. A partir da apresentação, eu acho que nós vamos poder pinçar alguns conceitos que têm a ver com essa formulação de conteúdo educativo e com a discussão do que significa fazer inclusão social.

Para começar, eu vou falar um pouco dos princípios norteadores do Canal Futura, ou seja, quais são os pilares que embasam a nossa ação. Primeiro, a questão da ética, do espírito empreendedor, do pluralismo cultural e didático, da formulação de parcerias e o estabelecimento de diálogo para a gente criar o conteúdo. Nós tentamos também elencar temas de relevância nacional, que são temas importantes para a sociedade brasileira, para que isso norteie a construção da grade. É importante que não seja uma grade tirada da cabeça dos formuladores de conteúdo, mas uma grade que tenha relevância para o público que acessa o canal. Além disso, temos a articulação com parcerias de diferentes níveis, desde os parceiros mantenedores até as universidades

parceiras. Eu vou contar um pouco para vocês dessas parcerias ao longo da minha apresentação.

Os parceiros mantenedores do Canal Futura são empresas nacionais e algumas empresas internacionais, como é o caso da Bayer Schering Pharma e da CNN, que aportam, anualmente, os mesmos recursos para o canal. Cada uma dessas empresas disponibiliza em torno 1,8 milhões de reais por ano para o Canal Futura. Algumas delas já estão conosco há 10 anos e outras entraram mais recentemente, como é o caso da Bayer que entrou há dois ou três anos atrás, e da GERDAU, que entrou no ano passado. Em geral, essas empresas, não só investem dinheiro no Canal Futura, mas também fazem parte do nosso Conselho Consultivo. Então, a cada seis meses, nós temos uma reunião com membros de todos esses parceiros. Entre eles, podemos citar: a FIESP, SEBRAE, CNI, FIRJAN, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, GERDAU, entre outras. Cada uma dessas empresas tem um representante que participa dessa reunião e conversa conosco. Aliás, nós fazemos isso oficialmente, de seis em seis meses, mas, extra-oficialmente, diariamente. A idéia é que temas que também são relevantes no trabalho e na atuação dessas instituições possam, de alguma maneira, ser refletidos no conteúdo que é elaborado no Canal Futura. Por exemplo, a Fundação Itaú Social tem uma ação grande com relação à leitura e escrita. Tem o Prêmio Itaú/UNICEF, o Prêmio Escrevendo o Futuro. São ações que já vêm sendo desenvolvidas há algum tempo e que têm uma representação desse conteúdo na grade do Canal Futura. A GERDAU tem uma ação bastante intensa com relação a consumo consciente e também gestão de empresas. Então, nós também tentamos aportar esses conteúdos nos programas do Futura. A Fundação Bradesco promove as práticas populares de criação de artesanato local. Então, também temos um programa relativo a isso. O SEBRAE, obviamente, tem inúmeras ações ligadas ao empreendedorismo. Então, nós tentamos ir extraindo e negociando com os parceiros quais são as causas e temáticas relevantes para eles e de que maneira nós podemos criar conteúdos televisivos que traduzam isso.

Além da participação na composição dos conteúdos, nós também temos atuação em rede. Se nós contarmos a rede já instalada dos beneficiados das ações dos parceiros do Canal Futura e o próprio público do nosso canal, nós temos um alcance muito maior. Os parceiros não só entram

como proponentes de conteúdo, mas também ampliando a rede e o acesso do conteúdo do Canal Futura.

Quem é o telespectador do Futura, em geral? Nós começamos o canal com exibição somente através da TV a Cabo, em 1997. Já em 1998, nós passamos para as parabólicas e começamos a ampliar e poder ser assistido por mais pessoas, falando com mais gente no Brasil. De 2000 para cá, nós temos conseguido ampliar o sinal do Futura através de parcerias estratégicas com universidades. Então, no nosso próprio Estatuto está estabelecido que nós não fazemos parcerias com nenhuma afiliada de TV que tenha vinculação religiosa ou político-partidária. Nós nos vinculamos às universidades, tanto pela idoneidade, com relação à construção de conteúdo, como também, pelo fato de serem entidades onde a natureza de construção de conteúdo faz parte de sua gênese. É por isso que nós temos as universidades como uma estratégia para expansão de público e de construção de conteúdo. Por isso, nós podemos dizer que, no início do canal, nós tínhamos um público, predominantemente de Classe A e B, acima de 45 anos e com alta escolaridade e que migrou para um outro público, que é aquele público mais próximo do público das parabólicas. Na verdade, nós temos agora uma grande ênfase de público nas chamadas Classes C, D e E, nas classes populares, com um nível de escolaridade entre ensino médio e ensino fundamental, predominantemente, com uma relação equilibrada entre homens e mulheres e, também, uma certa concentração de idade até a faixa dos 40 anos. Normalmente, essas pesquisas que identificam o público não conseguem pegar a faixa infantil porque os respondentes são acima de 16 anos. Nós sabemos que temos uma entrada muito forte com o público infantil, mas essa entrada ainda não foi mensurada. Então, oficialmente, o que nós podemos informar é o público grande, na faixa do ensino fundamental e ensino médio, com essa predominância entre 16 e 24 anos e até 40 anos também. Além disso, há uma distribuição razoavelmente equilibrada entre os estados e regiões do país.

Uma outra peculiaridade que eu poderia dizer sobre o nosso público é que ele tem a ver um pouco com o tema da inclusão social. Talvez, a primeira pergunta a fazer seria: Por que é preciso fazer inclusão social? Por que é preciso se fazer um esforço de colocar para dentro, trazer para perto, grupos que, historicamente, têm sido colocados ao largo das

grandes discussões? Como é que o Futura consegue fazer isso, se a gente ainda não atinge a totalidade dos lares brasileiros em termos do alcance e repetição do sinal? Que outras estratégias nós temos para atrair esses grupos que estão colocados de lado? Que grupos são esses?

No ano passado, nós encomendamos uma pesquisa para o Data Folha que procurava, entre outras coisas, descobrir o valor que a marca do Futura tinha e que a programação do Futura tinha para a população em geral. Esse estudo se chama “Disposição a pagar” (*Willingness to Pay*). Assim como o Futura, apenas duas outras grandes empresas nacionais fizeram um estudo semelhante para verificar a possibilidade, ou a disponibilidade, que o cidadão teria para pagar por um serviço, caso o Futura ou um canal público viesse a ser cobrado, ou seja, o quanto ela estaria disposta a trocar itens do dia-a-dia por um serviço como esse e a maneira que teria de conseguir identificar se essa ação tem, ou não, valor social. Nós temos uma discussão grande, contemporânea, que é tentar medir o intangível. Medir o que é concreto e tangível é mais fácil. Nós sabemos que chegaram tantos computadores em tal lugar, que tantas pessoas chegaram de passar fome, tantos lugares passaram a ter um determinado item ou bem, mas medir, por exemplo, a eficácia da construção de um conteúdo e o quanto isso altera, ou empodera, a vida das pessoas, é muito mais difícil. Primeiro, porque isso exigiria estudos longitudinais, de muitos anos, e é difícil você isolar até que ponto aquela alteração de situação se deve à sua ação ou a um conjunto de ações sociais que vão alterar aquela realidade. Então, sempre que precisamos medir o impacto, medir a nossa eficácia, nós precisamos nos valer de estudos que dão outras alternativas para chegar a esse valor.

Durante a feitura desse estudo do Data Folha, nós identificamos algumas coisas bastante interessantes sobre o perfil do telespectador. Eu não sei dizer se o telespectador que vê o Futura, tem essas características, e por isso, assiste ao Canal Futura, ou se ele assiste ao Futura e isso exacerba, ou acentua, esse tipo de característica. Mas, as características são essas e eu acho que isso tem bastante a ver com a discussão de hoje. Primeiro, os telespectadores do Futura têm uma propensão maior para identificar ou definir a sua cor ou raça, através do conceito de identidade social e não apenas por aquilo que é visto, aquilo que salta aos olhos. Então, ele tem uma predisposição maior, se comparado à população em geral. Eles

apresentam também um engajamento social, uma disponibilidade em se associar a causas sociais, maior do que a população em geral também. Eles também têm uma maior disponibilidade, ou um maior interesse, em abrir seu próprio negócio, ou acreditar que é possível melhorar um estado de coisas a partir da sua própria iniciativa, a partir do empreendedorismo. Eles têm uma maior propensão a respeitar as diferenças, enfim, a serem menos preconceituosos em geral. Uma outra característica bastante interessante é que o telespectador médio do Futura conversa mais sobre aquilo que ele vê na televisão do que a média dos telespectadores em geral. Então, de alguma maneira, a partir desse perfil do telespectador do Futura, nós podemos identificar que existe um cidadão que está ali olhando um conteúdo televisivo e que, de alguma maneira, está interagindo com aquilo e não apenas absorvendo aquilo que lhe é colocado. Ele tem uma intencionalidade nesse olhar, tem uma predisposição por agir, por fazer coisas e não simplesmente aceitar aquilo que lhe é dado.

Eu estou contando isso para vocês para mostrar a estrutura para quem o Futura se destina e fala. O Futura deixa de ser um canal predominantemente voltado para a Educação estrito senso, curricular, e passa a ser um canal para o brasileiro que quer aprender, que quer melhorar a sua vida, que quer seguir em frente e que acredita que a comunicação, sobretudo a comunicação audiovisual, tem um papel importante nesse jogo.

Agora, eu vou falar sobre alguns projetos estratégicos que nós temos usado para fazer com que a programação do Canal Futura seja menos hierarquizada, menos concentrada na mão de um emissor somente, mais dialogada e mais em consonância com aquilo que a gente acredita que são os princípios básicos do Futura. Historicamente, a gente sabe que a grande mídia fala de um lugar para muitos. Nós temos visto, sobretudo com o Web 2.0, um movimento de mudar esse paradigma de se ter muitos emissores para muitos receptores, ou muitos podendo trocar conteúdos com muitos. Então, eu vou mostrar de que maneira o Canal Futura, que tem uma estrutura clássica de televisão, pode mudar um pouco essa discussão e começar a falar de diferentes pontos de vista e de diferentes lugares.

Um dos nossos projetos é o Futuratec. Com o objetivo de ampliarmos a nossa base de telespectadores e de também fazer com que o nosso conteúdo seja afetado pelo maior número possível de pessoas, nós criamos um sítio na internet que o usuário pode acessar e escolher conteúdos do Canal Futura por palavra-chave, a partir do seu próprio interesse, fazer o *download* desse conteúdo, gravar num VCD e executar num DVD player. Então, é como se a gente mandasse a programação do Futura, além do sinal da parabólica e da TV a Cabo, também via internet, para uma rede de usuários, conhecida, com login e com senha, de maneira que a gente possa saber quem está baixando os programas e com que objetivo. Essa ferramenta está em desenvolvimento, mas ela nos dará um retorno muito significativo e muito qualitativo para além de pesquisas de mercado que dizem que tal programa tem uma determinada performance. Isso justifica a atuação do Futura ainda mais e faz com que a gente conheça a intencionalidade de cada espectador, ou de cada rede ao procurar determinado conteúdo.

Este é o diagrama de funcionamento do Futuratec. Nós usamos uma rede de distribuição que já está colocada na internet, que é o *BitTorrent*, de maneira que não se tem grande gastos para infra-estrutura. A partir daí, o usuário pode baixar esse conteúdo, que está sendo compartilhado por vários outros usuários, para o seu computador e, imediatamente, converter para CD ou DVD e, finalmente, tocar num DVD player, assim como nós fazemos nas nossas ações de mobilização comunitária. Então, nós acreditamos que o Futuratec é um passo singelo, bastante humilde do Canal Futura, porque tem outras coisas que podem ser feitas nesse sentido e que, inclusive, usam tecnologias mais avançadas, mas, nesse sentido, nós conseguimos ampliar o acesso à programação e fazer com que esse acesso seja conhecido por quem faz essa criação.

Um outro ponto é a estratégia de mobilização comunitária. No Futura, nós costumamos dizer que faz mais sentido quando o programa acabou de ser emitido e passa a ser utilizado pelas redes comunitárias que utilizam o canal. Ao longo dos 10 anos, foram mais de 12.000 instituições que foram impactadas diretamente com o conteúdo do Futura e, agora, nós estamos mudando um pouco essa estratégia, não só com uma ampliação numérica, mas com uma ampliação quantitativa do uso dessa programação, e escolhendo ONGs, pelo Brasil afora, que tenham alta

capilaridade e um relevante reconhecimento regional e nacional. É o que nós chamamos de “cabeça de rede”. Em vez de nós trabalharmos com 10.000 escolas, nós trabalhamos com uma grande ONG que tem capilaridade naquela região e o trabalho do Futura consegue ser potencializado sem a gente precisar ter 500 funcionários na nossa base. O Futura é um canal muito enxuto. Nós somos apenas 100 pessoas. A base é lá no Rio de Janeiro e nós trabalhamos com muita terceirização e não temos uma estrutura inflada, até porque não temos orçamento para essa estrutura inflada. Então, todas as estratégias que a gente puder imaginar para ampliar esse acesso são importantes e nós acreditamos que elas concorrem para o nosso entendimento do que seja inclusão social.

Então, a mobilização tem feito esse trabalho que nós chamamos “Futura na Estrada”, cujo objetivo é apresentar as estratégias do Futura, as ferramentas e os programas e verificar que instituições querem aderir a esse uso e o que elas têm a trocar e propor para o canal para que possamos fazer essa via de mão dupla funcionar.

Essa é a nossa rede de parceiros universitários. Muitas universidades aportam conteúdo para o Futura e outras são repetidoras e também aportam conteúdo. Dessa maneira, nós vamos fazendo essa expansão que nós consideramos que é mais eficaz porque nós conhecemos com quem estamos falando, sabemos que tipo de troca pode ser efetivada e, na verdade, podemos estabelecer critérios de participação diferenciada e conseguir ter o que a gente sempre sonhou, que é descentralizar os sotaques, sair daquele sotaque carioca ou paulista e começar a mostrar o sotaque paraense, acreano, gaúcho, na programação. Tem programas diários do Canal Futura que são feitos por universidades parceiras e o jornalismo do Futura também tem matérias que são feitas localmente e que têm exibição nacional. Então, essa é uma negociação que a gente procura entender como “ganha-ganha” dos dois lados. Nós ganhamos porque ampliamos a questão do sotaque e temos novas histórias e as universidades parceiras porque passam a ter um conteúdo, que era local, agora com amplitude nacional.

Esta é a composição do conteúdo do Futura, ou seja, a maneira como estabelecemos essa construção de conteúdo. Nós compramos 15% da

nossa produção e 85% da produção é brasileira: 30% de produção interna feita com jornalismo e alguns programas internos e 70% com produtoras independentes. Então, também estamos fomentando o mercado e tentando descentralizar a produção do eixo Rio-São Paulo. Hoje, nós podemos dizer que 16% do conteúdo do Futura são feitos em modalidade colaborativa. Ou seja, ONGs, grupos de jovens e universidades realizam produtos e materiais e mandam para o Canal Futura.

Em relação aos anos temáticos, nós temos criado uma estratégia de concentrar a discussão sobre determinados temas para que isso facilite o trabalho nas redes e nas bases. Há dois anos atrás, nós elegemos o tema da beleza das pequenas coisas, a beleza do ordinário e do comum, e fizemos um projeto de grade grande. Este ano, nós vamos discutir democracia e vamos fazer grandes fóruns, tentando juntar pessoas para discutir esse tema e criar produtos áudio-visuais relacionados à questão da democracia.

Pitching é a forma como nós convidamos as produtoras independentes a proporem idéias para o Futura. Todo ano, nós fazemos uma chamada nacional onde as pessoas dão idéias sobre o que deveria estar na grade de programação do Futura.

O “Geração Futura” também tem muito a ver com essa discussão de inclusão social. Há cinco anos atrás, nós decidimos fazer uma oficina de produção de vídeo, lá no Futura, que dura um mês e está voltada para jovens de 15 a 22 anos de todo o Brasil. A forma de entrada é através de um projeto que os jovens escrevem sobre como podem modificar alguma coisa na escola ou na comunidade. Nós selecionamos 15 jovens, a cada semestre, eles vão lá para o Rio de Janeiro, ficam um mês conosco, têm duas semanas de aula teórica com as equipes do Canal Futura e duas semanas de aula prática. Eles realizam um inter-programa e esses vídeos vão todos ao ar na grade do Futura. Já são cinco anos de oficina, mais de 150 jovens, mais de 40 vídeos produzidos, vários deles inscritos em festivais e, quando esses jovens voltam para os seus locais de origem, eles se constituem como correspondentes do Canal Futura. Então, eles continuam mandando conteúdo e restabelecendo essa rede que é o que nós achamos que é o mais bacana. Não adianta passar um tempo sem

que aquilo não sirva de nada e seja apenas uma espécie de *shopping center*. O legal é o jovem ser impactado com isso, voltar para o seu lugar de origem e continuar tendo a capacidade de formular conteúdos e interferir numa grade nacional. Obrigada.

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: Desde já, agradecemos a participação da senhora Débora Garcia. Dando prosseguimento aos trabalhos desta tarde, convidamos a senhora Regina Vinhaes Gracindo para proferir sua palestra sobre o tema “Educação e Desenvolvimento”.

Educação e Desenvolvimento

Regina Vinhaes Gracindo – Universidade de Brasília: Boa tarde a todos. Eu quero agradecer à Comissão Organizadora do Evento pelo convite e manifestar a minha satisfação de estar aqui com vocês. Conforme o objetivo explicitado nesse VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, ele estará desenvolvendo reflexões, buscando o futuro. Foi isso que nós recebemos como incumbência e examinar uma possível agenda de temas de interesse do Estado e da sociedade brasileira.

Esta Mesa procura refletir sobre o futuro da população, na ótica da educação, ou seja, como é que a gente interfere nesse processo. A partir do tema “Educação e Desenvolvimento”, eu vou procurar focalizar alguns pontos que julgo pertinentes para a compreensão da importância estratégica da educação no desenvolvimento brasileiro e a urgência de medidas estruturantes que viabilizem uma educação universal e de qualidade. Vou procurar focalizar sete aspectos:

1. Desenvolvimento: um conceito
2. Aspirações da sociedade
3. A educação em outros países
4. Responsabilidade do poder público
5. Educação compatível com desenvolvimento
6. Influência da educação no processo de desenvolvimento
7. Temas para ações estratégicas

É óbvio que eu vou passar correndo por essas questões porque, cada uma delas, daria para a gente falar uma tarde inteira, mas eu acho que, se privilegiarmos uma em detrimento da outra, nós vamos perder a noção do conjunto. Depois, quem sabe, poderemos aprofundar um pouco mais.

O que nós estamos falando sobre educação e desenvolvimento? Certamente, não estamos falando apenas em desenvolvimento econômico. Nós estamos falando no desenvolvimento global, que é considerado como uma melhoria, que implica mudança, evolução, crescimento e avanço. A própria WWF/Brasil estabelece que o desenvolvimento sustentável busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, com o fim da pobreza no mundo. Eu proponho olhar esse desenvolvimento, a partir dessas duas reflexões, como um conjunto do desenvolvimento social na sua completude. No meu referencial teórico, desenvolvimento social é exatamente o conjunto do econômico, do cultural e do político. Em termos objetivos, é essa a composição do desenvolvimento social. Eu faço questão de dizer isso porque, às vezes, as pessoas não entendem como é que eu posso falar em desenvolvimento social e ter a economia dentro do desenvolvimento social. Mas é porque eu estou exatamente encarando o desenvolvimento social como o conjunto do cultural, do econômico e do político.

A Constituição Brasileira, no seu Art. 3º, já propõe o desenvolvimento com igualdade de direitos e justiça social, quando ela diz:

Art. 3º: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - Garantir o desenvolvimento nacional;
- III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Então, se juntarmos tudo isso, teremos o desenvolvimento com igualdade de direitos e justiça social.

Essa questão da educação e desenvolvimento é tão forte no mundo inteiro, que vocês vão ver que, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o segundo objetivo é: *“atingir o ensino básico universal - Garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo*

de ensino básico". Esse foi um dos oito objetivos estabelecidos por 191 Estados-Membros das Nações Unidas e eles assumiram que, até 2015, isso tem que ser desenvolvido. A educação está aí dentro.

Em que medida a sociedade brasileira acha que a educação é importante? Há um estudo do Projeto Brasil 2020, que foi feito pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que hoje faz parte da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, que mostra que a sociedade tem uma grande aspiração pela educação. Dentre as aspirações da sociedade mais demandadas, a primeira é equidade social e a segunda é qualidade de vida. Essas são as duas maiores aspirações da sociedade brasileira. Desmembrando essas duas, nós vamos ver que, no tema "equidade e justiça social", a equidade social está em primeiro lugar e num distanciamento bastante grande dos demais. Desmembrando o tema "qualidade de vida", nós vemos que a educação é considerada o item mais importante para a qualidade de vida da sociedade.

Eu acho legal a gente dar uma olhada em como estamos em relação aos outros países. O Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA se presta a fazer uma avaliação de vários países no mundo e fazer uma comparação do desenvolvimento. Ele foi feito em 2000, 2003 e 2006. Eu trouxe alguns dados de 2003, em que o foco foi matemática, exatamente porque eles escolhem um foco mais importante. Em 2000, o foco foi leitura; em 2003, foi matemática; e em 2006 foi ciências. Eu acho este dado importante. A Finlândia, Coreia e Países Baixos tiveram uma média superior, em cerca de 50% da média de todos os países que participaram dessa avaliação. A Austrália, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, França, Islândia, Japão, Nova Zelândia, Suécia e Suíça estão na média. A Áustria, Alemanha, Irlanda e República Eslovaca estão próximas da média. Os demais países estão abaixo da média de todos. O Brasil está em penúltimo lugar.

Eu acho importante lembrar que, há duas décadas atrás, a Coreia estava no nível do Afeganistão e hoje tem as maiores taxas de desempenho. Há duas gerações atrás, a Coreia estava no nível do Afeganistão, com as menores taxas de desempenho educativo. Hoje, 97% da população total coreana - 25 a 34 anos - completou o Ensino Secundário e é a taxa mais elevada entre os países da OCDE. De 1995 a 2004, universidade mais

que duplicou, na China e na Malásia, e aumentou 83% na Tailândia e 51% na Índia.

Esse estudo da OCDE, em relação à influência do nível socioeconômico, mostra que o nível socioeconômico tem uma importância significativa. Os estudantes de famílias mais pobres têm 3,5 vezes mais possibilidade de ficar no Nível 1, que é o nível mais baixo, ou aquém dos estudantes de nível socioeconômico mais favorável. Esse estudo também mostra que há uma interação muito significativa entre os professores e alunos, o que garante esses níveis melhores de qualidade de educação. Há alguns itens a serem considerados: o número de turmas e alunos em sala de aula; a matéria lecionada; distribuição do tempo do professor entre o ensino e outras tarefas; o tipo de agrupamento de alunos nas turmas; prática do trabalho de equipe. Nós precisamos fazer essas coisas.

Nos países da OCDE, e fazendo um paralelo já incluindo o Brasil, os estudantes recebem 6.847 horas de ensino entre os 7 e 14 anos. A média deles é 978 horas aulas/ano e, no Brasil, nós temos 800h anuais por ano e 200 dias letivos. É isso que a LDB estabelece. Se nós somarmos num percurso de 12 anos, a diferença de horas é significativa. Num processo educacional de 12 anos, que envolve o ensino fundamental e ensino médio, esse tempo é extremamente significativo. Ainda nos países da OCDE, a média de gasto com educação é de 5.9 do PIB. A variação é entre a Turquia, com 3.7% e a Islândia 8% do PIB. Historicamente, nós temos gasto com educação 4.3% do PIB.

Também acho importante fazermos uma comparação entre o Brasil e os países da OCDE em relação às despesas anuais com educação por estudante. Esses países da OCDE gastam em média US\$5.450 no Ensino Básico. No caso do Brasil, no ensino fundamental, o nosso gasto é de US\$3.785,13, num período de 09 anos. Isso sempre é inferior ao que se gasta, em média, nos outros países. O gasto médio por estudante em 12 anos de estudos, ou seja, no nível básico e secundário é de US\$77.204 por estudante. A variação vai de menos de US\$40.000 até US\$100.000 ou mais. A média é US\$77.204 por estudante. Se nós fizermos uma aproximação, nesses 12 anos de escolaridade, no ensino fundamental, pelo FUNDEB, o valor menor é de R\$946,29 no ano de 2006, o que dá um total de R\$ 4.731,00. Somando nove anos de ensino

fundamental e mais três anos de ensino médio, nós gastamos US\$ 7.235.88.

A educação básica envolve a educação infantil (0 a 5 anos), o ensino fundamental (6 a 14 anos) e o ensino médio (3 anos de escolaridade). Nós temos agora o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, que reúne as verbas, tanto de estados, municípios e da União, e reparte esse dinheiro tentando estabelecer certa equidade entre os estados, garantindo que ninguém vai ter menos do que aquele valor que eu mencionei anteriormente. Então, é uma espécie de acerto de contas. A partir do FUNDEB, nesse ano de 2007, o Governo Brasileiro assumiu o compromisso de ampliar o aporte financeiro da União em educação básica: em 2007, 02 bilhões de reais; em 2008, 03 bilhões de reais; em 2009, 4,5 bilhões de reais; e a partir de 2010, 10% do valor do FUNDEB. Essa será, efetivamente, uma contribuição muito significativa porque, no Brasil, o financiamento e a responsabilidade pela educação é dividida entre estados, municípios e a União. Eu acho que é do conhecimento de vocês que a União é responsável e, portanto, financia o sistema federal de ensino, que são as universidades públicas e os centros a elas ligados, como os CEFETs, o Colégio Pedro II, que é a única escola de nível médio que faz parte do sistema federal de ensino. Os estados se responsabilizam pelo ensino fundamental e o ensino médio. Os municípios são responsáveis pelo ensino fundamental e a educação infantil. A União, além de ter essa responsabilidade do sistema federal, ainda acumula uma função redistributiva, com eu disse anteriormente. Ela entra no FUNDEB, por exemplo, para garantir que nenhum estado e nenhum município, na sua arrecadação, tenha menos do que R\$ 946,29/ano, por estudante. Esse é um esforço significativo, mas ainda é absolutamente insuficiente.

Para vocês terem uma noção de como é o financiamento na educação, segundo dados do IPEA, nós verificamos que a contribuição da União para a educação tem apenas uma pequena oscilação. No entanto, no caso dos municípios, de 1995 a 2005, eles tiveram um aumento muito grande de responsabilidade com relação a suas escolas. No caso dos estados, houve uma diminuição. Mas, no fundo, quem garante o financiamento da educação básica no Brasil são os estados e municípios. A União entra com muito pouco dinheiro.

Qual é a educação compatível com esse desenvolvimento completo e social? Certamente, ela tem que ter dois ingredientes: ser universal e de qualidade. Ela deve garantir acesso, permanência e sucesso na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio e profissional. Além disso, ela precisa pagar uma dívida social extremamente grande que nós temos, exatamente porque nós não atendemos, na época devida, as nossas crianças. Hoje, nós temos um contingente de analfabetos em torno de 15 milhões de brasileiros. Isso é equivalente a termos uma Suíça e uma Suécia de analfabetos dentro do Brasil. Isso é extremamente preocupante porque nós não podemos pensar em desenvolvimento mantendo essas pessoas que foram excluídas do sistema educacional e, portanto, excluídas da sociedade. Então, essa nossa dívida social é muito grande. Em 2005, nós ainda tínhamos 10.9% de analfabetos no Brasil.

Além disso, das crianças que chegam ao ensino básico, no Brasil, 68.7% terminam a 4ª série e 51.5% terminam a 8ª série. Então, praticamente 50% dos nossos alunos que entram na 1ª série do ensino fundamental não conseguem concluir a 8ª série. Então, nós estamos aumentando esse grupo de excluídos.

Qual seria a influência da educação no processo de desenvolvimento? No econômico, nós podemos dizer que um ano de ensino suplementar, no longo prazo, significaria um aumento da produção econômica de 3% a 5%. O aumento da produtividade de trabalho e metade do crescimento do PIB per capita. Os países que têm a capacidade de atingir taxas altas de letramento, superiores a 1% em relação à média internacional, conseguirão atingir níveis de produtividade do trabalho e um PIB per capita superiores, respectivamente, a 2.5% e 1.5% em relação aos outros países. Então, essa relação é inevitável. No âmbito cultural, nós vamos ter a ampliação da cultura no país, um nível de escolaridade mais adequado e cidadania plena dessas pessoas. Para os indivíduos, obviamente, a educação representa um investimento favorável, tanto para ingresso no mercado de trabalho como a plena cidadania e sua inserção na sociedade.

Como temas e ações estratégicas, teríamos:

- Ampliar recursos financeiros. Não há dúvida de que educação de qualidade custa dinheiro. Nós não conseguimos gastar nem R\$1.000,00/ano para uma criança estudar. É claro que o Distrito Federal, por exemplo, gasta R\$1.800,00/ano, mas ele é o único. O grosso da sociedade brasileira não tem R\$1.000,00/ano para gastar com educação. Então, nós não podemos continuar com essa situação e é importante a gente sensibilizar a área econômica do governo porque não é possível continuarmos desse jeito.
- Valorizar professores (salário e carreira)
- Formar professores (inicial e continuada)
- Fortalecer a gestão democrática da educação
- Promover a inclusão digital
- Reduzir o número de alunos por turma
- Garantir jornada do professor em uma só escola
- Implantar a escola de tempo integral
- Retirar a Educação da DRU. Nós perdemos 40 bilhões porque tiramos 20% dos recursos da educação para a DRU. Aliás, isso é inconstitucional porque, constitucionalmente, a União tem que gastar 18% do que arrecada com educação e ela não está fazendo isso porque é retirado 20% para a DRU. Então, essa é uma estratégia imediata.

Agora, eu acho que o Pacto Nacional é fundamental. O nosso Ministro da Educação, Fernando Haddad, recentemente, num encontro internacional que aconteceu aqui em Brasília disse que se há uma coisa que pode mudar radicalmente a educação é a sua incorporação como valor social. Nós só conseguiremos isso com o Pacto Social. A educação universal e de qualidade é condição para o desenvolvimento com equidade e justiça social, buscando o futuro da população. Nunca é demais a gente lembrar Paulo Freire. Ele disse: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tão pouco, a sociedade muda”. Obrigado.

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: Agradecemos a participação da senhora Regina Gracindo. Na continuação, fará uso da palavra o senhor Celso Rodrigues Fernandes Júnior, que abordará o tema “Inclusão Digital”.

Inclusão Digital

Celso Rodrigues Fernandes Jr. – Comitê para a Democratização da Informática: Boa tarde a todos. Eu agradeço a vocês pela participação neste encontro, que eu acho fundamental para discussão de temas estratégicos para a nação e, especialmente, pelo privilégio de ter sido convidado a compartilhar com vocês a experiência rica do CDI pelos caminhos da inclusão digital.

Nós do CDI acreditamos que toda a intervenção tecnológica deve ser precedida por uma reflexão crítica, ética e pedagógica da sua aplicação e seu uso. Paulo Freire é o grande inspirador da proposta pedagógica do CDI. Ele diria que "divinizar ou diabolizar a tecnologia é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado". Então, dentro dessa abordagem, nós do CDI entendemos que as tecnologias da informação e comunicação, em si mesmas, não são nem boas e nem más. Agora, seria ingênuo nós acharmos que elas são neutras porque, na realidade, a introdução das tecnologias da informação e da comunicação provocam mudanças radicais na forma de nos relacionarmos e de nos comunicarmos e também afetam a forma como nós acessamos, produzimos e compartilhamos conhecimento, que é fator de geração de riqueza e fator de poder também.

O que acontece hoje é uma proliferação de redes sociais na Web, por exemplo, como o Orkut, Second Life e Penguin Club, que já está pegando as crianças desde pequeninas, dentro de uma lógica de rede social na Web. Além disso, houve explosão do número de Lan Houses, principalmente, pelas comunidades de baixa renda, sendo um novo espaço para inclusão digital. Tudo isso precisa ser refletido de uma forma ética, pedagógica e crítica. Na realidade, nós queremos uma sociedade melhor, um lugar de bem-estar, uma "eu-topia" e não uma utopia de estar

sempre perseguindo o país ideal. Para isso, nós precisamos decidir que tipo de uso nós vamos fazer da inclusão digital, para que nós queremos a inclusão digital.

Em função disso, eu vou mostrar para vocês um pouquinho do que é o CDI e fazer uma reflexão sobre o modelo do CDI *versus* a inclusão digital brasileira. Nós acreditamos que a reflexão crítica é parte da nossa ação transformadora. Não adianta a gente exercitar a inclusão digital, como o CDI vem fazendo há mais de 12 anos, e sermos os mesmos. Nós começamos levando computadores usados para comunidades de baixa renda e buscando a integração dos jovens de baixa renda aos jovens de classe média alta, através das BDEs, que foram as precursoras da internet, e hoje, através da internet. Essa reflexão crítica sobre a nossa prática é fundamental, até para ser fiel a Paulo Freire. Ele dizia que se a gente não fizer essa reflexão crítica, o discurso vira blá-blá-blá e a prática vira ativismo, ou fica no lugar.

O CDI busca a transformação social através dos indivíduos e das comunidades. Para isso, as tecnologias de informação e comunicação, na realidade, são um meio de que esses indivíduos passem a ser agentes de transformação da sua própria realidade. Dentro dessa lógica, o CDI cresceu, enquanto rede, através de um modelo de franquia social que, diferentemente da franquia comercial, o recurso flui do centro para as pontas. Nós temos um Núcleo Central, formado por pessoas que ajudam a administrar a rede, ajudam a direcionar os esforços e articular a captação e desenvolvimento da rede, mas, nas pontas, são franqueados, ou seja, são instituições parceiras que levam a proposta do CDI para as comunidades de baixa renda, para as comunidades excluídas digitais. Dentro desse conceito, o que o CDI trabalha é a Escola de Informática e Cidadania. É uma escola não formal. Ela não pretende ser substituta da escola formal, mas sim auxiliar no movimento de incorporar a inclusão digital para as camadas que não têm acesso.

Nós atingimos um crescimento bastante acelerado com essa abordagem. É uma abordagem que leva o programa CDI, no Brasil, para 19 estados e 290 municípios. Nós já estamos em 10 países e, no ano passado, formamos cerca de 62.000 pessoas, basicamente jovens, e mais 7.000

crianças e pessoas acima de 24 anos. Nosso foco é a faixa etária de 14 a 24 anos.

Dentro dessa lógica do CDI, eu quero abordar algumas questões com vocês. O CDI tem uma proposta que, independentemente do tipo de equipamento, nós levamos a inclusão digital. Começamos com computadores usados, mas hoje, já se fala em computadores de US\$ 100,00, TV Digital e existem outros mecanismos de inclusão digital, como o celular. Então, a questão do equipamento, na realidade, transcende a tecnologia em si, mas a tecnologia é um meio poderoso dessa inclusão. Em relação ao software, nós começamos numa linha de proprietário, numa parceria com a Microsoft, levando licenças gratuitas para essas Escolas de Informática e Cidadania. Hoje, trabalhamos com software livre porque, filosoficamente e ideologicamente, nós somos a favor da liberdade de escolha e o software livre melhora a identidade de que o conhecimento é um bem público. Então, se a gente pensa que o conhecimento é um bem público, o software livre tem mais convergência com essa identificação.

A conectividade é fundamental. A gente pensar em linhas discadas hoje, em acesso de baixa velocidade, não condiz com o papel que o Brasil pretende desempenhar no concerto das Nações porque, hoje, o conteúdo evolui para a Web 2.0, para as redes sociais, para vídeos e para muita dinâmica de três dimensões etc., requerendo uma banda larga, uma velocidade alta de conexão. Nós temos o FUST, mas nós chamamos de “FUSTRE” porque não conseguimos liberar dinheiro para acesso em banda larga e ainda negociamos a liberação cinco ou seis anos depois, frustrando toda a nossa “eutopia” de ter todo mundo conectado em banda larga. Hoje, na rede do CDI, nós temos apenas 53% conectados e não é por falta de esforço nem de prioridade. É por falta de condições técnicas e econômicas de levar essa conectividade às pontas.

Sob o ponto de vista cognitivo, além da proposta pedagógica, referenciada e inspirada em Paulo Freire, nós temos quatro eixos:

Eixo 1 – Mergulho na comunidade. Muitos dos jovens de baixa renda não conhecem a própria comunidade. Eles são estrangeiros dentro da própria comunidade e sofrem um processo de compressão em pequenas caixas,

onde eles acreditam que não são capazes de fazer mais nada na vida a não ser se vender à bandidagem. Numa situação como essa, a primeira questão é não apenas eles mergulharem na comunidade para saber os problemas porque eles já os conhecem de cor e salteado. Mas eles têm que mergulhar na comunidade para saber que existem desafios que podem ser superados; existem vocações, talentos e riquezas que podem ser desenterradas e se transformar num saber e num valor.

Eixo 2 – Uma vez identificadas essas linhas mestras de prioridades da comunidade, desafios e vocações, devemos colocá-las em ação, desenvolvendo projetos em conjunto com a comunidade. Isso passa por uma identificação, por exemplo, que na comunidade existe um problema de leptospirose e se promove toda uma ação da comunidade de fazer uma limpeza geral e mobilização para que o Poder Público faça a coleta do lixo etc. Então, é uma ação real sobre um desafio levantado.

Eixo 3 – É o trabalho em rede, no sentido de que eles busquem não apenas o seu privilégio individual, mas procurem trabalhar também com outros indivíduos, dentro da comunidade e fora dela, trazendo experiências de fora e unindo esforços, no sentido de resolver aqueles problemas e superar as dificuldades.

Eixo 4 – Transformar a Escola de Informática e Cidadania numa referência dentro da comunidade para que esta venha à escola discutir os seus problemas, obter serviços, que traga os seus filhos e veja isso como uma forma de emancipação possível e que se reacenda a esperança porque, na realidade, o que gera violência é a falta de perspectiva, de esperança e de oportunidades. Então, levar essas oportunidades para esses jovens é fundamental. Nosso foco é também a capacitação continuada e a produção de conteúdos de vídeos, de rádios comunitárias, jornais e também conteúdos de reciclagem e coisas que ajudam na sustentabilidade da própria instituição e do próprio indivíduo.

Na dimensão econômica, nós buscamos sempre a sustentabilidade da iniciativa. Existe uma contrapartida. O CDI investe na capacitação de lideranças comunitárias. O CDI não tem escolas. Nossas escolas são produtos de uma parceria entre o CDI e a instituição comunitária. Os educadores e coordenadores são da comunidade e o CDI os capacita

para que eles exerçam o seu papel comunitário de multiplicadores dessas ações. A partir daí, eles articulam formas de sustentabilidade. Existe uma contrapartida porque eles entram com o espaço, com a energia elétrica e com acesso à internet. Então, a relação não é de dependência e sim de interdependência. A escola só existe porque existe uma instituição interessada na comunidade em fazer com que ela continue existindo e existe o papel direcionador e catalisador do CDI para que esse efeito seja multiplicado na comunidade.

Nós nos preocupamos também com a questão da subsistência sustentável dos educandos e dos educadores. Recentemente, eu estava no Morro dos Macacos, numa Escola de Informática e Cidadania que nós temos no Rio de Janeiro. Para quem não conhece a geografia do Rio, é próximo de Vila Isabel, terra de Noel Rosa, muito poético, mas muito violento. O tráfico de drogas domina e a D. Ana, que é uma liderança comunitária, uma senhora maravilhosa, que está na comunidade há 47 anos, introduziu, pioneiramente, o “*day care*”. Para que as mulheres possam trabalhar, a D. Ana tem uma escola, em parceria com o CDI, pela instituição dela. Ela me contava, com dor no coração, que o pessoal do tráfico oferece R\$ 50.00 e uma arma para os garotos que estão freqüentando a escola passarem a noite vigiando. Então, a questão da subsistência sustentável é tornar a utopia possível. Fazendo uma reflexão crítica, não adianta a gente capacitar se nós não conseguirmos transformar essa capacitação em geração de renda. Essa subsistência sustentável, muitas vezes, é algo imediato. Não é uma carreira, não é uma universidade, mas é ganhar aquele dinheiro do dia-a-dia para não ter que se render à realidade cruel da marginalidade.

Mas, a gente entende que eles precisam continuar sonhando, então, também temos iniciativas de empregabilidade e de empreendedorismo. Inclusive, nós fazemos parcerias para apoio à continuidade do caminho na universidade, para que esses jovens possam, eventualmente, fazer um curso técnico ou uma faculdade e possam sonhar em trabalhar numa empresa ou ter um negócio próprio. Um exemplo clássico é uma parceria que nós estabelecemos com uma ONG chamada “Rede Cidadã”, de Minas Gerais, cuja especialidade é na área de empregabilidade e empreendedorismo. Ela tem redes de solidariedade e de capacitação para demanda de mercado e uma rede de absorção de mão-de-obra que

convida sempre para oferecer mão-de-obra capacitada. Só que ela atua só em Minas Gerais. O CDI atua em 19 estados, então, a parceria foi no sentido de formar três pólos – Minas, Rio e São Paulo – onde nós vamos unir a rede de escolas do CDI com a ação da Rede Cidadã e com o apoio de uma empresa de consultoria, uma das maiores do mundo, chamada Accenture. A Accenture colocou um milhão e trezentos mil dólares e toda a capacitação gerencial para estruturar essa parceria. Nós vamos levantar oportunidades de capacitação para empregabilidade e empreendedorismo para os jovens que são formados nas nossas Escolas de Informática e Cidadania.

A dimensão sócio-ambiental, muitas vezes, é esquecida na reflexão. A provocação que eu faço é que, se nós chegarmos ao sonho de termos 190 milhões de brasileiros com computador, no dia seguinte, nós teremos uma montanha de lixo tecnológico e, no Brasil, nós não temos regulamentação de como tratar, de como ter uma reciclagem e um descarte seguro desse lixo tecnológico. Por outro lado, existe o valor econômico, o valor social e o valor ambiental, numa ação que prolongue a vida dos equipamentos de informática e comunicação. Nós fazemos isso através da utilização de equipamentos doados e usados nas nossas Escolas de Informática e Cidadania e no uso de soluções criativas, do tipo “thin client”, onde se tem um servidor novo e dez máquinas pequenas, obsoletas, mas que se nutrem de todo o poder de computação desse servidor. Também temos uma iniciativa pioneira, que é a “Fábrica de Cidadania”, onde nós capacitamos os nossos jovens das comunidades de baixa renda a recondicionar máquinas, a fazer assistência técnica, montagem e manutenção de computadores usados. Estamos desenvolvendo agora uma nova parceria para também atender à questão da reciclagem com o processo ISO 14.001 para que esses jovens estejam qualificados também a trabalhar com logística reversa, para que possamos fechar esse ciclo sócio-ambiental da inclusão digital.

Finalmente, mas não menos importante, temos a questão da cidadania. Fala-se muito em computador para todos e outras iniciativas como “Um computador para um aluno”, mas é importante a gente fazer a seguinte reflexão: todos merecem ter um computador, porém, a cidadania nasce do coletivo. O ser humano só cresce através do outro, através da reflexão pela coletividade. Temos que ter a humildade de sermos coletivos nesse

sentido porque a nossa solução de Escolas de Informática e Cidadania são salas com computadores em “u”, onde os alunos trabalham no computador, mas se viram de costas. O educador é um animador e um facilitador para discutir as questões e os temas-chave daquela comunidade. Então, se desenvolve essa ação coletiva para que, mesmo que esse aluno venha a ter um computador em casa, ele faça uso responsável daquele computador. No Japão, tem mais de um milhão e duzentos reclusos digitais, que são jovens sociopatas que só se relacionam no mundo virtual. Eles perderam a capacidade de se relacionar presencialmente. Então, a computação individual é importante, a partir do momento em que haja, primeiro, uma ação coletiva e uma reflexão crítica sobre o uso do computador. A internet reflete a natureza humana e potencializa o mal. Não é que ela seja má em si, mas ela tem esquinas tortuosas e escuras que os jovens, muitas vezes, não dominam. Quando eles se desnudam no Orkut e dão o endereço, dão a familiaridade para que alguém possa usar essas informações contra eles mesmos, é uma ação ingênua e perigosa que precisa ser refletida coletivamente. Os espaços de acesso à internet do CDI são monitorados e supervisionados. Não é um acesso livre e irrestrito. Há conteúdos que o nosso aluno não pode realmente acessar e tem que debater aquelas coisas que ele acha na internet. A internet é transversal porque, nas nossas Escolas de Informática e Cidadania, a questão é usar as tecnologias de informação e comunicação para alavancar todas as áreas do desenvolvimento. Então, num paralelo com a escola formal, a questão não é um laboratório de informática e sim usar o computador e a internet para melhor o ensino da geografia, da história, da matemática e do português. O aluno aprende a mexer com um editor de texto, uma planilha etc., mas isso é um meio e não um fim. É um meio para ele ter uma ação social, por exemplo, fazendo um panfleto para mobilização, para uma apresentação etc., mas ele não sai dali um especialista em informática. Ele sai dali sendo um cidadão que usa a informática para a sua cidadania.

Finalmente, nós acreditamos que a ação da inclusão digital tem que ser indutora. É aquele lema do carro a álcool. Algum dia, você vai ter um carro a álcool. No caso da inclusão digital, queiramos ou não, todos seremos incluídos porque já tem 103 milhões de celulares, e isso é inclusão digital; tem caixas automáticos de bancos, e isso é inclusão

digital; os computadores estão espalhados em caixas de supermercados, lojas etc., e isso é inclusão digital. A questão é se nós queremos uma inclusão digital espontânea que concentre poder e riqueza e aumente o abismo e nos deixe mais distantes do desenvolvimento sustentável, onde se leva em conta o aspecto econômico, político, cultural, ambiental ou social. Quanto mais nós desenvolvermos a inclusão digital como um estímulo para as faculdades cognitivas dos cidadãos, quanto mais nós incentivamos na direção de uma inteligência coletiva e distributiva e não concentradora, mais próximo nós vamos estar do desenvolvimento sustentável. Observando o que acontece no mundo, nós vemos que o desenvolvimento sustentável não acontece através da inclusão digital. A inclusão digital acelera uma ação educacional mais forte e uma ação econômica mais forte, mas ela precisa ser encarada como tal. Se nós colocarmos os nossos jovens no Orkut ou em Lan Houses, o dia inteiro, sem reflexão nenhuma sobre o que eles estão fazendo, é uma forma, no mínimo, irresponsável de achar que a inclusão digital vai resolver os problemas do Brasil. Então, não existe pensamento mágico de achar que a inclusão digital resolve todos os problemas, mas também, não podemos diabolizá-la, dizendo, por exemplo, que Lan House é coisa do demônio e, portanto, não pode ter nenhuma próxima a uma escola. Na realidade, a Lan House é um mecanismo extremamente efetivo de inclusão digital, só que está sendo usado de maneira errada. Por que não usar esse mecanismo a favor da inclusão digital responsável. Esse é um desafio.

Finalmente, eu gostaria de deixar a mensagem que nós, do CDI, acreditamos que existem centenas de iniciativas, nos três setores, principalmente no setor público, visando a inclusão digital. Então, a primeira prioridade é integrar essas iniciativas dentro de uma visão única, uma visão estratégica que faça a convergência dessas diversas iniciativas. A experiência do CDI, de mais de 12 anos, nos credencia a sermos interlocutores nesse processo. Ou seja, nós podemos ser ouvidos, contar nossa história e, de alguma forma, contribuir para que isso se torne uma realidade. A idéia é que, a partir daí, nós possamos entender que todo o esforço de inclusão digital vale a pena porque está calcado num plano cujo objetivo maior é o desenvolvimento do nosso cidadão e da nossa sociedade, de maneira harmônica, mais justa e ambientalmente sustentável.

Eu gostaria só de falar um pouquinho sobre os nossos patrocinadores, mostrando como é que o CDI tem sobrevivido nesses últimos 12 anos. Uma característica muito forte do CDI é a articulação em parcerias. Nós conseguimos mobilizar grandes agentes do mundo corporativo, do mundo das fundações e também do mundo do setor público. Por exemplo, no Rio de Janeiro, nós temos uma parceria com a Prefeitura Municipal e temos Escolas de Informática e Cidadania em institutos psiquiátricos. Nesse caso, os excluídos não são jovens de comunidade de baixa renda, mas são pessoas com transtornos mentais que são excluídas. Não tem nenhuma política inclusiva para eles. Nós temos Escolas de Informática e Cidadania em presídios também e em instituições para menores em conflito com a lei. Esses mantenedores nos ajudam a manter as iniciativas em parceria com o setor público.

Temos os apoiadores. Os apoiadores trazem para o CDI, além da sua própria competência em gestão, os seus serviços gratuitos. Uma das questões-chaves para o CDI é a transparência. Então nós somos auditados pela Deloitte, que é uma empresa internacional de auditoria. Todos os nossos números, balanços e todas as nossas ações são auditadas pela Deloitte. Na ação social, nós também temos auditorias externas. A mais recente foi do ENGAP, para o nosso projeto com a Fundação Vale do Rio Doce. Então, esses apoiadores são fundamentais para a gente manter a qualidade de gestão, manter o foco e manter o profissionalismo.

Agora eu posso terminar, depois de ter dado o recado também para os patrocinadores. Gostaria de agradecer a vocês até aqui. Obrigado.

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: Desde já agradecemos a participação do senhor Celso Rodrigues Fernandes Jr. Daremos início à fase do debate. Eu já recebi aqui duas perguntas. Então, quem quiser fazer mais alguma pergunta para os apresentadores, por favor, não esqueçam de colocar o nome, a instituição e entregar para as meninas que estão aqui ao lado.

Debate

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: A primeira pergunta é da Carla Checchia, da Presidência da República, para a Débora Garcia: *“Sendo o perfil do telespectador do Canal Futura predominantemente das Classes C, D, e E, portanto, com baixo acesso a computadores, gravadores de DVD e aparelhos de reprodução de DVD, quais as estratégias do Futura para ampliar a penetração do Programa Futuratec?”*.

A outra pergunta é para a Professora Regina. A pergunta é do Coronel Figueiredo, do Curso de Política e Estratégia do Exército: *“Foram expostos muitos indicadores quantitativos referentes ao emprego de recursos na educação. No entanto, já se constatou que, segundo alguns educadores, o problema maior está na qualidade do emprego desses recursos e na corrupção. Eu gostaria de sua opinião sobre o assunto, já que aportar recursos sem um projeto e uma fiscalização atuante, acredito, gerará mais desperdício de recursos”*.

Temos ainda uma pergunta da Jucélia, que é Pedagoga do Departamento de Polícia Federal. A pergunta é para a Professora Regina: *“A inclusão de todos na educação e acesso ao ensino fundamental é considerado indispensável ao desenvolvimento social. Como se vê o comportamento educativo onde o avanço escolar nas séries está desligado do fator qualidade/eficácia? A mensuração está nos números de alunos e não na qualidade do ensino oferecido, assim como a diversidade de conteúdo está alheio à qualidade e eficácia”*.

Temos também uma pergunta para o Professor Celso. A pergunta é do Coronel Arruda, do Curso de Política, Estratégica e Alta Administração do Exército. *“O uso do computador portátil, laptop, pelo aluno em sala de aula, durante uma palestra ou aula do professor, pode atrapalhar a aula ou traz mais vantagens que desvantagens?”*.

Débora Garcia – Canal Futura: Carla, você tem toda a razão em fazer essa pergunta. Realmente, o Futuratec pressupõe banda larga, acesso rápido que não está disponível ainda para a maioria da população, como bem lembrou o Celso. Mas, na verdade, o Futuratec é uma estratégia de complementação ao sinal de TV. Ele não pretende substituir. Um dia, talvez, exista uma integração entre os dois sistemas, de forma que essa questão não esteja nem mais colocada. Mas, a base do Futuratec não é o uso individualizado, não é o usuário privado, mas o usuário coletivo e nós vamos nos valer das redes que o Futura já tem implementadas. Por exemplo, as 20 universidades que estão diretamente associadas ao Canal Futura poderiam funcionar como centros reprodutores desses programas, baixando os programas, criando videotecas e depois distribuindo para os usuários, assim como a rede de parceiros e mantenedores do Futura, como por exemplo, todas as escolas do SESI, da Fundação Bradesco, os próprios projetos da Companhia Vale do Rio Doce etc. Nós também poderíamos entender cada um desses parceiros como centros distribuidores desse conteúdo. Além disso, há inúmeras Lan Houses que, cada vez mais, funcionam como um centrinho localizado de acesso à informação. Nós consideramos que essas Lan Houses também podem funcionar como uma ferramenta, como um local a ser disponibilizado para aqueles usuários que estão distantes das outras redes. O Futuratec está em fase de testes. Nós estamos chamando 50 instituições para fazerem um teste e acompanharem essa ferramenta, avaliando, dizendo o que está ruim, o que está lento, enfim, o que precisa ser corrigido para ele poder começar a ser implementado. Nós esperamos que os primeiros conteúdos do Futuratec sejam conteúdos mais instrucionais, como cursos, capacitações e conteúdos que tenham material de apoio que poderá também estar sendo disponibilizado por essa ferramenta, como textos, vídeos institucionais e tudo mais. Nós devemos começar com o material do SEBRAE, que é um dos parceiros do Canal Futura.

Regina Vinhaes Gracindo – Universidade de Brasília: Coronel Figueiredo, obrigada pela pergunta. Certamente. Nós temos uma perda significativa de recursos, de onde eles saem até eles chegarem à escola, pela má gestão e por corrupção, certamente. Isso nós temos que resolver. A gestão do processo educativo tem que se responsabilizar pela gestão financeira. Não há como a gente descartar qualquer possibilidade de

controle e eu acho que o mais importante é o controle social. Quando a gente tem comitês e grupos da própria sociedade fazendo esse tipo de controle da verba que os estados e municípios recebem, e que a escola recebe, eu acho que esse problema poderá, efetivamente, ser solucionado porque o poder público tem muita dificuldade de fazer esse acompanhamento, dada a imensidão do Brasil. Tudo no Brasil é muito grande e por isso os problemas são tão grandes porque é uma imensidão de terra e de gente e não é fácil fazer isso. Mesmo assim, independente da questão da corrupção e da má gestão, que é um problema que nós temos que resolver. Aliás, eu acho que o maior problema é a má gestão do que corrupção propriamente dita, porque é o uso inadequado de recursos. É uma escola que, ao invés de comprar material didático com os recursos que está recebendo, e que já são poucos, compra outras coisas. Eu sou Conselheira do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Básica. Nós recebemos muitas notícias de escolas e de sistemas municipais de educação de que, por exemplo, o diretor da escola recebeu o dinheiro para compra de material didático e gastou botando ar condicionado na sala dele. Um pai ficou muito zangado e fez essa denúncia ao Conselho Nacional de Educação. Isso acontece mesmo. É o mau uso dos recursos públicos. Como é que esse ar-condicionado está melhorando a qualidade de educação daqueles estudantes daquela escola? Então, eu acho que nós temos que, efetivamente, garantir isso. Mas, volto a dizer que os recursos que nós temos são insuficientes para a qualidade que a gente deseja.

Nós temos um Plano Nacional de Educação, que foi aprovado em 2001, para os próximos 10 anos, ou seja, encerra em 2010. Esse Plano Nacional de Educação foi aprovado e existia um artigo que exigia que fossem destinados 7% do PIB para que esse plano pudesse ser viabilizado. Infelizmente, exatamente esse artigo recebeu um veto presidencial, impedindo que esses 7% pudessem ser colocados à disposição. Isso inviabilizou uma série de metas que estavam previstas no PNE. Esses 7% eram destinados a determinadas ações que constituíam o mínimo de atendimento da educação brasileira. Inclusive, tem um estudo muito interessante porque nós temos essa dívida social. Para pagar essa dívida social do jovem que está fora da escola e que, ou não foi alfabetizado, ou não concluiu, pelo menos, a 8ª série, nós vamos precisar de um aporte maior de recursos no início. Depois, esse aporte de

7% vai caindo e chega a 6.2%, que é o que nós vamos efetivamente precisar para manter a educação brasileira. Mas, nesse momento, precisamos, no mínimo, desses 7%.

A outra pergunta que me foi dirigida é da Jucélia. Obrigada pela sua pergunta. Eu entendi que a sua preocupação é com a qualidade. Ou seja, não adianta apenas colocar as crianças e jovens na escola. Isso é importante? Claro que é. Houve um esforço nacional nos últimos anos para que a gente tivesse 97% das crianças de 07 a 14 anos na escola. Mas, ainda faltam 3%, que é muita gente, numa população enorme como a nossa. Além disso, nós não atendemos à demanda do ensino médio e da base da nossa sociedade, que é a educação infantil. Então, o acesso é importante e nós temos que garantir esse acesso, mas o mais importante é garantir a permanência desses alunos na escola. Como é que a gente garante permanência e sucesso? É com uma educação de qualidade. Uma educação em que o professor tenha um salário razoável. É triste dizer isso, mas acho que nós batemos muito nessa tecla porque é verdade. Eu sou Professora da Universidade de Brasília e os meus alunos, que fazem licenciatura, quando eu pergunto quem é que efetivamente vai ser professor, apenas meia dúzia deles levanta o braço, numa turma de 45 a 50 alunos. A segunda pergunta que eu sempre faço a eles é a seguinte: “Se o salário fosse melhor, quem de vocês estaria no Magistério?”. Nesse caso, uma quantidade enorme dos meus alunos levanta o dedo. Por quê? Porque a maior parte deles não vai para o Magistério pelas condições absurdas que nós temos, em termos de salário, de carreira e condições mesmo das escolas. Então, grandes cabeças fogem da educação por conta disso e optam por outras profissões que são mais bem remuneradas. Enquanto a gente tiver esse problema, nós teremos uma formação deficiente também. Enquanto nós tivemos equipamentos escolares do nível que nós temos hoje, nós vamos ter dificuldade para ter qualidade no nosso ensino. E enquanto nós tivermos currículos que não estejam absolutamente adaptados àquela realidade, nós vamos também ter dificuldade para ter qualidade no nosso ensino. Então, a qualidade de ensino é uma coisa muito ampla. Não é um teste que mede quanto nós aprendemos neste ano que vai nos dizer qual é a qualidade de ensino. Ele é um reflexo, mas é muito pouco.

Celso Rodrigues Fernandes Jr. – Comitê para a Democratização da Informática: Coronel Arruda, obrigado pela pergunta. Eu vou ler a pergunta novamente: *“O uso do computador portátil, laptop, pelo aluno, em sala de aula, durante uma palestra ou aula do professor, pode atrapalhar a aula ou traz mais vantagens que desvantagens?”*.

Como eu falei no início, nesse caso, o que precede é a reflexão pedagógica. Nas 840 escolas da Rede CDI, os alunos ficam dispostos em “u”, voltados para os seus computadores e o educador é um facilitador para uso da ferramenta. Só que existem momentos de uso do computador e momentos de discussão do tema em questão, além de momentos de mergulho na comunidade, em que eles saem da sala de aula e vão literalmente caminhar pela comunidade, identificando os problemas e voltam para suas mesas e vão usar o computador para ver meios de mudar essa realidade. Se a proposta pedagógica é essa, como no caso do CDI, num determinado momento, o laptop seria desligado e nós discutimos. Isso não acontece só no CDI. Eu trabalhei em várias empresas antes de vir para o CDI e a maneira mais dispersiva de você fazer uma reunião é permitindo que todos tragam seu laptop porque cada um vai ficar na sua própria prioridade e você não consegue discutir nada. Então, mesmo em empresas multinacionais, em que eu trabalhei, chegamos a decisões em que as pessoas deviam deixar o laptop nas suas salas e iam para a reunião para discutir um determinado tempo. Depois, eles voltavam para os seus laptops e viam a menor maneira de agregar valor ao que tinha sido discutido.

Agora, é claro que essa abordagem é mais cartesiana. Existem iniciativas, chamadas anti-conferências, onde não existe a figura do palestrante. Existem várias pessoas que podem agregar valor ao tema que está sendo discutido. Cada uma delas traz o seu laptop e aquele conteúdo que é gerado passa a ser propriedade de todos. Nesse caso, fazemos um tipo de um Creative Commons, que integra tudo e coloca aquele conteúdo que está sendo discutido à disposição de todos. Cada um pode pedir a palavra a falar e todo mundo está participando ao mesmo tempo, usando o seu notebook, acessando a internet e pegando subsídios para a sua sala. Enfim, é um ambiente extremamente dinâmico. Recentemente, eu vi uma apresentação do Professor Alvin Toller onde ele fala da reforma educacional que está por vir. Eu participei também de um debate

com uma Professora da UERJ, onde ela também falava que nós estamos produzindo professores para um aluno que não existe mais. Então, a questão-chave nesse processo é refletir sobre uma nova pedagogia na sociedade do conhecimento, onde a criatividade vale mais do que a conformidade. Agora, na minha visão, sempre haverá espaço de inovação e espaço de conformidade, ou seja, espaço onde a gente pode, realmente, dispersar à vontade, usando outras metodologias e espaço onde todo mundo se concentra para focar e discutir determinados assuntos. Então, não existe uma resposta pronta, mas existe a preocupação de como investir melhor esse dinheiro que vai ser gasto para milhares ou milhões de instrumentos que poderão se tornar brinquedinhos se não houver uma proposta pedagógica responsável.

Maria das Graças Rolim Bilich – Moderadora: Nós temos aqui mais três perguntas. Uma é da Simone, da Pós-Graduação da Faculdade JK; outra da Eunice, da Secretaria Especial das Mulheres; e outra do Daniel Opperman, do Instituto de Relações Internacionais da UnB. Devido ao adiantado da hora, infelizmente, teremos que interromper o nosso debate. Os questionamentos pendentes serão encaminhados aos palestrantes, que os responderão por e-mail.

Encerrando esta Primeira Rodada de Mesas Paralelas, agradecemos, especialmente, aos nossos palestrantes e a todos que, com a sua presença, abrilhantaram este evento. Para materializar a nossa gratidão, passamos às mãos dos nossos colaboradores um Certificado de Participação e solicitamos a todos uma salva de palmas. Muito obrigado.



Conferência I

Plano de Desenvolvimento da Educação

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação

Plano de Desenvolvimento da Educação

Mestre-de-Cerimônias: Dando prosseguimento às atividades do primeiro dia do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, o Senhor Ministro da Educação, Fernando Haddad, fará a apresentação da sua conferência, sobre o tema “Plano de Desenvolvimento da Educação”. O Mediador será o Professor Antonio Jorge Ramalho da Rocha, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, que conduzirá o debate após a conferência. As perguntas podem ser encaminhadas, a qualquer momento, através de nossas recepcionistas, com o nome de quem está fazendo a pergunta e entidade que representa. Tem a palavra, o Moderador da Mesa.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Boa tarde a todos. Eu vou simplesmente fazer uma leitura muito rápida do Curriculum Vitae do Ministro Fernando Haddad. Ele é Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, tem Especialização em Direito Civil e é Mestre em Economia Política pela Universidade de São Paulo também. É Doutor em Filosofia também pela USP e Professor de Teoria Contemporânea do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O Ministro também teve uma presença no setor privado e foi Consultor da Fundação de Pesquisas Econômicas, Analista de Investimento do Unibanco, Chefe-de-Gabinete da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Município de São Paulo, Secretário-Executivo do Ministério da Educação e, desde 2005, é Ministro de Estado da Educação. O Ministro Haddad tem alguns livros publicados, entre os quais, o mais recente é “Trabalho em Linguagem”, de 2004. Talvez o que mais distinga o trabalho muito dinâmico e competente que vem sendo conduzido pelo Ministro, cercado de uma equipe técnica muito qualificada, tenha sido a implementação dos paradigmas de aplicação de recursos da educação.

Eu mencionaria, particularmente, a criação do IDEP, mas vou deixar para o próprio Ministro explicar o sentido estratégico das reformas que vêm sendo feitas na educação brasileira para o futuro do nosso país. Com a palavra, o Ministro Fernando Haddad.

Fernando Haddad – Ministro de Estado da Educação: Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar o meu colega da Universidade de Brasília, Professor Antonio Jorge e cumprimentar também as autoridades presentes, na pessoa do General Felix, a quem eu agradeço a honra pelo convite.

Eu queria introduzir o debate sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação, começando por admitir que, na história brasileira, desde o Império e durante toda a República, nós estamos adiando o encontro com a educação há muito tempo. Apenas para ficar no horizonte do nosso continente, tomando a História Latino-Americana, nós vamos verificar que, assim como ocorreu com a escravidão, porque o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, o encontro com a educação vem sendo reiteradamente postergado, adiado, na comparação internacional. Eu não desprezo os avanços que foram obtidos até aqui, reconheço que, sobretudo, do ponto de vista quantitativo, nós tivemos avanços importantes no sentido do atendimento ao estudante, mas educar não é matricular crianças em escolas. Educar é garantir o direito fundamental de aprender. É isso que o Brasil não garante às suas crianças e jovens. Nós estamos muito longe de um padrão internacional de qualidade e temos que fazer um esforço nacional, bastante significativo, se quisermos saldar uma dívida de, praticamente, um século em uma geração. Na comparação com os países desenvolvidos, nós estamos atrasados, mais ou menos, 100 anos. Nós vivemos uma situação de analfabetismo, falta de cobertura, inclusão e acesso à educação superior muito difícil. Em comparação com países da OCDE, os indicadores são os relativos aos anos 20 ou 30, do século passado.

Para nosso conforto, o que a experiência internacional demonstra é que é possível saldar essa dívida de 100 anos, no prazo de uma geração. Alguns países fizeram isso, mas, evidentemente, isso exigiu um esforço nacional impressionante, exigiu a transformação da educação como valor social, a incorporação da educação à cultura do país e uma disposição

inaudita das classes dirigentes. Da combinação de uma vontade política determinada, por parte das classes dirigentes, com o envolvimento e participação das famílias, foi possível que alguns países conseguissem, num prazo de 20 a 30 anos, superar todo o atraso e, inclusive, despontarem nessa área. Depois que você supera o atraso num prazo curto, a própria inércia do processo leva aos níveis mais elevados de educação, em qualquer padrão de comparação. Então, é um esforço que vale a pena ser feito. É preciso frisar isso.

A dívida educacional, ao contrário das dívidas sociais clássicas e da dívida financeira, é uma dívida que se paga uma vez só. Eu sempre uso uma figura para demonstrar o quanto vale a pena esse investimento. É uma dívida que se paga uma vez só porque quando se garante educação de boa qualidade a uma geração, não há nenhum exemplo histórico de retrocesso nas gerações seguintes. Os pais são os primeiros a zelarem pela qualidade da educação de seus filhos. Isso significa dizer que educar uma criança hoje é ganhar um fortíssimo aliado amanhã, quando essa criança gerar seus filhos. A variável que melhor explica o desempenho escolar é o *background* familiar, é o que a criança leva da sua família para a escola. Essa sinergia entre a escola e a família participativa e engajada na educação dos seus filhos, sobretudo, no caso da escola pública, gera um ambiente educacional muito propício ao aprendizado. Então, ao educar uma criança hoje, você não está apenas investindo no indivíduo, mas está investindo no futuro de toda uma nação. É por isso que esse investimento é tão satisfatório e talvez seja a maior taxa de retorno de um investimento que nós possamos ter.

Uma segunda questão que merece ser sublinhada é o desenvolvimento econômico e social do nosso país. Nós sabemos que o Brasil já experimentou taxas elevadas de crescimento econômico. Na década de 70, o país chegou a crescer 14% ao ano. Durante o longo período do “milagre econômico”, nós tivemos taxas médias de crescimento da ordem de 8% a 9% ao ano. Se retrocedermos na história, também vivemos um período de crescimento bastante expressivo nos anos 30, nos anos 50 e nos anos 70. Desde os anos 80, entretanto, vivemos um período de forte estagnação. Felizmente, tendência que se expressa desde 2004 é que já estamos no quarto ano de crescimento a taxas médias superiores a 4%. Então, podemos estar assistindo a uma fase de crescimento mais

sustentado e mais expressivo no próximo período. Vários analistas que observam os indicadores macroeconômicos, como a taxa de inflação, investimento, reservas cambiais, vulnerabilidade externa, sustentabilidade, enfim, todas as variáveis macroeconômicas revelam um cenário promissor. O Brasil pode crescer.

Entretanto, diferentemente do passado, eu penso que nós temos que considerar duas questões. A primeira delas é que o Brasil já viveu taxas elevadas de crescimento, mas, em nenhuma oportunidade, combinou essa elevação dos investimentos, sobretudo em infra-estrutura, com investimentos em educação. Nós tivemos o investimento no território, ou seja, investimentos em siderúrgicas, portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias, rodovias, usinas etc., o que é absolutamente imprescindível para um país se desenvolver e modernizar, mas esse investimento nunca veio associado com um investimento do mesmo porte no povo, sobretudo, na sua formação. Nós pretendemos superar esse descasamento porque o Presidente Lula fez questão de logo no início do seu segundo mandato, ao anunciar o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, que envolve algumas centenas de bilhões de reais de investimentos em infra-estrutura, combinar, na seqüência, logo no começo deste ano, com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação. Daí, o slogan do seu segundo mandato ser “Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Educação de Qualidade”. A idéia é tentarmos combinar o investimento no território, na integração nacional, com um forte investimento e compromisso com a qualidade da educação, sobretudo, educação básica pública.

Um outro aspecto que nós devemos considerar que se é verdade que, a partir dos anos 40 e 50, a ciência passa a ser incorporada como fator de produção, como elemento endógeno da produção, hoje, mais do que isso, nós estamos vivendo numa sociedade que é chamada de “sociedade do conhecimento”. Isso vem se desenvolvendo há um bom tempo, não é próprio desta revolução tecnológica, mas o fato é que, desde o pós-guerra, o que se verifica é que a ciência passou a ter um predomínio nos processos produtivos, cada vez maior, e nós precisamos atualizar, tanto o mundo do trabalho, quanto o mundo acadêmico, para essa nova realidade. É uma realidade desafiadora porque, ao mesmo tempo em que traz novos instrumentos, novas ferramentas, que permitem a países em

desenvolvimento uma certa vantagem na superação do seu atraso, ao mesmo tempo, coloca desafios para os quais nós não estamos plenamente preparados. Precisaremos trabalhar na melhor maneira de assimilar essa nova tecnologia e se adaptar aos novos paradigmas da produção.

De maneira que, do ponto de vista do Ministério da Educação, esse reiterado adiamento do encontro do país com a educação sempre foi urgente, mas, agora, eu diria que ele é insuperável. Esse encontro está marcado e precisa ocorrer, sob pena de nós perdermos, mais uma vez, uma oportunidade histórica importante, num momento muito especial da História Universal porque as nações estão todas se preparando para participarem deste processo de mundialização, mas em condições, senão de vantagem, de equidade, em condições de equalização de oportunidades. A nossa força de trabalho, o nosso trabalhador e o nosso empresário não estarão à altura desse desafio se nós não investirmos fortemente em educação. Nós temos que fazer esse investimento.

Há algumas pessoas que defendem a tese de que nós devemos manter o patamar de investimento público atual na educação, da ordem de 4% do PIB. Nós defendemos que temos que ampliar, se possível, para 6% ou 7% de investimento do PIB porque, na comparação com os demais países, não só a nossa taxa de investimento é mais baixa, como nós temos dois problemas adicionais. O nosso PIB per capita é mais baixo do que o dos países desenvolvidos e a nossa dívida educacional é mais alta do que a dos países desenvolvidos. Então, temos que fazer um esforço grande no sentido de aumentar o investimento público em educação. Mas, não podemos cair na ilusão de imaginar que basta aumentar o financiamento. No nosso país, que é federativo, nós temos exemplos bastante eloqüentes de que juntamente com o aumento expressivo do financiamento, devem ser tomadas algumas providências, sobretudo, em dois aspectos: formação de professores, com a valorização do magistério em sentido amplo e a questão da avaliação e da gestão dos sistemas. O aumento do financiamento, por si só, pode-se demonstrar infrutífero, sobretudo, do ponto de vista da qualidade. Quantidade se resolve com financiamento, mas qualidade não se resolve só com o financiamento, embora o financiamento seja uma condição imprescindível para a melhoria da qualidade. Quantidade é construir escolas, aumentar

matrícula etc. Isso se faz com dinheiro. Na questão da qualidade, o financiamento é um elemento central que deve ser sempre considerado, mas ele não é condição suficiente da melhoria da qualidade. A melhoria da qualidade exige elementos adicionais, dentre os quais, eu citei a transformação da educação em valor social. Isso vale para dirigentes políticos, para a classe política como um todo e também para as famílias de uma maneira geral. Ou seja, a criação dessa simbiose, desse esforço nacional que deve congrega a todos, inclusive, do ponto de vista suprapartidário. Países que, em geral, conseguiram revolucionar a sua educação, entraram em acordo em relação à agenda e não fizeram disputas menores de caráter político-partidário em torno de uma agenda que deve ser de Estado e não de Governo, não um agenda que admita descontinuidade a cada ciclo político. A agenda da educação não admite descontinuidade, se ela for exitosa. Ao contrário, pode até haver alternância no poder, que é próprio da democracia, mas essa alternância não pode comprometer um projeto que é de Estado e não de um Governo. Tem que ser um projeto assimilado por toda a sociedade como sendo um projeto dela e garantido a cada troca de governo, independente da manutenção, ou não, do partido incumbente. Ou seja, é preciso garantir uma continuidade das políticas públicas de educação, embora, no percurso, sempre se admitam inflexões de correção de rumo, mas que não se traduzem em descontinuidade da política pública.

Esse desafio está colocado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação. Nós entendemos que a maior responsabilidade que nós temos hoje é a de convencer o país que algumas contradições que foram estabelecidas no nosso sistema educacional precisam ser, definitivamente, superadas. Eu vou fazer menção a algumas contradições que, de certa forma, nós cultivamos ao longo das últimas décadas e, do nosso ponto de vista, de uma maneira equivocada. Nós cultivamos e cultivamos falsas contradições, ou seja, contradições que não deveriam ser estabelecidas no sistema educacional.

Que contradições são essas? Vou citar algumas delas. Sem sombra de dúvida, a ideologia mais danosa que ocupou mentes e consumiu muita tinta de caneta, foi a oposição que tentou se estabelecer entre educação superior e educação básica. Eu estou há mais de dois anos no Ministério da Educação, feliz ou infelizmente. Digo isso porque a permanência

média de um Ministro de Educação no Brasil é de pouco mais de um ano, então, tendo ficado tão pouco tempo, eu já sou quase um recordista em permanência. Isso é muito ruim por um lado, mas, por outro, é muito bom porque eu tenho muito prazer no que eu faço. O dado concreto é de que nós criamos essa oposição entre educação básica e superior, como se fosse possível optar por um nível educacional. Nesses dois anos, uma pergunta que, felizmente, vem sumindo do noticiário, mas que me foi feita com muita frequência, foi a seguinte: “O seu foco de atuação será a educação superior ou a educação básica? Qual o seu foco de prioridade?”. Eu sempre respondi de variadas maneiras, mas sempre com o mesmo recado. É impossível responder essa pergunta porque ela é uma pergunta que não se coloca. É o mesmo que você perguntar para um médico se ele é a favor da atenção básica ou da alta complexidade. Ele vai te dizer: “Depende de quem eu estou tratando, depende do paciente”.

Do que é que nós estamos tratando em educação? É possível dividir o ciclo educacional em níveis como a educação básica e educação superior? Apenas para fins de organização do sistema, mas não como uma opção que deva ser feita. Eu vou explicar por que, dando o exemplo de um dos problemas que nós estamos vivendo agora. Em virtude deste diagnóstico de que devemos fazer uma opção, em se tratando de um país em desenvolvimento, de um país que não tinha recursos suficientes, nós estamos vivendo um déficit de professores, sobretudo, de física, química, biologia e matemática, simplesmente, porque nós não expandimos a educação superior de forma tal que formássemos professores para a educação básica. Então, hoje, sobretudo, o ensino médio vive um drama, que é a falta de professores com formação específica. Nós não temos professores em número suficiente para atender à juventude que se matricula no ensino médio. E não é por outra razão que a evasão no ensino médio é tão alta. Ela é alta porque, em geral, o ensino médio é muito desinteressante no país. A não ser para aqueles que têm a perspectiva de acesso à educação superior, que é 1/6 da população, para a maioria dos jovens que sabem que, dificilmente, vão poder ingressar numa universidade, por razões socioeconômicas, familiares, atraso escolar etc., o ensino médio se tornou muito pouco atraente. Então, essa oposição que foi feita entre educação básica e superior gerou um problema para a educação básica, embora todo o discurso fosse no

sentido de focar e priorizar a educação básica. Não se faz prioridade para a educação básica em detrimento de outro nível educacional. Esse foi um problema que nós enfrentamos e que estamos tentando superar, a partir do momento em que o PDE admite e assume a responsabilidade de aumentar o investimento em todo o ciclo, desde a creche à pós-graduação. Pode-se e deve-se priorizar, mas nunca focar em uma etapa ou nível educacional, em detrimento dos demais. Isso não se deve fazer em educação. Sob pretexto de proteger uma etapa, ou um nível, você vai acabar criando uma situação em que esta etapa que você visava proteger vai ficar debilitada pela falta de investimento nos outros níveis.

O mesmo paradigma se deu dentro da educação básica. A educação básica, pela nossa legislação, se compõe de educação infantil (creche e pré-escola), de zero a 05 anos; ensino fundamental, que hoje é de nove anos, dos 06 aos 14 anos; e ensino médio. São as chamadas três etapas da educação básica. Também dentro dessa perspectiva de foco, se decidiu privilegiar unicamente o ensino fundamental, sendo que o ensino médio e a educação infantil ficaram mais desguarnecidos. O resultado é que se prejudicou o ensino fundamental porque todos os estudos revelam hoje que, se não se fizer um forte investimento em educação infantil, sobretudo, para as crianças das famílias mais pobres, de pais menos escolarizados, não se garante o desempenho dessas crianças durante o ensino fundamental. Uma criança que chega aos sete anos sem saber segurar um lápis, que é o caso de milhares de crianças no Brasil, você alfabetizar essa criança em um ou dois anos, é uma tarefa muito difícil. Uma coisa são os nossos filhos que, em geral, têm um ambiente em casa, e na escola, muito precocemente, em que eles se familiarizam com o mundo da cultura, da escrita, da leitura. São mães alfabetizadas, graduadas e pós-doutoradas, que lêem histórias para seus filhos, que familiarizam seus filhos com o universo semântico bastante amplo, que acompanham as primeiras letras, o numeramento e o letramento. A outra coisa são as crianças pobres, com mães analfabetas e que quando chegam aos sete anos, na escola, “estão velha demais para aprender”. Essa frase é extremamente dramática e foi cunhada por alguém que fez um estudo sobre educação infantil e chegou à conclusão que se nós quisermos ter uma educação equitativa, que efetivamente equalize oportunidades educacionais, nós temos que começar a investir fortemente na educação infantil, sobretudo, para amparar as crianças das

famílias muito desassistidas, em situação de vulnerabilidade. Então, essa visão fragmentada da educação acaba comprometendo a própria lógica que ela visa proteger.

Quando nós pensamos em criar o FUNDEB, em substituição ao FUNDEF, foi porque devíamos ter um fundo que amparasse toda a educação básica. É por isso que o FUNDEB termina com “B”, porque vai da creche à educação básica, e não com “F”, que só tem o foco no ensino fundamental. Resolvermos fazer isso justamente para que toda a matrícula, não importa a etapa, fosse remunerada de maneira adequada e de forma a equalizar as oportunidades educacionais. Então, hoje, nós temos um fundo de financiamento em cada estado, que remunera por matrícula, seja na creche, na pré-escola, no ensino fundamental ou no ensino médio, de maneira equivalente. Há os coeficientes de diferenciação por etapa, mas a idéia é financiar toda a educação básica.

Da mesma maneira, o Brasil não tinha um programa de livro didático para o ensino médio, por exemplo. Por incrível que pareça, o Brasil já tem o Programa de Livro Didático há 20 anos e nunca estendeu esse direito ao ensino médio. O Programa do Livro Didático só foi estendido para o ensino médio agora.

Vou dar um outro exemplo muito eloqüente dessa visão fragmentada. O per capita da merenda escolar não era oferecido para as creches, que é o momento em que a criança mais precisa de proteínas e de calorias. Nós pagávamos o per capita da merenda, a partir da pré-escola e só pagávamos 50% do valor do per capita do ensino fundamental. Hoje, nós temos toda a educação básica com atendimento de alimentação escolar. Para muitos, a alimentação na escola pode até parecer um luxo. Muitos pensam: “Será que isso faz tanta diferença?”. Eu digo, com toda a tranqüilidade, que, na maioria dos casos, a alimentação que as crianças fazem na escola é a única refeição que elas vão ter durante todo o dia. Imaginem numa creche! Essa dimensão de que nós temos que tomar a totalidade da educação é uma visão que tem como objetivo superar, justamente, a fragmentação.

Há um terceiro exemplo que também é muito eloqüente. O ensino médio, que é uma etapa da educação básica, ele próprio já sofreu uma outra

fragmentação. Nós dissociamos aquilo que estava unido, no passado. Nós dissociamos o ensino propedêutico da educação humanística e da educação científica e profissional. Nós dissociamos isso. Hoje, o ensino médio é um conjunto de disciplinas que não dialogam entre si. Nós perdemos a referência porque, na maioria dos casos, não é educação profissional, não é educação científica, por falta de professores e não é educação humanística porque nós retiramos do currículo, por exemplo, o ensino de filosofia e sociologia. Hoje, nós estamos recuperando a unidade perdida do ensino médio, reforçando a educação científica, a educação profissional e educação humanística. A recomposição dessa unidade é essencial porque muitos jovens, mesmo em países desenvolvidos, não chegam à universidade, mas têm direito a uma profissão, têm direito a uma formação crítica, inclusive, que lhes dê condições do exercício pleno da cidadania em todas as dimensões da vida social.

O Plano de Desenvolvimento da Educação, portanto, tem este pano de fundo. A idéia é que nós temos que recuperar a unidade do ciclo educacional como um todo, que nós devemos ter políticas prioritárias, mas essas políticas que priorizam não podem colocar em risco a unidade do sistema. A unidade do sistema precisa estar garantida para que nós tenhamos efetividade e possamos melhorar a qualidade. Isso significa mais recursos, mas investidos de uma determinada maneira para que tenham o retorno esperado. Então, é preciso planejar esse investimento adicional que vai ser feito.

Falando um pouco da universidade, a nossa universidade chama a atenção do mundo. O Brasil é o 15º país em produção científica. Não estamos mal; produzimos muita ciência no Brasil. O problema da nossa ciência não é a quantidade e qualidade. O problema da nossa ciência é que ela não transborda as fronteiras da universidade, nem para a educação básica – ela não chega à educação básica – e nem para o mundo da produção material, para o mundo do trabalho. A nossa produção científica está encapsulada na universidade. Por isso, é imprescindível construir duas pontes: uma delas, a ponte da educação superior na direção da educação básica. Nesse caso, é evidente que a tarefa principal da universidade, no âmbito do PDE, ou pelo menos, uma delas, é a formação de professores para a educação básica. Esse é um

compromisso que ela só pode assumir se estiver adequadamente financiada para isso. Daí, a necessidade de aumentar os investimentos na nossa universidade pública porque ela responderá a esse pedido, se ela for financiada. Ela tem interesse nesse projeto de contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica porque a universidade é a maior beneficiária desse incremento, uma vez que, ela vai receber alunos mais bem preparados, egressos do ensino médio. Portanto, a universidade tem todo o interesse nisso. A comunidade científica e de educadores também tem todo o interesse nisso, mas nós precisamos financiar adequadamente a universidade.

Hoje, nós estamos criando, no país, cerca de 1.000 Centros de Formação. Todos eles estão ligados a uma universidade. A nossa pretensão é que cada um dos 02 milhões de professores e professores que o país tem na educação básica estejam permanentemente filiados a um centro de formação, para toda a sua vida, porque um professor tem que reiteradamente se atualizar. Ele precisa de um período do seu tempo, como uma redução de jornada, ou um semestre sabático, o que quer que seja, mas ele precisa de um tempo para se colocar na posição de aluno novamente, de estudante, para se atualizar, se aprimorar, se recuperar, para voltar para a sala de aula, valorizado, com auto-estima elevada, consciente das suas responsabilidades, com estímulo e valorização condizentes com a função social que exerce. Isso significa dizer que, se nós criarmos um sistema nacional de formação do magistério com as nossas universidades, nós vamos estar garantindo, não só uma formação inicial mais adequada, mas uma formação continuada mais adequada. Isso tem que ser papel do Estado e, sobretudo, da União, que é a mantenedora do parque de universidades federais.

Então, o objetivo do PDE, neste plano, é convocar as universidades, que já nos responderam, porque nós já temos seis meses de PDE, para apresentar programas de reestruturação e reforma acadêmica, justamente, para cumprir esse desafio. Nós lançamos um programa chamado Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades, com investimentos da ordem de 02 bilhões de reais por ano e 36 das 54 universidades já integraram os seus Planos de Reestruturação. Uma das diretrizes desse plano é justamente o compromisso com a educação

básica. Então, nós vamos envolver uma poderosa engrenagem, que é o parque das universidades federais em proveito da educação básica.

A outra ponta que precisa ser estabelecida, porque nunca foi construída, é a ponte da academia com o mundo do trabalho. Nós precisamos traduzir a nossa ciência em tecnologia aplicada. No âmbito do PDE, nós lançamos o que se convencionou chamar Lei Rouanet da Pesquisa, porque é uma lei muito parecida com a Lei Rouanet, que estimula as empresas a doarem recursos para projetos de desenvolvimento científico, nas universidades, mas visando a aplicação do conhecimento científico em tecnologia, para aumentar a produtividade do trabalhador brasileiro, num mundo que exige aumento contínuo de produtividade, sob pena de perecimento de indústrias no país. Então, se nós quisermos competir no mundo globalizado, sem explorar o nosso trabalhador, só com aumento de produtividade, só incorporando ciência à nossa produção. Se nós exportarmos ciência, nós podemos substituir pela exportação da exploração e não há opção a fazer. Ou se produz a preços muito baixos, pagando mal ao trabalhador, ou se exporta conhecimento e se reparte a renda oriunda desse conhecimento incorporado à produção. Então, nós temos que criar também um vínculo da educação superior, sobretudo, da pós-graduação, com o mundo da produção. Precisamos traduzir a produção científica nacional em tecnologia, em patentes, de preferência, patentes públicas das próprias universidades, que possam, inclusive, ser uma fonte de financiamento da própria pesquisa, num processo de retroalimentação. Então, nós temos essa oportunidade.

Um terceiro desafio diz respeito à educação profissional. A educação profissional precisa ser totalmente repensada, sobretudo, à luz do que dizia no início da minha fala, que é a incorporação da ciência como fator de produção. O que é que esta incorporação da ciência como fator de produção enseja na educação? Nós estamos habituados a formar técnicos de uma maneira aderente a um processo fordista de produção. Se nós tomarmos os cursos técnicos dos últimos 100 anos, nós vamos verificar que os ofícios que eram ensinados para os nossos jovens, eram ofícios muito particulares, muito especializados. Em geral, eles mantinham o jovem e o adulto na cadeia produtiva por 20 ou 30 anos porque as máquinas não se alteravam substancialmente. Hoje, de ano para ano, as máquinas sofrem incrementos tecnológicos importantes.

Isso significa dizer que nós não podemos mais formar jovens nesse padrão fordista. Primeiro, porque ele estreita o horizonte do estudante. A maneira fordista de educação profissional é uma educação estreita, é uma educação que não alarga os horizontes da juventude. Mas, não bastasse esse problema, ela sequer tem condições de prosperar num mundo que vive contínuas transformações tecnológicas. Não fosse por uma questão de cidadania, seria por uma questão da própria produção, uma questão econômica. Nós não podemos mais formar jovens que não conheçam os fundamentos científicos da sua produção. É por isso que a expansão da rede federal de educação profissional, que está sendo feita e que são os nossos CEFETs, procura combinar educação profissional com educação científica. Se nós dermos ao jovem condições de acesso ao conhecimento científico que embasa a sua profissão, se, amanhã, os conhecimentos que ele acumulou em uma determinada área, tiverem que sofrer uma atualização ou uma mudança, em virtude de uma mudança de paradigma, ele vai ter os fundamentos científicos que vão embasar essa sua readaptação. Se ele não tiver esse conhecimento, a sua formação profissional vai se perder e ele, praticamente, vai ter que passar por um novo ciclo de formação. Todos os estudos revelam que, se a base estiver bem constituída, o trabalhador, rapidamente, assimila novas tecnologias, modifica a sua maneira de proceder e não perde o seu itinerário formativo. Ao contrário, ele acrescenta mais elementos ao novo itinerário. Ele não refaz o itinerário. Ele soma, ao seu itinerário, novos elementos em virtude dos fundamentos que ele já detém. Esses fundamentos se tornam a base da educação profissional. De 1909, desde o Nilo Peçanha até 2002, nós construímos 140 unidades de educação profissional, na rede federal. Apenas no primeiro mandato do Presidente Lula, nós entregamos 50 novas unidades e, até 2010, entregaremos 164 unidades novas. Ou seja, em oito anos, nós teremos construído 214 unidades descentralizadas de educação profissional, em todas as mesoregiões do país, contra 140, durante 93 anos. Isso tudo porque há um sentido de urgência na educação profissional no país. Hoje, grandes empresas batem à porta do Ministério da Educação, quase que clamando por providências na área da formação profissional. Estão sendo feitos investimentos enormes em siderúrgicas, na área de petróleo e gás, na área de turismo e o Brasil não responde a esse desafio, aumento das oportunidades educacionais, sobretudo, no ensino médio integrado à educação profissional.

Um outro elemento muito importante do Plano de Desenvolvimento da Educação é o tratamento que ele procura dar à questão do território. Nós sabemos que as clivagens sociais e culturais do país podem ser delimitadas e demarcadas territorialmente. Nosso país é muito segmentado territorialmente e nós decidimos avaliar a educação brasileira, inclusive, do ponto de vista da qualidade, por meio de uma métrica muito bem acompanhada de indicadores para que nós possamos atuar de maneira diferenciada em todo o território nacional, evidentemente, priorizando aquelas redes públicas que estão mais fragilizadas e aquelas escolas públicas que estão mais fragilizadas. Hoje, toda a escola pública brasileira tem um índice a ela atribuído, chamado “Índice de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB” e tem uma meta a cumprir até 2022, que é o bicentenário da nossa independência. O objetivo é que cada escola, recebendo o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação e do seu respectivo sistema, possa cumprir essas metas de qualidade e fazer com que o país chegue, em 2022, a uma média compatível com a média dos países da OCDE. É uma meta de qualidade, de aprendizado. É óbvio que os exames nacionais não podem ser tomados como sinônimo de qualidade. Não é porque você vai bem no exame, que você pode atestar a qualidade de um sistema, mas esse é um importante indicador para acompanhar a evolução, sobretudo, do ponto de vista da equidade.

Para que vocês tenham uma idéia do grau de iniquidade do nosso sistema nacional, o IDEB tem uma escala de zero a 10, sendo que seis é a média dos 30 países que compõem a OCDE e é a meta para o Brasil, em 2022. O Brasil está com uma média de 3.8, portanto, temos que avançar muito para chegar a seis. Contudo, se nós tomarmos as escolas públicas, nessa escala de 0 a 10, há escolas com índice de 0.7 e há escolas públicas com índice de 8.5. Isso significa dizer que há escolas públicas, no Brasil, de grande qualidade, inclusive, com média superior à média dos países desenvolvidos. Nesse momento, há escolas públicas que oferecem educação superior à média do primeiro mundo e há escolas com 0.7, nessa escala de zero a 10. Então, eu penso que é difícil observar tamanha iniquidade em qualquer outro país. Há muita iniquidade e nós precisamos, não só melhorar a média nacional, mas diminuir as distâncias que separam umas escolas das outras. Nós temos que melhorar a qualidade, melhorando também a questão da equidade e

equalização das oportunidades educacionais. Hoje, nós temos, tanto na educação básica como na educação superior, indicadores que nos permitem atuar em cada escola, em cada sistema, em cada universidade, no sentido de promover esses indicadores, de maneira a respeitar a realidade daquela instituição, assim como promover aquela instituição, seja uma instituição de ensino superior, tendo em vista a sua tradição e a sua história, mas tendo em vista o desafio nacional e a contribuição dessa instituição para o cumprimento das metas nacionais.

Portanto, o PDE introduz uma métrica que não é apenas quantitativa. Nós estávamos habituados a pensar educação pelo número de matrículas, quantas crianças estão matriculadas na faixa de zero a três anos, e assim por diante. Sem prejuízo dessa questão da quantidade, nós introduzimos uma métrica de qualidade. Vamos acompanhar o aprendizado e verificar se as oportunidades educacionais estão sendo equalizadas. No território, isso fica absolutamente claro, ou seja, como é que o fardo histórico que carregamos, de escravidão, patrimonialismo, reacionarismo religioso e toda a sorte de problemas que vivemos durante quase 200 anos foi demarcando no nosso território regiões inteiras que ficaram absolutamente desprovidas de apoio governamental. Agora, nós queremos reparar esse mal que foi feito, e que não foi sanado, através de uma atuação muito territorializada.

Uma outra dimensão importante do plano é a questão do desenvolvimento, num sentido bastante estrito do termo. Nós temos que alinhar as políticas públicas. Isso não é atribuição apenas do Ministério da Educação. Hoje tem uma boa matéria, no Jornal O Globo, sobre a questão da saúde na escola. Estará contemplada, no PAC da Saúde, uma ação que resgata algo que já ocorria no Brasil, até os anos 60, e que foi abandonada. É a visita de uma equipe de saúde à escola porque 20% das nossas crianças têm algum tipo de problema de saúde que inibe o aprendizado. Pode ser um problema auditivo, oftalmológico, odontológico, uma verminose, enfim, há uma gama de problemas que as crianças enfrentam no dia a dia e que afetam o seu aprendizado. Muitas vezes, o professor não está capacitado para identificar esse problema e encaminhá-lo e muito menos a família, que vai diagnosticar esse problema muito tardiamente e a capacidade de recuperação é muito difícil. Uma criança que chega aos 10 anos, analfabeta, por um problema de

audição, ou um problema visual, que poderia ter sido corrigido lá atrás, é muito difícil reparar esse mal. Então, eu dou o exemplo da saúde, mas isso vale para a cultura, vale para o esporte, vale para direitos humanos, vale para tudo. É necessário o alinhamento das ações do Estado, tendo a escola pública como o centro de gravidade. Nós temos que operar em torno da escola pública, também na questão da segurança, da educação física, do combate à droga, na questão da educação sexual etc. Na verdade, 30% das nossas jovens, entre 15 e 17 anos, que abandonaram a escola, já são mães. Então, se isso tudo não for combinado, não adianta formar o professor, não adianta aumentar o financiamento, não adianta avaliar ou melhorar a gestão, se nós não combinarmos a atuação da educação com outras áreas de atuação do Estado. Há vários Ministérios que foram criados a partir do MEC, como o Ministério do Esporte, Cultura e Saúde, então, é importante recuperarmos essa unidade porque essa divisão é administrativa e não conceitual. O conceito tem que ser resgatado, de alguma maneira. Não existe como educar sem cultura, sem saúde, embora a educação também seja elemento de potencialização da cultura e da saúde. Então, é preciso que haja um alinhamento das ações do Estado em torno da escola.

Por fim, mas não menos importante, tem a questão da responsabilização. Se nós quisermos mobilizar a sociedade e transformar a educação num valor social, nós precisamos criar mecanismos de responsabilização, sobretudo, da classe política. O fato de que, a cada dois anos, nós vamos avaliar o sistema e divulgar os resultados, portanto, em todo o ano eleitoral, nós vamos divulgar os resultados, vai permitir que a sociedade acompanhe mais o que se passa na escola de seus filhos e isso promova uma maior participação. Então, se nós não combinarmos a desejável mobilização social, transformação da educação em valor social, com a questão da responsabilização da classe política, justamente visando aquele elemento inicial a que eu me referi, de fazer com que a educação seja uma política de Estado e não uma política de um governo ou de dois governos, mas uma política pública de Estado, sem descontinuidade, nós precisamos criar mecanismos de responsabilização e o PDE também avança nessa direção porque avalia e divulga os resultados para toda a sociedade, com toda a transparência para a correção das deficiências apontadas. O sentido da avaliação não é punitivo, nem poderia ser porque punir uma escola por mau desempenho, por exemplo, restringindo

o financiamento dessa escola, é punir a criança duas vezes. Ela já não teve o seu direito de aprender preservado e ainda sofre um corte de financiamento. Você não pode fazer isso. O sentido da avaliação é mobilizar e responsabilizar. Portanto, dar transparência para o que ocorre na escola pública, no sentido de despertar o interesse da sociedade para esse elemento, que é crucial para o futuro do nosso país. Obrigado.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Muito obrigado, Ministro Fernando Haddad, que nos falou de uma maneira muito precisa e profunda a respeito do papel estratégico da educação, nos dando uma visão abrangente do sistema educacional, sua interdependência, bem como seus vínculos com os setores da nossa economia e da nossa sociedade, tudo isso, tendo presente o valor da justiça, na provisão de igualdade de oportunidades aos brasileiros, o que é parte do fortalecimento da nossa democracia, é parte da construção da nossa cidadania.

Isso já provocou aqui uma série de questões. Duas delas já foram respondidas antecipadamente pela concisão com que o Ministro falou. Uma delas é a do Sr. Benício Melo que afirma que são necessárias políticas públicas e um projeto de educação para o país. Eu acho que esse foi o tema central da exposição do Ministro Fernando Haddad. Há uma segunda questão, do Sr. Carlos Arruda, da Fundação Dom Cabral, que diz respeito à métrica do PDE, que o senhor já antecipou também.

Mas há dois conjuntos de questões aqui que eu vou ler. Eu convido aqueles que quiserem fazer comentários ou perguntas ao Ministro que o façam por escrito, seguindo o nosso procedimento.

O Diego Magalhães coloca uma questão interessante com relação ao vínculo entre educação e mercado, que eu vou ler: *“Sabemos que, na sociedade da informação, o conhecimento é a mais nobre matéria-prima, que deve ser vista como bem comum. Como evitar que a elaboração, produção e distribuição do conhecimento seja absorvido pelo capitalismo como um produto, tornando a educação um de seus mercados? Temos o exemplo do “boom” das faculdades privadas, mais preocupadas com os seus lucros do que com a qualidade educacional. Afinal de contas, a educação é um mercado?”*.

O Rodrigo de Oliveira, da UnB, pergunta: *“Frente às deficiências da educação pública, encontra-se uma estrutura fortíssima, em determinados ramos da educação privada. Não seria possível o estabelecimento de parcerias, acordos ou qualquer forma de associação que beneficie a educação pública com o auxílio da estrutura privada existente no Brasil?”*.

Há ainda duas questões mais pontuais, nesse primeiro bloco. A primeira é do Francisco Venâncio, do Curso de Relações Internacionais da UnB, que diz o seguinte: *“Recentemente, pesquisas sugerem que a qualidade dos professores é o fator que mais afeta o aprendizado dos estudantes, principalmente, na educação básica. Como o PDE aborda a questão de qualificação e rigor na escolha de professores?”*.

A segunda questão mais específica é do Sr. Romeu Almeida, da Polícia Militar do Amazonas: *“Haja vista os elevados índices de criminalidade do nosso país, em que há uma direta relação com os baixos níveis de escolaridade, principalmente, dos jovens infratores, qual é a sua proposta de parceria para com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o intuito de minimizar os atuais índices alarmantes de segurança?”*.

Fernando Haddad – Ministro de Estado da Educação: Eu vou começar, fora de ordem, pela questão da qualificação dos professores porque me parece uma questão fulcral de qualquer projeto educacional. Até o Plano de Desenvolvimento da Educação, a nossa legislação estabelecia que a formação de professores de educação básica era de responsabilidade de estados e municípios e, apenas supletivamente, da União. O PDE muda essa lógica porque nós entendemos que a União não pode abrir mão da sua responsabilidade pela formação dos professores da educação básica. Não fosse por outra razão, pelo fato de que ela mantém o parque de universidades públicas federais. Então, não é racional imaginar que um ente que mantém o parque de universidades federais não seja responsabilizado pela formação de professores.

Eu penso que a questão da qualificação profissional passa por, pelo menos, três questões. A primeira é a aprovação do piso nacional do magistério. Nós não podemos conviver num país em que ainda se paga

salário mínimo para o professor. Nós temos muitos professores que ganham o salário mínimo, de R\$ 380,00. Nós não vamos atrair jovens talentos para a carreira docente se continuarmos pagando R\$ 380,00 a um professor. O piso que vai ser aprovado pelo Congresso Nacional fixa o valor inicial da carreira, para quem não tem curso superior, em R\$ 950,00. Ou seja, vai mais do que dobrar o salário de muitos professores, sobretudo, nas regiões mais pobres, o que só será possível com a complementação da União ao FUNDEB, prevista na Constituição.

A segunda iniciativa é a aprovação, na seqüência dessa lei, das diretrizes nacionais de carreira. O país precisa de um marco para a valorização do magistério e é óbvio que esse piso fixado não vai afetar a vida de 100% dos professores. Vai afetar a vida de 50% dos professores que ganham menos do que isso hoje. Mas, se nós quisermos valorizar a carreira do magistério, nós temos que ter diretrizes nacionais e o Congresso Nacional já está debruçado sobre esse segundo Projeto de Lei e deve aprová-lo no primeiro semestre do ano que vem. O piso será aprovado neste semestre.

A terceira questão é nós criarmos um sistema nacional público de formação inicial e continuada de professores. Ou seja, a União tem que entrar fortemente com investimentos, no sentido de formar mais e melhores professores. Eu só acredito que isso seja possível se cada professor do país tiver um vínculo com uma universidade, para a vida. Quem é professor sabe a necessidade de formação permanente. Nós temos que ter acesso à formação permanente e isso só se estabelece de maneira estrutural, se nós filiarmos cada um dos professores que compõem o nosso magistério, a uma universidade. Com o Programa Universidade Aberta do Brasil, com a constituição desses mil pólos, nós vamos poder fazer essa filiação e permitir que os professores, periodicamente, passem por uma atualização necessária a um bom desempenho em sala de aula. Não fosse por essa atualização do seu conhecimento e de suas práticas pedagógicas, pela questão da valorização em si, da auto-estima.

Nós já temos 250 Centros de Formação em operação e teremos mil pólos de formação no país. Se cada um deles tiver o vínculo de 2.000 professores, estaremos atendendo a dois milhões de professores. Esse é

o nosso objetivo. Se essas três providências tiverem sido tomadas – o piso salarial sendo estabelecido até o final do ano; as diretrizes no ano que vem; e os mil pólos de formação instalados, começando por esses 250 – eu penso que nós vamos atrair a juventude para o magistério e isso vai qualificar o nosso sistema educacional como um todo, vai levar a juventude para o interior do país, para dar aula de física, de química, de ciências etc. Nós vamos conseguir criar um sistema efetivo de formação e valorização do magistério.

Em relação à questão de educação e mercado, eu sou francamente favorável à educação pública. Eu penso que o mundo ideal é um mundo onde só há educação pública. No caso da educação básica, 88% da matrícula é pública. No caso da educação superior, 73% da matrícula é privada. Isso denota, um pouco, as opções que fizemos de não investir em educação como um todo, mas, particularmente, não investir em educação superior, razão pela qual, como o mundo tem que andar, na falta de investimento público, evidentemente, o sistema privado se expandiu. Eu não gosto da perspectiva de discriminar, ou demonizar, o setor privado. Ele só existe em virtude da falta de investimento do setor público e, num certo sentido, há uma parte muito qualificada do sistema privado. Não é verdade afirmar que todo o sistema privado tem problema de qualidade. Isso não é verdade. Estão aí os indicadores de qualidade da educação básica que demonstram que há muitas instituições privadas que são sérias e comprometidas com a questão da qualidade. Evidentemente, como em qualquer área de atuação do setor privado, há aqueles que precisam da regulação do poder público para se aprimorar. É o que nós estamos começando a fazer com o SINAES agora. Concluída a etapa de aplicação do ENADE, em todos os cursos de graduação, começa a atuação regulatória do Estado, para verificar quais cursos podem permanecer, quais cursos têm que ser reestruturados, quais cursos precisam ser até fechados. Essa regulação só foi possível a partir da aprovação, em 2004, da lei que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Portanto, eu não tenho nenhuma dificuldade com o setor privado, muito pelo contrário, mas entendo que a participação do Estado na educação tem que aumentar, sobretudo, na educação superior e, em particular, em algumas áreas. Eu citei uma delas, que é a formação de professores. O Estado tem que assumir essa tarefa de formar os melhores professores. Esse é um

projeto estratégico de país, que está em jogo. A França resolveu o problema de professores depois da Revolução Francesa. A Alemanha resolveu o problema dos médicos no século XIX. Então, a atenção tem que ser absoluta para médicos e professores. Não há modernização progressista, possível, sem a atenção a algumas categorias profissionais que são baluartes da modernidade saudável, de uma efetiva promoção do desenvolvimento nacional. Então, eu percebo essa questão como sendo uma questão estratégica da maior importância, à qual nós não demos a devida atenção, no sentido da formação de professores num sistema nacional público de formação.

Portanto, essa questão do mercado é um problema, maior ou menor, em virtude da questão do Estado – onde o Estado não atua, o mercado atuará. Não tenham dúvida que isso vai acontecer. Então, não demonizemos os nossos interlocutores. Ao contrário, vamos reconhecer as deficiências do próprio Estado no cumprimento das suas obrigações, inclusive, constitucionais.

Em relação às parcerias público-privadas, eu vejo com muito bons olhos quando há uma preocupação com a educação de setores que não são propriamente ligados à educação. Mas, eu entendo que nem o Estado, nem as empresas devem se imiscuir na vida da escola. Vocês devem ter acompanhado a polêmica sobre livro didático, em que se clamava que o MEC deveria censurar os livros. Não é papel do MEC censurar livros. O papel do MEC é evitar que os livros tenham qualquer tipo de discriminação racial, de gênero ou de orientação sexual, mas não de impedir alguém de emitir um juízo sobre um fato histórico. Isso não é da alçada do Ministério da Educação. Então, o Estado e o mercado não podem se imiscuir na vida da escola. A escola tem que ter sua autonomia resguardada e o seu desenvolvimento fomentado, mas parcerias são possíveis, tanto com empresas, como com o Estado, e até desejáveis, se essa autonomia for preservada. Hoje, há um alinhamento interessante em relação às diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação. Muitas empresas hoje estão procurando ajudar aquelas escolas que tiveram mais baixo desempenho nos exames nacionais, melhorar a infra-estrutura da escola, eventualmente, oferecer recursos para abrir as escolas nos finais de semana, enfim, há uma série de providências que podem ser tomadas no sentido de fortalecer, sobretudo, a identidade do educando e

do educador com a sua escola. Então, eu vejo essa questão das parcerias dessa maneira, de maneira parcimoniosa e de atuação leve porque a escola, realmente, tem que se construir com suas próprias forças e a partir da sua perspectiva histórica, mas a ajuda pode ser bem-vinda.

Em relação à questão da criminalidade e escolaridade, eu tenho muitas dúvidas em relação a essa questão. O Brasil já foi menos escolarizado, já foi mais desigual do que hoje e, não obstante, menos violento. Então, eu tenho dificuldade em lidar com essa questão de uma maneira tão chapada, vamos dizer assim. O Brasil já foi mais injusto, já foi menos educado e não era tão violento. Eu entendo que a questão da violência está exigindo das nossas universidades, inclusive, uma reflexão um pouco mais aprofundada. Eu entendo que, talvez, a questão da violência tenha um fundamento na esfera da política. Eu acho que falta perspectiva política, falta projeto, ao mesmo tempo em que se ampliam as oportunidades, por um lado, aumenta a consciência de que essa abertura não é suficiente para uma mudança de patamar, então, eu acho que há questões de outra natureza a serem consideradas, para elucidar ou esclarecer essa questão da violência. Felizmente, nós temos, no Ministério da Justiça, o ex-Ministro da Educação Tarso Genro, então, eu espero que através do Programa de Segurança com Cidadania – PRONASCI, se construam pontes com o Ministério da Educação. Temos alguns projetos comuns, como a educação prisional, levar a educação para as periferias das grandes cidades, para as regiões com mais vulnerabilidade do ponto de vista criminal, estamos fazendo essa justaposição entre uma atuação mais forte do Estado em educação e as áreas mais afetadas pela violência. Esse trabalho está sendo feito, mas eu entendo que não é só esse o nosso problema. Eu penso que essa questão é um pouco mais profunda. Levar a educação a essas áreas vai fazer muito bem, mas há elementos a serem trabalhados em torno da questão do imaginário da sociedade, das perspectivas e do horizonte emancipatório, que precisam ser trabalhadas com a juventude, de uma maneira mais inovadora do que a que temos feito. Eu acho que a questão da juventude exige uma atenção grande. A criação da Secretaria Nacional de Juventude é um ganho importante porque abre um canal de interlocução institucional. Eu penso que programas como o ProJovem, o PROEJA e PROUNI são programas que despertam a atenção e o

entusiasmo de uma parte da juventude, mas posso afirmar também que essas ações precisam ser combinadas com uma análise um pouco mais aprofundada deste fenômeno que vem se agravando nos últimos anos.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Há dois conjuntos de questões convergentes aqui. Um deles diz respeito ao ensino técnico e experiências estrangeiras. A questão é a seguinte: *“Quais as perspectivas para o ensino técnico nos próximos anos? Que áreas estratégicas do conhecimento deveriam ser priorizadas? Há demanda e vagas suficientes?”*. A pergunta é da Débora Garcia, do Canal Futura.

Na mesma linha, com relação ao ensino técnico também, o André Dutra, estudante de Relações Internacionais do IESB faz a seguinte pergunta: *“O que nós poderíamos aprender com as experiências da Coréia do Sul e da China, por exemplo, assim como o sistema de ensino alemão, que é muito mais voltado para o ensino técnico do que o ensino superior tradicional?”*

Ainda nessa linha, o Eduardo Viana, que é Graduado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Ouro Preto, pergunta: *“Uma opção de ensino superior mais curto, que dê o Grau de Bacharel, focado apenas na profissionalização do aluno, ajudaria a suprir a falta de trabalhadores qualificados. Penso no exemplo da Finlândia, onde se formam profissionais para indústrias específicas, separadamente dos cientistas, Mestres e Doutores. Eu queria um comentário do Ministro sobre isso”*.

As outras duas questões se referem ao ensino médio. A primeira é a seguinte: *“Os alunos de ensino médio das escolas públicas das cidades satélites daqui de Brasília não sabem quem descobriu o Brasil. Isso não seria preocupante? Será que o governo estadual não estaria preocupado somente com dados estatísticos? O que o Brasil pode esperar desses alunos no futuro?”*. A pergunta é do Professor Renato, da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Na mesma linha, o Iradi Melo, Bacharel em Relações Internacionais, faz duas perguntas: *“Qual o plano específico para dirimir, ou reduzir, o déficit*

de professores no ensino médio e fundamental, nas áreas de ciências exatas e ciências?. Há um programa de reestruturação da infra-estrutura das escolas de ensino médio e fundamental? Tendo em vista essas questões, qual é a previsão de formação de futuros pesquisadores e quais as conseqüências disso para o planejamento estratégico e desenvolvimento do país?''.

Fernando Haddad – Ministro de Estado da Educação: Eu penso que todas essas questões estão correlacionadas, em virtude da proposta do PDE de articular melhor o ensino médio com a educação profissional. Sobre educação profissional, eu penso que estamos vivendo o melhor momento. O fato de que nós vamos triplicar a oferta federal de educação profissional já é, em si, uma boa notícia. Não bastasse isso, com esse aumento de 200%, nós estamos sintonizando a oferta de educação profissional com os arranjos produtivos locais. Qual foi a decisão do Presidente da República quando nos determinou a expansão da rede federal? Foi que nós fizéssemos um estudo, com sete Ministérios – Ministério do Planejamento, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Ministério do Turismo, Ministério da Ciência e Tecnologia, e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – para localizar os futuros arranjos produtivos locais – APLs e as necessidades de recursos humanos nas áreas específicas. Mais do que localizar as escolas no coração desses arranjos produtivos locais, sintonizar os cursos oferecidos com as necessidades da região. Portanto, o projeto está muito bem sintonizado. Das 150 escolas da nova etapa, além das 14 anteriores, totalizando 164, nós recebemos 36 prédios prontos das próprias prefeituras, ou seja, não vamos ter que investir um tostão em infra-estrutura. Os investimentos são apenas em contratação de professores e manutenção da escola. As escolas estão prontas. Isso é para que vocês tenham uma noção da repercussão que isso tem em todas as mesoregiões do país.

Tem até uma história curiosa. Uma prefeita do Rio Grande do Sul convocou uma assembléia da cidade com a seguinte proposta: para não perder a oportunidade de ver a escola inaugurada no ano que vem, ela tinha que oferecer o melhor prédio da cidade. Sendo o melhor prédio da cidade, o prédio da Prefeitura, ela submeteu aos cidadãos do município a

proposta de sair da Prefeitura, alugar um prédio e doar o prédio da Prefeitura para o Ministério da Educação. Essa proposta foi aprovada em Assembléia e nós vamos instalar a Escola Técnica lá. Eu fiquei tão tocado pela questão que eu pedi ao nosso Secretário-Executivo para ver se dava para ajudar essa Prefeitura a construir uma nova sede. O que eu quero dizer é que nós temos uma perspectiva muito grande.

E não é só a questão da oferta nas mesoregiões e da sintonia. Há uma questão político-pedagógica envolvida. A nossa idéia é combinar educação profissional com educação científica e educação humanística. Ou seja, nós estamos revendo o próprio projeto político-pedagógico dos atuais CEFETs nesta direção. Por quê? Foi citado aqui o exemplo da Coréia, da China e da Alemanha. A educação profissional encontra-se em crise no mundo todo, hoje. O nosso diagnóstico é que essa crise tem como fundamento a dissociação do ensino propedêutico, educação profissional e educação científica. Então, nós queremos forjar um projeto político-pedagógico que reúna esses elementos para dar uma nova perspectiva para a juventude. As experiências em curso no Brasil, que conseguiram congregiar esses elementos, estão aí os dados do ENEM, demonstrando que essas são as melhores escolas do país na rede federal.

Em relação aos cursos superiores de tecnologia, que são as graduações curtas, nós tínhamos, no Brasil, uma total desorganização desses cursos. Nós tínhamos 1.700 denominações diferentes para os cursos superiores de tecnologia. Nós estabelecemos infra-estrutura e perfil para cada um desses cursos e fizemos um catálogo com 100 denominações e estamos fomentando a oferta desses cursos tecnológicos de nível superior. Ontem, precisamente, divulgamos para consulta pública o Catálogo de Cursos Técnicos de Nível Médio. Esses têm 2.700 denominações diferentes e o catálogo com 155 denominações. A nossa idéia é, a partir da criação dos chamados “Eixos Tecnológicos”, que são 10, permitir ao estudante verificar os itinerários formativos que ele pode percorrer a partir da conclusão do ensino fundamental. Então, ele já vai vendo os caminhos formativos que estão à sua disposição. Em primeiro lugar, o ensino técnico, depois, o tecnólogo e até graduação na área tecnológica, como é o caso da engenharia, agronomia etc. Isso tudo está sendo montado para

permitir à juventude vislumbrar esses caminhos que podem ser percorridos das mais variadas maneiras.

Os Institutos Federais terão também a responsabilidade da formação de professores, nas áreas citadas – química, física, biologia e matemática – para os sistemas públicos estaduais de ensino médio. Então, esses Institutos Federais não só preparam a juventude com essa formação mais abrangente, mas também formam professores para os sistemas estaduais. Evidentemente, a rede federal não vai conseguir absorver um contingente superior a 10% ou 15% da matrícula. Então, nós temos que usar a rede federal para capacitar e atualizar as redes estaduais nessa mesma direção. Este mês, vai ser lançado um edital de um bilhão de reais de apoio às escolas estaduais de ensino médio, para a construção de laboratórios de física, química e biologia, na área profissional e formação e capacitação de professores.

Em relação ao desempenho dos alunos de ensino médio do Distrito Federal, esse é o exemplo que a gente sempre cita de que o dinheiro é importante, mas não é tudo. O investimento no Distrito Federal, por aluno, é quatro vezes superior à média nacional. No Brasil, o investimento no ensino médio, por aluno, é de R\$ 1.500,00 por ano e, no Distrito Federal é de R\$ 6.000,00 por ano, ou seja, quatro vezes mais. Não obstante isso, o Distrito Federal está em 13º lugar no ENEM. Então, vocês vejam que, com quatro vezes mais recursos por aluno, nós temos um problema de qualidade que é visível. Isso não sugere que os recursos adicionais não são importantes, mas que isso não é condição suficiente. Nós temos que combinar políticas de aumento de financiamento, valorização do magistério, avaliação e gestão. É essa combinação que pode promover uma educação de qualidade no país.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Obrigado, Ministro, por responder tão concisamente porque, com isso, nós podemos atender um maior número de questões. Desde logo, eu peço desculpas a algumas das pessoas que enviaram questões que são muito parecidas com outras que já foram respondidas, então, para aproveitar melhor o tempo, eu não estou sequer lendo essas questões.

Temos aqui mais três conjuntos de questões que tratam de temas relacionados, tendo presente o que o senhor já disse. A primeira delas é a seguinte: *“Como é executada, pelo Governo Federal, a coordenação dos alinhamentos das políticas públicas nas diversas áreas de saúde, educação etc.?”*. Na mesma linha, o Décio Bessa, da Universidade do Estado da Bahia, também pergunta a respeito de como funciona essa coordenação entre os Ministérios.

Uma outra questão, já bem distinta e polêmica também, é a seguinte: *“Em alguns países centrais, os próprios pais podem educar os filhos até uma certa faixa etária, sendo uma previsão em direito legal. Como Vossa Excelência entende esta prerrogativa legal aplicada à realidade brasileira atual?”*. A pergunta é do Tenente Coronel Barbosa, da Universidade da Força Aérea.

O Luis Amorim, estudante de Relações Internacionais do UNICEUB, faz uma pergunta com relação à questão de quotas: *“Essa questão de quotas vem sendo muito discutida e, por alguns, isso é apontada como uma forma de tentar separar a abordagem da educação no ensino fundamental e médio, que sofre uma crise de falta de estímulo e preparo de professores. Como melhorar este ramo fundamental da educação sem usar apenas por intermédio das finanças que, nem sempre, chegam inteiramente a esses colégios, nem recair novamente sobre a visão tão polêmica de quotas?”*.

A última questão é a seguinte: *“O Senhor Ministro mencionou a equalização de oportunidades. Em que situação se encontra a política educacional para pessoas portadoras de deficiências. Não me refiro apenas ao ensino especial, mas também à inclusão de pessoas portadoras de deficiência no ensino regular, no ensino fundamental, médio e superior”*. A pergunta é de Ana Maria Cavalcante, do Ministério da Fazenda.

Fernando Haddad – Ministro de Estado da Educação: Como funciona o alinhamento das ações dentre os vários Ministérios? Não funciona. O que nós estamos procurando fazer é justamente promover esse alinhamento. Conforme eu disse, os Ministérios da Cultura, Esporte e Saúde são Ministérios desmembrados do Ministério da Educação. Muitas

vezes, é difícil alinhar Secretarias dentro do próprio Ministério da Educação, imaginem vocês alinhar ações de mais de um Ministério! Isso é sempre muito complicado. O que se nota é que as condições desse alinhamento já estão dadas. Primeiro, por uma característica pessoal do Presidente da República que se envolve diretamente com as ações de cada Ministério. As reuniões ministeriais são periódicas, muitas vezes, por pares. Vou citar um exemplo. O Ministro Temporão e eu várias vezes nos reunimos com o Presidente Lula para discutir o programa “Saúde na Escola”. Essa foi uma demanda inicial do Ministério da Educação, com base em diagnóstico feito pelas redes, de que a questão da saúde estava prejudicando o aprendizado. Foram feitas algumas reuniões com o Presidente Lula e ele determinou que no PAC da Saúde se incluísse a assistência das Equipes do Programa Saúde na Família, nas escolas. As equipes não visitam as escolas hoje e passarão a fazê-lo a partir do ano que vem. Então, o alinhamento se dá, em primeiro lugar por comando presidencial e também por uma boa interlocução que hoje existe entre, por exemplo, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. Mas, se não houver essas duas coisas, mesmo o Presidente Lula mandando, nada acontece. Presidente nenhum é capaz de monitorar cada determinação que ele dá no dia-a-dia e, daí a três meses, ele vai descobrir que o que ele determinou não aconteceu.

Então, a afinação da orquestra é essencial. O que eu posso assegurar é que todas as ações interministeriais do PDE estão andando bem. Vou citar outro exemplo. No Programa “Luz para Todos”, em que não importa o preço, você leva o poste e o fio de luz para a casa da família mais humilde, não importa onde ela more. Às vezes, você investe 50 postes e vários quilômetros de fiação para fazer a luz chegar numa casinha humilde, mas isso é feito, tudo às custas do Tesouro. A família não paga um tostão. A inovação é que não paga nem a instalação dentro da casa. As tomadas também não são pagas porque, quando elas eram cobradas, as famílias não tinham recursos para pagar, então, se leva a luz até o quarto da família, sala, cozinha etc. Só que ninguém se preocupou com a escola pública. Na verdade, 20.000 escolas públicas não tinham luz. Como é que você pode fazer inclusão digital sem luz? Como é que você vai educar o trabalhador sem luz, tendo que abrir uma sala de Educação de Jovens e Adultos à noite? Não existe essa possibilidade. Agora, dentro do PDE, nós provocamos o Ministério das Minas e Energia

solicitando o programa “Luz para Todos” na escola. Resultado, $\frac{1}{4}$ das escolas que não tinham luz, em seis meses, já está com luz. Esse é um caso de alinhamento entre Ministérios. Mas, para que haja esse alinhamento é preciso suar muito a camisa, trabalhar muito, interagir muito e sensibilizar as equipes de um outro Ministério, que tem outras prioridades, para atender aquela sua prioridade. Foi assim que o “Luz para Todos na Escola” se tornou uma realidade. O compromisso do Ministério de Minas e Energia é que, até ao final do ano que vem, todas as escolas terão luz. Essas 20.000 escolas que não têm luz respondem por 1% da matrícula e esse 1% da matrícula não grita, não faz passeata, não está sindicalizado etc. Então, alguém tem que se preocupar com isso. Enquanto ninguém reclama, você se preocupa com aqueles que estão reclamando, debaixo da sua janela, com o megafone na mão. Mas, aquele que está a quilômetros de distância e nem sequer sabe o que é um megafone, não tem os seus direitos resguardados. Agora, quando se tem uma perspectiva de que todos têm direito à educação, você passa a se preocupar com a escola que está sem luz, sem telefone, sem internet etc. É assim que você vai criando um sistema educacional digno do nome, mas esse é um alinhamento muito difícil de ser feito e, por isso, não está na órbita de um governo resolver. É preciso garantir a continuidade. Essas coisas precisam estar incorporadas à cultura da Esplanada para que não se percam no tempo.

Há países que, efetivamente, não exigem matrícula na escola. Os pais podem educar, até uma certa idade, em casa. Nos Estados Unidos, por exemplo, isso é possível. Em geral, isso é feito por razões religiosas ou ideológicas. Eu conheci um casal nos Estados Unidos que não colocava o filho na escola porque não queria interação com o Estado, não queria saber do Estado, então, eles educavam o filho em casa. Nós estamos muito longe disso aqui, simplesmente, porque a demanda aqui é outra; é por mais interação com o Estado; é por mais escola pública de qualidade. Eu não tenho notícia de alguém que esteja incomodado de colocar o filho na escola. Inclusive, não é da tradição brasileira essa postura de afastamento do Estado e da religião. Em alguns lugares, as escolas confessionais também são outro problema. Então, há famílias que não querem nem educação confessional, nem educação pública e educam seus próprios filhos. Só que essa postura não é corrente no nosso país. A

bem da verdade, acredito que a nossa legislação também não permitiria isso.

Em relação à educação inclusiva, nesse caso, os avanços são muito importantes. Nós estamos universalizando o livro didático em Braille e entregamos para todos os alunos cegos do ensino médio um laptop com DOSVOX, que é aquele aplicativo que permite a leitura de qualquer texto digitalizado. Inauguramos o primeiro curso superior bilíngüe em LIBRAS/Português, no Brasil, no âmbito da nossa escola no Rio de Janeiro. Nós reformamos todo o parque gráfico do IBC no Rio de Janeiro, investimos 04 milhões de reais só na reforma do parque gráfico e nossa capacidade de produção de livros em Braille hoje é a maior da história. Nós multiplicamos por vinte a nossa capacidade de impressão. Fazia 40 anos que as impressoras não eram substituídas. Talvez, já em 2008, a matrícula inclusiva supere a matrícula em escolas especiais, pela primeira vez. As curvas convergem há 10 anos, nós vamos verificar o cruzamento dessas curvas agora em 2008 e talvez tenhamos mais matrículas inclusivas do que matrículas em escolas especiais. Eu entendo que a educação inclusiva é muito importante e é curioso notar que, ao contrário do que o senso comum sugere, a educação inclusiva não é apenas boa para o incluído, mas é boa para todos os demais. A cultura da tolerância, da sociabilidade, da paz, se estabelece e se enraíza nas escolas inclusivas. É impressionante notar como a presença de uma pessoa com deficiência na sala de aula altera as condições de sociabilidade. É uma sala de aula diferente para todos os que convivem com uma pessoa com deficiência. Inclusive, já está empiricamente comprovado que, efetivamente, o ganho mútuo da inclusão é enorme, inclusive, para o aprendiz. Eu não sei se vocês tiveram oportunidade de ver um filme, de um minuto, do Ministério da Educação do Balneário em Camboriú, que foi veiculado durante 15 dias, em que se mostrava uma escola inclusiva e aquela escola tinha um indicador de qualidade dos mais altos do país. Os próprios professores atribuíam à política de inclusão os louros por essa conquista. Era uma escola muito interessante do ponto de vista de inclusão.

Em relação a quotas, o fato de o Congresso não ter aprovado o Projeto de Lei que foi encaminhado pelo Executivo, em 2004, não inibiu as universidades de adotarem políticas afirmativas, das mais variadas. O

que se dizia no início do debate? Eram colocados dois argumentos contra: que fomos promover o ódio racial e isso iria prejudicar o mérito acadêmico. Três anos já se passaram e eu não vi acontecer nem uma coisa nem outra. Eu não vejo nenhum sinal de que isso tenha acontecido em nenhuma das 20 universidades que adotaram algum tipo de política afirmativa. Eu não vi isso acontecer. Inclusive, no caso do PROUNI, que tem uma política de quotas porque as bolsas são distribuídas de acordo com a proporção de cada grupo social na população total do estado, o que se verificou é que o desempenho dos bolsistas é superior ao desempenho médio dos estudantes não-bolsistas. Então, realmente, eu não consigo ver a correlação. Eu acho que a chamada “quota social”, que estimula a participação de alunos da escola pública na universidade, é uma política extremamente correta. Eu não tenho dúvidas em afirmar que ela é extremamente correta porque a Constituição estabelece que o acesso deve considerar a igualdade de condições. Eu entendo que um jovem de escola pública superou obstáculos até o vestibular que, muitas vezes, o aluno de escola privada não superou. Então, tem que haver uma forma de equalizar as oportunidades. É importante fazer algum tipo de equalização. O que o estudo da UNICAMP também demonstrou é que o desempenho do aluno da escola pública, que tirou a mesma nota no vestibular do aluno da escola privada, é melhor. Por quê? Ele está habituado com um grau de adversidade de condições de ensino e, quando ele está numa situação ótima numa universidade pública, o desempenho dele é mais satisfatório. Isso significa que eu que nunca fui muito militante da causa das quotas, de certa forma, fui vencido pela experiência e pelos argumentos que foram sendo apresentados. Hoje, eu estou convencido que alguma coisa deve ser feita, algum tipo de política afirmativa deve ser promovido. Cada instituição está encontrando seu caminho para fazer isso e vai avaliar, de tempos em tempos, o resultado dessas políticas. Poderá revê-las, poderá aprofundá-las, sem nenhum tipo de constrangimento do Ministério da Educação.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Agora, vamos passar aos três últimos conjuntos de questões. Há duas perguntas mais abstratas, duas mais específicas e duas mais polêmicas. Eu pediria que, ao final, o Ministro fizesse também seus comentários gerais para o encerramento da sessão.

O Senhor Pedro Casimiro, da UNIEURO, associa a falta de hábito de leitura ao baixo nível de formação nas nossas universidades públicas. O Senhor Daniel Oliveira, da UnB, aponta que esse baixo nível se deveria a um hiato entre a oferta de vagas e a demanda, i.e., um excessivo número de estudantes *versus* um número reduzido de docentes. Ele pergunta se isso é verdade e como é que o senhor se posiciona com relação a isso.

O Senhor Cristiano Fernandes, que é jornalista no Paraná, faz a seguinte pergunta: *“O Senhor entende como educação o ato de o cidadão brasileiro servir à Pátria, nas Forças Armadas? Por que, então, não aumentar o efetivo dos recrutados?”*.

Numa linha próxima a isso, o Senhor Cristiano Guimarães, do Exército Brasileiro, atribui o fato de que uma grande parcela da população brasileira desconhece como funciona a República, a política e o sistema representativo, ao fato de terem sido retiradas do sistema educacional disciplinas como a “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política Brasileira”. Ele pergunta como o senhor se posiciona em relação a isso.

Agora, eu vou ler as duas questões mais polêmicas: *“Senhor Ministro, como será garantido que todas as Prefeituras no país terão condições de pagar o piso salarial para os professores, se elas são as primeiras a reagir quando o salário mínimo é reajustado e elas alegam que não têm condições para pagar os seus aposentados”*. A pergunta é do Coronel Ferreira Gomes, da Aeronáutica.

A outra pergunta é do Senhor Pedro Jorge, da ABIN: *“Senhor Ministro, o que tem sido feito para fiscalizar e controlar o Programa Universidade para Todos – PROUNI, já que a comprovação das condições socioeconômicas dos bolsistas pré-selecionados é feita pela própria instituição de ensino superior?”*.

Fernando Haddad – Ministro de Estado da Educação: Eu creio que a falta de leitura no Brasil se deve a questões estruturais. Nós não somos uma sociedade formada para a leitura e isso por várias razões. Se nós verificarmos o que aconteceu na Alemanha, nós vemos que todo mundo se alfabetizou na Alemanha muito rapidamente. Na Alemanha, houve

uma reforma religiosa, em que se traduziu a Bíblia do Latim para o Alemão e interpretar a Bíblia era parte do ideal de salvação. O crente era responsável pela sua própria salvação. Então, as pessoas liam a Bíblia e quem lê a Bíblia lê qualquer outro texto. Na tradição judaica acontece a mesma coisa. A tradição judaica exige a leitura para você fazer o ritual de passagem. Se você não dominar a leitura, a palavra, você está quase fora da comunidade. Em outras circunstâncias, outros fatores foram envolvidos. No caso de Cuba, foi a Revolução Socialista; no caso da França, foi a Revolução Francesa, mas enfim, aconteceu alguma coisa. No caso do Oriente, sobretudo, Japão e Coréia, foi a expansão do pós-guerra. Os dois países saíram destruídos das guerras e viram na educação a única tábua de salvação, a ponto de o Imperador Japonês só referenciar professor. É o único profissional ao qual o Imperador presta homenagens. São situações muito peculiares que transformam a leitura num momento da cultura. Ou seja, ler não é natural; é uma conquista civilizatória.

Nesse particular, é curioso notar o quanto a internet faz bem para o brasileiro. Os indicadores demonstram a capacidade de leitura, controlando renda, escolaridade etc., e verifica-se que aquele que tem acesso à internet lê muito mais do que quem não tem e adquire competências e habilidades de leitura que quem não tem acesso à internet também não adquire. É óbvio que, numa sociedade tão imagética, como a sociedade brasileira, que fica seis a oito horas diante de uma TV, sair da frente de uma TV e ir para frente de um computador conectado é a salvação porque a TV não exige leitura nenhuma e, na internet, não há como navegar sem algum domínio da leitura. Então, se lê mais no Brasil. Na França, possivelmente, a internet tira a criança da leitura e coloca na frente de um texto mais rebaixado, pelo menos, do ponto de vista literário, porque o francês está muito habituado a ler. Então, isso depende muito das circunstâncias históricas. Esse cultivo é essencial porque não há aprendizado que não passe pela língua escrita. Não existe isso. Não se acumula conhecimento, não se transmite conhecimento, não se difunde conhecimento, sem essa ferramenta inestimável, de conquista relativamente recente, que é a língua escrita. Então, nós temos que nos valer de todos os mecanismos e expedientes à nossa disposição para fomentar a leitura, num país que lê tão pouco como o Brasil.

A relação aluno/docente no Brasil é a menor do mundo. Na França, que não é propriamente um país pobre, tem 18 alunos/professor na universidade pública. No Brasil, são 12 alunos/professor. Então, nós não temos um problema de muitos alunos em sala de aula na universidade. Muito pelo contrário, depois dos primeiros anos, a evasão em alguns cursos é extremamente grande. Eu falo de mim mesmo porque eu sou Professor da USP e entram 200 alunos no Curso de Ciências Sociais e formam-se apenas 40. É uma evasão insuportável e a universidade não repõe esses alunos, o que deveria fazer, em minha opinião. Ela deveria repor os alunos evadidos, com estudantes de outras instituições que poderiam passar por um processo seletivo e ser transferidos, mas não se faz isso. No Curso de Filosofia da USP, onde eu fiz Doutorado, a evasão chegava a 90%. Entravam 100 alunos e saíam sete ou oito. Um dos problemas da falta de professores para o ensino médio é que, nas licenciaturas, a evasão média é de 70%, contra 30% da média geral da universidade. Entram 120.000 alunos na universidade e nunca se formam 90.000 alunos. Há 30% de fracasso, sem reposição. Algumas universidades estão começando a adotar políticas de reposição para melhorar seus indicadores, o que é mais do que justo, em virtude da escassez de vagas públicas no sistema.

Em relação à questão de educação e política, eu tenho dúvidas se a Educação Moral e Cívica é a melhor maneira. Pelo menos, a minha lembrança de Educação Moral e Cívica não é tão boa, mais me afastava do que me convidava a pensar a política nacional. Contudo, conteúdos dessa natureza são imprescindíveis. Eu penso que a maneira de ministrar esses conteúdos é que precisa ser reformulada. É possível fazer um bom debate na sala de aula, muito proveitoso, inclusive, fazendo com que o estudante tenha contato com a realidade política.

Agora, a questão da representação tem a ver com educação. É uma questão que envolve educação, a não ser, em casos muito particulares porque a política nem sempre responde à racionalidade. Em sociedades muito evoluídas, muitas vezes, se elegem pessoas que não estão talhadas para as funções que assumem.

Em relação ao piso nacional, nós fizemos as contas. Nós concluímos que, com a complementação da União ao FUNDEB, mesmo as prefeituras

mais pobres do país terão condições de honrar o piso do magistério. Agora, é preciso frisar que, em virtude da vinculação de recursos para a educação, alguns prefeitos que não estão comprometidos com a educação, fazem das Secretarias de Educação verdadeiros cabides de emprego, contratando professores que não ficam na sala de aula, mas ficam nos gabinetes. Muitas vezes, o contingente de professores lotados nas Secretarias de Educação é infinitamente superior às necessidades educacionais porque se contrata por ali porque tem verba carimbada. Então, é óbvio que, além do recurso adicional da União, vai ser preciso uma gestão mais eficiente do sistema e enfrentamento sério da questão educacional. Essas acusações não são feitas por mim. Elas são feitas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que tem um mapa de tudo o que acontece no Brasil, sobretudo, em termos de empreguismo na área de educação, de profissionais que não exercem funções em sala de aula. Então, é preciso também registrar esse aspecto da questão.

Em relação a aumentar o efetivo das Forças Armadas, eu não vou responder a essa questão porque isso não está sob a alçada do Ministério da Educação e eu não sei exatamente como se desenvolveu o Programa Soldado Cidadão. O Soldado Cidadão foi nessa direção. Eles resolveram aumentar o contingente, o efetivo, para verificar se aquilo tinha um impacto importante. Eu não sei os resultados do programa, não tenho como avaliar, mas valeria a pena verificar qual foi o impacto.

(Fala fora do microfone)

Eles saíram de lá profissionalizados, mas a pergunta sugere que houve o aumento do efetivo permanente. Eu, efetivamente, não sei responder a essa pergunta porque não conheço os resultados, uma vez que, eles não estavam sob a alçada do Ministério da Educação.

Em relação à fiscalização do PROUNI, há um controle social sobre o programa. É evidente que é muito difícil, num universo de 300.000 bolsistas, nós acompanharmos, inclusive, a evolução das condições socioeconômicas de cada um. As instituições têm todo o interesse em fiscalizar porque dando a bolsa a quem não precisa, perde-se um aluno pagante. Então, não há muita razoabilidade em imaginar que a instituição

vai seguir a lista do ENEM e vai incluir alguém que possa pagar. Contudo, os próprios estudantes fazem um controle. Então, se o estudante aparece de carro ou se ele começa a demonstrar sinais exteriores de riqueza, essas denúncias chegam ao Ministério da Educação. Nós apuramos, com a ajuda de outros órgãos de governo e, eventualmente, não apenas tira a bolsa do estudante, como encaminha para o Ministério Público, através de uma ação penal. Então, isso é feito. Mas, não é feito em grande escala, até porque as informações que nos chegam é que, realmente, os estudantes do PROUNI são muito pobres mesmo. Às vezes, você controla até pelo bairro. A pobreza e a falta de educação são muito demarcadas territorialmente. Às vezes, pelo bairro, você identifica se aquele aluno tem condições ou se adequa ao perfil socioeconômico previsto. Se me perguntarem se esse controle é muito rigoroso, eu diria que é tão rigoroso quanto possível. Todas as denúncias que nos chegam são fiscalizadas e, quando se apura alguma irregularidade, os órgãos de controle são notificados e as bolsas são suspensas. Mas, essa não tem sido a prática do programa. Muito ao contrário, o que nós temos verificado é uma grande ampliação do acesso da população de baixa renda à educação superior.

Seguindo a orientação do mediador, eu aproveito para agradecer a oportunidade, sobretudo, agradecer pelas perguntas e me colocar à disposição dos organizadores para novos encontros, se for o caso, e desejar que todos saiam daqui mais comprometidos com essa causa que deve nos unir cada vez mais. Obrigado.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Mediador: Para cumprir o nosso ritual, eu passo às mãos do Senhor Ministro o Certificado e o Ministro Jorge Armando Felix e o Secretário Cunha Couto agradecem ao senhor a sua disposição em deixar seus afazeres e registro aqui que já foi manifestado, pelo aplauso entusiástico de todos, pela franqueza e honestidade com que o senhor nos trouxe aqui, não só as informações, mas, sobretudo, suas opiniões. É assim que, aos poucos, o senhor vai tornar o seu programa cada vez melhor.



Lançamento do livro “Segurança e Defesa Nacional”

Eliézer Rizzo de Oliveira
Fundação Memorial da América Latina

Mestre-de-Cerimônias: Quero convidar, imediatamente, o Professor Eliézer Rizzo de Oliveira, que fará uma breve apresentação do livro “Segurança e Defesa Nacional”, uma coletânea de artigos editada pelo Memorial da América Latina, organizada por ele e que teve o apoio do Gabinete de Segurança Institucional. Após esta apresentação, será servido um coquetel.

Eliézer Rizzo de Oliveira – Fundação Memorial da América Latina: Boa tarde. Muito obrigado pela paciência de esperarem um pouco. É difícil concorrer com um coquetel, então, eu espero ser breve. Eu estou muito feliz com o que nós estamos vivendo aqui. Hoje, em duas palestras excelentes, tive a oportunidade de reencontrar amigos e de lançar um livro, que é um livro coletivo. Eu gostaria de dizer a vocês da gratidão com o pessoal do Gabinete de Segurança Institucional, começando pelo General Jorge Armando Felix e pelo Secretário Cunha Couto e toda a sua equipe, que tornaram possível, não apenas esse livro, mas apoiaram o evento que deu origem ao livro e sobre o qual eu vou falar já.

Eu trago a vocês a saudação do Dr. Fernando Leça, que é o Presidente da Fundação Memorial da América Latina, uma instituição cultural do Governo de São Paulo, que funciona no Bairro de Barra Funda e que tem uma magnífica arquitetura de Niemeyer. Eu trabalhei lá durante dois anos, até agosto deste ano e, no ano passado, nós realizamos um Curso de Extensão que tem o nome do livro. Esse livro se chama “Segurança & Defesa Nacional: Da Competição à Cooperação Regional”. A idéia é que nós vivemos num momento histórico em que o Brasil e os demais estados da região, tendo o direito legítimo de organizar a sua defesa nacional, são instigados à cooperação, ao passo que, tempos atrás, eles eram instigados à concorrência. Esse livro, modéstia à parte, ficou muito bonito e eu penso que a melhor maneira de apresentá-lo será dizer quem são os autores e como ele é organizado porque, daqui a pouco, vocês o receberão gratuitamente. Ele tem duas partes. A primeira é sobre o contexto regional e a segunda é sobre a segurança e defesa nacional. A ordem das partes e dos ensaios não obedece à ordem do curso. Foi um curso de extensão, certificado pela Universidade São Marcos e havia 120 alunos todas as semanas. Quem abriu o curso, de uma maneira brilhante e instigante, foi o General Heleno, que era Chefe de Gabinete do Comandante do Exército e que, pouco antes, tinha comandado o Haiti.

Ele falou precisamente sobre o comportamento militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Quem encerrou o curso foi o Presidente da Câmara dos Deputados, naquela época, no ano passado, que era o Deputado Aldo Rebelo e que falou sobre “O Poder Legislativo e a Defesa Nacional”. Fazem parte do livro, como autores de diversos temas:

- “Ética, Defesa Nacional, Cooperação dos Povos”, o Professor Roberto Romano da Silva, filósofo da UNICAMP.
- “Conceitos Estratégicos da II Guerra Mundial ao Pós-Guerra Fria”, Professor Oliveiros Ferreira, Universidade de São Paulo e PUC/SP.
- “A América Latina Inicia Corrida às Armas”, Jornalista Roberto Godoy, do Jornal Estado de São Paulo.
- “As Novas Ameaças às Democracias Latino-Americanas: Uma Abordagem Teórico-Conceitual”, do Professor Héctor Luis Saint Pierre, da Universidade Estadual Paulista – UNESP.
- “Ameaças às Democracias da América Latina”, Professora Suzeley Mathias, da UNESP.
- “O Brasil e a América do Sul: Cenários Geopolíticos e os Desafios da Integração”, Professor Wanderley Messias da Costa, da Universidade de São Paulo.
- “Os Estados Unidos: Cenário Internacional Contemporâneo: Valores, Instituições e Política Externa”, do Professor Antonio Jorge Ramalho da Rocha, do Ministério da Defesa e da UnB. Eu lembro também que contamos com o apoio do Ministério da Defesa e agradeço imensamente ao Professor Ramalho pela sua contribuição para este evento.

Agora, abrindo a segunda parte, que é sobre “Brasil, Segurança & Defesa Nacional”, temos:

- O artigo do General Heleno;
- O artigo “A Marinha e a Amazônia Azul”, do Almirante José Carlos Cardoso, que comandava a Marinha na região de São Paulo.
- O artigo do General Jorge Armando Felix, “A Faixa de Fronteira e a Segurança Nacional: Perspectiva Estratégica e Questões de Inteligência”

- O artigo do Secretário Cunha Couto, “Fronteiras: De onde Viemos e para onde Poderemos Estar Querendo Ir”.
- O artigo do General da Reserva, Antonio Luiz da Costa Burgos, “Defesa Nacional e Segurança Pública”.
- O artigo do Sociólogo Tulio Kahn, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, “Por um Novo Sistema Federal de Segurança Pública”.
- O artigo do Doutorando em Ciência Política e Coronel da Reserva, Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, “Serviço Militar: Relações com a Cidadania, a Democracia e a Modernização das Forças Armadas”.
- O meu artigo “Democracia e Defesa Nacional: Uma Agenda a partir do Poder Legislativo”
- O artigo do Deputado Aldo Rebelo, já citado.

Vocês vêem que esse sumário configura um temário bastante importante sobre a Defesa Nacional. Eu gostaria de dizer que os ensaios são relativamente curtos e, modéstia à parte, muito bem inscritos. Os autores trabalharam gratuitamente e vão receber alguns exemplares a título de gratidão e porque têm direito a guardar o resultado do seu trabalho.

O livro estará cumprindo um propósito do curso e da sua publicação que é de contribuir para que o Brasil tenha a melhor estrutura, os melhores conceitos e os melhores profissionais na área de defesa; que se consolide o Ministério da Defesa; que as Forças Armadas sejam apoiadas nas suas necessidades para atender às necessidades do Brasil em defesa; e que contribuamos todos para a consolidação da democracia no Brasil. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias: Antes de encerrar, eu quero lembrar que, amanhã, as atividades terão início às 8h40min, já nas Salas Temáticas. Agora, em total apoio ao Programa Fome Zero, vamos ao coquetel que será servido nos dois saguões do auditório. Boa noite a todos.



Papers

MESA 1.1 SEGURANÇA E DEFESA: RISCOS E AMEAÇAS

Título: Globalização e Segurança Marítima

Autor: Antonio Ruy de Almeida Silva

INTRODUÇÃO

A globalização tem aumentado incrivelmente o fluxo de informações, de transações financeiras e comerciais, e incrementado a interdependência entre as nações, com conseqüências diretas no fluxo de comércio mundial, que por sua vez tem produzido um incremento extraordinário do transporte marítimo.

Além de via indispensável de comunicação, o mar tem se tornado uma importante fonte de recursos biológicos, energéticos e minerais. Essa importância tende a crescer na medida em que novas pesquisas demonstram as potencialidades dos recursos do mar e as novas tecnologias possibilitam a exploração econômica dessas riquezas. A influência do mar se estende às áreas litorâneas onde vive a maioria da população mundial, que também avança em direção ao oceano onde já existem, em algumas regiões do mundo, complexos habitacionais construídos em ilhas artificiais.

Ao longo da História o mar tem sido, também, palco de conflitos relacionados com os interesses divergentes dos estados. Além disso, o próprio mar é fonte de tensões, pois as fronteiras marítimas ainda estão sendo estabelecidas, e esse processo, em muitas regiões, se caracteriza por demandas conflitantes dos países envolvidos. A própria globalização gera outras tensões nos espaços marítimos e as chamadas “novas ameaças” têm ganhado mais destaque após o término da Guerra-Fria e dos ataques terroristas de 11 de setembro.

Este artigo sintetiza a relação entre Poder Marítimo e Globalização. Analisa sucintamente as ameaças à segurança marítima e discute o papel das marinhas nessa segurança, inclusive o papel da

Marinha Norte-Americana (USN) na busca de uma maior cooperação multilateral no cenário marítimo.

A GLOBALIZAÇÃO DO PODER MARÍTIMO

O mundo vive hoje um período de rápidas mudanças onde a expansão das redes financeiras, de informação e o incremento do comércio têm se desenvolvido de forma muito mais aguda que no passado. Essa globalização é um processo que tem incrementado a integração econômica entre os países com reflexos no Poder Marítimo, considerado, neste artigo, como a capacidade de um Estado de explorar o conjunto das atividades relacionadas com o mar, seja no campo político, social, econômico, ambiental ou militar. O Poder Naval é o componente militar do Poder Marítimo.

Mahan considerava que os principais elementos que afetam o Poder Naval de uma nação são a posição geográfica, o tamanho do litoral e a quantidade de áreas apropriadas para bons portos, o número da população e a sua inclinação para o comércio, e uma política de governo que incremente a produção industrial e o comércio.¹ Mais recentemente, Eric Grove atualizou esses elementos dividindo-os naqueles de primeira ordem: capacidade econômica, tecnológica e a cultura sócio-política; e nos de segunda ordem: posição geográfica, dependência do comércio marítimo e dos recursos do mar, a política governamental e a percepção.² Sem entrar no mérito da importância de cada um desses elementos, pode-se afirmar que, na medida em que eles promovem a produção industrial, o comércio e o desenvolvimento tecnológico, eles são, também, fatores importantes no processo de globalização.

Os mares têm tido um relevante papel nesse processo, já que cerca de 90% do comércio mundial medido em peso e volume é realizado pela via marítima.³ A quantidade de bens transportados pelo mar no período de 1970 a 1999 dobrou de 2,5 bilhões para 5 bilhões de

¹ MAHAN, A.T. *The Influence of The Sea Power Upon History*. Dover Publications, Inc. New York, 1987. pp.25-89

² GROVE, Eric. *The Future of Sea Power*. Naval Institute Press, Annapolis, 2003

³ TANGREDI, Sam J. In *Globalization and Maritime Power*. Institute for National Strategic Studies

toneladas. Em 2003, o comércio intercontinental marítimo utilizou mais de 46.000 navios que se espalharam pelos cerca de 4.000 portos distribuídos pelas regiões do mundo.⁴ Estudos concluídos no final dos anos 90, entre a Guarda-Costeira e a Marinha norte-americanas, concluíram que o comércio marítimo deverá triplicar até 2020, com um crescimento vertiginoso no transporte de containeres.⁵ Sem essa via de comunicação, a globalização do comércio internacional não poderia ter florescido na velocidade em que se tem concretizado. O mar é, portanto, o grande caminho por onde circulam as riquezas físicas de um mundo cada vez mais comercialmente interligado. Além disso, os espaços marítimos têm se tornado cada dia mais importantes pelo papel que desempenham no equilíbrio do meio-ambiente, como fontes de riquezas, de lazer e turismo.

O processo de globalização tem contribuído para a expansão do Poder Marítimo mundial. Essa expansão, no entanto, tem sido mais favorável aos países que possuem uma maior capacidade de explorar as potencialidades das atividades ligadas ao mar. Embora a maioria das nações seja de alguma forma contemplada, as potências marítimas têm se beneficiado mais no transporte marítimo, na construção de grandes portos e na exploração das riquezas do oceano. O maior beneficiado por essa expansão é, sem dúvida, os EUA, que continuam sendo a maior economia do planeta.

A expansão das atividades econômicas e financeiras da globalização tem trazido, também, conseqüências para o sistema de segurança internacional pós-Guerra Fria. A demanda por maior segurança nos mares tende a aumentar à medida em que crescem os interesses econômicos ligados aos espaços marítimos. Como a economia mundial não pode prescindir do fluxo do comércio marítimo, qualquer ameaça importante a esse fluxo é uma preocupação, principalmente para os países mais beneficiados pela globalização.

⁴ CLARK, Vern. Remarks in the International Sea Power Symposium. Naval War College, Newport, RI. October 27, 2003.

⁵ COLLINS, Thomas H. Change and Continuity. The US Coast Guard Today. Naval War College Review, Spring 2004, Vol LVII, n.2. p21.

A GLOBALIZAÇÃO E A SEGURANÇA MARÍTIMA

Historicamente, o mar sempre foi via de transporte e fonte de riquezas que em muito contribuiu para o processo da globalização e, ao mesmo tempo, palco de tensão e conflitos. Essa característica persiste nos dias atuais. As fronteiras marítimas ainda não estão completamente definidas, e os direitos dos Estados previstos na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar ainda não estão consolidados. Desta forma, existem contenciosos em várias regiões do mundo, como, por exemplo, a recente tensão entre o Chile e o Peru sobre as fronteiras oceânicas dos dois países. A controvérsia foi gerada por uma lei aprovada no Peru para definir seus limites marítimos, que incorporaria à jurisdição peruana 35 mil quilômetros quadrados de mar que o Chile considera serem seus. Da mesma forma, vários países, entre eles o Canadá, a Rússia e os EUA, estão envolvidos na disputa pela jurisdição sobre áreas marítimas no Ártico. No dia 02 de agosto de 2007, a Rússia reacendeu a controvérsia em relação à região, ao fincar sua bandeira na vertical do Pólo Norte, a uma profundidade de mais de 4.000 metros, reivindicando, simbolicamente, a posse de área do fundo do mar em uma região que se estima possuir cerca de 25% das reservas mundiais de hidrocarbonetos. A exploração dessa riqueza tende a se tornar técnica e economicamente viável na medida em que o aquecimento global provoca o degelo do Ártico e o preço do petróleo aumenta.⁶ Na Ásia, existem vários contenciosos, entre eles uma importante disputa entre a China e o Japão relacionada com as fronteiras marítimas dos dois países no Mar do Leste da China.

Existem outros problemas relacionados com a posse de ilhas, como é o caso das Malvinas, e outros, também, gerados por diferentes interpretações da Lei do Mar. Um exemplo dessa última fonte de tensão foram os combates ocorridos entre os EUA e a Líbia, em 1986, no Golfo de Sidra, o qual a Líbia considerava como parte do seu território e que os EUA consideravam como águas internacionais.⁷ Existem, ainda, as

⁶ KOPP, Dominique. Guerra Fria sobre o Ártico. Le Monde Diplomatique. Setembro 2007

⁷ WEISBURD, A. Mark. Use of Force. The Practice of States Since World War II. Pennsylvania State University Press. Pennsylvania, 1997. pp 293-297

possíveis contestações sobre os direitos dos países costeiros nas suas águas jurisdicionais relacionadas, entre outras, com os direitos de pesca, de proibição da realização de pesquisas científicas e da realização de exercícios militares por outros países. O Brasil, por exemplo, na lei 8617/93, que dispõe sobre suas águas jurisdicionais e sua plataforma continental, exige, no artigo 9, a autorização do Governo brasileiro para a realização de exercícios e manobras militares na sua Zona Econômica Exclusiva, o que não é reconhecido pelos EUA.

Outros tipos de tensão poderão ser provocados pelas disputas referentes aos direitos fora das águas de jurisdição dos Estados costeiros, como é o caso das riquezas do alto-mar, que é considerado como “patrimônio comum da Humanidade” pela Lei do Mar, ou, também, por aquelas referentes aos direitos dos países sem litoral estabelecidos por essa Convenção. Todas essas fontes de disputas poderão se tornar mais exacerbadas na medida em que a exploração das riquezas do mar sejam incrementadas pela viabilidade econômica e pelo desenvolvimento tecnológico. Um exemplo evidente é a produção de petróleo e gás no mar, os quais vêm sendo retirados a profundidades cada vez maiores, valorizando áreas marítimas que anteriormente não possuíam valor econômico. Estima-se, por exemplo, que até 2010 a demanda pelo petróleo explorado no mar seja equivalente à produção atual da Arábia Saudita.⁸

As disputas por recursos do mar se estendem à pesca de captura. Segundo relatório de 2006, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), 52% dos recursos pesqueiros encontram-se plenamente explorados, 17% explorados além do nível ideal e 7% encontram-se esgotados. A situação é grave nos altos mares, especialmente em relação às espécies migratórias, nelas incluindo os tubarões oceânicos. Segundo o relatório, a situação aponta para um próximo alcance do máximo potencial de pesca de captura nos mares do mundo. Essa situação se torna mais crítica com o aumento da população mundial. A FAO clama por uma ordenação internacional mais eficaz das atividades de pesca e por um maior controle e vigilância sobre as atividades da frota pesqueira mundial que, em 2004, consistia

⁸ TILL, Geoffrey. Poder Marítimo Questões Relevantes e Desafios. Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, Junho 2006. pp 8-31

aproximadamente em quatro milhões de unidades, empregando cerca de 15 milhões de pessoas. Um exemplo de disputa relacionada com a pesca ocorreu nos anos noventa, entre Canadá e a União Européia, envolvendo estoques pesqueiros adjacentes às águas jurisdicionais canadenses. Sentindo-se prejudicado pela ação de pesqueiros espanhóis, o Canadá ameaçou usar a força contra esses barcos, tendo, inclusive, apresado um deles no alto-mar. A proteção dos estoques pesqueiros dentro das Zonas Econômicas Exclusivas contra a pesca predatória demandará, portanto, um maior esforço de fiscalização dos Estados, especialmente das marinhas e guardas-costeiras, e esse esforço poderá se estender ao alto-mar adjacente à ZEE, como forma de preservar espécies migratórias cuja sobrepesca possa causar prejuízos ao Estado, com o conseqüente aumento da possibilidade de conflitos entre os países envolvidos.

A poluição marinha é outro aspecto negativo da globalização a afetar a segurança dos mares. Além de ter incrementado a poluição originada no continente despejada nas águas marinhas, a globalização tem aumentado o número de navios, incrementando os riscos de poluição por acidentes ou pela descarga de material poluente. A política de redução de custos tem, também, conduzido vários países a adotar a bandeira de conveniência, na qual o dono da embarcação a registra em um outro país onde os custos são mais baixos e o controle e a fiscalização são precários.⁹ Milhões de toneladas de cargas químicas e petróleo são transportados pelos mares, com um risco elevado de acidentes sempre que esse transporte não é realizado por navios confiáveis. O caso do navio-tanque *Prestige*, da frota de bandeira de conveniência, afundado nas costas da Espanha em 2002, é emblemático. Outro exemplo é o caso do navio com bandeira de conveniência de Malta que derramou óleo nas costas francesas em 2000. O registro em Malta não permitia identificar os verdadeiros donos do navio, o que só aconteceu quando eles voluntariamente assumiram a propriedade do mesmo.¹⁰ As bandeiras de conveniência geram dificuldade em identificar os proprietários e cobrar responsabilidades, o que facilita a ocorrência de

⁹ VIDIGAL, Armando A. Ferreira. O transporte aquaviário: aspectos logísticos. In Josef Barat, org. Logística e Transporte no Processo de Globalização. Ed. UNESP, São Paulo. pp 115-15 .

¹⁰ Stearing the Right Course. International Transport Worker's Federation.. June 2003. www.itfglobal.org. Acesso em 24/09/2007

ilícitos que se estendem da pesca ilegal ao transporte ilegal de armas, mercadorias, pessoas e drogas, e o terrorismo.

Panamá, Libéria e Bahamas são os países que lideram o rank mundial de navios que cruzam os oceanos. No entanto, todos eles são países de fachada para as bandeiras de conveniência. Os seis mais importantes verdadeiros donos desse tipo de navio são Grécia, Japão, Noruega, Alemanha, China e Estados Unidos. Verifica-se, portanto, que países do primeiro mundo são beneficiados por esse complexo sistema de bandeiras, não só com a posse de navios, mas, também, com a própria estrutura que muitas vezes favorece determinadas companhias de países desenvolvidos, como é o caso da companhia americana The Liberian International Ship and Corporation Register, que foi designada pela Libéria como seu agente exclusivo no período de 2000 a 2010, para registro de navios de conveniência com bandeira liberiana.

A pirataria continua sendo outro motivo de preocupação para a segurança, afetando, inclusive, o custo do frete pelo incremento das taxas de seguro. Certas áreas marítimas que sofrem mais comumente ataques piratas são consideradas pelo Lloyd's como áreas de guerra, para fins de seguro. Em várias regiões do globo, especialmente na África e na Ásia, os piratas têm, inclusive, seqüestrado membros das tripulações, como ocorreu recentemente na Somália, onde mais de 100 tripulantes de várias nacionalidades foram levados pelos bandidos. Em um desses seqüestros, que ocorreu no dia 2 de junho de 2007, os piratas tomaram o navio Danica White e só o liberaram após o pagamento de resgate pelos proprietários do mesmo.¹¹ Os ataques na região continuam, apesar da permanente presença de força-tarefa internacional que patrulha o Oceano Índico na tentativa de interceptar terroristas.¹²

No Estreito de Málaca, no entanto, o número de ataques de piratas tem diminuído, graças, principalmente, ao empenho dos países da área. Singapura, Malásia e Indonésia têm cooperado para reduzir a incidência de ataques. A realização de patrulha marítima e de operações navais de maior vulto, como a Operação Gurita, realizada pela Indonésia, tem resultado na prisão de quadrilhas de piratas, contribuindo para reduzir o perigo em uma das áreas de maior trânsito de navios mercantes

¹¹ Ransom Paid to Free Danish Ship. *BBC News*, 23 August, 2007.

¹² Somali Pirates Out of Control. *International Herald Tribune*. June 13.

do mundo. O esforço da marinha da Indonésia tem, no entanto, um custo muito grande, principalmente com o aumento dos preços do petróleo, o que coloca em dúvida a capacidade daquele país em manter o esforço de patrulha na região. Alguns especialistas, no entanto, consideram que a pirataria é muitas vezes amplificada pela indústria de seguros e que o número de ataques de alguma gravidade é irrisório, se comparado com o imenso número de navios que transitam nos mares do mundo.¹³

O terrorismo é outra fonte de tensão para a segurança marítima. Apesar de historicamente serem poucos os casos de ações terroristas efetuadas no mar, a preocupação com a possibilidade dessa ameaça tem acarretado pesados investimentos na segurança marítima. Com a exceção de alguns casos esporádicos de uso do mar para ataques terroristas como, por exemplo, os do navio Achilles Lauro, do USS Cole, e do ataque ao petroleiro MV Limburg, no lêmén, os terroristas têm usado o mar como meio de transporte de material e pessoal. Para tal fato existem, entre outros, dois motivos que devem ser considerados. Primeiro, as ações terroristas buscam o impacto psicológico, como aquele proporcionado pelas imagens do ataque ao World Trade Center. Um ataque no mar, distante dos olhos da mídia, não teria o impacto desejado. Segundo, porque para atuar no mar fora das áreas próximas aos portos ou muito próximas do litoral seria necessário um maior investimento em meio e pessoal cujo custo-benefício poderia não ser tão atraente, se comparado com a possibilidade de ataques em terra ou no ar. Desta forma, embora a possibilidade de ataques terroristas no mar exista, ela é moderada, e, provavelmente, concentrada no tráfego marítimo na área de aproximação de portos ou estreitos e em áreas marítimas produtoras de petróleo.

Os portos, no entanto, seriam um alvo mais interessante. Primeiro, porque poderiam satisfazer à necessidade do impacto psicológico de um ataque terrorista, com a ampla divulgação em tempo real pela mídia. Segundo, pelo efeito econômico, já que os portos são artérias importantes da globalização que vêm evoluindo para se transformarem

¹³ ENGLAND, Valdine. While Pirates Lie Low Insurance Costs Don't. International Herald Tribune, November, 10, 2006

em complexas redes logísticas, como é o caso dos portos de Rotterdam e Singapura. Com a tendência à construção de imensos navios porta-containers, apenas alguns grandes portos poderão operar com navios desse tipo, deixando o sistema marítimo internacional mais concentrado. Essa concentração torna esse sistema menos flexível, fazendo com que um ataque a um dos megaportos provoque grandes perdas ao sistema como um todo.

O mar, portanto, continuará sendo um elemento fundamental para o nosso planeta. Especificamente no aspecto econômico, ele teve, tem e continuará tendo um papel fundamental para o processo da globalização, não só como espaço para o transporte de bens, mas, também, como fonte cada vez mais importante de recursos. Ao mesmo tempo, existem fontes de tensões e de conflito, que ameaçam os espaços marítimos, suscitando a preocupação com os meios para garantir a segurança dos mares, e, conseqüentemente, do papel que desempenha o Poder Naval na proteção dos mesmos.

O PODER NAVAL E A SEGURANÇA MARÍTIMA

Ao mesmo tempo em que a globalização gera um espaço de cooperação no campo marítimo, no sentido em que interessa a manutenção do fluxo de matérias primas e produtos à maioria dos países que dela se beneficiam, ela gera, também, tensões provocadas pela necessidade da sua própria expansão e pelos efeitos dela decorrentes. A disputa pelos recursos do mar, as bandeiras de conveniência, a poluição e a degradação do meio ambiente são alguns exemplos acima estudados desse tipo de fenômeno.

Apesar da globalização, os Estados continuam sendo os atores principais no cenário internacional, em um ambiente que mescla vetores de interdependência, cooperação e conflito. Assim sendo, persistem as tensões clássicas relacionadas com a busca de poder, com a segurança de cada país ou com os interesses divergentes, inclusive aqueles originados pelas disputas no mar, como é o caso dos contenciosos envolvendo ilhas ou fronteiras marítimas.

Finalmente, existe um terceiro grupo de tensões que afetam a globalização, aqui denominadas de neo-tradicionais, provocadas por

organizações terroristas ou por grupos criminosos. Nelas poder-se-ia incluir o transporte ilegal de armas, drogas, a pirataria e o terrorismo. Esses tipos de ameaça utilizam produtos da globalização, tais como: a internet, o lap-top, o celular, o sistema transnacional das transações financeiras e o Global Position System (GPS). Elas são ameaças que estão presentes ao longo da História e que agora voltam a ter destaque no cenário marítimo, principalmente, o terrorismo. Essas ameaças, pela sua natureza transnacional, têm grande potencial para gerar a cooperação entre os Estados.

Essa divisão entre as ameaças clássicas, aquelas geradas pela globalização e as neo-tradicionais não é estanque. Os problemas relacionados com a presença irregular de barcos pesqueiros de outros países, por exemplo, existem há muito tempo. O Almirante Nelson já reclamava de quão monótono eram as patrulhas no Mar do Norte contra a pesca ilegal. Neste artigo, no entanto, a pesca está incluída nas tensões geradas pelo processo da globalização, que têm um potencial de gerar conflito entre Estados. As ameaças neo-tradicionais, embora também sejam fenômenos antigos que ganharam relevância nos dias de hoje, se diferenciam pela potencialidade para gerar cooperação entre nações. Portanto, embora alguns autores prefiram juntar as ameaças neo-tradicionais àquelas provocadas ou intensificadas pelo processo de globalização no conceito de “novas ameaças”, neste artigo elas são consideradas separadamente, com o propósito de facilitar as discussões para o seu combate.

Neste cenário, as Marinhas desempenham um importante papel na segurança marítima. Esse processo depende do livre fluxo de navios pelos oceanos, o que, historicamente, tem sido defendido com maior vigor pelas potências navais dominantes. No passado, os interesses ingleses levaram a Marinha Britânica a liderar esse movimento. Nos dias atuais, essa liderança passou para a Marinha dos EUA (USN).

O PAPEL DA MARINHA NORTE-AMERICANA

A globalização, como já foi dito, favorece alguns países mais que outros e os EUA lidera os esforços para incrementar esse fenômeno e manter o sistema marítimo mundial protegido contra ameaças. A Marinha norte-americana é, atualmente, o único poder naval globalizado, e com

condições de atuar em todos os mares do mundo. Apesar desse incontestável poderio, o número de seus navios vem sendo reduzido ao longo dos últimos anos. A Marinha dos 600 navios proposta nos anos 80, hoje está reduzida a 280 navios, existindo planos, que dependem da disponibilidade de recursos, para atingir 313 unidades nos próximos 30 anos. Essa diminuição, que poderia parecer perigosa, não traz no futuro próximo nenhum perigo para a incontestável superioridade norte-americana nos mares, quando se compara às demais marinhas do mundo. A USN opera 12 dos 15 maiores navios-aeródromos hoje existentes no planeta; possui duas vezes mais submarinos de ataques nucleares que o somatório dessas unidades nas marinhas que os possuem; e os 71 maiores navios de combate norte-americanos têm maior poder combatente de mísseis que os 366 maiores navios de guerra existentes nas 17 outras maiores marinhas. Naturalmente, esse imenso poder tem um custo elevadíssimo. O orçamento da marinha norte-americana está em torno de US\$ 125 bilhões de dólares, o que representa, aproximadamente, a soma do orçamento de defesa da Rússia e da China.¹⁴

Considerando, portanto, as ameaças clássicas interestatais, a Marinha norte-americana não tem rival, nem dependeria de outras marinhas para atingir seus objetivos estratégicos. Em relação às tensões geradas pelo processo da globalização, a cooperação internacional dependeria dos interesses dos países em jogo. No entanto, em relação às ameaças neo-tradicionais, que podem afetar o sistema e o processo da globalização marítima, a marinha americana necessitaria da cooperação internacional, considerando a extensão das áreas marítimas que poderiam ser ameaçadas, e considerando que, normalmente, em tempo de paz, apenas 30 a 50% dos seus navios operacionalmente ativos são destacados para o exterior. Desta forma, o ex-Comandante de Operações Navais, Almirante Mullen, lançou, em 2005, a idéia da criação de uma rede global de nações para garantir a liberdade e a segurança dos mares. Essa rede se concretizaria no campo naval com a “marinha

¹⁴ WORK, Robert O. “Economics” and Established Maritime Powers: Resource Implications of The New Maritime Strategy. In: Economics and Maritime Strategy. Naval War College, 2006.

dos 1000 navios”, que seria uma idéia-força que traduziria o conjunto dos meios navais participantes dessa rede.¹⁵

Embora esse conceito ainda esteja em gestação, ele se fundamenta na idéia de que interessa à maioria dos países do mundo manter a segurança marítima contra as ameaças que afetem a globalização, e que a cooperação regional ou mundial no campo do poder naval é fundamental. Como dividendo secundário, o conceito contribuiu para difundir uma idéia de preocupação multilateral, suavizando as posturas unilaterais que marcaram o governo do Presidente Bush. O próprio presidente compareceu, no início de 2007, ao Naval War College para participar das comemorações do cinquentenário de criação do Naval Command College, onde praticamente todas as marinhas do mundo enviam oficiais para participar de seus cursos. Na ocasião, o Presidente Bush destacou a importância do apoio das demais marinhas na guerra contra o terrorismo.

A pressão norte-americana tem se estendido à Organização Marítima Internacional (IMO), onde o conceito de segurança foi ampliado para se contrapor à possibilidade de atentados terroristas, com a adoção do Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code). A IMO também estabeleceu a exigência da instalação de equipamento que permita a identificação dos navios, o Automatic Identification System (AIS). Nessa mesma linha, foi aprovado, em 2005, o Protocolo à Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação (SUA 88), que inclui medidas para evitar o transporte, por via marítima, de qualquer material explosivo ou radioativo que possa causar danos à população, e de material que possa contribuir para a produção de armas químicas, biológicas ou nucleares. Esse Protocolo cria novas possibilidades de interceptação de navios mercantes, realçando o conflito que vai sendo gerado entre a segurança e a liberdade dos mares em face da necessidade de se enfrentar as “novas ameaças”. Todas essas medidas geram custos significativos para os países participantes do sistema marítimo mundial e, na verdade, embora tragam alguns benefícios em termo de segurança e organização, elas parecem ser mais fruto da preocupação norte-americana com o

¹⁵ SILVA. Antonio R. A. A Marinha e as Novas Ameaças. Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, Junho 2006, pp 32-42

terrorismo do que de dados concretos sobre ataques ou ameaças no mar que demonstrem a necessidade da sua implementação, principalmente, se considerados os altos custos para fazê-lo.

Além das medidas acima citadas, o governo norte-americano tem buscado envolver as demais nações com iniciativas de caráter global, como a Proliferation Security Initiative (PSI), lançada pelos EUA em 2003, que busca incrementar acordos bilaterais que permitam a fiscalização de navios e aeronaves, com o propósito de coibir a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas e seus veículos lançadores. Outra iniciativa é a Regional Maritime Security Initiative, que busca a cooperação de nações de uma determinada região para enfrentar as ameaças transnacionais, identificando, monitorando e interceptando embarcações envolvidas com essas ameaças, sob a égide das legislações nacional e internacional.

Da mesma forma, os EUA têm aumentado a demanda para que os países costeiros mantenham o controle e imponham a lei e a ordem nas suas águas jurisdicionais. Caso isso não seja feito, e a falta de controle venha a ameaçar o tráfego marítimo de interesse das potências navais, corre-se o risco do estado costeiro sofrer pressões para permitir que marinhas de outros países patrulhem suas águas. Um exemplo desse tipo de pressão ocorreu durante o Seapower Symposium, realizado em 2005, no Naval War College, quando o representante da Malásia foi questionado sobre a possibilidade de aceitar que navios de guerra de outras nações patrulhassem as águas jurisdicionais do seu país para coibir a pirataria no Estreito de Málaca. Alguns governos ocidentais têm, inclusive, demonstrando preocupação de que piratas e terroristas possam atuar juntos naquele estreito, e, embora não haja evidência desse tipo de associação, este é um argumento que pode ser usado pelas potências marítimas para tentar aumentar a presença das suas forças navais em uma das mais importantes áreas oceânicas do mundo.

Essa ênfase dos EUA na necessidade dos países costeiros incrementarem medidas para aumentar a segurança nas respectivas águas jurisdicionais, cooperarem regionalmente e, se possível, participarem em operações em outras partes do mundo, levanta duas questões. A primeira, relacionada com a política norte-americana de contestar o que os EUA consideram reivindicações excessivas dos estados costeiros em relação aos direitos do mar, que poderiam restringir

a liberdade de navegação. A postura norte-americana e, também, de outras potências navais, é de considerar, por exemplo, que os espaços marítimos fora das águas territoriais são considerados águas internacionais, onde o estado costeiro possui alguns direitos, em contraposição aos que defendem que esses espaços são águas jurisdicionais do estado costeiro nas quais os demais países possuem alguns direitos.

Para fazer valer sua postura, os EUA criaram, em 1979, um programa chamado Liberdade de Navegação, com o propósito de preservar e proteger a mobilidade global das forças americanas e os direitos de navegação e sobrevôo. Baseado nesse programa, as forças navais americanas realizaram diversas operações em várias áreas marítimas do mundo onde a reivindicação de direitos pelos estados costeiros era considerada excessiva. O caso do Golfo de Sidra, citado anteriormente, foi um exemplo desse tipo de operação, que acabou produzindo combates entre as forças da Líbia e as dos EUA. Esse programa teve sua intensidade reduzida após a Guerra-Fria, principalmente pela falta de disponibilidade de meios.

A idéia da necessidade da cooperação marítima tem rendido um maior engajamento de diversas marinhas. Várias operações têm sido realizadas nos espaços marítimos mundiais, com o propósito de atuar contra o terrorismo, a pirataria e o transporte ilegal de mercadorias, drogas, armas ou pessoas, envolvendo a atuação conjunta ou combinada de poderes navais de diversos países. A USN, buscando enfatizar o enfoque da necessidade da cooperação multilateral, realizou, em 2006 e 2007, simpósios na Ásia, no Pacífico e na América do Sul, com o propósito de obter subsídios para a nova estratégia marítima norte-americana que está sendo elaborada e que deverá ser apresentada no Seapower Symposium, em outubro de 2007, no Naval War College, quando, então, estará reunida a maioria dos chefes das marinhas do mundo.

Embora a futura estratégia deva dar ênfase à cooperação multilateral com o propósito de combater as ameaças neo-tradicionais, ela terá que trazer, no seu bojo, a proeminência das ameaças clássicas relacionadas com o conflito interestatal. Isso deverá ocorrer, principalmente, por duas razões. A primeira, porque o sistema internacional, apesar da cooperação existente em diversos campos,

continua sendo dominado pelos interesses das nações que o compõem e sem um governo mundial que possa resolver os conflitos entre elas. Cooperação e conflito são, portanto, vetores que continuam presentes na cena internacional. A segunda, porque uma ênfase nas ameaças neo-tradicionais ou naquelas geradas pela globalização, mas que não contemplassem o conflito interestatal, não justificaria, junto à opinião pública e ao Congresso americano, o investimento em uma marinha tão grande e tecnologicamente tão avançada como é a marinha dos EUA. Como justificar o uso de uma força-tarefa nucleada em um navio-aeródromo, que custa bilhões de dólares, contra ações de terroristas ou piratas?

Caso não se concretize a esperança da USN de maiores recursos proporcionados pela nova estratégia marítima, ou, na pior hipótese, haja uma redução no orçamento, provocado pela preocupação com o déficit orçamentário de um futuro governo, a política de cooperação com outras marinhas para manter a ordem e a lei no mar deverá continuar. Para ter algum sucesso nesse tipo de cooperação e no maior controle das águas jurisdicionais pelos estados costeiros, não seria politicamente aceitável que os EUA mantivessem a política de desafiar as nações com programas do tipo Liberdade de Navegação, acima citado. Assim sendo, a posição norte-americana por maior segurança nas águas jurisdicionais dos estados suscitará um maior interesse e maior presença das forças navais nessas áreas. Esse interesse poderá levar a um endurecimento na legislação dos estados costeiros em relação ao trânsito e às atividades nas suas águas jurisdicionais, contribuindo para o sentimento nacional de posse desses espaços marítimos, o que será prejudicial à tese de que essas áreas seriam águas internacionais. Desta forma, os EUA se vêem envolvidos em um dilema: a ênfase na segurança, que o governo norte-americano prioriza no momento, poderá afetar a mobilidade global das forças americanas no futuro.

A ATUAÇÃO E O FUTURO DOS PODERES NAVAIS

Tem havido um grande crescimento do número de marinhas ao longo do tempo. Em 1900, havia navios de 22 forças navais listados no *Jane's Fighting Ships*, enquanto que em 2004, este número atingiu a marca de 164. Esse incremento demonstra o reconhecimento dos

Estados da importância política e estratégica de se possuir uma força naval, com o propósito de contribuir para a defesa, para a lei e a ordem no mar, assim como para o apoio à política externa.

A maioria das marinhas, portanto, têm desempenhado tarefas que se estendem em um amplo espectro, que tem em um dos seus extremos a guerra e, no outro, a ajuda humanitária. Embora as mais importantes de todas sejam aquelas relacionadas com o conflito interestatal, em tempo de paz, aumentam as demandas das sociedades e dos governos por uma maior atuação nas demais tarefas. Com o incremento do processo da globalização e do impacto dos atentados terroristas de 11 de setembro, além das demandas nacionais, existe uma maior pressão internacional para uma atuação mais consistente contra as ameaças neo-tradicionais. Essas exigências nem sempre são bem aceitas pelas marinhas, que tendem a privilegiar, como não poderia deixar de ser, a preparação para a guerra, e consideram as demais tarefas menos nobres e possíveis sugadoras de recursos, o que poderia prejudicar a missão principal da defesa da pátria.

De qualquer maneira, mesmo essas tarefas menos nobres têm que ser realizadas, e a forma como são organizadas as estruturas nacionais para manter a lei e a ordem no mar, depende de cada país. Em alguns poucos países existem guardas-costeiras que atuam nos espaços marítimos nacionais, e, no caso norte-americano, também internacionais. A maioria dos países, no entanto, utiliza suas próprias marinhas para patrulhar suas águas e manter a lei e a ordem no mar. Uma das razões é que o custo de manter uma estrutura desse porte é extremamente oneroso e os países, especialmente aqueles em desenvolvimento, normalmente não teriam condições de manter uma marinha e uma guarda-costeira. Outro problema se relaciona com a duplicidade de tarefas, o que pode gerar conflitos de responsabilidade, caso não haja uma coordenação efetiva, o que nem sempre é fácil, pois, às vezes, as duas instituições estão subordinadas a diferentes ministérios. Um caso emblemático é o da Argentina, onde a guarda-costeira compete por recursos com a Armada daquele país e a coordenação entre as duas organizações nem sempre é fácil. Em alguns casos, e dependendo da legislação dos países, o enfoque de atuação no mar tem, também, tendido para a atuação interagências, na qual as marinhas atuam em

conjunto com outros órgãos nacionais que possuem competências específicas relacionadas com a segurança marítima estabelecidas em lei.

Como expresso por Eric Grove, o desenvolvimento das marinhas depende, principalmente, da capacidade econômica e tecnológica e da cultura sócio-política do país. Embora a capacidade econômica permita a constituição de uma marinha forte, a manutenção de uma marinha no longo prazo não pode prescindir, também, de uma boa base tecnológica. De qualquer maneira, a questão do orçamento é fundamental para as Marinhas. Para conseguir obter os meios necessários para implementar o seu conceito estratégico e realizar as suas tarefas, elas necessitam de recursos substanciais. Para tanto, precisam, primeiro, convencer o governo e a população da importância das suas atividades. O segundo embate por recursos se dá nos Ministérios da Defesa, onde as diversas Forças lutam por um maior pedaço ou, pelo menos, por uma divisão igualitária. Em tempos de paz, a tendência é que esse convencimento seja afetado pela idéia utilitarista das tarefas desempenhadas. Desta forma, o fim da Guerra-Fria, a preocupação com a segurança das águas jurisdicionais e as pressões internacionais em relação às ameaças neo-tradicionais têm incrementado o uso do Poder Naval em tarefas relacionadas com a diplomacia e com a aplicação das leis e dos regulamentos no mar.

Assim sendo, as marinhas estão diante de um dilema: deixar que outras instituições assumam a liderança em tarefas navais consideradas menos atrativas pode significar a possibilidade de perda de recursos e de relevância nacional.¹⁶ Por outro lado, assumir um papel mais relevante nessas tarefas pode significar um prejuízo para as tarefas clássicas relacionadas com o conflito interestatal. Como esse dilema será enfrentado dependerá de cada país, levando em conta suas próprias particularidades. No entanto, considerando hipoteticamente a possibilidade das marinhas se engajarem com maior ênfase nas tarefas acima citadas, pelo menos duas linhas de abordagem do problema poderiam ser consideradas. A primeira, seria a criação de um setor específico na estrutura das marinhas, que tivesse a atribuição de lidar com esse tipo de ameaça, constituído de meios materiais e humanos especializados para tal fim. Ter-se-ia, então, uma especialização e uma

¹⁶ GROVE, op cit., pp187-198

setorização das atividades dentro da própria instituição. A desvantagem principal seria a possibilidade de uma divisão da organização entre um setor que cuidaria da parte considerada “nobre” e outro, considerado de segunda categoria, que trataria das tarefas menos valorizadas pela cultura naval. Essa divisão poderia ensejar, no futuro, a separação deste setor e a criação de uma guarda-costeira fora da estrutura das próprias marinhas. A segunda, seria uma abordagem multipropósito, na qual a força naval utilizaria os meios materiais e humanos de forma dual, exercendo as atividades relacionadas com a guerra ou com a manutenção da lei e da ordem ou em apoio à política externa, dependendo da necessidade. Esse modelo, de caráter mais sistêmico, consideraria que uma maior atuação na lei e na ordem no mar contribuiria de alguma forma para o aprestamento contra as ameaças clássicas. Ele explora a possibilidade de harmonização das operações de modo a concebê-las, quando possível, com o caráter dual, atendendo aos dois propósitos, de forma a contribuir para o aprimoramento das forças navais como um todo. Como já citado anteriormente, marinhas de vários países têm utilizado vários meios para realizar ações de controle e interdição de áreas marítimas, o que tem permitido o adestramento para as operações clássicas e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de atividades contra a pirataria, o transporte ilegal e o terrorismo. Uma das desvantagens deste modelo é a necessidade de preparar os recursos humanos para atuar em uma ampla gama de tarefas. Além do mais, a utilização de unidades com poder combatente elevado nem sempre é o ideal em termos de custo versus benefício para atividades relacionadas com a lei e a ordem no mar. De qualquer maneira, essa é uma adaptação que talvez as marinhas devam considerar na atual realidade. Na verdade, quando olhamos para a História, vemos que diversas marinhas, especialmente a inglesa, atuaram utilizando as suas belonaves contra vários tipos do que hoje são chamadas “novas ameaças”, como foi o caso das operações contra a pirataria e a escravidão.

CONCLUSÃO

A Globalização e o Poder Marítimo estão intimamente interligados, seja como processo ou como sistema. Ao mesmo tempo em que o processo da globalização se intensifica, o Poder Marítimo também se incrementa, e vice-versa. Da mesma forma, o sistema globalizado de comércio depende do bom funcionamento do sistema marítimo mundial.

A tendência é que os espaços marítimos ganhem maior importância como parte do sistema globalizado de comércio e, também, como fonte de riquezas. Esta valorização possivelmente aumentará o interesse dos países no controle das suas águas jurisdicionais as quais, excetuando o mar territorial, são consideradas pelas potências navais como águas internacionais onde os estados costeiros possuem alguns direitos, o que deverá incrementar as disputas pelos recursos do mar e pelas áreas marítimas de fronteiras ainda não consolidadas ou sob contestação. Na medida em que for sendo incrementada a exploração de recursos na Zona Econômica Exclusiva e na plataforma continental, os estados poderão ter uma atitude mais restritiva em relação à liberdade de navegação e, especialmente, em relação às manobras militares de forças navais de outros países em determinadas áreas dessas águas jurisdicionais. Seria difícil conceber, por exemplo, que, no futuro, os estados costeiros permitam, livremente, manobras militares de outras nações em áreas próximas aos seus campos de exploração de petróleo no mar.

Esse fenômeno tenderá a ser influenciado pela conjuntura atual de preocupação dos EUA com as ameaças neo-tradicionais, especialmente com o terrorismo. A pressão para uma maior participação dos países costeiros na segurança das suas águas jurisdicionais deverá resultar em uma maior presença dos instrumentos dos estados nessas áreas, particularmente, os meios navais, contribuindo para aumentar o sentimento nacional de posse desses espaços. Dessa forma, a preocupação pela segurança poderá afetar a liberdade de navegação que a potência marítima mundial tanto necessita. Como induzir a cooperação dos estados costeiros sem permitir que essa liberdade venha a ser limitada é o grande desafio a ser enfrentado pelos EUA.

As marinhas continuarão a ter um papel decisivo no ambiente marítimo e deverão ganhar importância na medida em que os mares

forem sendo mais valorizados e as tensões nos oceanos forem sendo incrementadas. Enquanto o sistema internacional continuar tendo os Estados como atores principais, envoltos em um ambiente que mescla interdependência, cooperação e conflito, as marinhas continuarão a ter como tarefa fundamental a defesa da pátria. No entanto, em tempos de paz, elas serão chamadas, cada vez mais, a contribuir para outros aspectos da segurança marítima, para a proteção dos recursos do mar, para as operações humanitárias e para o apoio à política externa. De que forma as marinhas se adaptarão a essas demandas dependerá das peculiaridades de cada país. No entanto, caso as forças navais não incrementem sua participação nessas tarefas, elas poderão perder relevância nacional, na medida em que outras instituições o façam.

O desenvolvimento das marinhas estará intimamente ligado ao crescimento econômico, tecnológico e à vontade política de cada país. A constatação do incremento do número das marinhas desde o século passado, demonstrando que o Poder Naval está em expansão, mostra que essa vontade parece existir na maioria dos países. Em um mundo globalizado, as forças navais terão um papel cada dia mais importante, atuando nos imensos espaços marítimos que cobrem a maior parte deste “Planeta Azul”, realizando um amplo espectro de tarefas, que se estendem desde a guerra até as operações humanitárias. Em tempos de paz ou de conflito, elas continuarão a ser um imprescindível instrumento dos Estados na segurança das suas águas jurisdicionais e na defesa dos seus interesses nos mares do mundo.

MESA 2.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O BRASIL NO MUNDO

Título: Poder Legislativo e Relações Internacionais

Autor: Joanisval Brito Gonçalves*

O presente ensaio tem por objetivo apresentar algumas breves considerações sobre a importância do Poder Legislativo para as relações internacionais do Brasil. Primeiramente, será assinalada a relevância das relações internacionais no texto constitucional, com destaque para seus princípios norteadores, para, em seguida, entrar-se em aspectos práticos da participação do Parlamento na Política Externa Brasileira. Tomar-se-á por base o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF88) e nos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados (RICD) e do Senado Federal (RISF) no que concerne ao tema.

IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO TEXTO CONSTITUCIONAL

Relações internacionais são tema estratégico para a grande maioria, senão a totalidade, dos Estados. Aspecto fundamental da soberania é a capacidade da autoridade soberana de conduzir suas relações no âmbito internacional. Ademais, em um mundo globalizado,

* O autor é Consultor Legislativo do Senado Federal para a Área de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, é também advogado e professor de Direito Internacional Público e de Relações Internacionais no Centro Universitário de Brasília. Os conceitos e opiniões aqui emitidos são exclusivamente do autor e não refletem necessariamente as posições de entidades às quais esteja eventualmente vinculado. Contato: joanis@senado.gov.br.

marcado pelo desenvolvimento de instituições e regimes em áreas que vão da proteção ao meio ambiente e à segurança e defesa, um país que tenha interesse em se mostrar minimamente protagonista no concerto das nações estratégico não pode prescindir da devida atenção aos temas de relações internacionais e à maneira como a sociedade internacional lida com essas questões.

Política interna e política externa não podem ser dissociadas, uma vez que, no plano internacional, o Estado geralmente é percebido como um ente unitário. Nesse sentido, a Constituição Federal é o primeiro instrumento normativo no qual se deve buscar regulamentos sobre relações internacionais do Brasil.

Atualmente, a Constituição brasileira:

- **fixa marcos normativos** da gestão da Política Externa;
- **estabelece limites** à Política Externa, em razão da expressa referência a proibições;
- **formula estímulos** voltados para o direcionamento da Política Externa em razão de determinados objetivos.

Portanto, na Lei Maior é possível identificar:

- normas para as relações internacionais do Brasil;
- princípios para a conduta do Estado e de seus agentes/representantes;
- referências à salvaguarda dos Direitos Humanos.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Um primeiro aspecto que deve ser analisado repousa nas competências dos entes federados (União, Estados, Municípios e o Distrito Federal) e nas atribuições dos poderes constituídos (Legislativo, Executivo e Judiciário). De acordo com a nossa Lei Maior, quem é competente para celebrar as relações internacionais do Brasil?

A idéia de soberania foi “construída tendo como princípio, de um lado, a concepção de um poder originário, que não resulta de nenhum

outro, do qual tenha obtido seu título; e de outro, a concepção de um poder supremo, que não teria outro poder igual ou concorrente”. Assim, somente entidades soberanas podem realizar plenamente as relações internacionais. E a entidade soberana representativa do governo do povo brasileiro é a República Federativa do Brasil. Assim, quem representa o Brasil no cenário internacional é o governo federal e não o governo de um Estado ou de um Município. A pessoa de Direito Internacional reconhecida pela comunidade das nações é o Estado Brasileiro.

A Constituição deixa essa percepção clara ao estabelecer, expressamente, que as relações internacionais do Brasil competem à União. É o que prescreve o art. 21 da Carta de 1988:

Art. 21. Compete à União:

I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

.....

Nesse sentido, os Estados e Municípios podem até celebrar acordos internacionais, mas para que esses acordos tenham legitimidade devem ter o aval da União. Caso contrário, o Brasil não pode ser responsabilizado por transações feitas pelos entes federados se isso não se deu sem o conhecimento e a chancela da Federação. O mais correto, em termos jurídicos e políticos, seria que a União celebrasse esses acordos em nome das unidades federadas.

Se é a União que representa o Brasil na sociedade internacional, quem é competente para falar em nome da União? Em outras palavras, a quem compete celebrar as relações exteriores do Brasil?

No passado, os acordos internacionais eram celebrados em nome do rei, que simbolizava o Estado. Na maior parte dos ordenamentos jurídicos pelo mundo, as relações exteriores são atribuições do Chefe do Estado, ou seja, do monarca ou do Presidente da República, e daqueles que atuam em seu nome.

Hodiernamente, no ordenamento jurídico brasileiro, a celebração das relações internacionais do País é atributo intrínseco, originário e indelegável do Poder Executivo. O Legislativo e o Judiciário não falam pelo Brasil no plano internacional. Em seu art. 84, a Constituição é clara quanto às atribuições privativas do Presidente da República:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
.....

Portanto, no Brasil, o Poder competente para celebrar as relações internacionais é o Executivo, na figura do Presidente da República e daqueles por ele designados. Não cabe, repita-se, aos demais poderes – Legislativo ou Judiciário – falar em nome do País perante a comunidade das nações. Se assim o fizerem, Legislativo e Judiciário poderão incorrer na violação do princípio da separação dos poderes, estabelecido no art. 2º da Lei Maior.

Não obstante, uma vez que compete ao Poder Executivo celebrar as relações internacionais, a constitucionalização de princípios de relações exteriores viabiliza o controle político da ação externa do Estado pelo Poder Legislativo e o controle jurídico pelo Poder Judiciário. Desse modo, as relações internacionais do País acabam sendo fruto da harmonia entre os três poderes.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PARA AS RELAÇÕES EXTERIORES

A importância das relações internacionais pode ser percebida pelo valor que a Constituição dá ao tema. Ainda em seu Título I – “Dos Princípios Fundamentais” –, a Lei Maior estabelece, em seu art. 4º, os princípios que regem as relações internacionais do Brasil:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Esses princípios, alguns dos quais encontram precedente maior no Tratado de Westfália (1648), que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e estabeleceu os alicerces da Ordem Internacional moderna, revelam o compromisso do Brasil com as boas e harmônicas relações entre os povos. Também são resultado da tradição pacífica e conciliadora da conduta brasileira no sistema internacional. Daí que a Política Externa brasileira deve ser formulada e conduzida com fulcro nos princípios relacionados no art. 4º da Constituição.

PODER LEGISLATIVO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As relações internacionais do Brasil passam efetivamente pelo Poder Legislativo. É o Legislativo que autoriza o Executivo a ratificar acordos internacionais, aprova embaixadores, fiscaliza as ações do Governo, discute grandes questões da agenda internacional e sugere rumos a serem tomados pelo País.

A título de exemplo, no sistema jurídico-político pátrio, quaisquer tratados que o Brasil celebre com outras nações ou com organizações internacionais devem necessariamente passar pelo aval do Congresso Nacional antes de serem ratificados. Falemos um pouco da importância que se dá às atividades do Poder Legislativo e de algumas ações de competência da Câmara e do Senado em termos de Relações Internacionais.

O art. 49 da Constituição Federal de 1988 é claro ao estabelecer, logo em seus primeiros incisos, as competências exclusivas do Congresso Nacional:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II – autorizar o Presidente da República a declarar a guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem em território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

.....

Assim, impossível que o Brasil comprometa-se junto a seus pares sem o aval do Poder Legislativo, sem que a matéria seja objeto de análise e deliberação dos representantes legitimamente eleitos do povo e dos Estados federados. O Executivo negocia, assina e ratifica tratados, mas essa última fase, a partir da qual o país obriga-se perante a comunidade das nações, só pode ocorrer com o aval do Parlamento.

O Senado Federal, por constituir a Casa que representa os Estados federados e o Distrito Federal, tem atribuições mais específicas no que concerne às relações exteriores da República. É a Câmara Alta a Casa Legislativa que, a partir da indicação do nome pelo Chefe do Executivo, avalia e aprova os embaixadores, as autoridades máximas das missões diplomáticas brasileiras, designados para representar o País no exterior.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

.....

Também cabe ao Senado autorizar as operações externas de natureza financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

.....

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

.....

A lógica desses dispositivos baseia-se no fato de que os membros de uma federação devem consentir expressamente quando um Estado – e, no caso do modelo peculiar municipalista brasileiro, também os municípios – assumam compromissos que possam ter efeitos sobre o conjunto da federação. É o Senado, e não a Câmara dos Deputados, que deve ser consultado exatamente porque nele constitucionalmente se fazem representar os entes federados.

COMISSÕES

Cada casa Legislativa possui suas Comissões encarregadas dos temas relativos a Relações Exteriores e Defesa Nacional. No Senado Federal, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) é composta por 19 membros titulares e 19 suplentes, tendo entre suas competências, na forma do art. 103 do Regimento Interno do Senado, emitir parecer, entre outros temas, sobre:

I – proposições referentes aos atos e relações internacionais e ao Ministério das Relações Exteriores;

II – comércio exterior;

III – indicação de nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente junto a governos estrangeiros e das organizações internacionais de que o Brasil faça parte;

IV – requerimentos de voto de censura, aplauso ou semelhante, quando se refiram a acontecimentos ou atos públicos internacionais;

V – Forças Armadas de terra, mar e ar, requisições militares, passagem de forças estrangeiras pelo território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz;

VI – assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza;

VII – autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República se ausentarem do território nacional.

Na Câmara dos Deputados, há também uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), cujas competências estão previstas no art. 32 do Regimento Interno da Casa:

Art.32.....

XI - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional:

a) relações diplomáticas e consulares, econômicas e comerciais, culturais e científicas com outros países; relações com entidades internacionais multilaterais e regionais;

b) política externa brasileira; serviço exterior brasileiro;

c) tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa;

d) direito internacional público, ordem jurídica internacional; nacionalidade; cidadania e naturalização; regime jurídico dos estrangeiros; emigração e imigração;

e) autorização para o Presidente ou Vice-Presidente da República se ausentar do território nacional;

f) política de defesa nacional; estudos estratégicos e atividades de informação e contra-informação; segurança pública e seus órgãos institucionais;

g) Forças Armadas e Auxiliares; administração pública militar, serviço militar e prestação civil alternativa; passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional; envio de tropas para o exterior;

h) assuntos atinentes à faixa de fronteiras e áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional;

i) direito militar e legislação de defesa nacional; direito marítimo, aeronáutico e espacial;

j) *litígios internacionais; declaração de guerra; condições de armistício ou de paz; requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;*

l) *assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes;*

m) *outros assuntos pertinentes ao seu campo temático.*

Até 2007 havia, ainda, a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, cujas atribuições estavam previstas na Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1996:

Art.2º. Caberá à Representação:

I – apresentar relatório sobre todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional;

II – emitir relatório circunstanciado sobre as informações encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo retratando a evolução do Mercado Comum, conforme o disposto no artigo 24 do Tratado de Assunção;

III – apresentar, à deliberação da Comissão Parlamentar do Mercosul, proposições que devam, nos termos do disposto no artigo 26 do Protocolo de Ouro Preto, constituir recomendações ao Conselho do Mercado Comum.

.....

Art. 3º. Além do disposto nos artigos anteriores, e para providências que se fizerem necessárias junto à autoridade competente, a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar do Mercosul deverá acompanhar junto aos órgãos do Poder Executivo, todas as providências por eles adotadas e que possam, direta ou indiretamente ser de interesse do Mercosul.

Com a criação do Parlamento do Mercosul, a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta foi substituída pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Segundo a Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2007, a referida Representação é o órgão de ligação entre o Congresso brasileiro e o Parlamento do Bloco, sendo composta por 18 membros titulares (9 deputados e 9 senadores) e igual número de suplentes. Sua competência é prevista no art. 3º da Resolução:

Art. 3º Compete à Representação Brasileira, entre outras atribuições:

I - apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, inclusive as emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, nos termos do art. 4º, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;

II - emitir relatório circunstanciado sobre as informações encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo retratando a evolução do processo de integração do Mercosul;

III - examinar anteprojetos encaminhados pelo Parlamento do Mercosul, nos termos do art. 4º, inciso 14, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul;

IV - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - participar de projetos resultantes de acordos de cooperação com organismos internacionais celebrados pelo Parlamento do Mercosul;

VII - receber e encaminhar ao Parlamento do Mercosul a correspondência que lhe for dirigida.

Assim, a própria legislação brasileira deixa evidente a importância do Poder Legislativo nos destinos das relações internacionais do País. E quanto mais o Brasil busque integrar-se na comunidade das nações e ocupar o seu devido papel de destaque, mais importante se faz o conhecimento, na esfera do Legislativo, dos principais temas de relações internacionais.

COMPETÊNCIA FISCALIZADORA

O Congresso Nacional tem ainda importante papel fiscalizador dos atos do Poder Executivo, de acordo com o art. 49 da Constituição:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;
.....

Isso se faz, por exemplo, por meio de requerimentos de informações encaminhados pelas Mesas da Câmara ou do Senado às autoridades competentes. Esses requerimentos são disciplinados pelos regimentos de cada casa e, no caso do Senado Federal, pelo art. 216 do RISF:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

IV – se deferidos, serão solicitadas, à autoridade competente, as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. Se indeferido, irá ao Arquivo, feita comunicação ao Plenário;

V – as informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, as disposições do § 1º ao caso de fornecimento de informações falsas. (NR)

Também em razão de sua competência fiscalizadora, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal podem convocar autoridades públicas a comparecerem às Casas para prestar esclarecimentos sobre assuntos de competência dessas autoridades. Isso é previsto no art. 50 da Constituição:

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificacão adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante

entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

.....

Tem sido freqüente a vinda do titular da pasta de Relações Exteriores ao Parlamento para trazer esclarecimentos e apresentar aspectos da política externa e das relações internacionais do Brasil. O mesmo se dá com outros ministros e com especialistas, estes últimos comparecendo por convite para participar de audiências públicas nas Comissões.

Além das competências legislativa e fiscalizadora, o Congresso Nacional é o mais significativo foro da República para a discussão de temas de relevância nacional, em defesa dos cidadãos, das instituições democráticas e dos poderes constitucionais. Aspectos da agenda internacional necessariamente são objeto de debate e discussão pelo Poder Legislativo, em especial no âmbito das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das Casas.

TRAMITAÇÃO DOS ACORDOS INTERNACIONAIS NO CONGRESSO NACIONAL

Repita-se, a Constituição estabelece que todo acordo internacional de que o Brasil venha a fazer parte deve passar necessariamente pelo Congresso Nacional antes de ser ratificado pelo Poder Executivo. Essa determinação reflete o princípio da repartição dos poderes, e dá ao Poder Legislativo a prerrogativa de aprovar os atos internacionais negociados e assinados pelo Executivo.

A seguir, apresenta-se um esquema simplificado da tramitação dos acordos internacionais no Congresso Nacional:

1. O acordo é negociado e assinado pelo Poder Executivo → o Legislativo não participa das negociações nem da celebração em atenção ao princípio constitucional pétreo da separação dos poderes.

2. O Poder Executivo encaminha, via Mensagem, o texto do acordo ao Congresso Nacional, o qual deverá aprovar ou rejeitar o mesmo.
3. Chega pela Câmara dos Deputados ao Congresso:
 - é encaminhado às comissões pertinentes;
 - na comissão, é nomeado um relator, que produzirá parecer a ser apreciado pela comissão;
 - o parecer é votado em cada comissão;
 - aprovado nas comissões, o texto é encaminhado ao Plenário da Câmara dos Deputados;
 - Aprovado no Plenário → encaminha-se ao Senado.
4. No Senado:
 - Procedimento semelhante.
5. Aprovado no Senado: Decreto Legislativo aprovando o texto do acordo e autorizando o Presidente da República a ratificá-lo.
6. O Poder Executivo, autorizado a ratificar o acordo, o fará quando julgar oportuno (discricionariedade do ato do Executivo).

Convém observar, ainda, que a CRE/SF e a CREDN/CD necessariamente devem ser consultadas para a aprovação dos acordos. Além disso, após ratificados, os acordos internacionais serão incorporados ao ordenamento jurídico pátrio com status de Lei Ordinária.

TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E CORTES INTERNACIONAIS

A proteção internacional aos direitos humanos é uma constante na agenda internacional. O art. 5º da Constituição, que trata dos direitos e garantias individuais, faz referência às normas internacionais de direitos humanos. Com o advento da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de

dezembro de 2004, os tratados internacionais de proteção aos direitos humanos tiveram alterado seu processo de aprovação pelo Poder Legislativo.

Em sua forma original, o art. 5º da Constituição dispunha em seu parágrafo 2º que os “*direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte*”. O referido parágrafo deu margem a que alguns doutrinadores atribuíssem status de norma constitucional aos acordos internacionais relativos a direitos humanos dos quais o Brasil seja signatário. Entretanto, tal assertiva não encontrou acolhida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. De acordo com a Corte Suprema, “mesmo em relação às convenções internacionais de proteção de direitos fundamentais, preserva a jurisprudência que a todos equipara hierarquicamente às leis ordinárias” (STF AdinMC 1.480).

A emenda Constitucional nº 45, de 2004, acrescentou dois parágrafos ao art. 5º. O parágrafo 3º atribui status de norma constitucional a tratados de direitos humanos dos quais o Brasil seja signatário, desde que sua aprovação pelo Congresso Nacional atenda a certos requisitos:

Art.5º

.....

*§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem **aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.** (grifos nossos)*

O que parecia ser solução para o caso gera uma série de problemas de interpretação, com possibilidade, inclusive de inconstitucionalidade do texto. O texto da Emenda produz ambigüidades e não traz regra de transição. O que aconteceria com tratados de direitos humanos em tramitação e já aprovados em uma das Casas? E os tratados em vigor sobre a matéria, mantêm o status de lei ordinária? Caso haja aprovação, mas sem o quorum de três quintos, o tratado

assume o caráter de lei ordinária? Ou votação inferior aos três quintos significaria rejeição e, portanto, a norma que estabelece a regra estaria violando o princípio pétreo constitucional de que o texto constitucional derivado não pode limitar direitos individuais?

Já o parágrafo 4º acrescentado pela Emenda nº 45, de 2004, faz referência expressa à sujeição do Brasil à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, ao estabelecer que o “*Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão*” – o texto não menciona “o Tribunal Penal Internacional, criado pelo Estatuto de Roma de 1998”, mas “Tribunal Penal Internacional”. Estaria o constituinte criando nova instância judiciária para Tribunal Penal Internacional?

NORMAS DO MERCOSUL

No caso de normas emanadas dos órgãos do Mercosul, a Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2007, disciplinou seu processo de aprovação pelo Legislativo nos arts. 4º e 5º:

Art. 4º No exame das matérias emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, a Representação Brasileira apreciará, em caráter preliminar, se a norma do Mercosul foi adotada de acordo com os termos do parecer do Parlamento do Mercosul, caso em que esta obedecerá a procedimento preferencial, nos termos do art. 4º, inciso 12, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

§ 1º As normas sujeitas a procedimento preferencial serão apreciadas apenas pela Representação Brasileira e pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 2º Nessa hipótese, compete à Representação Brasileira opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, adequação financeira e orçamentária, bem como, manifestar-se quanto ao mérito da matéria.

§ 3º Caso julgue necessário, ante a complexidade e especificidade da matéria em exame, a Representação

Brasileira poderá solicitar o pronunciamento de outras Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que se manifestarão exclusivamente sobre o objeto da consulta.

§ 4º Concluída a apreciação da matéria pela Representação Brasileira, o parecer e o respectivo projeto de decreto legislativo serão devolvidos à Mesa da Câmara dos Deputados para numeração e inclusão na Ordem do Dia daquela Casa.

§ 5º A apreciação da matéria no plenário de cada uma das Casas obedecerá as respectivas disposições regimentais.

Art. 5º Em se tratando de normas que não estejam sujeitas ao procedimento preferencial de que trata o art. 4º desta Resolução, conforme o exame preliminar feito pela Representação Brasileira, observar-se-á o seguinte procedimento:

I - a Representação Brasileira examinará a matéria quanto ao mérito e oferecerá o respectivo projeto de decreto legislativo;

II - a Representação Brasileira devolverá a matéria à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, que após numerá-la, fará a distribuição, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados;

III - concluída sua apreciação pelas comissões permanentes, a matéria irá à Mesa, para inclusão na Ordem do Dia;

IV - após a votação pela Câmara dos Deputados, o projeto será encaminhado ao Senado Federal, para apreciação das comissões permanentes e do plenário, nos termos do respectivo Regimento Interno.

NOMEAÇÃO DE EMBAIXADORES – A NECESSIDADE DA APROVAÇÃO PELO SENADO

A Constituição prevê ainda, em seu art. 52, IV, que os chefes de missão diplomática permanente, isto é, os embaixadores em países com os quais o Brasil mantenha relações, ou em Organizações Internacionais das quais o País faça parte, são livremente escolhidos pelo Presidente da República, mas devem passar pelo crivo do Senado Federal, como já visto.

Eis um roteiro simplificado do processo de aprovação dos chefes de missão diplomática permanente:

1. Escolha do nome: atribuição privativa do Presidente da República.
2. Remessa da indicação ao Senado: via Mensagem Presidencial.
3. No Senado, encaminhado à CRE: relator, parecer, votação.
4. Aprovação na CRE → vai a Plenário.
5. Aprovação no Plenário: Decreto do Senado Federal aprovando o nome do plenipotenciário.

GRUPOS PARLAMENTARES

Além das Comissões, as Casas do Congresso Nacional possuem os chamados Grupos Parlamentares, cuja função básica é promover a integração entre os Parlamentos dos países do grupo e a cooperação entre os Poderes Legislativos. Esses grupos podem ser exclusivos de uma das Casas ou mistos, compostos por Deputados e Senadores. Há vários no Congresso Nacional e são criados mediante Resolução.

CONCLUSÕES

Assim, a ampla atividade legislativa também encontra espaço para tratar de relações internacionais. Apesar de não se envolver diretamente com a formulação e os atos da política externa, atribuições do Poder Executivo, o Poder Legislativo no Brasil exerce seu papel ao fiscalizar os atos do Executivo e ao discutir os temas de relações internacionais. Além disso, os vínculos jurídicos internacionais do Brasil requerem, necessariamente, o aval do Legislativo para produzirem efeito. Finalmente, os representantes máximos do Brasil no exterior, nossos chefes de missão diplomática permanente são indicados pelo Presidente da República, mas só são efetivados em seus cargos após a aprovação pelo Senado da República.

Portanto, em um modelo democrático no qual se preserva a separação dos poderes, relações internacionais competem ao Executivo, mas o Legislativo de maneira alguma fica alijado do processo de participação brasileira no cenário internacional. Sem isso, a democracia ficaria comprometida.

MESA 3.1 CIÊNCIA E TECNOLOGIA: TEMAS ATUAIS

Título: As Promessas Terapêuticas das Células-Tronco
Autora: Lygia V. Pereira, Depto. Genética e Biologia Evolutiva,
Instituto de Biociências, USP, São Paulo, SP.

CÉLULAS-TRONCO E TRANSPLANTES

Ao longo dos anos, diversos órgãos e tecidos do corpo humano perdem progressivamente sua capacidade de funcionamento, seja por causa de alguma doença ou pelo processo normal de envelhecimento. Há então uma grande demanda de reposição desses órgãos, que hoje em dia é atendida por programas de transplante de órgãos. No entanto, por várias razões, esses programas de transplante de órgãos atendem a uma fração muito pequena dos pacientes (5% a 10% nos EUA), seja por escassez de doadores ou pela atual incapacidade de transplante de certos órgãos ou tecidos, como muscular e nervoso. Além disso, os transplantes de órgãos existentes têm um alto custo, o que é de particular importância para a saúde pública no Brasil, onde são pagos pelo Ministério da Saúde.

Dentro desse contexto, as células-tronco se apresentam como uma fonte potencialmente ilimitada de tecidos para transplante. Células-tronco (CT) podem ser definidas como células com (i) grande capacidade de proliferação e auto-renovação, (ii) capacidade de responder a estímulos externos e dar origem a diferentes linhagens celulares mais especializadas. Assim, teoricamente estas células poderiam ser multiplicadas no laboratório e induzidas a formar tipos celulares específicos que quando transplantados regenerariam o órgão doente.

CÉLULAS-TRONCO ADULTAS

As CTs adultas que mais conhecemos são as presentes na medula óssea, que desde a década de 1950 são utilizadas no tratamento de diferentes doenças que afetam o sistema hematopoiético. Na medula óssea encontram-se CTs hematopoiéticas, que podem dar origem a todos os diferentes tipos de células do sangue (linfócitos, hemácias, plaquetas, etc). As CTs estão presentes em muitos tecidos adultos, onde atuam na manutenção dos mesmos, repondo células mortas. Porém, as CTs presentes no adulto eram vistas tradicionalmente como restritas em seu potencial de diferenciação a somente células do tecido onde elas residem. Por exemplo, as CTs hematopoiéticas são capazes de regenerar o sangue após destruição daquele tecido por irradiação, e células do fígado proliferam na tentativa de regenerar aquele órgão.

Porém, nos últimos anos uma série de trabalhos vem questionando essa visão tradicional das CTs adultas, mostrando indicações de um potencial muito mais amplo de diferenciação, sendo capaz de dar origem a tecidos diferentes daqueles onde elas residem. Assim, existem indicações de que as células da medula óssea podem se diferenciar em células de músculo (2), células epiteliais do fígado, pulmão, trato gastro-intestinal e pele, além é claro de células hematopoiéticas (3).

Neste sentido, uma das áreas mais exploradas tem sido a cardiologia. Estudos pré-clínicos com modelos animais avaliaram a capacidade terapêutica das células da medula óssea no tratamento de infarto do miocárdio induzido (4). Quando injetadas na parede do infarto logo após a ligação da coronária, as CTs de medula óssea promoveram a formação de novo músculo cardíaco que ocupava até 68% da porção infartada do ventrículo. Esse trabalho indicou que a administração local de células da medula óssea pode levar à geração de novo miocárdio, aliviando o efeito da doença coronária.

Os resultados do uso de CTs da medula óssea em cardiopatias em modelo animais justificaram o início de testes em seres humanos. Em um trabalho desenvolvido numa parceria entre a UFRJ, o Hospital Pró-Cardíaco e a Universidade do Texas, 14 pacientes com doença

esquêmica grave do coração receberam injeções de células de sua própria medula óssea diretamente no coração (5). Os resultados mostraram uma melhora significativa da função contrátil nos pacientes tratados quando comparados com controles após 4 meses do tratamento. Em 2005, foi iniciado no Brasil um teste clínico em larga escala, financiado pelo Ministério da Saúde, onde 1.200 pacientes com diferentes cardiopatias receberão injeções locais de células mononucleares derivadas da própria medula óssea. O estudo pretende avaliar a segurança e eficácia deste tratamento para eventualmente oferecê-lo à população como uma alternativa ao transplante cardíaco.

Apesar destes e outros trabalhos indicarem uma maior plasticidade das CTs da medula óssea, incluindo também a capacidade destas células se diferenciarem em neurônios e hepatócitos (revisto em 6), ainda não está claro se de fato aquelas células estão se transformando em outros tecidos, ou se simplesmente estão se fundindo com células daqueles tecidos. Outros trabalhos, ainda, propõem um terceiro mecanismo para o efeito terapêutico das CTs da medula óssea, onde estas estariam secretando fatores que induziriam um processo natural de regeneração do órgão afetado. Fato é que o mecanismo pelo qual as CTs adultas exercem o efeito terapêutico observado em algumas doenças não hematológicas ainda não é conhecido e é tema de controvérsia na comunidade científica.

Enquanto a controvérsia não é resolvida, alguns estudos apresentam evidências indiretas da capacidade de diferenciação mais ampla das células da medula óssea em humanos. Por exemplo, mulheres com leucemia que receberam transplante de medula óssea de doadores homens apresentaram células contendo o cromossomo Y (ou seja, derivadas da medula óssea do doador) em seu cérebro (7). Além disso, uma pequena proporção (até 0.07%) havia se diferenciado em neurônios. Esse trabalho demonstrou a capacidade, ainda que com baixa eficiência, das células da medula óssea de entrar no cérebro e gerar neurônios, fenômeno também observado em camundongos. Se esta capacidade puder ser aumentada, um dia as CTs de medula óssea poderão ser utilizadas no tratamento de doenças neurodegenerativas, como Parkinson e Alzheimer.

TERAPIA CELULAR COM CT ADULTAS

Transplantes de células-tronco adultas são realizados desde a década de 1950 na forma de transplantes de medula óssea para o tratamento de diferentes doenças que afetam o sistema hematopoiético. A partir do final da década de 1980, o sangue do cordão umbilical e placentário de recém-nascidos tornou-se uma fonte alternativa de CTs hematopoiéticas (8) - no recém nascido, essas células ainda não migraram para o interior dos grandes ossos e se encontram no sangue circulante – com algumas vantagens sobre a medula óssea: não necessita de uma compatibilidade completa entre doador e receptor; apresenta menor risco de desenvolvimento da doença do enxerto versus hospedeiro; e está disponível imediatamente quando necessário, ao contrário dos bancos de medula óssea, que armazenam somente dados sobre o doador. Mais recentemente, o transplante de SCUP vem sendo utilizado também para o tratamento de doenças não hematológicas, especificamente as doenças genéticas do metabolismo síndrome de Hurler (9) e da doença de Krabbe (10), esta última uma condição neuro-degenerativa.

Em 1993 foi inaugurado o primeiro banco de sangue de cordão para uso público nos EUA (New York Blood Center, Nova Iorque, EUA) para complementar os bancos de doadores de medula óssea. Atualmente os EUA possuem mais de 60 mil amostras de sangue de cordão armazenadas para uso público, e pretendem atingir uma meta de 150 mil amostras para poder atender toda sua população.

No Brasil, o Instituto Nacional do Câncer (INCA) foi pioneiro na criação de um banco público de sangue de cordão em 2001. Segundo o *site* do INCA, hoje a capacidade deste banco é de 3 mil unidades de sangue de cordão, que deve ser expandida até 6 mil amostras. Em 2004 foi criada pelo Ministério da Saúde uma rede Nacional de bancos de sangue de cordão (Rede BrasilCord) composta inicialmente pelo INCA, Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), Hemocentro de Ribeirão Preto e UNICAMP. Segundo o *site* do HIAE, a Rede BrasilCord tem como objetivo a coleta de 20 mil amostras de sangue de cordão para uso público, o que “atenderá a toda a diversidade genética da população brasileira...”. Não é claro como este número foi calculado, mas levando-se em conta bancos de sangue de cordão de países como Japão, que até 2006 já tinha 20 mil amostras para atender sua população

significativamente mais homogênea do que a nossa, acredito que 20 mil seja uma estimativa muito baixa para a Rede BrasilCord ter algum impacto em saúde pública no Brasil.

Apesar de muito empenho e divulgação, até Julho de 2007 somente o INCA e o HIAE atuavam como bancos de sangue de cordão, o que significa que somente partos realizados na Maternidade Municipal Carmela Dutra e na Pró Matre no Rio de Janeiro, e no HIAE em São Paulo são passíveis de terem o sangue de cordão do recém-nascido doado para a Rede BrasilCord. Enquanto as maternidades participantes no Rio de Janeiro atendem a população geral, diversificada, daquela cidade, a única maternidade atuante no Estado de São Paulo, a do HIAE, atende principalmente uma classe econômica que pode arcar com o alto custo de um parto ali. Conseqüentemente, a variabilidade étnica das amostras daquele banco de cordão deve ser muito baixa e não representar toda a diversidade genética da nossa população. Assim, em termos de saúde pública, seria mais eficiente as coletas de sangue de cordão para a Rede BrasilCord serem sempre feitas em maternidades que atendam a diversidade étnica/genética da população brasileira. A iniciativa da criação da rede de bancos públicos no Brasil é de extrema importância para a saúde de nossa população, mas que para tenha de fato impacto, ela deve contemplar a natureza diversificada de nossa população, o que deve se refletir na escolha dos pontos de coleta e em um cálculo realista da meta de número de amostras armazenadas.

Mas e o uso de CTs para o tratamento de doenças mais comuns? O Brasil se destaca pelo grande número de testes clínicos em andamento com CTs adultas, que avaliam o uso terapêutico mais amplo destas células em diferentes doenças, incluindo doenças cardíacas, auto-imunes, como lupus e diabetes e trauma de medula espinhal. Estes estudos estão em andamento e os resultados preliminares indicam que não há efeitos adversos do transplante autólogo de CTs da medula óssea. Resta ainda analisarmos se existe algum efeito terapêutico das mesmas naquelas doenças. É importante frisar que os esses tratamentos são experimentais e ainda não podem ser oferecidos à população.

Finalmente, novas fontes de CTs adultas vêm sendo caracterizadas, e incluem material lipoaspirado (11) e a polpa do dente de leite (12). Ainda é cedo para sabermos quais dessas células cumprirão sua promessa terapêutica, mas elas ilustram o quanto ainda temos que aprender sobre os diferentes nichos de CTs no organismo adulto.

CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS

Em animais, o desenvolvimento embrionário começa com a fecundação de um óvulo por um espermatozóide. As primeiras divisões celulares dão origem a 50 a 100 células aparentemente idênticas. Porém, à medida que o embrião se desenvolve, suas células iniciam um processo de diferenciação, se comprometendo em dar origem a tipos específicos de tecido do indivíduo adulto. A primeira etapa de diferenciação visível no embrião de camundongo se dá quando este atinge o estágio de blastocisto. Ali, observa-se duas populações distintas de células: aquelas que vão dar origem aos tecidos extra-embrionários, como a placenta, e outras, as células da chamada massa celular interna (MCI), que darão origem a todos os tecidos do embrião. E apesar destas células terem este potencial amplo, ainda não foi determinado em que tecido cada uma se transformará, ou seja, elas são células indiferenciadas.

As células da MCI do blastocisto podem ser retiradas do embrião e colocadas em placas de cultura. Em condições apropriadas, elas podem se manter indiferenciadas, se multiplicar indefinidamente no laboratório mantendo seu potencial de contribuir para todos os tipos celulares adultos. Essas células derivadas da MCI são chamadas de células-tronco embrionárias (CTs embrionárias). Elas foram derivadas pela primeira vez em 1981 a partir de embriões de camundongos (13), e têm como característica principal sua pluripotência. Ou seja, quando re-introduzidas em um embrião, CTs embrionárias possuem a capacidade de retomar o desenvolvimento normal colonizando diferentes tecidos do embrião – uma demonstração contundente de sua ampla plasticidade. Quando injetadas em animais imunodeficientes, as CTs embrionárias têm a capacidade de responder aos diferentes estímulos *in vivo* se diferenciando desorganizadamente e levando à formação de teratomas, tumores que apresentam diversos tipos de tecidos.

As CTs embrionárias também podem ser induzidas a iniciar um programa de diferenciação *in vitro*, simulando o desenvolvimento de um embrião pré-implantado (14). Através de análises morfológicas, imunohistoquímicas e moleculares, uma grande variedade de linhagens embrionárias pode ser identificada na massa celular diferenciada, incluindo hematopoiética, neuronal, endotelial, cardíaca e muscular.

Assim, as CTs embrionárias são utilizadas como modelo *in vitro* de desenvolvimento embrionário precoce, o que as torna um poderoso instrumento de pesquisa para o estudo dos mecanismos de diferenciação celular, e dos efeitos de substâncias tóxicas e biologicamente ativas no desenvolvimento embrionário (15), entre outros.

Mas se pretendemos utilizar as CTs embrionárias como fonte de tecidos para transplante, a diferenciação desorganizada em vários tecidos ou a formação de teratomas não nos interessa. Por isso, uma série de protocolos foram desenvolvidos de forma a direcionar a diferenciação das CTs embrionárias no laboratório em tipos específicos de células. Assim, trabalhando em camundongos, aprendemos a transformá-las em células nervosas, ou produtoras de insulina, ou do músculo cardíaco, ou da medula óssea, entre outras. E mais, quando estas células derivadas das CTs embrionárias são transplantadas em animais doentes, elas exercem um efeito terapêutico em modelos de várias doenças, incluindo doença de Parkinson, paralisia por trauma de medula espinhal, diabetes e leucemia. Ou seja, a terapia celular com CTs embrionárias já está comprovada em modelos animais, e por isso o enorme entusiasmo da comunidade científica em torná-las uma realidade em seres-humanos.

Em 1998 foram estabelecidas as primeiras linhagens de CTs embrionárias humanas, derivadas de embriões excedentes de ciclos de fertilização *in vitro* (16). Como as CTs embrionárias de camundongo, estas células são derivadas de um embrião na fase de blastocisto, e são capazes de se transformar em qualquer tecido do indivíduo adulto.

Desde então, uma série de trabalhos foram realizados no intuito de desenvolver métodos para produzir diferentes tecidos para transplante a partir das CTs embrionárias humanas. Hoje, somos capazes de transformar estas células em células da medula óssea, pancreáticas, de pele, músculo, cartilagem e neurônios, entre outras. Assim, essas células apresentam um grande potencial em medicina regenerativa, tanto como fonte de tecidos para transplantes quanto como modelo para o estudo do desenvolvimento embrionário humano.

TERAPIA CELULAR COM CTS EMBRIONÁRIAS

Apesar da enorme expectativa do uso terapêutico destas células, até Outubro de 2007 não havia nenhum teste clínico com CTS embrionárias em seres humanos em andamento no mundo todo. Antes de começarmos testes clínicos injetando CTS embrionárias em pacientes, temos algumas questões fundamentais que devem ser resolvidas.

A primeira diz respeito à segurança dessas células. Se por um lado sua plasticidade as torna uma fonte de qualquer tecido para transplante, por outro ela representa um perigo. Quando injetadas em seu estado nativo em camundongos imunodeficientes, as CTS embrionárias podem formar teratomas, tumores compostos de vários tecidos diferentes. Assim, antes de injetarmos estas células no paciente (seja ele um camundongo ou uma pessoa), temos que, primeiro, induzi-las no laboratório a se transformar no tipo celular que nos interessa. Caso contrário, no organismo elas se multiplicam e podem se diferenciar descontroladamente formando tumores. Ou seja, antes de utilizarmos as CTS embrionárias como fonte de tecidos para transplante, temos que domar a diferenciação destas células para que elas gerem apenas os tecidos de interesse.

Uma segunda questão importante diz respeito à compatibilidade entre as CTS embrionárias e o paciente. Em qualquer transplante é necessário existir uma compatibilidade entre doador e receptor para que o órgão não seja rejeitado. O mesmo deve acontecer com um transplante de CTS embrionárias. Como garantir que teremos CTS embrionárias compatíveis com todos os pacientes? Uma forma seria criar um banco dessas células, cada uma derivada de um embrião diferente, e procurar uma compatível com o paciente. Porém, nossa experiência com bancos de medula óssea demonstrou que isso é extremamente difícil de se conseguir.

Uma alternativa seria então criar CTS embrionárias “sob medida”, ou seja, geneticamente idênticas ao paciente. Com as técnicas de clonagem, podemos criar um embrião clonado do paciente, e dele extrair

as CTs embrionárias (17). Estas poderiam então gerar tecidos 100% compatíveis com o paciente. Esta técnica chama-se clonagem terapêutica, e apesar de já ter sido realizada em diferentes modelos animais, até Julho de 2007 não havia sido feita com sucesso em seres humanos. Além disto, dada a necessidade de um grande número de óvulos para cada clonagem terapêutica, esta estratégia não é promissora como forma de terapia para a população geral. Por isso, novas estratégias deverão ser desenvolvidas para a geração de tecidos imuno-compatíveis a partir de CTs embrionárias humanas de forma a viabilizar seu uso terapêutico em larga escala.

É importante ressaltar que apesar da clonagem terapêutica resolver a questão da compatibilidade das CTs embrionárias, infelizmente ela não poderia ser utilizada em indivíduos com doenças genéticas. As CTs embrionárias geradas a partir das células destes pacientes também carregariam o gene defeituoso, e por isso não seriam capazes de gerar tecidos sadios para transplante. Assim, para o tratamento de doenças genéticas com CTs - sejam elas embrionárias, da medula ou do sangue do cordão, a melhor alternativa é conseguir um doador aparentado, que tem maior chance de ser compatível com o paciente.

E enquanto não podemos utilizá-las como agente terapêutico, temos muito a aprender com as CTs embrionárias. Ao desvendarmos os mecanismos envolvidos em sua capacidade de se transformar em qualquer tipo de célula, aprendemos sobre a biologia do ser humano - esses conhecimentos básicos trarão ao longo prazo grande benefícios à saúde humana.

A POLÊMICA DAS CTS EMBRIONÁRIAS

A obtenção de CTs embrionárias envolve obrigatoriamente a destruição do embrião, especificamente, de um blastocisto - um embrião pré-implantação de 5 dias - basicamente um conglomerado amorfo de 100 a 200 células. No entanto, certas culturas/religiões atribuem ao

embrião humano desde o momento da fecundação o status de vida com todos os direitos de uma pessoa já nascida - e por isso a destruição daquele embrião é inaceitável e as CTs embrionárias têm sido tema de grande polêmica no mundo todo: este embrião é uma vida humana ou não?

Ora, é claro que ele é uma forma de vida, assim como um óvulo e um espermatozóide também são. A real questão é “**que formas de vida humana nós permitiremos perturbar?**”. A vida humana já é legalmente violada em algumas situações: por exemplo, no Brasil reconhecemos como morta uma pessoa com morte cerebral, apesar de seu coração ainda bater. Esta é uma decisão arbitrária e pragmática, que nos facilita o transplante de órgãos, e que não é compartilhada por outros povos que só consideram morta aquela pessoa cujos órgãos vitais pararam de funcionar. E no outro extremo da vida humana, durante o desenvolvimento embrionário? Ao proibirmos o aborto estabelecemos ser inaceitável a destruição de um feto. Por outro lado, se este feto for o resultado de um estupro ou representar risco de vida para a gestante, no Brasil ele passa a ser uma forma de vida humana que pode ser eliminada.

No que diz respeito às CTs embrionárias, o embrião em questão é muito mais jovem, ainda não tem forma e está numa proveta, e não implantado no útero. Ao aceitarmos as técnicas de reprodução assistida em 1978, aceitamos a destruição deste embrião, desta forma de vida humana. Sim, há quase 30 anos que em todo mundo esta prática médica gera embriões humanos que não são utilizados para fins reprodutivos e acabam sendo congelados ou simplesmente descartados – e convivemos com este fato com muita tranquilidade. Por que só agora, quando estes embriões esquecidos em congeladores podem nos ajudar a entender melhor a biologia humana e a achar novos tratamentos para doenças, se tornou inaceitável destruí-los? Foi muito conveniente ignorar os embriões excedentes da reprodução assistida, pois afinal esta técnica permitiu que milhares de casais estéreis realizassem o sonho de ter filhos. Enquanto isso, o uso das CTs embrionárias para tratar um enfarte ou Parkinson ainda está restrito a animais de laboratório. Talvez no dia que estas

células estiverem efetivamente sendo usadas em pacientes seja mais difícil proibir o uso terapêutico daqueles embriões não desejados por seus pais biológicos.

No Brasil o uso do embrião humano foi regulamentado pela Lei de Biossegurança (Lei no. 11.105), de 24 de Março de 2005, que diz:

“Art. 5º

É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições:

I – sejam embriões inviáveis; ou

II – sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento.

§ 1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores.

§ 2º Instituições de pesquisa e serviços de saúde que realizem pesquisa ou terapia com células-tronco embrionárias humanas deverão submeter seus projetos à apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em pesquisa.

Art. 6º Fica proibido:

...

IV – clonagem humana;”

Apesar da proibição ampla da clonagem humana tornar ilegal a clonagem terapêutica, a aprovação do uso de embriões congelados para pesquisa permite o desenvolvimento de novas linhagens das CTs embrionárias humanas no Brasil, o que será fundamental para a consolidação dessa área de pesquisa no país. Uma limitação importante

desta legislação é o fato dela permitir o uso somente de embriões que tenham sido congelados até Março de 2005, tornando finito (e pequeno) o número total de embriões disponíveis para pesquisa no País. Enfim, o uso terapêutico das CTs embrionárias ainda está longe de se tornar uma realidade, tanto no Brasil quanto no mundo todo. Porém, para que exista alguma chance disso um dia acontecer, precisamos pesquisar – e foi este direito que adquirimos no Brasil, permitindo que tenhamos autonomia no desenvolvimento de terapias com estas células.

CONCLUSÕES

Em conclusão, pode-se afirmar que as pesquisas com os diferentes tipos de células-tronco devem ser acompanhadas com entusiasmo e cautela. É inerente de toda área de pesquisa em desenvolvimento avanços e retrocessos, e ainda não sabemos quais tipos de células cumprirão a promessa terapêutica e serão as mais adequadas para o tratamento de quais doenças. E enquanto desenvolvemos as pesquisas voltadas ao desenvolvimento de terapias com CTs, temos que ter sempre em mente que estas deverão ser disponibilizadas para toda a nossa população. Com frequência as técnicas médicas mais avançadas ficam restritas a uma pequena parcela da população que pode pagar por ela. Porém, no caso das CTs, as novas terapias provavelmente substituirão as atuais mais caras e ineficientes (como por exemplo um transplante de fígado ou coração). Além disto, as CTs devem ser vistas não só como um agente terapêutico, mas como um modelo de pesquisa onde podemos estudar os mecanismos por trás da diferenciação celular, desenvolvimento embrionário e câncer, entre outros. Esses conhecimentos de biologia básica poderão, por sua vez, levar a uma real melhora da qualidade de vida humana.

REFERÊNCIAS

- 1 The News and Editorial Staffs. Capturing the promise of youth. *Science* 286:2238-2243.1999.
- 2 Gussoni E, Soneoka Y, Strickland CD, Buzney EA, Khan MK, Flint AF, Kunkel LM, Mulligan RC. Dystrophin expression in the mdx mouse restored by stem cell transplantation. *Nature* 1999; 401:390-394.
- 3 Krause DS, Theise ND, Collector MI, Henegariu O, Hwang S, Gardner R, Neutzel S, Sharkis SJ. Multi-organ, multi-lineage engraftment by a single bone marrow-derived stem cell. *Cell* 2001;105:369-377.
- 4 Orlic D, Kajstura J, Chimenti S, Jakoniuk I, Anderson SM, Li B, Pickel J, McKay R, Nadal-Ginard B, Bodine DM, Leri A, Anversa P. Bone marrow cells regenerate infarcted myocardium. *Nature*2001; 410:701-705.
- 5 Perin C, Dohmann HF, Borojevic R, Silva SA, Sousa AL, Mesquita CT, Rossi MI, Carvalho AC, Dutra HS, Dohmann HJ, Silva GV, Belem L, Vivacqua R, Rangel FO, Esporcatte R, Geng YJ, Vaughn WK, Assad JA, Mesquita ET, Willerson JT. Transendocardial, autologous bone marrow cell transplantation for severe, chronic ischemic heart failure. *Circulation* 2003; 107:2294-2302.
- 6 Weissman IL. Translating stem and progenitor biology to the clinic: barriers and opportunities. *Science* 2000; 287:1442-1446.
- 7 Mezey E, Key S, Vogelsang G, Szalayova I, Lange GD, Crain B. Transplanted bone marrow generates new neurons in human brains. *Proc Natl Acad Sci USA* 2003; 100:1364-1369.
- 8 Barker JN, Wagner JE. Umbilical-cord blood transplantation for the treatment of cancer. *Nature Reviews* 2003; 3:526-532.
- 9 Staba L, Escolar ML, Poe M, Kim Y, Martin PL, Szabolcs P, Allison-Thacker J, Wood S, Wenger DA, Rubinstein P, Hopwood JJ, Krivit W, Kurtzberg J. Cord-blood transplants from unrelated donors in patients with Hurler's syndrome. *N Engl J Med.* 2004; 350:1960-1969.

- 10 Escolar ML, Poe MD, Provenzale JM, Richards KC, Allison J, Wood S, Wenger DA, Pietryga D, Wall D, Champagne M, Morse R, Krivit W, Kurtzberg J. Transplantation of umbilical-cord blood in babies with infantile Krabbe's disease. *N Engl J Med.* 2005; 352:2069-2081.
- 11 Zuk A, Zhu M, Ashjian P, De Ugarte DA, Huang JI, Mizuno HH, Alfonso ZC, Fraser JK, Benhaim P, Hedrick MH. Human adipose tissue is a source of multipotent stem cells. *Mol Biol Cell.* 2002;13:4279-4295..
- 12 Kerkis I, Kerkis A, Dozortsev D, Stukart-Parsons GC, Massironi SMG, Pereira LV, Caplan AI, Cerruti HF. Isolation and characterization of a population of immature dental pulp stem cells expressing oct-4 and other embryonic stem cells markers. *Cells Tissues and Organs* 2007; 184:105-116.
- 13 Evans M, e Kaufman M.. Establishment in culture of pluripotential cells from mouse embryos. *Nature* 1981;292:154-156.
- 14 Keller GM. In vitro differentiation of embryonic stem cells. *Current Opinion in Cell Biology* 1995; 7: 862-869.
- 15 Scholz G, Ponl I, Genschow E, Klemm M, Spielmann H. Embryotoxicity screening using embryonic stem cells in vitro: correlation to in vivo teratogenicity. *Cells Tissues Organs* 1999; 165: 203-211.
- 16 Thomson JA, Itskovitz-Eldor J, Shapiro SS, Waknitz MA, Swiegiel JJ, Marshall VS, Jones JM. Embryonic stem cell lines derived from human blastocysts. *Science* 1998; 282: 1145-1147.
- 17 Cibelli JB, Kiessling AA, Cuniff K, Richards C, Lanza RP, West MD. Somatic cell nuclear transfer in humans: pronuclear and early embryonic development. *The J. Regen. Med.* 2001; 2:25-31.